

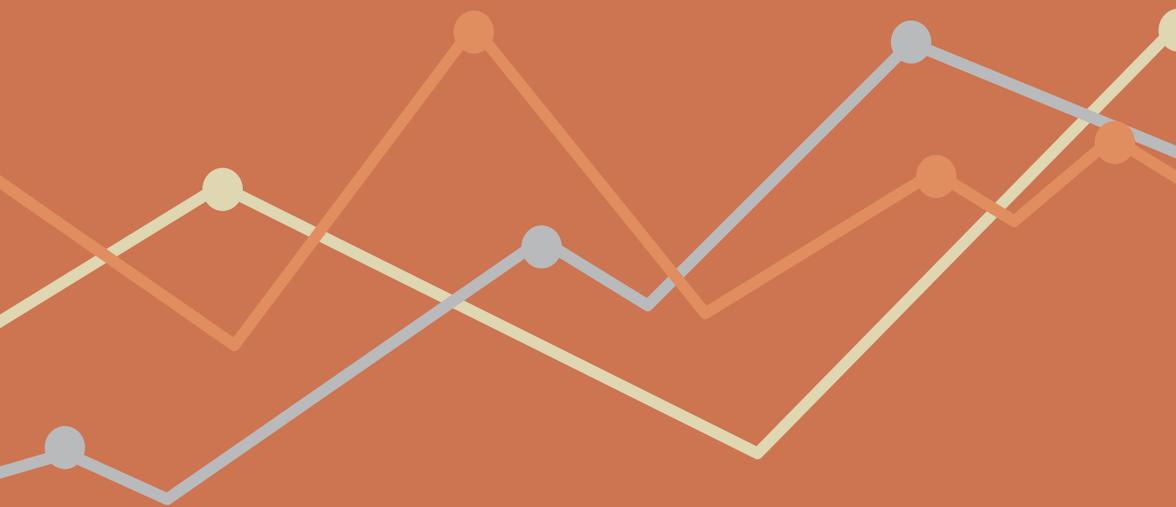
Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento Miranda Clementino

Organizadores

Economia metropolitana e desenvolvimento regional

Do experimento desenvolvimentista
à inflexão ultraliberal



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Conselho Editorial

Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

Marcelo Gomes Ribeiro
Maria do Livramento Miranda Clementino
(Organizadores)

ECONOMIA METROPOLITANA
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Do experimento desenvolvimentista
à inflexão ultraliberal

LETRAPITAL

Copyright © Marcelo Gomes Ribeiro e Maria do Livramento
Miranda Clementino, 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
REVISÃO Do Autor
CAPA Ana Clara Moita
PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E22

Economia metropolitana e desenvolvimento regional [recurso eletrônico] : do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal / organização Marcelo Gomes Ribeiro, Maria do Livramento Miranda Clementino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.

Recurso digital (Metrópoles)

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87594-66-8 (recurso eletrônico)

1. Economia - Brasil. 2. Mercado de trabalho - Brasil. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais - Brasil. 4. Livros eletrônicos. I. Ribeiro, Marcelo Gomes. II. Clementino, Maria do Livramento Miranda.

21-68724

CDD: 338.90981

CDU: 338:331.5(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tels: +55 (21) 3938-1950/1932
www.observatoriodasmetrosoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Ao Professor Wilson Cano
(in memoriam)

Agradecimentos

À coordenação nacional do INCT Observatório das Metrôpoles, em nome de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, que forneceu todas as condições materiais e administrativas para a realização desta pesquisa. Pelo apoio administrativo agradecemos também à Karoline A. de Souza.

Ao financiamento do INCT (CNPq, Capes e FapERJ), que, por meio de bolsas de pesquisa para mestrandos, doutorandos e de pós-doutorado, possibilitou a efetiva realização da pesquisa que propusemos.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ao antigo Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pela disponibilidade gratuita das bases de dados utilizadas para a pesquisa que realizamos.

Aos pesquisadores dos núcleos do Observatório das Metrôpoles envolvidos no projeto de pesquisa *Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional*, pela participação ativa das reuniões de discussões realizadas sobre os temas abordados, o que permitiu que este trabalho se constituísse como uma prática coletiva.

À Juliana Bacelar de Araújo, Rodolfo Finatti, Rebeca Marota e Juciano Martins Rodrigues, que contribuíram com a elaboração da classificação de atividades econômicas definidas no projeto de pesquisa.

Ao Vitor Boa Nova e Wagner Muniz, pela organização das bases de dados obtidos na plataforma Comex Stat, do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Ao Felipe Raitano, pelo árduo, complexo e competente trabalho de organização das bases de microdados da RAIS/MTE utilizadas no projeto de pesquisa.

Ao Pedro Bastos, pelo trabalho competente de revisão e copidesque dos textos reunidos neste livro.

Sumário

| | |
|--|------------|
| Apresentação..... | 9 |
| Capítulo 1 - Dinâmica econômica da Região Metropolitana de Belém (2006-2016): impactos do social-desenvolvimentismo e efeitos da inflexão liberal recente | 21 |
| <i>Raul da Silva Ventura Neto</i> | |
| <i>Nayara Sales Barros</i> | |
| <i>Juliano Pamplona Ximenes Ponte</i> | |
| <i>Ricardo Bruno Nascimento dos Santos</i> | |
| Capítulo 2 - Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza | 76 |
| <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i> | |
| <i>José Borzacchiello da Silva</i> | |
| <i>Maria Clélia Lustosa Costa</i> | |
| <i>Rebeca Marota da Silva</i> | |
| <i>João Marcos Tavares Cabral</i> | |
| Capítulo 3 - Inserção econômica e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: permanências e desafios na inflexão ultraliberal | 117 |
| <i>Rodolfo Finatti</i> | |
| <i>Juliana Bacelar de Araújo</i> | |
| <i>Rebeca Marota da Silva</i> | |
| <i>Richardson Leonardi Moura da Câmara</i> | |
| <i>Maria do Livramento Miranda Clementino</i> | |
| Capítulo 4 - Transformações recentes na dinâmica econômica e do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife e desafios na inflexão ultraliberal | 164 |
| <i>Juliana Bacelar de Araújo</i> | |
| <i>Osmar Faustino de Oliveira</i> | |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 5 - Economia e mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua inserção em Minas Gerais no período 2006 a 2016 | 207 |
| <i>André Mourthé de Oliveira</i> | |
| <i>Cláudia Júlia Guimarães Horta</i> | |
| Capítulo 6 - Estrutura econômica e mercado de trabalho regional-metropolitano do Rio de Janeiro: desafios em meio à inflexão ultraliberal | 246 |
| <i>Marcelo Gomes Ribeiro</i> | |
| <i>Vitor Vieira Fonseca Boa Nova</i> | |
| <i>Wagner Muniz</i> | |
| Capítulo 7 - Região Metropolitana de São Paulo: desempenho e inserção regional no período de 2006 a 2016 | 288 |
| <i>Cassiano José Bezerra Marques Trovão</i> | |
| <i>Thiago Noronha Sugimoto</i> | |
| <i>Beatriz Tamaso Miotto</i> | |
| Organizadores..... | 327 |

Apresentação

Este livro é resultado da primeira fase do projeto de pesquisa denominado *Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e do mercado de trabalho*, realizado no âmbito do Observatório das Metrôpoles, que se constitui como Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – programa de fomento à pesquisa financiado pelo CNPq, CAPES e FAPERJ. Essa fase inicial do referido projeto de pesquisa teve como objetivo principal compreender a estrutura econômica e o mercado de trabalho de cada região metropolitana que foi objeto de investigação vinculada à sua inserção regional e nacional no período apontado pela economia crítica de “experimento desenvolvimentista” e início da atual crise. A investigação proposta partiu da constatação de que, a partir de meados da primeira década do século XXI, houve mudanças nos processos de articulação econômica-territorial do Brasil, reconfigurando a divisão socioespacial do trabalho no país e, ao mesmo tempo, o papel econômico exercido pelos espaços metropolitanos em cada contexto regional. Essa reconfiguração foi decorrente de processos estruturantes que estavam em curso desde a década de 1990, mas também de novas dimensões conjunturais e de opções políticas e econômicas que passaram a se manifestar nos anos 2000. Porém, o que passamos a assistir no país foi a ruptura de vários desses elementos, mesmo que aqueles aspectos de ordem estrutural tenham permanecido e avançado, o que levou ao redimensionamento da estrutura econômica e do mercado de trabalho das regiões metropolitanas *vis-à-vis* sua inserção regional e nacional.

Dentre os processos estruturantes e que atravessaram todo o período que analisamos, se destacam a desindustrialização da economia brasileira, a reprimarização da pauta exportadora e a desconcentração econômica-territorial. A desindustrialização brasileira, que já estava em curso desde os anos 1990 devido à abertura econômica do país, ao processo de reestruturação produtiva e à política macroeconômica adotada para viabilizar a estabilização monetária que se baseava na âncora cambial, continuou avançando

nos anos 2000 com a adoção de uma nova política macroeconômica implementada em janeiro de 1999 e existente até os dias atuais. Essa nova política macroeconômica, por se basear em câmbio flexível, na definição da taxa básica de juros decorrente de metas de inflação e na busca de superávit primário nas contas públicas, favoreceu as importações de produtos manufaturados por causa, principalmente, da apreciação cambial, provocando impacto na competitividade da indústria brasileira. Essa apreciação cambial se deu, em termos gerais, pela elevação da taxa de juros que atraía investidores estrangeiros e, portanto, divisas internacionais e da enorme demanda de *commodities* agrícolas e minerais, principalmente pela China, configurando o fenômeno da doença holandesa, segundo mostrou Luiz Carlos Bresser-Pereira no artigo intitulado “Novo desenvolvimentismo – um segundo momento do estruturalismo latino-americano”, publicado na Revista de Economia Contemporânea (v. 24, n.1), em 2020.

Portanto, a conjunção da política macroeconômica adotada e a conjuntura do mercado internacional provocaram a reprimarização da pauta exportadora brasileira e o avanço no processo de desindustrialização do país devido à apreciação cambial e à consequente perda de competitividade da indústria manufatureira nacional. Na verdade, por um lado, muitos ramos produtivos foram beneficiados pela importação mais barata de insumos por conta da apreciação cambial, tornando-os mais competitivos; por outro lado, houve a desintegração de várias cadeias produtivas do país, na medida em que os ramos menos competitivos foram sendo substituídos pelo setor importador. Muitos ramos produtivos que buscavam ganhos competitivos tiveram que se valer de novas estratégias empresariais para conseguir permanecer no mercado, como o deslocamento de suas plantas produtivas para estados e municípios do país que ofereciam subsídios e/ou isenções tributárias, considerando que, desde os anos de 1990, passou a existir no Brasil um ambiente de competição regional por atração de investimentos produtivos pelo que ficou denominado de guerra fiscal. Portanto, ao fenômeno da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora, juntou-se também o fenômeno da desconcentração produtiva, especialmente de São Paulo e do Sudeste brasileiro, para outras regiões do país.

A partir de meados dos anos 2000, a economia brasileira

apresentou comportamento de crescimento econômico mais robusto do que havia sido presenciado nas duas décadas anteriores. Um dos principais motivos desse crescimento foi devido ao aumento das exportações, principalmente de produtos agrícolas e minerais demandados pela China, haja vista que esse país estava crescendo economicamente de modo muito vertiginoso. O crescimento econômico brasileiro, “puxado” pela pauta exportadora, contribuiu para o aumento das receitas públicas e permitiu ao governo central realizar gastos de investimento em infraestrutura, além da realização de algumas políticas econômicas setoriais, do aumento do crédito produtivo e pessoal e de políticas sociais. Portanto, o crescimento econômico passou a ser também dinamizado pelos gastos do governo e pelo consumo das famílias. Os gastos do governo realizados em infraestrutura e em políticas econômicas setoriais se deram também articulados à expansão da atuação da Petrobras na economia nacional, o que contribuiu para a construção de novas plataformas petrolíferas pelo país e, conseqüentemente, a dinamização de várias cadeias produtivas, porque se buscou assegurar a política de preferência de conteúdo nacional. O consumo das famílias se ampliou nesse período, também, em decorrência da política de aumento real do salário-mínimo, com efeitos importantes sobre o mercado de trabalho e sobre o sistema previdenciário do país, além da política de transferência de renda por meio, principalmente, do Programa Bolsa Família, voltado à população de mais baixa renda, e do crédito pessoal, especialmente o crédito consignado.

Apesar de o Brasil ter sofrido os impactos da crise econômica internacional ocorrida entre o final de 2007 e o ano de 2008, manifestada no crescimento econômico negativo em 2009, o governo soube realizar políticas anticíclicas, permitindo a retomada do crescimento a partir de 2010. Porém, a repercussão da crise econômica internacional se estendeu ao longo do tempo, principalmente devido às medidas tomadas para sua contenção pelos Estados Unidos da América e pelos países europeus, o que contribuiu para a desaceleração do crescimento econômico brasileiro entre 2011 e 2014, apesar de se manter ainda com taxas positivas. Essa desaceleração se deu também por conta da redução da demanda chinesa de produtos agrícolas e minerais e pela queda da cotação do petróleo, dada sua condição de *commodities* no

mercado internacional. Mas, também, pelas malsucedidas políticas de incentivo à realização do investimento privado e à redução da atuação do governo nos gastos públicos de investimento. À crise econômica que começou a se manifestar a partir de meados de 2014, somou-se a crise política no país, sobretudo após a reeleição da Presidente Dilma Rousseff, se estendendo até seu *impeachment*, contribuindo para o enfraquecimento ainda maior da economia do país, motivos estes que explicam o crescimento negativo ocorrido nos anos de 2015 e 2016.

A nova divisão socioespacial do trabalho que passou a se configurar a partir dos anos 2000 decorrente dos processos de desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora e da desconcentração econômica-territorial, foi estimulada no período de crescimento econômico no que podemos denominar de *experimento desenvolvimentista*. Nesse período, com os efeitos econômicos e sociais positivos, pouca atenção foi dada àqueles processos estruturantes que estavam em curso. Porém, a partir do momento em que passa a ocorrer ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico até então adotado e em que se instalam políticas econômicas e sociais mais ortodoxas, configurando uma *inflexão ultraliberal* na economia, as consequências negativas daqueles processos estruturantes tornaram-se mais visíveis, tal como foi mostrado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro no Texto para Discussão n. 12 do Observatório das Metrôpoles, de janeiro de 2020, intitulado “As Metrôpoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira”. Neste sentido, observamos mudanças na articulação econômica-territorial das regiões metropolitanas *vis-à-vis* sua inserção regional e nacional. Foi, portanto, mediante essa perspectiva que o projeto de pesquisa realizado buscou analisar a economia metropolitana e o mercado de trabalho das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário definir algumas estratégias metodológicas que permitissem a realização de análises que capturassem elementos passíveis de comparação entre cada uma das regiões metropolitanas estudadas. Essas estratégias metodológicas consistiram na definição de um mesmo período analítico, de um recorte geográfico comum, de uma mesma

classificação das atividades econômicas e das mesmas bases de dados a serem utilizadas.

O período analítico foi de 2006-2014-2016. O ano de 2006 marcava o momento em que o experimento desenvolvimentista já estava se manifestando, além de ser o primeiro ano em que as bases de dados utilizadas passaram a adotar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), o que permitiu a análise evolutiva dos fenômenos que estávamos investigando. O ano de 2014 marcou o último momento dos efeitos positivos do experimento desenvolvimentista, principalmente em relação ao desempenho econômico setorial e ao emprego no mercado de trabalho. O ano de 2016 se caracterizou pelo desempenho negativo da economia brasileira, com efeitos nas atividades econômicas setoriais e no mercado de trabalho, além de ter sido, no momento de começo da investigação, o último ano com dados divulgados nos níveis geográficos que interessavam à pesquisa. Por esses motivos, todas as análises realizadas refletiram sobre as mudanças ocorridas entre 2006 e 2014 e entre 2014 e 2016, o que nos permitiu interpretar as mudanças mais significativas ocorridas em uma década na divisão socioespacial do trabalho no país a partir do olhar sobre as regiões metropolitanas e de sua inserção regional e nacional.

O recorte geográfico utilizado consistiu na definição realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu estudo denominado “Divisão Regional do Brasil”, de 2017, considerando que cada região metropolitana objeto de nossa investigação está presente em contexto regional muito diverso dado o próprio modo como a estrutura econômica-territorial do país foi conformada. Nesse estudo do IBGE, os municípios são agrupados em regiões imediatas, as regiões imediatas em regiões intermediárias, e estas, por sua vez, se agrupam no nível da Unidade da Federação. Cada região geográfica imediata se define a partir de um centro urbano que se caracteriza como núcleo articulador do espaço regional próximo. As regiões geográficas intermediárias, que incorporam as regiões geográficas imediatas, procuram incluir, também, centros urbanos definidos pelo estudo de redes e hierarquia urbana *Regiões de Influência das Cidades* (2008).

Neste sentido, como o nosso ponto de partida foi cada uma das regiões metropolitanas objeto da nossa investigação, procuramos

realizar a análise nas seguintes escalas geográficas: região metropolitana, região geográfica imediata, região geográfica intermediária, Unidade da Federação e Brasil. Houve situações em que a região metropolitana quase não se diferenciava da região geográfica imediata, como foi o caso de São Paulo, Belo Horizonte e de Natal, e houve também situações em que a região metropolitana quase não se diferenciava da região geográfica intermediária, como foi o caso do Rio de Janeiro. Nas regiões metropolitanas de Belém, de Fortaleza e de Recife, as diferenças escalares se demonstraram mais nítidas.

A partir da CNAE 2.0, segundo o nível da divisão e/ou do grupo nela presentes, organizamos uma classificação de atividades econômicas que considerou as atividades da indústria de transformação segundo o seu nível de intensidade tecnológica, excluindo desse procedimento as indústrias de transformação vinculadas à produção alimentícia, resultando em atividades (i) indústrias de baixa intensidade tecnológica, (ii) média-baixa intensidade tecnológica, (iii) média-alta intensidade tecnológica e (iv) alta intensidade tecnológica, tendo como referência a definição empregada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adaptada para a CNAE 2.0 a partir da nota técnica n. 17 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2014. As demais atividades industriais foram definidas como: (i) indústria extrativa mineral, (ii) indústria extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis, (iv) indústrias ligadas à agropecuária e (iv) indústrias ligadas à indústria extrativas. Também ficaram separadas da indústria extrativa e de transformação as atividades produtivas vinculadas ao setor da construção, consistindo nos seguintes ramos na nossa classificação: (i) incorporação e atividades imobiliárias próprias, (ii) construção de edifícios, (iii) obras de infraestruturas e (iv) serviços especializados para a construção.

Os serviços industriais de utilidade pública também ficaram em um grupo separado. A classificação do setor de serviços se baseou em estudo realizado por Wilson Cano e Ulysses Cidade Semeghini em 1990, que agrupam o terciário em: serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais e serviços pessoais, e resultaram nos seguintes ramos econômicos: (i) serviços industriais de utilidade pública, (ii) comércio e reparação de automóveis, (iii) comércio atacadista, (iv) comércio varejista, (v) transporte armazenagem e

distribuição, (vi) telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e televisão), (vii) serviços financeiros, (viii) administração e comércio de imóveis, (ix) serviços técnico-profissionais e científicos, (x) serviços de tecnologia da informação, (xi) serviços de apoio às empresas e às pessoas, (xii) educação, (xiii) serviços de saúde e assistência social, (xiv) organizações associativas e organismos internacionais, (xv) administração pública, (xvi) alojamento e alimentação, (xvii) atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão, (xviii) outras atividades de serviços pessoais e (xix) serviços domésticos.

Para a análise realizada, utilizamos os dados do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal e do Valor Adicionado Bruto (VAB), correspondente aos grandes setores de atividade econômica (Indústria, Serviços, Administração Pública e Agropecuária) produzidos pelo IBGE. Foram utilizados, também, os dados administrativos de vínculos formais e de massa salarial obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), produzidos pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e dados de exportações fornecidos pela plataforma Comex Stat, do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Todos os dados foram organizados a partir do recorte geográfico estabelecido (região metropolitana, região geográfica imediata, região geográfica intermediária e Unidade da Federação) para os anos de 2006 a 2016 a partir da classificação de atividades econômicas definidas para o estudo, com exceção dos dados do PIB Municipal (que não permitem desagregação de suas atividades econômicas).

As estratégias metodológicas utilizadas – período da análise, recorte geográfico, classificação das atividades econômicas e as bases de dados – possibilitaram a realização de análises para as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo *vis-à-vis* sua inserção regional e nacional, que foram as regiões metropolitanas onde houve adesão de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles no projeto de pesquisa *Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional*. Apesar de os procedimentos metodológicos serem definidos mediante uma estratégia conjunta, a análise de cada contexto territorial exigiu a compreensão dos processos históricos-estruturais que conformam

cada região metropolitana particular. Por esses motivos, as análises de cada um dos capítulos apresentam especificidades, apesar de haver também muitos elementos comuns entre esses variados contextos territoriais.

O capítulo 1, intitulado “Dinâmica econômica da região metropolitana de Belém (2006-2016): impactos do social-desenvolvimentismo e efeitos da inflexão liberal recente”, de Raul da Silva Ventura Neto, Nayara Sales Barros, Juliano Pamplona Ximenes Ponte e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos, apresenta a análise da economia metropolitana de Belém e de seu mercado de trabalho numa perspectiva transescalar, o que permite aos autores constatarem que há mais continuidade no processo de integração econômica-territorial do espaço analisado na dinâmica nacional desde os anos de 1970 até o período recente do que propriamente de fragmentação. No entanto, observa-se que essa economia tem se tornado ainda mais dependente dos fundos públicos, seja em relação ao investimento em infraestrutura social e urbana, seja em relação ao papel que ocupa a massa salarial dos funcionários públicos, o que a fragiliza na situação de inflexão ultraliberal, como o que passou a se configurar no país a partir de 2014-2016. Além disso, os autores destacam a importância das *commodities* minerais para a economia regional do Pará, sobretudo no momento quando ocorreu grande demanda pela China.

O capítulo 2, intitulado “Economia urbana e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza”, de Alexsandra Maria Vieira Muniz, José Borzacchiello da Silva, Maria Clélia Lustosa Costa, Rebeca Marota da Silva e João Marcos Tavares Cabral, aborda os processos de mudanças econômicas e do mercado de trabalho da região metropolitana de Fortaleza, tendo em vista a sua inserção regional, demonstrando que a metrópole e a região geográfica intermediária constituem-se como espaço de articulação econômica no Estado de Ceará, dada a centralidade que ocupam em relação à concentração de atividades produtivas e logísticas que são fundamentais para a economia que se desenvolve no interior do Estado. Além disso, os autores do texto ressaltam a existência de um projeto de desenvolvimento econômico conduzido pelas elites locais do Ceará que tem permitido uma maior articulação com o exterior notadamente pela posição estratégica que territorialmente

Fortaleza ocupa em relação ao canal do Panamá, aos Estados Unidos e à Europa. Neste sentido, mesmo ainda incipiente, têm sido implementados alguns projetos baseados em inovação tecnológica na perspectiva de maior dinamização da economia metropolitana e regional do Ceará.

O capítulo 3, intitulado “Inserção econômica e mercado de trabalho na região metropolitana de Natal: permanências e desafios da inflexão ultraliberal”, de Rodolfo Finatti, Juliana Bacelar de Araújo, Rebeca Marota da Silva, Richardson Leonardi Moura da Câmara e Maria do Livramento Miranda Clementino, acentua as mudanças ocorridas entre o período denominado de experimento desenvolvimentista e o período posterior dada a inflexão ultraliberal, marcado pela queda nos investimentos públicos, aumento do desemprego e da informalidade e redução do rendimento das famílias. Nota-se, também, o impacto da inflexão ultraliberal no setor produtivo manufatureiro, principalmente nas indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológicas. Porém, a heterogeneidade econômica-regional potiguar expressa em especializações produtivas em áreas específicas do Estado e notadamente na alta concentração das atividades do terciário em Natal e na sua região metropolitana não se alteraram ao longo de todo o período analisado, reafirmando o papel de comando que a região metropolitana tem no seu contexto regional.

O capítulo 4, intitulado “Transformações recentes na dinâmica econômica e do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife e desafios na inflexão ultraliberal”, de Juliana Bacelar de Araújo e Osmar Faustino de Oliveira, pesquisadores do Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles, apresenta a reversão da trajetória econômica ocorrida durante o período do experimento desenvolvimentista a partir de um grande volume de investimentos públicos que possibilitaram retomar o crescimento da atividade industrial da região metropolitana de Recife e do Estado de Pernambuco de modo mais amplo. A situação de crise econômica a partir de 2014, em que já se apresentava a tendência à inflexão ultraliberal, tem efeitos negativos principalmente no mercado de trabalho da região. Observou-se que, apesar da manutenção da concentração econômica e do mercado de trabalho da região metropolitana, houve um movimento de desconcentração no Estado.

Na fase do experimento desenvolvimentista, essa desconcentração decorreu de maior dinamização das atividades econômicas fora da região metropolitana. Porém, na fase da inflexão ultraliberal, isto decorreu da situação de crise que se abateu de modo significativo naquele espaço, tendo em vista a redução do emprego formal devido ao fechamento de muitas unidades produtivas.

O capítulo 5, intitulado “Economia e mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua inserção em Minas Gerais no período de 2006 a 2016”, de André Mourthé de Oliveira e Cláudia Júlia Guimarães Horta, resgata o processo de constituição histórica da industrialização brasileira, notadamente o papel ocupado pelo Estado de Minas Gerais e da região metropolitana de Belo Horizonte na produção de *commodities* minerais e de atividades produtivas manufatureiras de baixa e média-baixa intensidade tecnológicas. Devido à alta heterogeneidade da economia mineira, a região metropolitana de Belo Horizonte não concentra as atividades econômicas em seu território. Além disso, em decorrência do processo de desindustrialização e avanço na reprimarização da pauta exportadora, há pouca articulação econômica-territorial entre a metrópole e o interior do Estado, sugerindo que a dinâmica econômica aí existente tende a afirmar mais o caráter da fragmentação do que da integração econômica.

O capítulo 6, intitulado “Estrutura econômica e mercado de trabalho regional-metropolitana do Rio de Janeiro: desafios em meio à inflexão ultraliberal”, de Marcelo Gomes Ribeiro, Vitor Vieira Fonseca Boa Nova e Wagner Munis, apresenta que o comportamento da economia fluminense e metropolitana do Rio de Janeiro acompanhou a dinâmica economia nacional, tanto na sua fase caracterizada pelo experimento desenvolvimentista, quanto na fase de inflexão ultraliberal. Naquele primeiro momento, a economia fluminense conseguiu manter sua participação nacional na atividade industrial devido ao crescimento da exploração do petróleo na Bacia de Campos, mesmo assim incapaz de construir um processo de articulação econômica-territorial de modo duradouro entre o interior e a região metropolitana, apesar de as atividades de comando e de pesquisa se concentrarem na metrópole. Foi um momento também de expansão do setor da construção civil e do setor de serviços, o que contribuiu para o aumento do número de

vínculos de trabalho e da massa de rendimento. Na fase da inflexão ultraliberal, tanto o Estado quanto sua região metropolitana sofrem de modo direto os seus efeitos, seja no setor da construção civil, seja nas atividades petrolíferas, seja ainda na desarticulação de unidades produtivas vinculadas à cadeia do petróleo ou da indústria naval. Os processos de desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora e o avanço da terceirização da economia nacional se manifestaram de modo muito expressivo no Estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro nesse período de análise.

O capítulo 7, intitulado “Região metropolitana de São Paulo: desempenho e inserção regional no período de 2006 a 2016”, de Cassiano José Bezerra Marques Trovão, Thiago Noronha Sugimoto e Beatriz Tamaso Mioto, trata da economia e do mercado de trabalho a partir do processo de desconcentração produtiva, da desindustrialização e da reprimarização da pauta exportadora numa comparação da região metropolitana de São Paulo, sua inserção regional-estadual e o país. Os autores destacam que, no período analisado, avançou o processo de desconcentração produtiva, sendo que, no período do experimento desenvolvimentista, ele se deu manifestado por meio de taxas de crescimento mais elevadas no interior do Estado e do país num ambiente de crescimento econômico geral. Contudo, entre 2014 e 2016, esse processo se deu de modo espúrio, uma vez que houve crescimento negativo em todos os contextos territoriais, sendo mais intenso na região metropolitana. Os autores observaram que, dada a importância que o setor industrial da região metropolitana de São Paulo e do seu Estado possui no país, o processo de desindustrialização aí ocorrido se expressa de modo muito significativo em nível nacional. Esse processo, observado pela participação do emprego industrial, se deu tanto no período do experimento desenvolvimentista, quanto no período da inflexão ultraliberal. Associado ao processo de desindustrialização, ocorreu também aumento da participação do setor agropecuário na economia paulista, refletindo na expansão da pauta exportadora de produtos primários e o aumento das importações de produtos manufaturados, agravando ainda mais o parque industrial aí localizado.

Apesar de todos os capítulos deste livro terem concentrado suas análises no período de até 2016 pelos motivos já expostos, suas

contribuições permanecem importantes devido à continuidade e ao acirramento do processo de inflexão ultraliberal que, naquele momento, só começava a mostrar os seus primeiros movimentos. Desde 2016, principalmente com o estabelecimento do golpe parlamentar que levou à destituição da presidente da república, a orientação da política econômica tem sido conduzida na perspectiva do aprofundamento da agenda neoliberal. Neste sentido, ter em perspectiva os processos de mudanças econômicas é fundamental para compreender o modo como cada contexto territorial do país vai reagindo e se reconfigurando em termos econômicos e de seu mercado de trabalho. Assim, esperamos que este livro, resultado de pesquisa sistemática, possa contribuir para a reflexão da divisão socioespacial do trabalho no Brasil e o lugar ocupado pelas regiões metropolitanas considerando seu contexto regional.

Os organizadores.

**Dinâmica econômica da Região
Metropolitana de Belém (2006-2016):
impactos do social-desenvolvimentismo
e efeitos da inflexão liberal recente**

Raul da Silva Ventura Neto

Nayara Sales Barros

Juliano Pamplona Ximenes Ponte

Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Introdução

Este trabalho trata da dinâmica econômica e do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, durante o período de 2006 a 2016. Essa dinâmica é abordada numa perspectiva transescalar, portanto, considerada em meio aos contextos regionais-estaduais e, também, em relação ao país e ao seu momento político e econômico caracterizado pela inflexão ultraliberal pós-2014. Neste sentido, o capítulo tem por objetivos caracterizar a evolução histórica da participação da RMB na economia paraense, com maior aprofundamento sobre a economia metropolitana no período em questão (2006-16); e analisar o comportamento das dinâmicas do setor e dos ramos de atividades de comércio e serviços, construção civil, indústria e agricultura.

Na metodologia empregada, realizou-se uma revisão da literatura disponível sobre a economia metropolitana e estadual do Pará, considerando suas articulações e seu mercado de trabalho, além da utilização de dados quantitativos referentes a três indicadores em especial, segundo os critérios de classificação desenvolvidos por Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018): (1) o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores econômicos identificados no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE); (2) os Vínculos Empregatícios e suas respectivas Massas Salariais, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e (3) o Valor das Exportações (FOB/US\$), fornecido pela plataforma Comex Stat disponibilizada pelo antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A série histórica adotada, como já foi adiantado, compreende o período entre 2006 a 2016.

Para entender as dinâmicas recentes presenciadas na economia metropolitana, em termos de recortes regionais, foram analisados dados referentes à dinâmica do PIB e do mercado de trabalho dos municípios da RMB e da sua Região Imediata (RGime)¹ e Região Intermediária (RGInt)², buscando entender como se caracteriza internamente a economia metropolitana e quais os setores dinâmicos desta economia. Optou-se por destacar os anos de 2006, 2014 e 2016 na elaboração e exposição dos gráficos e tabelas apresentados neste artigo com fins de identificar os impactos da inflexão ultraliberal na estrutura econômica e mercado de trabalho da RMB.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este capítulo conta com mais seis seções. Nos itens 1 e 2, respectivamente, é caracterizada a trajetória da participação metropolitana na economia do Estado e, em seguida, com maior aprofundamento, é apresentado o comportamento geral da economia metropolitana no período 2006-2016. No item 3, são analisadas as dinâmicas do setor e dos ramos de atividades de comércio e serviços. No item 4, são analisadas as dinâmicas do setor e dos ramos da construção civil. No item 5, são analisadas as dinâmicas do setor e dos ramos da indústria. No item 6, são analisadas as dinâmicas do setor e dos ramos da agricultura.

¹ Além dos sete municípios da RMB, a RGime inclui mais nove municípios: Santo Antônio do Tauá, Vigia, Colares, São Caetano de Odivelas, Barcarena, Bujaru, Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

² Além dos municípios da RMB e da RGime, a RGInt inclui mais oito municípios: Abaetetuba, Moju, Igarapé-Miri, Tailândia, Limeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Cameté e Mocajuba.

1. Evolução histórica da participação da RMB na economia paraense

A Região Metropolitana de Belém (RMB)³ é umas das dimensões espaciais mais importantes de processos multiescalares de desenvolvimento que ganharam ritmo de expansão com a integração das economias dos estados da Amazônia ao mercado nacional. Atualmente, a RMB corresponde a um território parcialmente conurbado composto por sete municípios onde moram mais de dois milhões de pessoas, o que representa aproximadamente 29% da população do Estado do Pará. Em 2016, seus municípios acumularam um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente cerca de R\$ 43 bilhões, ou seja, 30% do PIB do Estado.

A trajetória econômica da RMB pode ser percebida partindo-se da sua estrutura produtiva inicial de base fluvial vinculada ao extrativismo de gêneros regionais para exportação e à produção industrial de baixa densidade para consumo da população regional, passando por um processo progressivo de dinamização da economia local que, por diferentes influências externas e internas, orientou o perfil da economia metropolitana. Registra-se, inicialmente, um padrão de rede urbana caracterizado pela forma dendrítica, na qual articulações produtivas e comerciais, ancoradas em uma estrutura produtiva baseada no extrativismo de coleta e no modal hidroviário, permitiram que cidades e assentamentos ribeiras se organizassem segundo uma hierarquia urbana que tinha Belém como cidade primaz, até pelo menos meados dos anos 1960.

³ A RMB foi instituída ainda na década de 1970 no âmbito da Lei Complementar Federal n. 14, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu as nove primeiras regiões metropolitanas do Brasil. Inicialmente, a RMB correspondia aos municípios de Belém e Ananindeua e foi ampliada no ano de 1995, com a inclusão dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, e, posteriormente, em 2009 e 2011, quando foram incluídos, respectivamente, os municípios de Santa Izabel do Pará e Castanhal. Contudo, os limites oficiais da RMB divergem daqueles definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual o município de Castanhal foi excluído. Neste trabalho, optamos por seguir o recorte territorial definido pelo IBGE para a RMB e suas regiões imediata e intermediária.

Em termos de base produtiva e logística, a condição de cidade primaz da rede urbana permitiu que, após a derrocada do ciclo de exportação gomífera, Belém vivenciasse um ciclo virtuoso de industrialização endógena por substituição de importações, concentrando até o início da década de 1960 grande parte da base industrial de bens de consumo não duráveis e manufaturas, comercializadas em toda região Amazônica, além das usinas de beneficiamento da castanha-do-Pará que era exportada para o mercado interno e externo (CORRÊA, 1987; VICENTINI, 2004; COSTA, 2012a; STELLA, 2009). O predomínio do setor extrativo vegetal contribuiu para a caracterização de uma metrópole confinada, marcada pela existência de uma malha urbana pouco espalhada, mas adensada com uma urbanização suportável (TRINDADE JR., 2019; CANO, 2002).

A metrópole avançou de uma forma confinada para uma forma dispersa conforme foi sendo aprofundada a integração da Amazônia Oriental ao mercado nacional e, assim, uma nova trajetória institucional se impôs à realidade regional. A integração segue o mote do discurso desenvolvimentista de superação de desequilíbrios entre Norte e Sudeste do país, viabilizando a implantação de instituições de planejamento econômico que subsidiaram a modernização das forças produtivas via industrialização (CANO, 1985). Com isso, mesmo que tenha sido inicialmente formatada dentro de um projeto endógeno de desenvolvimento industrial (FERNANDES, 2011), o projeto desenvolvimentista que tomou corpo (e que moldou a integração da região ao mercado nacional) assumiu as feições autoritárias e conservadoras do governo militar, que enxergava a região como um vazio demográfico. Aprofundaram-se, dessa maneira, os incentivos à agropecuária extensiva e à colonização dirigida, no eixo das novas rodovias transamazônicas, e aos grandes projetos econômicos de exploração mineral (TRINDADE, 2014).

O perfil atual da economia metropolitana deve sempre ser lido de forma vinculada às medidas de caráter econômico implementadas na Amazônia Oriental a partir dos anos de 1970 (FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015). Desse período em diante, o setor primário foi beneficiado por políticas públicas e incentivos que favoreceram trajetórias tecnológicas ligadas ao extrativismo de

aniquilamento⁴ e à monocultura extensiva, com destaque para os setores geradores de *commodities* agrominerais (COSTA, 2012b). O setor secundário, por sua vez, recebeu subsídios para viabilizar plantas de maior densidade de capital, buscando consolidar, por um lado, um projeto regional de substituição de importações e, por outro lado, plantas industriais ligadas a “Grandes Projetos” de extração e beneficiamento mineral, capitaneados em sua maioria por empresas estatais.

Em pouco mais de duas décadas, período em que se concentraram as principais políticas de cunho desenvolvimentista e de modernização das estruturas produtivas regionais, a economia paraense foi reconfigurada em favorecimento do grande capital nacional e internacional. Os subsídios governamentais e a política de desenvolvimento econômico regional desenhada para o Estado do Pará fizeram o PIB estadual crescer a uma velocidade superior ao PIB nacional, tanto no período de 1970 a 1980, quanto de 1980 a 1990. Na primeira década citada, quando o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento anual do PIB de 8,3%, o PIB do Estado do Pará cresceu a 11,8%. Já na década posterior, enquanto o PIB do Brasil cresceu em média 1,9% ao ano (a.a.), o Estado do Pará teve uma taxa de crescimento médio do PIB de 3,9% (GOMES; VERGOLINO, 1997).

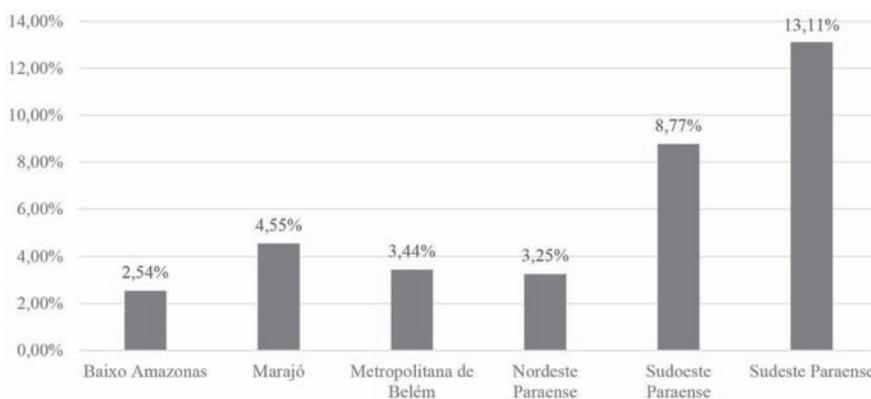
Parte importante desse crescimento ocorre no setor primário graças aos subsídios às atividades agropecuárias de gado de corte, incluídas no rol de estímulos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e das possibilidades de ocupação territorial permitidas pela expansão da malha rodoviária estadual e federal, além do grau reduzido de institucionalidade sobre a propriedade da terra, o que facilitava formas ilegais de apropriação do território com conseqüente transformação da floresta em “terra com mata” (COSTA, 2010b). Essa diferença fica mais evidente na comparação com as taxas de crescimento da agropecuária entre as mesorregiões paraense⁵. Nas regiões

⁴ O termo “extrativismo de aniquilamento” é definido por Costa (2010, p. 175) para designar uma prática de uso do bioma que demanda a anulação das propriedades originais do ecossistema, diferindo-se do extrativismo de coleta que designa uma prática de origem colonial de extração de excedentes comercializáveis na economia amazônica por meio de sua coleta no interior da floresta. Sobre isso, ver Costa (2010a).

⁵ A retomada histórica das transformações vivenciadas na economia e no território

Sudoeste e Sudeste paraense, cujos municípios foram os mais afetados por políticas de colonização dirigida no eixo das rodovias federais, houve fortes movimentos de colonização espontânea que ampliaram o cenário de conflito pela terra na região (SCHMINK; WOOD, 2012). Registra-se uma taxa de crescimento médio (Gráfico 1) do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da agropecuária de 8,77% a.a. para a mesorregião Sudoeste, e de 13,11% a.a. para a mesorregião do Sudeste do Pará. Esse crescimento é seguido da mesorregião do Marajó (4,55% a.a.) e da RMB (3,44% a.a.), representando, contudo, a mesorregião em que a agropecuária possuía a menor participação no PIB estadual.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO VAB AGROPECUÁRIO DAS MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARÁ – 1970-1996 (TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL)



FONTE: Ipeadata (2020). Elaboração: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Belém.

Como o território paraense foi um dos principais espaços de implantação dos projetos ligados aos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, o VAB industrial do Estado apresenta um crescimento superior a 13% a.a. para o período de 1970 a 1980. Nesse aspecto, a RMB foi afetada de duas formas principais. O primeiro

paraense fazem uso da base de dados disponível no Ipeadata, em que estão organizadas dentro de uma regionalização distinta daquela atualmente adotada pelo IBGE. Neste sentido, o território que atualmente corresponde à Região Geográfica Intermediária (RGInt) da RMB possui 23 municípios que, na regionalização anterior, estavam incluídos na Mesorregião Metropolitana de Belém e na mesorregião do Nordeste Paraense. Os municípios que atualmente compõem a RGInt da RMB correspondem à totalidade da RMB e aproximadamente 40% do território da antiga Mesorregião do Nordeste Paraense, sendo parte deste percentual formado pelos municípios da microrregião do Baixo Tocantins.

caso corresponde ao crescimento industrial com plantas de maior densidade de capital, e que receberam fortes subsídios da SUDAM, localizando-se na área de expansão metropolitana e fazendo com que o VAB adicionado da indústria no PIB metropolitano saísse de aproximadamente R\$ 468 milhões em 1970 para algo em torno de R\$ 2,6 bilhões em 1985⁶. O segundo caso está relacionado aos impactos demográficos gerados pela instalação do complexo mineral-metalúrgico da Albrás-Alunorte, que afetou diretamente a microrregião do Baixo Tocantins (GOMES; VERGOLINO, 1997) nas proximidades de Belém, provocando a desarticulação de cadeias industriais de produção de aguardente de cana-de-açúcar e uma forte emigração da população desses municípios em direção à RMB.

Nesse contexto, o padrão de urbanização que passou a estruturar a RMB derivou de um movimento de expansão urbano-imobiliária marcado pela construção das “áreas-dormitórios” nos municípios da metrópole na forma de extensos empreendimentos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e construídos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) (IDESP, 1990). Na região central, e com maior potencial de infraestrutura instalada, a expansão urbano-imobiliária se materializou na verticalização, que se tornou um dos principais mecanismos de apropriação do espaço da metrópole (OLIVEIRA, 1992), ao lado dos incontáveis assentamentos precários e aglomerados subnormais formados como reflexo da desestruturação produtiva do mundo rural amazônico, que impulsionou um massivo deslocamento humano em direção às cidades da RMB (TRINDADE JR., 1998).

Esse deslocamento seria constituído principalmente por uma população pobre de origem ribeirinha, em especial do Baixo Tocantins, do Marajó e do Sul e Sudeste do Pará, que, dentro do escopo dos grandes projetos, não seria economicamente contemplada e que, portanto, buscaria na RMB oportunidades de trabalho ou melhores condições de vida. Assim, a dinâmica migratória regional, somada à expansão da fronteira urbana na Amazônia por incentivo do projeto desenvolvimentista, contribuíram para a metropolização de Belém durante as décadas de 1970 e 1980 (CARDOSO;

⁶ Valores extraídos da base de dados do Ipeadata deflacionados para o ano 2000. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 30 set. 2020.

FERNANDES; BASTOS, 2015). Além disso, o avanço das rodovias como principal forma de integração do território nacional (CANO, 2002) e do sistema de deslocamento intraurbano por meio de ônibus (LIMA, 2016), em detrimento de outras opções ligadas ao modal hidroviário e ferroviário, permitiram que, especialmente a partir dos anos de 1990, a metrópole passasse a assumir uma forma cada vez mais dispersa (TRINDADE JR., 2019), fator associado às várias possibilidades de uso (e ociosidade) especulativo da terra.

Além disso, a condição de capital fez com que Belém e sua metrópole se consolidassem como a região de maior concentração de instituições públicas em todos os níveis de governo e como o principal centro de negócios do Estado, reunindo também um maior número de serviços especializados (FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015). Como estratégia para amenizar os impactos da crise nos anos de 1980, o Governo do Estado passou a vincular o emprego público (que pode ser entendido como um item de consumo do governo) com o crescimento econômico regional através da perspectiva da demanda; ou seja, ao expandir seu número de empregados e o pagamento de salários, o governo contribuiu para a expansão da demanda agregada na região. Consequentemente, houve a expansão da capacidade produtiva e do produto. Além disso, nota-se que a expansão absoluta do emprego público caminhou paralelamente ao rápido crescimento da população do Estado no mesmo período, isto porque se entende que seria através da contratação de pessoas que o governo poderia prestar os serviços públicos demandados pela população crescente (GOMES; VERGOLINO, 1997).

Tal afirmação pode ser comprovada pelos resultados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 1980 e 1990, que demonstram um aumento médio de 5,2% proporcionado principalmente pelos Serviços (3,2% a.a.) e pela Administração Pública (9,9% a.a.) para a RMB. Cabe ressaltar ainda que, no mesmo período compreendido entre 1980 e 1990, o PIB da RMB refletia o quadro de dificuldades vivenciado pela economia brasileira e, mesmo que o setor terciário da RMB tenha apresentado resultados positivos durante o período citado, estes foram insuficientes para suprir a necessidade de geração de emprego e renda capaz de proporcionar um melhor padrão de vida para grandes contingentes

populacionais (CARDOSO; LIMA; SENA *et al.*, 2006). Do mesmo modo, as condições estruturais de funcionamento do mercado de trabalho da RMB, desde a década de 1980, já indicavam que este se configurava pela predominância do setor terciário, bem como das características de informalidade (FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015).

No final da década de 1980, as dificuldades da economia brasileira iriam agravar os problemas estruturais da região (CARVALHO, 1999). As medidas tomadas para superar a crise da dívida e o contexto hiperinflacionário em âmbito nacional culminaram em um processo de abertura comercial e financeira, o que fragilizou a competitividade da indústria local e agravou a informalidade nas atividades econômicas da RMB, tornando as indústrias locais cada vez mais dependentes dos incentivos fiscais. A abertura financeira e o avanço da agenda neoliberal potencializaram os impactos derivados de uma desestabilização do papel do Estado na RMB tanto como agente prestador de serviços, quanto como agente econômico com capacidade de fomento. Ou, mesmo, da constituição de mecanismos de estímulo à atividade produtiva e financiamento na provisão de infraestrutura de serviços urbanos, reduzindo o nível de investimentos e fomento às atividades produtivas que respondiam por grande parte do setor formal e do mercado de trabalho da RMB (FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015).

A partir desse período, o perfil econômico da RMB evidenciaria características de um crescente grau de informalidade em atividades e negócios autônomos e em atividades de comércio e serviços (públicos e privados). Além disso, a base da mão de obra empregada se tornaria mais concentrada em atividades terciárias e em ocupações de caráter informal (RODRIGUES, 1996; MITSCHHEIN, 1989; GENTIL, 1992 *apud* FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015). Esse é um quadro que só foi parcialmente revertido com a expansão econômica da última década, no qual se registra um processo de reversão lento na trajetória de informalidade que teve como base as políticas social-desenvolvimentistas do Governo Federal, sendo, todavia, incapaz de gerar mudanças significativas na estrutura produtiva da metrópole em geral (FERNANDES; CRISPIN; RODRIGUES, 2015).

O abandono das políticas regionais pelo governo federal, como reflexo indireto do avanço do neoliberalismo na década de 1990, se somou às possibilidades de ações competitivas entre estados e municípios dada a relativa autonomia que o pacto federativo da Nova República garante aos entes federados. De fato, esse contexto contribuiu para o avanço das práticas de guerra fiscal entre os entes federativos, buscando ocupar o espaço que anteriormente estava conferido às políticas regionais e configurando políticas de desenvolvimento regional *bottom-up* sem a mediação necessária que exige um país federativo (MACEDO; ANGELIS, 2013). Além disso, dadas as possibilidades de novas articulações escalares, foi estabelecido um ambiente de fragmentação da economia nacional (PACHECO, 1998) com impactos sobre a economia e rede urbana paraenses, ganhando, inclusive, contornos separatistas a partir dos anos 2000.

O desenrolar de uma desconcentração industrial espúria associada à guerra fiscal (CANO, 2008) impacta a economia paraense como um todo e, em especial, na RMB, que registra um encolhimento no VAB da indústria, que chegou a 2002 com menos da metade do VAB registrado em 1985. O setor de serviços é o único setor da economia metropolitana que registra crescimento no VAB durante os anos de 1990 até 2000, com uma taxa média de crescimento de 3,31% a.a. entre 1985 e 2002, representando, no entanto, pouco mais de 50% do VAB de serviços no PIB estadual, percentual que era superior a 70% no início dos anos de 1990.

A partir dos anos 2000, com a intensificação no movimento de mudança de inserção externa do Brasil e o início do superciclo de *commodities* capitaneados pelo comércio exterior com os países asiáticos, especialmente a China, ampliou-se o movimento de reprimarização da economia, o que impactou nas exportações da Região Norte e no posicionamento do Estado do Pará na balança comercial brasileira. Além disso, o país passou a vivenciar o resultado de políticas públicas orquestradas para potencializar a demanda doméstica e o consumo de massa como um dos principais motores de crescimento da economia, o que possibilitou crescimento econômico com redução da desigualdade (BIANCARELLI, 2014). A crescente importância dada aos aspectos sociais do desenvolvimento permitiu uma recondução geral da

economia no sentido de uma estratégia social-desenvolvimentista (CARNEIRO, 2012; BASTOS, 2012).

Como será apresentado no próximo tópico, os efeitos registrados na economia metropolitana da segunda metade dos anos 2000 em diante se relacionam mais diretamente à retomada do Estado como agente indutor do investimento na forma do modelo social-desenvolvimentista. Isso se materializou na RMB com a expansão da infraestrutura social e urbana⁷ ligada a serviços públicos essenciais, além da expansão do mercado potencializada pelo consumo de massa, ambos produtos de políticas sociais de redistribuição de renda que asseguravam a elevação real do salário-mínimo (BIANCARELLI, 2014).

As ações sociais-desenvolvimentistas do Governo Federal seriam interrompidas a partir de 2015 com o início de um período de inflexão ultraliberal que culminou no golpe parlamentar e *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Esse momento de ruptura institucional representa, acima de tudo, a derrota do pacto *lulista* (SINGER, 2015) marcada pela coalizão “produtivista”, por ser vinculada ao processo de industrialização e às medidas intervencionistas do governo, com outras coalizões abertamente rentistas e alinhadas ao ideário neoliberal e ao grande capital internacional. Com o golpe parlamentar e o *impeachment*, a coalizão rentista teria assumido a hegemonia do bloco de poder nacional, promovendo uma inflexão na ordem urbana vigente até então no país (RIBEIRO, 2020).

Os efeitos das políticas expansionistas do Estado, bem como da inflexão ultraliberal, são analisados a partir de dados do PIB e do mercado de trabalho dos municípios da RMB e das suas regiões imediatas e intermediárias para o período de 2006 a 2016. Busca-se, nesta leitura, entender como atualmente se caracteriza a economia metropolitana e como os setores dinâmicos da economia da RMB se comportaram no período. Assim, para entender as dinâmicas recentes presenciadas na economia metropolitana, são analisados na segunda parte deste artigo dados referentes à dinâmica do PIB e do

⁷ No artigo, utiliza-se o conceito de infraestrutura social e urbana encontrado em IPEA (2010), que classifica como sendo um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos.

mercado de trabalho⁸ para o período de 2006 a 2016 dos municípios da RMB e da sua Região Imediata (RGIme) e Região Intermediária (RGInt), buscando entender como se caracteriza internamente a economia metropolitana e quais os setores dinâmicos da economia.

No entanto, é importante destacar que se trata de uma análise que não se pretende dar como encerrada, já que não capta a informalidade em sua metodologia, o que, no caso da RMB e de sua região de influência, pode corresponder a mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada. Se observarmos apenas os dados para o ano de 2010 (Tabela 1), momento-auge do período social-desenvolvimentista, a informalidade⁹ nos municípios da RGInt pode ser superior a 80% da PEA. De fato, nesse ano, a soma da PEA ocupada era de 1.200.256 pessoas, ao passo que os vínculos formais correspondiam a 544.696 – ou seja, do total de pessoas ocupadas na região ampliada, apenas 45,38% correspondiam ao que se poderia enquadrar como trabalho formal, os demais seriam empregos informais ou precários.

Nesse contexto, alguns municípios se destacam com porcentagens inferiores a 20% de ocupação formal sobre a PEA ocupada. Nesse recorte, se encontram municípios da antiga microrregião do Baixo Tocantins tradicionalmente ligados a atividades extrativistas de gêneros regionais e pesca, tais como: Igarapé-Miri (16,13%), Abaetetuba (12,67%), Cametá (11,94%), Limoeiro do Ajuru (10,10%) e Mocajuba (1,36%). Dentre os 23 municípios que compõem a RGInt, apenas Belém apresentou, para 2010, uma taxa de formalidade superior a 60% da PEA Ocupada, seguido do município de Barcarena (48,05%), possivelmente por conta das atividades de beneficiamento de alumínio, já que ali se localiza uma das maiores plantas mundiais de beneficiamento do minério, que pertence à multinacional Hydro Alunorte. Os outros municípios da RMB apresentam percentual inferior a 40%, tais como: Ananindeua (28,46%), Marituba (33,61%), Benevides (32,19%), Santa Izabel do Pará (31,63%) e Santa Bárbara do Pará (22,62%).

⁸ Conforme proposta de classificação de atividades econômicas indicada em Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018).

⁹ Por “informal”, nesta classificação, estamos considerando a diferença entre os registros de vínculos da RAIS, para o ano de 2010, e a PEA ocupada registrada no censo daquele ano.

TABELA 1: DIFERENÇAS ENTRE EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)

| MUNICÍPIO | VÍNCULOS ATIVOS (FORMAL) | POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA | | VÍNCULOS ATIVOS SOBRE A PEA OCUPADA (%) |
|-------------------------|--------------------------|--|-------------------------------|---|
| | | OCUPADA MAIORES DE 14 ANOS (FORMAL + INFORMAL) | PEA OCUPADA - VÍNCULOS ATIVOS | |
| Abaetetuba | 6.565 | 51.802 | 45.237 | 12,67 |
| Acara | 4.406 | 19.538 | 15.132 | 22,55 |
| Ananindeua | 56.418 | 198.265 | 141.847 | 28,46 |
| Barcarena | 17.337 | 36.079 | 18.742 | 48,05 |
| Belém | 391.168 | 591.062 | 199.894 | 66,18 |
| Benevides | 6.263 | 19.455 | 13.192 | 32,19 |
| Bujaru | 300 | 8.840 | 8.540 | 3,39 |
| Cametá | 5.198 | 43.550 | 38.352 | 11,94 |
| Colares | 320 | 3.783 | 3.463 | 8,46 |
| Concordia do Para | 2.113 | 10.338 | 8.225 | 20,44 |
| Igarapé-Miri | 3.300 | 20.454 | 17.154 | 16,13 |
| Limoeiro do Ajuru | 944 | 9.345 | 8.401 | 10,10 |
| Marituba | 13.300 | 39.571 | 26.271 | 33,61 |
| Mocajuba | 131 | 9.603 | 9.472 | 1,36 |
| Moju | 6.832 | 24.801 | 17.969 | 27,55 |
| Oeiras do Para | 1.174 | 9.069 | 7.895 | 12,95 |
| Santa Barbara do Para | 1.305 | 5.770 | 4.465 | 22,62 |
| Santa Isabel do Para | 6.986 | 22.087 | 15.101 | 31,63 |
| Santo Antônio do Tauá | 1.825 | 9.881 | 8.056 | 18,47 |
| São Caetano de Odivelas | 695 | 5.933 | 5.238 | 11,71 |
| Tailândia | 8.780 | 22.683 | 13.903 | 38,71 |
| Tomé-Açu | 6.612 | 21.166 | 14.554 | 31,24 |
| Vigia | 2.724 | 17.181 | 14.457 | 15,85 |
| Total | 544.696 | 1.200.256 | 655.560 | 45,38 |

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2010) e MTE – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2020).

2. A economia metropolitana na última década (2006-2016)

No período que vai de 2006 a 2014, o PIB Paraense (Tabela 2) se expandiu a um ritmo de 5,05% a.a., apresentando uma forte desaceleração para o período de 2014 a 2016 (-2,37% a.a.). No primeiro período, o VAB da Administração Pública foi o que apresentou a maior taxa de crescimento (6,17% a.a.), seguido do VAB da Indústria (6,08% a. a.). No período seguinte, o VAB da Indústria foi o que apresentou a maior queda (-9,79% a.a.), enquanto o VAB da Administração Pública e da Agropecuária mantiveram uma taxa de crescimento ascendente.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL A PREÇOS CORRENTES – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| PARTICIPAÇÃO NO VAB | RMB | RGime | RGInt | RGime- RMB | RGInt- RGime | Estado do Pará |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|-------------------|
| | 2006 | | | | | |
| VAB Agropecuária | 0,96 | 3,78 | 5,57 | 18,55 | 27,75 | 2,63 |
| VAB Indústria | 20,85 | 23,80 | 22,84 | 39,24 | 10,97 | 10,81 |
| VAB Serviços, Exceto Adm. Pública | 62,42 | 56,83 | 54,43 | 27,50 | 24,71 | 25,76 |
| VAB Adm. Pública | 15,77 | 15,60 | 17,16 | 14,71 | 36,57 | 8,12 |
| VAB Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 47,32 |
| 2014 | | | | | | |
| VAB Agropecuária | 0,75 | 3,11 | 5,43 | 18,01 | 27,01 | 2,13 |
| VAB Indústria | 18,55 | 20,56 | 19,41 | 33,20 | 8,71 | 7,61 |
| VAB Serviços, Exceto Adm. Pública | 62,69 | 57,87 | 54,72 | 27,53 | 25,50 | 21,45 |
| VAB Adm. Pública | 18,02 | 18,46 | 20,44 | 21,26 | 38,79 | 8,01 |
| VAB Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 39,20 |
| 2016 | | | | | | |
| VAB Agropecuária | 0,90 | 3,61 | 6,51 | 18,27 | 30,55 | 2,58 |
| VAB Indústria | 15,95 | 19,09 | 17,74 | 36,05 | 6,60 | 7,03 |
| VAB Serviços, Exceto Adm. Pública | 62,76 | 56,86 | 53,47 | 25,01 | 25,38 | 21,18 |
| VAB Adm. Pública | 20,39 | 20,44 | 22,27 | 20,68 | 37,47 | 8,82 |
| VAB Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 39,61 |

| PARTICIPAÇÃO NO VAB | RMB | RGime | RGInt | RGime- RMB | RGInt- RGime | Estado do Pará |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|
| TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL | Estado do Pará | | RMB | | RGime | |
| | 2006- 2014 | 2014- 2016 | 2006- 2014 | 2014- 2016 | 2006- 2014 | 2014- 2016 |
| | PIB | 5,05 | -2,37 | 2,70 | -3,63 | 2,46 |
| VAB Agropecuária | 4,70 | 4,83 | -0,45 | 5,89 | -0,03 | 5,00 |
| VAB Indústria | 6,08 | -9,79 | 1,28 | -10,71 | 0,57 | -6,15 |
| VAB Serviços, Exceto Adm. Pública | 4,21 | -2,08 | 2,83 | -3,64 | 2,66 | -3,46 |
| VAB Adm. Pública | 6,17 | 2,05 | 4,50 | 2,46 | 4,60 | 2,49 |
| VAB Total | 5,19 | -2,55 | 2,77 | -3,70 | 2,42 | -2,60 |
| TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL | RGInt | | RGime-RMB | | RGInt-RGime | |
| | 2006- 2014 | 2014- 2016 | 2006- 2014 | 2014- 2016 | 2006- 2014 | 2014- 2016 |
| | PIB | 2,75 | -1,99 | 1,05 | 4,42 | 6,28 |
| VAB Agropecuária | 2,44 | 7,27 | 0,08 | 4,77 | 5,84 | 9,64 |
| VAB Indústria | 0,67 | -6,32 | -1,63 | 8,41 | 3,18 | -10,26 |
| VAB Serviços, Exceto Adm. Pública | 2,81 | -3,16 | 0,46 | -0,82 | 6,62 | 2,86 |
| VAB Adm. Pública | 5,01 | 2,27 | 5,18 | 2,61 | 6,98 | 1,31 |
| VAB Total | 2,74 | -2,03 | 0,45 | 4,04 | 6,20 | 3,09 |

FONTE: IBGE – PIB dos Municípios.

De forma semelhante, a economia da RMB (e dos municípios incluídos nas RGime e RGInt) apresenta uma dinâmica de expansão durante o 2006 a 2014, seguida de uma forte desaceleração para o período de 2014 a 2016. No caso da RMB, o crescimento do PIB no primeiro período (2,70% a.a.) foi acompanhado de uma retração no período seguinte (-3,63%), fortemente influenciada pelo VAB da Indústria, que retraiu fortemente entre 2014 e 2016 na RMB (-10,71% a.a), na RGime (-6,15%) e na RGInt (-6,32%). Fenômeno semelhante ao registrado no setor de serviços, que se expandiu no primeiro período a taxas superiores a 2% a. a. para, em seguida, apresentar uma forte retração na ordem de aproximadamente 3% a.a., mas distinto do que foi registrado no VAB da Administração Pública e da Agropecuária, que manteve taxas positivas de crescimento mesmo no período de inflexão ultraliberal, em patamares superiores ao registrado na economia do Estado. Importa notar que a taxa de declínio do VAB da indústria na RGime foi menor do que a registrada na

RMB, muito possivelmente pela presença da Hydro Alunorte e outras plantas industriais de beneficiamento de minério, localizadas no município de Barcarena. (Se isolados os dados somente dos municípios da RGime, o VAB da Indústria apresenta uma taxa de crescimento de aproximadamente 8% a.a. para o período de 2014 a 2016.)

Em termos de participação na economia paraense (Tabela 2), nota-se uma redução na participação do VAB total da economia metropolitana (RGInt) sobre o VAB do Estado, que passou de 47,32% em 2006 para 39,61% em 2016. O VAB da Indústria da RGInt é o que apresentou a maior queda na participação: em 2006, equivalia a 10,81% do VAB do Estado, chegando em 2016 à participação de 7,03% na contramão do que havia sido registrado na economia estadual, em que a participação da Indústria sobre o VAB aumentou de 27,55% em 2006 para 38,41% em 2016. Nesse sentido, prevalece no VAB da economia metropolitana a forte participação do setor de Serviços, excluindo a Administração Pública, que chegou a ser superior a 50% do VAB total durante todo o período de 2006 a 2016. O VAB da Administração Pública, por sua vez, foi o que apresentou o maior crescimento percentual na participação sobre o VAB total da RGInt, saindo de 17,16% em 2006 para 22,27% em 2016.

O predomínio do setor terciário na economia metropolitana corresponde a um fenômeno que vem se consolidando pelo menos desde a metade da década de 1990, quando teve início uma redução sistemática na participação da indústria no PIB da RMB como reflexo indireto do processo de abertura financeira e comercial do país e de mudança de rumo das políticas de incentivo fiscal para a industrialização regional. Contudo, se, por um lado, a hegemonia do terciário se apresentou como um fenômeno consolidado na economia da RMB, por outro lado, não é possível afirmar que tenha ocorrido uma dispersão dessa dinâmica para os municípios da RGime e RGInt. Se excluirmos os dados dos municípios da RMB, é possível observar que o setor de Serviços perde a predominância sobre o VAB total na economia desses municípios para outros setores, como Indústria, no caso da RGime (39,24%), e Administração Pública, no caso da RGInt (36,57%). Nesse último caso, é importante notar que a participação do VAB da Administração Pública apresenta uma taxa de crescimento superior a 10% a.a. tanto para o período de 2006 a 2014 (13,09%), quanto para o período de inflexão ultraliberal de 2014 a 2016 (10,28%).

Assim, o que se observa é que o padrão de crescimento registrado nas contas municipais reafirma o peso do setor de Serviços e, particularmente, da Administração Pública na economia metropolitana. Isto realça uma característica central da RMB e dos municípios das suas RGime e RGInt, que é a de uma economia fortemente dependente dos gastos do Estado, tanto a partir de políticas sociais de expansão da infraestrutura social e urbana, quanto por meio de políticas redistributivas. Em grande medida, os dados dos vínculos formais do mercado de trabalho permitem observar essas dinâmicas com maior nível de detalhamento.

Apesar de os dados do PIB evidenciarem os setores mais dinâmicos da economia metropolitana, vale observar de que modo o mercado de trabalho se comportou no período. Para isso, são empreendidas análises dos vínculos empregatícios registrados na RAIS por setor da economia, desagregando também nesses vínculos os ramos das atividades econômicas incluídos em cada setor.

3. Dinâmicas do setor e dos ramos de atividades de comércio e serviços

Como era previsto, seguindo o padrão de crescimento do VAB da última década, o setor de serviços aparece como a principal fonte de empregos formais da economia metropolitana, com forte predominância do funcionalismo público. Como mostra a Tabela 3, para o período de 2006 a 2016 os vínculos ligados à Administração Pública representavam mais de 30% dos vínculos totais da economia metropolitana, o que significava um valor absoluto de aproximadamente 180 mil empregos que, por sua vez, correspondiam a quase 50% da massa salarial da economia metropolitana. Apesar da importância sobre a massa de salários da economia metropolitana, a taxa média de crescimento anual do funcionalismo foi pouco superior a 2% a.a. para o período de 2006 a 2014, declinando a uma taxa de -1,84% a.a. para o período seguinte. Importante realçar que, nesse universo, os municípios da RMB concentravam cerca de 82% dos vínculos ligados à Administração Pública, o que representava mais de 92% da massa de salários.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016 (EM %)

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | | | RGme | | | | | | RGInt | | | | | |
|--|--------------------------------|--------------|--------------|---|--------------|--------------|--------------------------------|--------------|--------------|---|--------------|--------------|--------------------------------|--------------|--------------|---|--------------|--------------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 0,91 | 1,05 | 1,01 | 1,45 | 1,41 | 1,49 | 0,85 | 0,98 | 0,95 | 1,46 | 1,42 | 1,53 | 0,84 | 0,94 | 0,92 | 1,45 | 1,37 | 1,49 |
| Serviços distributivos | 24,11 | 24,93 | 24,82 | 17,63 | 15,76 | 14,66 | 23,04 | 23,98 | 24,07 | 14,81 | 15,44 | 14,48 | 22,67 | 23,62 | 23,85 | 14,66 | 15,23 | 14,47 |
| Comércio e reparação de automóveis | 5,88 | 7,21 | 6,61 | 5,93 | 8,49 | 7,72 | 5,95 | 7,16 | 6,49 | 6,88 | 8,18 | 7,44 | 5,88 | 7,02 | 6,36 | 6,78 | 8,00 | 7,34 |
| Comércio atacadista | 12,66 | 14,07 | 14,04 | 11,77 | 15,97 | 16,64 | 12,25 | 13,41 | 13,28 | 13,34 | 15,09 | 15,80 | 12,16 | 13,38 | 13,32 | 13,15 | 14,75 | 15,71 |
| Comércio varejista | 59,32 | 56,05 | 56,29 | 41,14 | 47,72 | 48,42 | 59,77 | 56,82 | 56,97 | 47,87 | 47,08 | 48,30 | 60,11 | 57,54 | 57,69 | 47,16 | 46,02 | 49,15 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 19,22 | 20,42 | 20,79 | 20,58 | 24,05 | 23,55 | 19,24 | 20,47 | 21,08 | 24,61 | 24,41 | 24,99 | 19,11 | 20,01 | 20,53 | 24,25 | 23,86 | 24,42 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 2,92 | 2,24 | 2,26 | 20,58 | 3,76 | 3,66 | 2,79 | 2,13 | 2,17 | 6,25 | 3,55 | 3,47 | 2,74 | 2,06 | 2,11 | 6,16 | 3,47 | 3,37 |
| Serviços produtivos | 9,00 | 9,76 | 9,37 | 9,60 | 10,23 | 9,98 | 8,58 | 9,05 | 8,73 | 9,30 | 9,69 | 9,51 | 8,27 | 8,66 | 8,42 | 9,20 | 9,42 | 9,26 |
| Serviços Financeiros | 20,69 | 16,31 | 17,62 | 45,15 | 34,32 | 35,62 | 20,17 | 16,47 | 17,74 | 44,63 | 34,45 | 35,89 | 20,43 | 16,71 | 18,03 | 44,00 | 34,14 | 36,53 |
| Administração e comércio de imóveis | 1,11 | 1,69 | 1,55 | 0,42 | 1,00 | 0,87 | 1,16 | 1,88 | 1,72 | 0,46 | 1,12 | 0,97 | 1,15 | 1,86 | 1,70 | 0,45 | 1,11 | 0,96 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 19,63 | 18,43 | 19,51 | 19,35 | 22,65 | 24,18 | 19,23 | 18,64 | 19,79 | 19,12 | 22,46 | 24,08 | 19,26 | 18,64 | 19,84 | 18,85 | 22,26 | 23,89 |
| Serviços de TI | 4,43 | 3,03 | 3,65 | 6,34 | 5,67 | 6,00 | 4,36 | 2,96 | 3,54 | 6,24 | 5,52 | 5,86 | 4,34 | 2,94 | 3,52 | 6,16 | 5,47 | 5,78 |
| Serviços de apoio à produção e serviços pessoais | 54,14 | 60,55 | 57,67 | 28,73 | 36,36 | 33,33 | 55,08 | 60,05 | 57,21 | 29,13 | 35,98 | 33,20 | 54,81 | 59,85 | 56,90 | 28,72 | 35,65 | 32,84 |

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | RGime | | | | RGInt | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--------------|---|--------------|--------------------------------|--------------|---|--------------|--------------------------------|--------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Distribuição do emprego formal | | Distribuição setorial da massa salarial | | Distribuição do emprego formal | | Distribuição setorial da massa salarial | | Distribuição do emprego formal | | Distribuição setorial da massa salarial | | | | | | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | | | | | | |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 10,22 | 11,11 | 12,33 | 10,78 | 12,07 | 13,99 | 9,46 | 10,26 | 11,38 | 10,28 | 11,25 | 13,11 | 9,21 | 9,87 | 11,06 | 10,06 | 10,91 | 12,72 |
| Educação | 43,80 | 43,70 | 43,31 | 60,54 | 62,35 | 59,76 | 43,73 | 43,67 | 43,29 | 60,15 | 62,06 | 59,69 | 43,28 | 43,49 | 43,19 | 59,88 | 61,63 | 59,37 |
| Serviços de saúde e assistência social | 32,85 | 39,88 | 42,46 | 22,93 | 27,92 | 31,52 | 32,57 | 39,94 | 42,61 | 22,79 | 27,84 | 31,59 | 32,74 | 39,90 | 42,50 | 22,69 | 27,65 | 31,82 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 23,35 | 16,41 | 14,23 | 16,54 | 9,72 | 8,71 | 23,70 | 16,39 | 14,10 | 16,68 | 9,74 | 8,72 | 23,97 | 16,61 | 14,31 | 16,61 | 9,67 | 8,81 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 35,34 | 30,05 | 30,99 | 50,95 | 48,89 | 49,36 | 35,42 | 30,27 | 31,13 | 49,95 | 47,30 | 47,64 | 36,51 | 31,69 | 32,26 | 49,82 | 47,29 | 47,71 |
| Serviços Pessoais | 7,14 | 8,84 | 9,59 | 3,18 | 4,23 | 4,45 | 6,61 | 8,15 | 8,87 | 3,05 | 3,97 | 4,21 | 6,38 | 7,78 | 8,52 | 2,98 | 3,85 | 4,08 |
| Alojamento e alimentação | 34,91 | 32,50 | 29,92 | 32,93 | 30,61 | 28,57 | 36,01 | 33,38 | 31,00 | 33,61 | 31,02 | 29,25 | 36,09 | 33,60 | 31,19 | 33,49 | 31,54 | 29,67 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 10,72 | 11,33 | 11,02 | 17,23 | 19,37 | 17,93 | 10,56 | 11,30 | 10,95 | 16,95 | 19,17 | 17,80 | 10,58 | 11,29 | 11,01 | 16,89 | 19,14 | 17,71 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 54,21 | 56,10 | 59,04 | 49,70 | 49,97 | 53,48 | 53,27 | 55,24 | 58,02 | 48,90 | 49,27 | 52,93 | 53,15 | 55,01 | 57,77 | 48,72 | 49,25 | 52,59 |
| Serviços Domésticos | 0,16 | 0,07 | 0,03 | 0,14 | 0,06 | 0,02 | 0,17 | 0,09 | 0,03 | 0,14 | 0,07 | 0,02 | 0,19 | 0,10 | 0,03 | 0,14 | 0,08 | 0,03 |

FONTE: MTE – Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS (2020).

Na sequência, aparecem os vínculos do setor de Serviços Distributivos, onde estão concentrados os empregos ligados ao ramo do comércio varejistas e atacadistas, representando cerca de 22% dos vínculos totais da economia metropolitana, sendo que 91% destes estavam concentrados nos municípios da RMB. Apesar da dimensão sobre o total de vínculos, a massa de salários do setor de Serviços Distributivos representava pouco mais de 14% do total, substancialmente abaixo da massa de salários da Administração Pública e próximo da massa de salários do setor de Serviços Sociais (nos quais foram incluídos os ramos de ligados à educação e saúde que, mesmo concentrando apenas 9% do total de vínculos, representavam 12% da massa de salários da economia metropolitana).

De um modo geral, o emprego formal no setor de Serviços expandiu-se a uma taxa média de 3,92% a.a. para o período de 2006 a 2014, apresentando taxas negativas de crescimento (-0,98% a.a.) para o período seguinte. Contudo, essa dinâmica se desdobra de forma diversa entre os setores e ramos de atividades do terciário. Se observarmos os municípios da RMB, o setor de Serviços Pessoais foi o que apresentou a maior taxa de crescimento (6,88% a.a.) para o período de 2006 a 2014, com destaque para os ramos de Alojamento e Alimentação (5,93% a.a.) e atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão (7,63% a.a.). Na sequência, aparece o setor de Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organização, o único a apresentar taxas positivas de crescimento para os dois períodos analisados, com destaque para o ramo de Serviços de Saúde e Assistência Social, que cresceu a uma taxa média de 7,75% a.a., entre 2006 e 2014, e praticamente manteve o ritmo de expansão (6,16% a.a.) no período seguinte.

Em contraponto, o setor de Serviços Sociais-Administração Pública, apesar de sua importância na economia metropolitana, foi o que apresentou a menor taxa média de crescimento anual (1,98%) entre 2006 e 2014, e crescimento negativo (-0,80% a.a.) para o período de 2014 a 2016. Da mesma forma, o Setor de Serviços Distributivos apresenta um crescimento significativo para o primeiro período (4,5% a.a.), comandado fortemente pelo ramo de comércio e reparação de automóveis, que apresentou

a mais elevada taxa média de crescimento (7,21% a.a.) para o período de 2006 a 2014, seguido de uma forte desaceleração (-6,72% a.a.) no período seguinte, possivelmente afetados pelo fim dos subsídios no início de 2015, previamente criados em 2010 pelo Governo Federal como forma de debelar o impacto da crise internacional na economia brasileira. Por fim, o Setor de Serviços Produtivos foi o que apresentou a maior queda no período de 2014 a 2016 (-4,27% a.a.), com destaque para o ramo de Administração e Comércio de Imóveis (-8,28% a.a.), depois de registrar um forte crescimento no período anterior (10,82% a.a.), o que se deve à forte queda no Setor da Construção Civil motivada pela elevação da taxa de juros para o mercado imobiliário e o arrefecimento do investimento em habitação a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), bem como o clima de incerteza para financiamentos de longo prazo dada a crise política estabelecida em 2015.

Em recortes territoriais que excluem os vínculos dos municípios da RMB, nota-se uma expansão (12,91% a.a.) nos vínculos ligados ao Ramo de Transporte, Armazenagem e Distribuição, entre os municípios que pertencem apenas à RGInt, quase dobrando o número de empregados registrados entre os anos de 2014 e 2016. Além disso, chama a atenção a continuidade da expansão do Setor de Serviços Sociais, especialmente do ramo de Serviços de Saúde, que mantém um forte ritmo de crescimento, mesmo após 2014.

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE SERVIÇOS COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | RGme | | | | RGInt | | | | | | |
|--|--------------------------------|---------|-------------------------------|-----------|--------------------------------|--------|-------------------------------|---------|--------------------------------|-------|-------------------------------|-----------|-----------|-------|-------|
| | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | | |
| Serviços industriais de utilidade pública | 3.499 | 5.525 | 5.070 | 5,88 | -4,21 | 3.607 | 5.746 | 5.303 | 5,99 | -3,93 | 3.712 | 5.815 | 5.380 | 5,77 | -3,81 |
| Serviços distributivos | 92.574 | 131.691 | 125.067 | 4,50 | -2,55 | 97.264 | 140.189 | 134.251 | 4,68 | -2,14 | 99.807 | 145.866 | 139.386 | 4,86 | -2,25 |
| Comércio e reparação de automóveis | 5.442 | 9.501 | 8.267 | 7,21 | -6,72 | 5.789 | 10.038 | 8.714 | 7,12 | -6,83 | 5.866 | 10.237 | 8.860 | 7,21 | -6,97 |
| Comércio atacadista | 11.724 | 18.533 | 17.556 | 5,89 | -2,67 | 11.911 | 18.801 | 17.826 | 5,87 | -2,63 | 12.141 | 19.518 | 18.560 | 6,11 | -2,49 |
| Comércio varejista | 54.918 | 73.816 | 70.406 | 3,77 | -2,34 | 58.136 | 79.657 | 76.487 | 4,02 | -2,01 | 59.993 | 83.925 | 80.406 | 4,29 | -2,12 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 17.790 | 26.896 | 26.006 | 5,30 | -1,67 | 18.715 | 28.700 | 28.306 | 5,49 | -0,69 | 19.076 | 29.181 | 28.613 | 1,00 | -0,98 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 2.700 | 2.945 | 2.832 | 1,09 | -1,94 | 2.713 | 2.993 | 2.918 | 1,24 | -1,26 | 2.731 | 3.005 | 2.947 | 1,20 | -0,97 |
| Serviços produtivos | 34.562 | 51.533 | 47.230 | 5,12 | -4,27 | 36.225 | 52.941 | 48.722 | 4,86 | -4,07 | 36.418 | 53.471 | 49.215 | 4,92 | -4,06 |
| Serviços Financeiros | 7.151 | 8.404 | 8.324 | 2,04 | -0,48 | 7.306 | 8.721 | 8.642 | 2,24 | -0,45 | 7.441 | 8.936 | 8.875 | 2,31 | -0,34 |
| Administração e comércio de imóveis | 382 | 869 | 731 | 10,82 | -8,28 | 420 | 993 | 839 | 11,36 | -8,08 | 420 | 993 | 839 | 11,36 | -8,08 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 6.786 | 9.495 | 9.214 | 4,29 | -1,49 | 6.967 | 9.868 | 9.642 | 4,45 | -1,15 | 7.015 | 9.966 | 9.766 | 4,49 | -1,01 |
| Serviços de TI | 1.531 | 1.564 | 1.722 | 0,27 | 4,93 | 1.580 | 1.569 | 1.726 | -0,09 | 4,88 | 1.581 | 1.572 | 1.733 | -0,07 | 5,00 |
| Serviços de apoio à produção e serviços pessoais | 18.712 | 31.201 | 27.239 | 6,60 | -6,56 | 19.952 | 31.790 | 27.873 | 6,00 | -6,36 | 19.961 | 32.004 | 28.002 | 6,08 | -6,46 |

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | RGime | | | | RGInt | | | | | | |
|--|--------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|----------------|-------------------------------|----------------|-------------|--------------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 39.237 | 58.706 | 62.138 | 5,17 | 2,88 | 39.939 | 59.986 | 63.503 | 5,22 | 2,89 | 40.543 | 60.933 | 64.618 | 5,22 | 2,98 |
| Educação | 17.187 | 25.656 | 26.909 | 5,14 | 2,41 | 17.464 | 26.194 | 27.491 | 5,20 | 2,45 | 17.549 | 26.499 | 27.909 | 5,29 | 2,63 |
| Serviços de saúde e assistência social | 12.888 | 23.414 | 26.386 | 7,75 | 6,16 | 13.009 | 23.959 | 27.059 | 7,93 | 6,27 | 13.274 | 24.313 | 27.461 | 7,86 | 6,28 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 9.162 | 9.636 | 8.843 | 0,63 | -4,20 | 9.466 | 9.833 | 8.953 | 0,48 | -4,58 | 9.720 | 10.121 | 9.248 | 0,51 | -4,41 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 135.703 | 158.725 | 156.188 | 1,98 | -0,80 | 149.538 | 176.972 | 173.651 | 2,13 | -0,94 | 160.712 | 195.707 | 188.578 | 2,49 | -1,84 |
| Serviços Pessoais | 27.399 | 46.669 | 48.318 | 6,88 | 1,75 | 27.903 | 47.629 | 49.456 | 6,91 | 1,90 | 28.083 | 48.047 | 49.821 | 6,94 | 1,83 |
| Alojamento e alimentação | 9.566 | 15.166 | 14.456 | 5,93 | -2,37 | 10.047 | 15.897 | 15.331 | 5,90 | -1,80 | 10.136 | 16.142 | 15.538 | 5,99 | -1,89 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 2.937 | 5.287 | 5.323 | 7,63 | 0,34 | 2.946 | 5.380 | 5.417 | 7,82 | 0,34 | 2.970 | 5.425 | 5.485 | 7,82 | 0,55 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 14.853 | 26.181 | 28.526 | 7,34 | 4,38 | 14.863 | 26.308 | 28.692 | 7,40 | 4,43 | 14.925 | 26.431 | 28.781 | 7,41 | 4,35 |
| Serviços Domésticos | 43 | 35 | 13 | -2,54 | -39,06 | 47 | 44 | 16 | -0,82 | -39,70 | 52 | 49 | 17 | -0,74 | -41,10 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE SERVIÇOS COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | Rgime-RMB | | | | RGInt-RGime | | | | | | |
|--|--------------------------------|---------|-------------------------------|-----------|--------------------------------|-------|-------------------------------|------|--------------------------------|--------|-------------------------------|-----------|-----------|--------|--------|
| | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | Distribuição do emprego formal | | Taxa média de crescimento (%) | | | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | | |
| Serviços industriais de utilidade pública | 3.499 | 5.525 | 5.070 | 5,88 | -4,21 | 105 | 69 | 77 | -5,11 | 5,64 | 108 | 221 | 233 | 9,36 | 2,68 |
| Serviços distributivos | 92.574 | 131.691 | 125.067 | 4,50 | -2,55 | 2.543 | 5.677 | 5135 | 10,56 | -4,89 | 4.690 | 8.498 | 9.184 | 7,71 | 3,96 |
| Comércio e reparação de automóveis | 5.442 | 9.501 | 8.267 | 7,21 | -6,72 | 77 | 199 | 146 | 12,60 | -14,35 | 347 | 537 | 447 | 5,61 | -8,76 |
| Comércio atacadista | 11.724 | 18.533 | 17.556 | 5,89 | -2,67 | 230 | 717 | 734 | 15,27 | 1,18 | 187 | 268 | 270 | 4,60 | 0,37 |
| Comércio varejista | 54.918 | 73.816 | 70.406 | 3,77 | -2,34 | 1.857 | 4.268 | 3919 | 10,96 | -4,18 | 3.218 | 5.841 | 6.081 | 7,74 | 2,03 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 17.790 | 26.896 | 26.006 | 5,30 | -1,67 | 361 | 481 | 307 | 3,65 | -20,11 | 925 | 1.804 | 2.300 | 8,71 | 12,91 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 2.700 | 2.945 | 2.832 | 1,09 | -1,94 | 18 | 12 | 29 | -4,94 | 55,46 | 13 | 48 | 86 | 17,74 | 33,85 |
| Serviços produtivos | 34.562 | 51.533 | 47.230 | 5,12 | -4,27 | 193 | 530 | 493 | 13,46 | -3,55 | 1.663 | 1.408 | 1.492 | -2,06 | 2,94 |
| Serviços Financeiros | 7.151 | 8.404 | 8.324 | 2,04 | -0,48 | 135 | 215 | 233 | 5,99 | 4,10 | 155 | 317 | 318 | 9,36 | 0,16 |
| Administração e comércio de imóveis | 382 | 869 | 731 | 10,82 | -8,28 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 38 | 124 | 108 | 15,93 | -6,67 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 6.786 | 9.495 | 9.214 | 4,29 | -1,49 | 48 | 98 | 124 | 9,33 | 12,49 | 181 | 373 | 428 | 9,46 | 7,12 |
| Serviços de TI | 1.531 | 1.564 | 1.722 | 0,27 | 4,93 | 1 | 3 | 7 | 14,72 | 52,75 | 49 | 5 | 4 | -24,82 | -10,56 |
| Serviços de apoio à produção e serviços pessoais | 18.712 | 31.201 | 27.239 | 6,60 | -6,56 | 9 | 214 | 129 | 48,60 | -22,36 | 1.240 | 589 | 634 | -8,89 | 3,75 |

| Classificação das Atividades Econômicas (Setor de serviços) | RMB | | | | | | Rgime-RMB | | | | | | RGInt-RGIme | | | | | |
|--|--------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------|--------------|-----------|--------------------------------|---------------|--------------|-------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------|---------------|-------------|-------------------------------|-----------|-----------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | | | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | | | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006-2014 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 39.237 | 58.706 | 62.138 | 5,17 | 2,88 | | 604 | 947 | 1115 | 5,78 | 8,51 | 702 | 1.280 | 1.365 | 7,80 | 3,27 | | |
| Educação | 17.187 | 25.656 | 26.909 | 5,14 | 2,41 | | 85 | 305 | 418 | 17,32 | 17,07 | 277 | 538 | 582 | 8,65 | 4,01 | | |
| Serviços de saúde e assistência social | 12.888 | 23.414 | 26.386 | 7,75 | 6,16 | | 265 | 354 | 402 | 3,69 | 6,56 | 121 | 545 | 673 | 20,70 | 11,12 | | |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 9.162 | 9.636 | 8.843 | 0,63 | -4,20 | | 254 | 288 | 295 | 1,58 | 1,21 | 304 | 197 | 110 | -5,28 | -25,28 | | |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 135.703 | 158.725 | 156.188 | 1,98 | -0,80 | | 11.174 | 18.735 | 14927 | 6,67 | -10,74 | 13.835 | 18.247 | 17.463 | 3,52 | -2,17 | | |
| Serviços Pessoais | 27.399 | 46.669 | 48.318 | 6,88 | 1,75 | | 180 | 418 | 365 | 11,11 | -6,55 | 504 | 960 | 1.138 | 8,39 | 8,88 | | |
| Alojamento e alimentação | 9.566 | 15.166 | 14.456 | 5,93 | -2,37 | | 89 | 245 | 207 | 13,49 | -8,08 | 481 | 731 | 875 | 5,37 | 9,41 | | |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 2.937 | 5.287 | 5.323 | 7,63 | 0,34 | | 24 | 45 | 68 | 8,17 | 22,93 | 9 | 93 | 94 | 33,90 | 0,54 | | |
| Outras atividades de serviços pessoais | 14.853 | 26.181 | 28.526 | 7,34 | 4,38 | | 62 | 123 | 89 | 8,94 | -14,94 | 10 | 127 | 166 | 37,40 | 14,33 | | |
| Serviços Domésticos | 43 | 35 | 13 | -2,54 | -39,06 | | 5 | 5 | 1 | 0,00 | -55,28 | 4 | 9 | 3 | 10,67 | -42,26 | | |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

TABELA 6: TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR – 2006-2014 E 2014-2015 (EM %)

| TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE | | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo de Prestador | RMB* | | RGime | | RGInt | | Rgime-RMB | | RGInt-Rgime | |
| | 2006 - 2014 | 2014 - 2015 | 2006 - 2014 | 2014 - 2015 | 2006 - 2014 | 2014 - 2015 | 2006 - 2014 | 2014 - 2015 | 2006 - 2014 | 2014 - 2015 |
| Público | 10,34 | 3,06 | 9,40 | 3,93 | 8,77 | 2,96 | 7,26 | 6,18 | 7,02 | 0,00 |
| Filantrópico | 1,80 | 0,00 | 0,87 | 0,00 | 0,74 | -5,00 | -100,00 | 0,00 | 0,00 | -33,33 |
| Privado | 25,66 | -1,91 | 25,79 | -1,86 | 25,44 | -2,01 | 31,36 | 0,00 | 15,71 | -8,00 |
| Sindicato | -9,43 | 0,00 | -14,52 | 0,00 | -14,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE | | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo de Prestador | RMB*(a) | | Imediata (b) | | Intermediária (c) | | (b) - (a) | | (c) - (b) | |
| | 2007 - 2014 | 2014 - 2015 | 2007 - 2014 | 2014 - 2015 | 2007 - 2014 | 2014 - 2015 | 2007 - 2014 | 2014 - 2015 | 2007 - 2014 | 2014 - 2015 |
| Público | 5,72 | 5,52 | 5,62 | 5,78 | 5,48 | 5,62 | 4,91 | 7,59 | 4,69 | 4,68 |
| Filantrópico | 4,73 | -1,04 | 4,41 | -1,04 | 4,34 | -1,21 | -100,00 | 0,00 | 2,75 | -4,94 |
| Privado | 6,77 | 4,46 | 6,93 | 4,57 | 6,93 | 4,54 | 11,90 | 7,69 | 6,97 | 3,42 |
| Sindicato | -9,43 | 0,00 | -9,43 | 0,00 | -9,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Ministério da Saúde – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2020). ELABORAÇÃO: Observatório Das Metrôpoles - Núcleo Belém. *Região Metropolitana De Belém, Exclusive Castanhal.

Apesar de não ser possível discriminar qual porcentagem desses vínculos corresponde a empregados associados de forma direta ou indireta aos fundos públicos (SUS, FUNDEB etc.), cabe destacar que o período foi marcado por uma forte expansão na infraestrutura social ligada à educação pública e à saúde com a criação e ampliação de novos *campi* universitários na RMB, como o Campus Universitário de Ananindeua da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Institutos Federais em Abaetetuba, Cametá e Vigia. Em especial, o setor de Saúde¹⁰ apresentou uma forte expansão nos municípios que compõem a RMB e suas regiões imediatas e intermediárias, tanto no que diz respeito ao número de estabelecimentos quanto aos recursos humanos. No caso da RMB (Tabela 6), a expansão de estabelecimentos registrados no período de 2006 a 2014 foi mais expressiva no setor privado (25,66% a.a.),

10 Como a base de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) é mais atualizada em comparação às bases do Ministério da Educação, optamos por apresentar apenas a expansão dos serviços de saúde para o período.

seguido daqueles ligados ao SUS (10,34% a.a.), enquanto, para o período de 2014 a 2016, houve uma queda no ritmo de expansão do setor privado (-1,91% a.a.), mas uma continuidade no ritmo de expansão dos estabelecimentos ligados ao SUS (3,06% a.a.). Esse crescimento contínuo, mesmo depois de 2014, também se repete na expansão dos recursos humanos nos serviços de saúde – nesse caso, no setor privado, ocorreu a um ritmo bastante inferior (6,77% e, posteriormente, 4,46% a.a.) daquele registrado na expansão da rede física, enquanto os recursos humanos ligados ao SUS se expandiram a um ritmo semelhante (5,72% e, posteriormente, 5,52% a.a.) ao da rede física sem apresentar grandes desacelerações a partir de 2014.

4. Dinâmicas do setor e dos ramos da construção civil

Apesar de representar um universo reduzido se comparada à Administração Pública ou ao setor de Serviços Distributivos, chegando a pouco mais de 8,0% dos vínculos em 2014 nos municípios da RGime (Tabela 7), a construção civil foi o setor que apresentou a maior taxa de crescimento para o período de 2006 a 2014 (11,02% a.a.). A expansão no número de vínculos é substancial, passando de pouco mais de 18 mil vínculos em 2006 para um montante superior a 40 mil vínculos em 2014. Em grande medida, o crescimento do setor foi impulsionado pela expansão no Ramo de Incorporação de Atividades Imobiliárias (14,75% a.a.) e de Construção de Edifícios (12,21% a.a.), sendo este responsável por aproximadamente 53,0% dos vínculos gerados no Setor da Construção Civil, em 2014. Cabe destacar que, nos dois ramos, a predominância da RMB em relação à sua RGime e RGInt é significativa, concentrando mais de 95,0% dos vínculos registrados em todo o período. Por sua vez, a massa salarial da construção civil não ultrapassou o patamar de 5,0% da massa salarial da economia metropolitana (Tabela 8), com o Ramo de Construção de Edifícios correspondendo a pouco mais de 50,0% da massa de salários do setor para a RMB e um pouco abaixo (49,05%) quando se observam os municípios da RGInt.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006, 2014 E 2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (CONSTRUÇÃO CIVIL) | RMB | | | RGime | | | RGInt | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--------|--------|--------------------------------|-----------|-------------------------------|--------------------------------|--------|--------|-----------|-----------|-------------------------------|--------|--------|--------|-------|--------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição do emprego formal | | | | | | | | | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | Taxa média de crescimento (%) | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | Taxa média de crescimento (%) | | | | | |
| Construção | 18.213 | 42.033 | 29.961 | 11,02 | -15,57 | | 22.395 | 47.211 | 34.036 | 9,77 | -15,09 | | 22.737 | 47.687 | 34.416 | 9,70 | -15,05 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 1.486 | 4.468 | 1.923 | 14,75 | -34,40 | | 1.486 | 4.473 | 1.962 | 14,77 | -33,77 | | 1.486 | 4.473 | 1.970 | 14,77 | -33,64 |
| Construção de edifícios | 8.921 | 22.438 | 17.169 | 12,22 | -12,53 | | 9.615 | 23.951 | 17.794 | 12,08 | -13,81 | | 9.650 | 24.234 | 18.048 | 12,20 | -13,70 |
| Obras de infraestruturas | 4.534 | 6.816 | 5.002 | 5,23 | -14,33 | | 6.647 | 8.680 | 6.545 | 3,39 | -13,16 | | 6.730 | 8.774 | 6.645 | 3,37 | -12,97 |
| Serviços especializados para construção | 3.272 | 8.311 | 5.867 | 12,36 | -15,98 | | 4.647 | 10.107 | 7.735 | 10,20 | -12,52 | | 4.871 | 10.206 | 7.753 | 9,69 | -12,84 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL E DA MASSA SALARIAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (CONSTRUÇÃO CIVIL) | RMB | | | | | | RGime | | | | | | RGInt | | | | | |
|--|--------------------------------|-------|-------|---|-------|-------|--------------------------------|-------|-------|---|-------|-------|--------------------------------|-------|-------|---|-------|-------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Construção | 4,74 | 7,96 | 5,95 | 2,64 | 4,64 | 3,47 | 5,30 | 8,07 | 6,10 | 3,36 | 4,79 | 3,72 | 5,17 | 7,72 | 5,89 | 3,28 | 4,73 | 3,61 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 8,16 | 10,63 | 6,42 | 9,71 | 9,69 | 6,77 | 6,64 | 9,47 | 5,76 | 7,17 | 8,64 | 5,91 | 6,54 | 9,38 | 5,72 | 7,17 | 8,44 | 5,92 |
| Construção de edifícios | 48,98 | 53,38 | 57,30 | 41,51 | 52,60 | 54,48 | 42,93 | 50,73 | 52,28 | 33,56 | 49,55 | 49,13 | 42,44 | 50,82 | 52,44 | 33,65 | 49,05 | 49,10 |
| Obras de infraestruturas | 24,89 | 16,22 | 16,70 | 32,75 | 18,36 | 19,20 | 29,68 | 18,39 | 19,23 | 37,13 | 19,72 | 22,23 | 29,60 | 18,40 | 19,31 | 37,34 | 20,85 | 22,25 |
| Serviços especializados para construção | 17,97 | 19,77 | 19,58 | 16,03 | 19,35 | 19,55 | 20,75 | 21,41 | 22,73 | 21,01 | 21,65 | 22,72 | 21,42 | 21,40 | 22,53 | 21,84 | 21,66 | 22,73 |

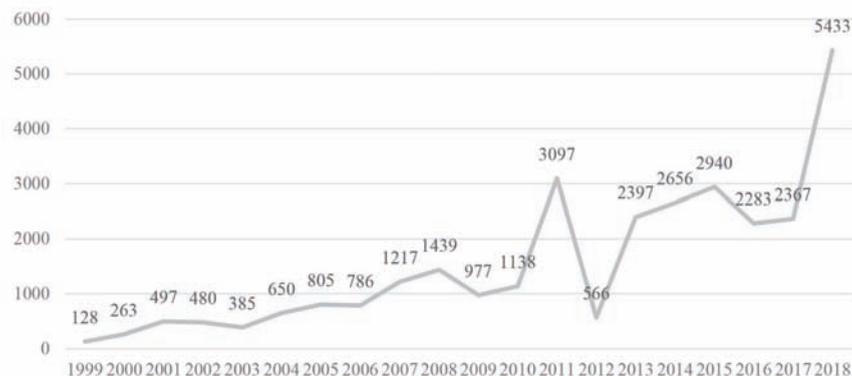
FONTE: MTE – Relação Annual de Informações Sociais (RAIS).

É possível atribuir a expansão do período de 2006 a 2014 a dois fenômenos principais associados ao contexto do social-desenvolvimentismo: a forte expansão do mercado imobiliário da RMB e as obras de infraestrutura ligadas ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). No primeiro caso, a expansão se iniciou em 2005 e impulsionada por melhorias institucionais nas condições de acesso ao crédito no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além da elevação da renda familiar. O crescimento no mercado imobiliário da RMB foi inicialmente capitaneado por incorporadoras locais, já atuantes no mercado desde os anos 1990, expandindo-se vertiginosamente com a entrada de grandes incorporadoras nacionais no mercado da RMB a partir de 2007, que atuavam tanto no mercado residencial de alto padrão, quanto na produção de Habitação Social de Mercado, apoiando-se nos subsídios das faixas 2 e 3 do PMCMV. Esse contexto permitiu a expansão do estoque habitacional em toda RMB¹¹, com destaque para a produção imobiliária de mercado realizada em Belém que, entre 2005 e 2016, representou um montante superior a 10 mil unidades distribuídas entre os segmentos médio, médio-alto e alto (Gráfico 2).

Além disso, a produção incluída nos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV somou nesse período um total de 9.462 unidades habitacionais em Belém e aproximadamente 30 mil unidades se incluirmos a RMB e os municípios da RGime e RGInt. Nesse caso, é importante notar (Tabela 9) a forte redução de investimentos disponibilizados para o faixa 1 do PMCMV, que saíram de uma faixa de R\$ 700 milhões de investimentos em 2013, incluindo todos os municípios da RGInt, para menos de R\$ 3 milhões de investimento em 2015, e pouco menos de R\$ 100 milhões apenas em 2017.

11 Dos sete municípios que compõem a RMB, apenas Belém possui diretrizes de uso e ocupação do solo ativas há pelo menos 20 anos, o que permitiu a construção de um banco de dados com os principais empreendimentos aprovados na Secretaria Municipal de Urbanismo. Nos outros municípios, são dados da PNAD que ratificam essa afirmação, estimando um aumento de aproximadamente 100 mil domicílios nos municípios da RMB entre 2006 e 2015.

GRÁFICO 2. NÚMERO DE UNIDADES ENTREGUES A PARTIR DOS ALVARÁS DE “HABITE-SE” EXPEDIDOS PARA EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DE BELÉM (SEURB) –1999-2018



FONTE: SEURB (2008; 2018). Elaboração: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Belém.

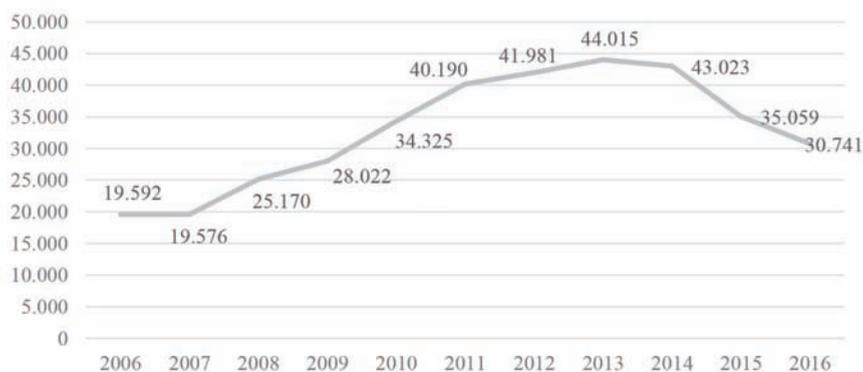
TABELA 9: VALORES DOS EMPREENDIMENTOS
FAIXA 1 DO PMCMV – 2009-2018 (EM R\$)

| | RMB | RGime | RGInt |
|-------------|----------------|----------------|----------------|
| 2009 | 123.898.753,06 | 123.898.753,06 | 123.898.753,06 |
| 2011 | 52.776.129,39 | 52.776.129,39 | 52.776.129,39 |
| 2010 | 142.716.089,42 | 170.952.760,01 | 262.826.880,02 |
| 2012 | 126.116.205,99 | 177.016.205,99 | 257.663.476,98 |
| 2013 | 634.998.219,20 | 677.319.219,20 | 770.989.719,20 |
| 2014 | 487.343.727,63 | 499.116.812,81 | 548.691.812,81 |
| 2015 | — | 2.803.500 | 2.803.500 |
| 2016 | 1.663.200 | 16.850.100 | 24.410.100 |
| 2017 | 78.075.841,11 | 78.075.841,11 | 78.075.841,11 |
| 2018 | — | 6.932.300 | 10.226.100 |

FONTE: Caixa Econômica Federal (2018). Elaboração: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Belém.

Os investimentos do PAC, por sua vez, contribuem diretamente para a expansão nos vínculos incluídos no Ramo de Obras de Infraestruturas (4,55% a.a.) para o período de 2006 a 2014, concentrando, porém, um número muito menor de trabalhadores se comparado à Construção de Edifícios, com cerca de 8.600 vínculos em média para o período, além de apresentar uma variação muito ampla de ano a ano em comparação a outros ramos do setor (gráficos 3 e 4). Contudo, assim como os investimento do PMCMV, nota-se uma forte retração no número de obras de infraestrutura financiadas pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e incluídos no PAC a partir de 2015 (gráficos 5 e 6), saindo de 52 empreendimentos contratados em 2015 para apenas três contratados em 2016 e 2017¹². Essa queda é um pouco mais demorada em obras de infraestrutura financiadas pelo Orçamento Geral da União (OGU), ocorrendo no final de 2016 quando saímos de um patamar de 60 obras contratadas na RGInt para apenas nove obras contratadas em 2017.

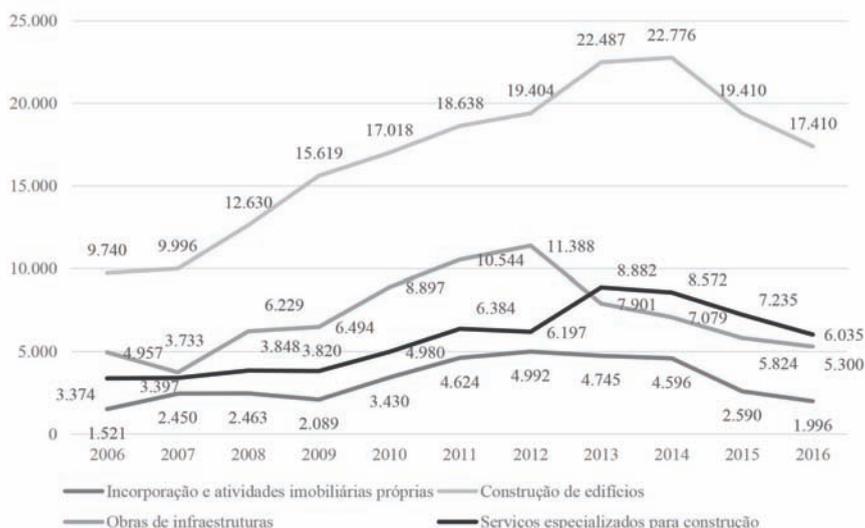
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS DO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA RMB – 2006-2016



FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

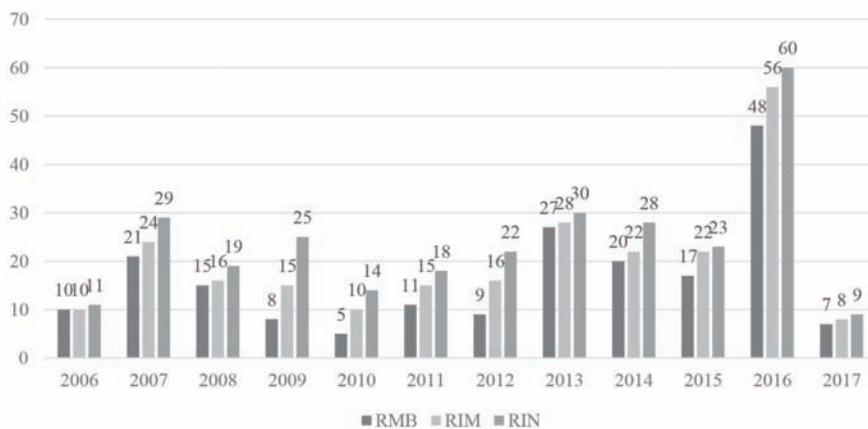
¹² Não foi possível localizar o volume financeiro dessas contratações, em que pese a base de dados disponível sobre o PAC não apresentar dados atualizados dos valores que foram empregados por empreendimento a cada ano; por isso, optou-se pelo uso do número de empreendimentos contratados por ano.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS POR RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA RMB – 2006-2016



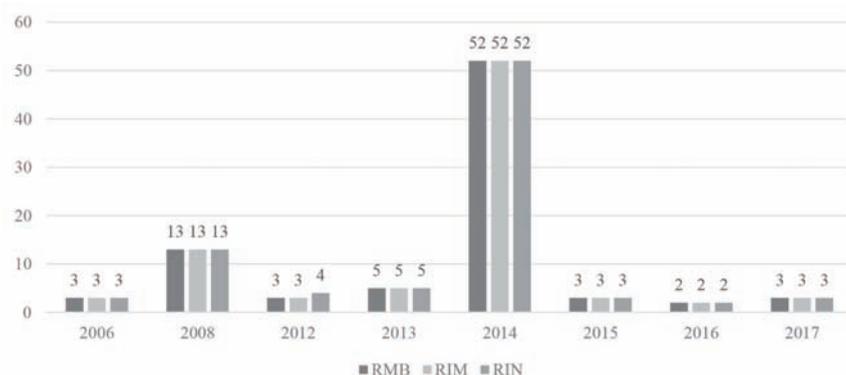
FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

GRÁFICO 5: NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DO PAC VIA OGU – 2006-2017



FONTE: Ministério do Planejamento (2017).

GRÁFICO 6: NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DO PAC VIA FGTS – 2006-2017



FONTE: Ministério do Planejamento (2017).

Assim, mesmo registrando uma forte expansão no período de 2006 a 2014, é na Construção Civil onde se observam os maiores declínios no período subsequente (-15,57% a.a.), com um acentuado impacto no Ramo de Obras de Infraestrutura que encolheu aproximadamente 13% a.a., chegando a 2016 com uma quantidade de vínculos inferior ao que havia sido registrado no início da década. Os Ramos de Construção de Edifícios e de Incorporação, apesar de apresentar uma forte retração, ainda mantiveram os vínculos em um patamar superior ao registrado em 2006, o que parece indicar a manutenção dos empregos necessários para a finalização das obras que se encontravam em andamento sem que tenham sido registrado no período lançamentos imobiliários de grande escala.

5. Dinâmicas do setor e dos ramos da indústria

Os dados de vínculos gerados pelo Setor Secundário no período deixam mais evidente a perda de importância relativa da indústria na economia metropolitana, um processo que vem se acentuando ao longo do tempo, mas que se acelerou na última década. Na RMB, o crescimento registrado no período de 2006 a 2014 (Tabela 10) foi verificado apenas nos vínculos ligados às Indústrias de Média-Alta e Alta Tecnologia (7% a.a.), conduzida pelo Ramo de Indústrias de Média-Alta Intensidade Tecnológica (7,36% a.a.).

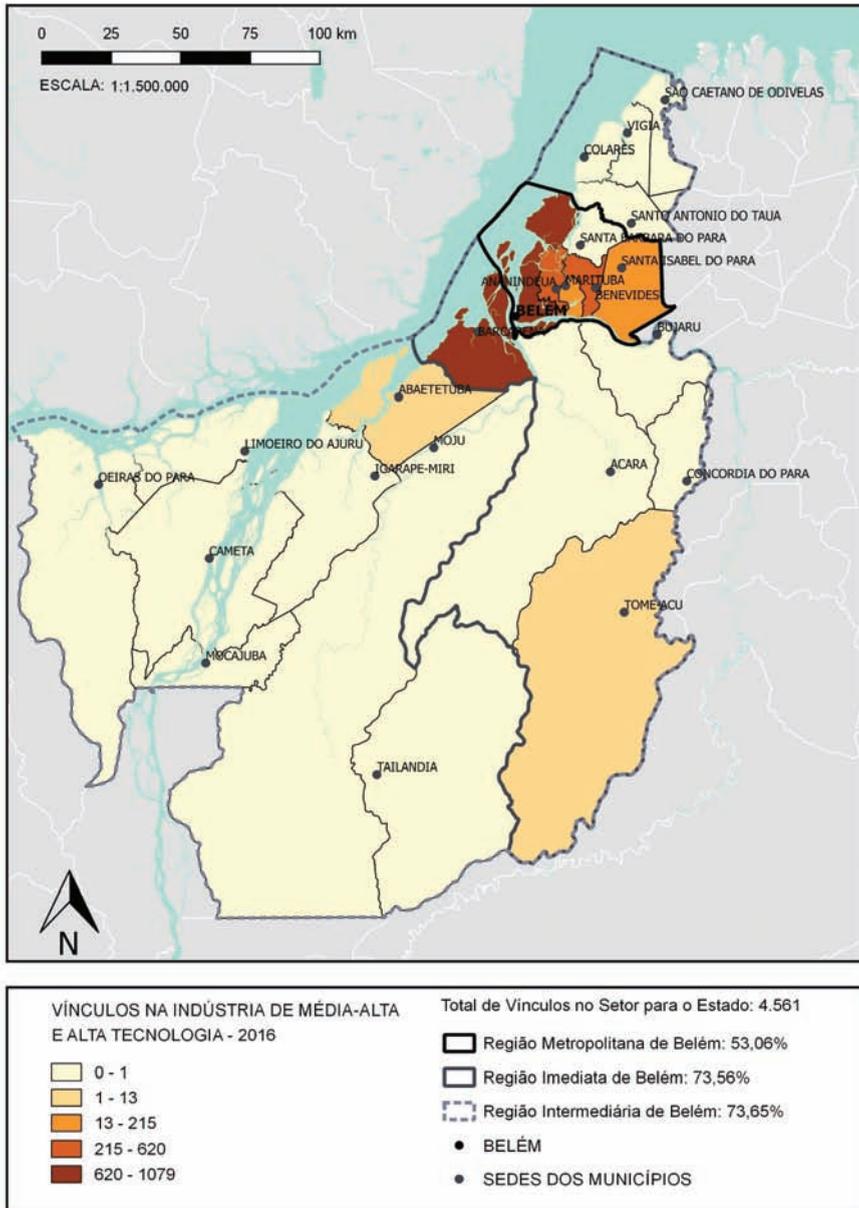
De todo modo, mesmo que apresente uma expansão significativa no período, a participação do setor na economia metropolitana é bastante reduzida, não chegando a 0,5% do total de Vínculos e Massa de Salários (Tabela 11). Em termos absolutos, isso significa um cenário em que, no ano com o maior número de vínculos no Ramo de Indústrias de Média-Alta Intensidade Tecnológica, foram observados pouco mais de 3 mil trabalhadores nos municípios da RMB e da RGInt.

Por outro lado, é importante observar que, a despeito de uma redução nas Taxas de Crescimento no Setor de Média-Alta e Alta Tecnologia nos municípios da RMB (-2,24% a.a.), para o período de 2014 a 2016, tanto a RGime quanto a RGInt apresentaram um forte crescimento no setor com expansão no número de vínculos a uma taxa superior a 4,0% a.a. Ambos foram conduzidos pelo Ramo de Indústrias de Média-Alta Intensidade Tecnológica, que cresceu a uma taxa de 4,68% a.a. para a RGInt. É possível que essa expansão tenha sido motivada pelos vínculos ligados ao polo industrial de beneficiamento de alumínio situado no município de Barcarena, como é possível visualizar na Figura 1, onde Barcarena se destaca juntamente com Belém nos Vínculos de Média-Alta e Alta Tecnologia.

No Setor de Indústrias de Baixa e Média-Baixa Intensidade Tecnológica, os dados ratificam um processo de redução da participação da indústria no mercado de trabalho da RMB e no mercado dos municípios da RGime e RGInt (Gráfico 7). A queda mais acentuada ocorreu no Ramo de Indústrias de Baixa Intensidade Tecnológica (-6,15% a.a.) para o período de 2006 a 2014, acentuando o declínio no período subsequente (-11,79% a.a.) para o período de 2014 a 2016. Em termos absolutos, essa redução da atividade industrial representou a perda de aproximadamente de 9 mil postos de trabalho em toda a RGInt, apenas no Ramo de Indústrias de Baixa Intensidade Tecnológica, passando de aproximadamente 17 mil vínculos em 2006 para cerca de oito mil em 2016.

A redução na participação das Indústrias de Baixa e Média-Baixa Tecnologia sobre o mercado de trabalho também se desdobra na perda de participação em exportações (Tabela 11), que reduzem sua participação no total exportado pelos municípios da RMB de 67,93%, em 2014, para menos da metade em 2016 (32,43%).

FIGURA 1: VÍNCULOS DO RAMO DE INDÚSTRIA DE MÉDIA-ALTA E ALTA TECNOLOGIA – 2016



FONTE: IBGE (2018); MTE - RAIS (2016); SIGIEP (2002).

TABELA 10: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – 2006-2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (SETOR SECUNDÁRIO) | RMB | | | | RGime | | | | RGInt | | | | |
|--|--------------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|-------------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 16.650 | 12.347 | 9.602 | -3,67 | 19.823 | 14.944 | 11.504 | -3,47 | 20.558 | 15.683 | 11.977 | -3,33 | -12,61 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 14.091 | 8.477 | 6.596 | -6,15 | 16.747 | 9.932 | 7.603 | -6,32 | 17.433 | 10.565 | 8.004 | -6,07 | -12,96 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 2.559 | 3.870 | 3.006 | 5,31 | 3.076 | 5.012 | 3.901 | 6,29 | 3.125 | 5.118 | 3.973 | 6,36 | -11,89 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 1.474 | 2.532 | 2.420 | 7,00 | 1.772 | 3.099 | 3.356 | 7,24 | 1.772 | 3.099 | 3.359 | 7,24 | 4,11 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 1.405 | 2.479 | 2.406 | 7,36 | 1.703 | 3.046 | 3.335 | 7,54 | 1.703 | 3.046 | 3.338 | 7,54 | 4,68 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 69 | 53 | 14 | -3,24 | 69 | 53 | 21 | -3,24 | 69 | 53 | 21 | -3,24 | -37,05 |

FONTE: MTE – Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL E DA MASSA SALARIAL NA INDÚSTRIA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR SECUNDÁRIO) | RMB | | | | | | RGIme | | | | | | RGInt | | | | | |
|--|--------------------------------|-------------|-------------|---|-------------|-------------|--------------------------------|-------------|-------------|---|-------------|-------------|--------------------------------|-------------|-------------|---|-------------|-------------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 4,34 | 2,34 | 1,91 | 2,70 | 1,40 | 1,18 | 4,70 | 2,56 | 2,06 | 2,79 | 1,49 | 1,24 | 4,67 | 2,54 | 2,05 | 2,95 | 1,53 | 1,26 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 84,63 | 68,66 | 68,69 | 84,13 | 66,70 | 68,16 | 84,48 | 66,46 | 66,09 | 81,42 | 61,62 | 63,41 | 84,80 | 67,37 | 66,83 | 83,04 | 63,62 | 64,62 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 15,37 | 31,34 | 31,31 | 15,87 | 33,30 | 31,84 | 15,52 | 33,54 | 33,91 | 18,30 | 37,57 | 36,59 | 15,20 | 32,63 | 33,17 | 16,96 | 36,38 | 35,38 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 0,38 | 0,48 | 0,48 | 0,30 | 0,41 | 0,41 | 0,42 | 0,53 | 0,60 | 0,37 | 0,57 | 0,58 | 0,40 | 0,50 | 0,57 | 0,36 | 0,55 | 0,56 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 95,32 | 97,91 | 99,42 | 96,97 | 97,81 | 99,58 | 96,11 | 98,29 | 99,37 | 97,70 | 98,56 | 99,55 | 96,11 | 98,29 | 99,37 | 97,70 | 98,56 | 99,55 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 4,68 | 2,09 | 0,58 | 3,03 | 2,19 | 0,42 | 3,89 | 1,71 | 0,63 | 2,30 | 1,44 | 0,45 | 3,89 | 1,71 | 0,63 | 2,30 | 1,44 | 0,45 |

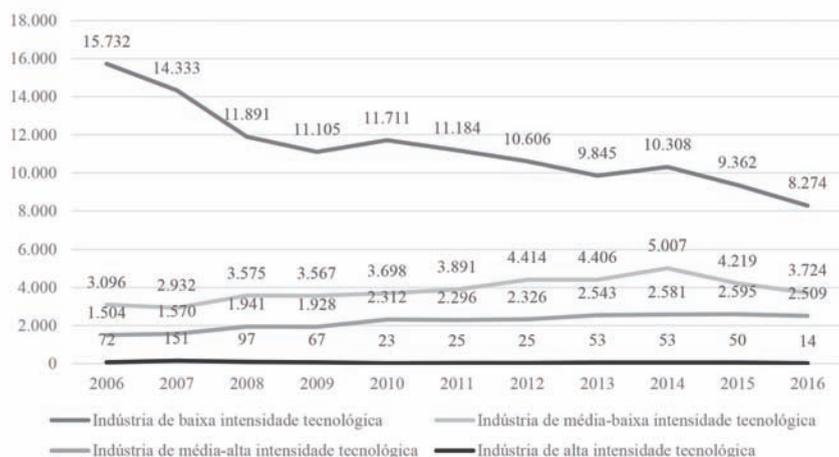
FONTE: MTE – Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).

TABELA 12. DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL E DA MASSA SALARIAL NA INDÚSTRIA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR SECUNDÁRIO) | RMB | | | RGime | | | RGInt | | |
|--|---------------------------------------|--------------|--------------|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------------------------------|-------------|-------------|
| | Distribuição setorial das exportações | | | Distribuição setorial das exportações | | | Distribuição setorial das exportações | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 67,93 | 28,46 | 32,43 | 13,52 | 7,84 | 6,04 | 13,75 | 7,09 | 5,89 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 98,62 | 85,76 | 97,68 | 95,63 | 85,76 | 97,17 | 95,73 | 86,02 | 97,43 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 1,38 | 14,24 | 2,32 | 4,37 | 14,24 | 2,83 | 4,27 | 13,98 | 2,57 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 0,31 | 0,20 | 0,66 | 0,06 | 0,08 | 0,12 | 0,06 | 0,07 | 0,14 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 99,80 | 99,77 | 83,86 | 99,80 | 99,64 | 84,14 | 99,80 | 99,64 | 86,93 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,20 | 0,23 | 16,14 | 0,20 | 0,36 | 15,86 | 0,20 | 0,36 | 13,07 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍNCULOS POR RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA O SETOR SECUNDÁRIO DA RMB – 2006-2016



FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Os dados da base de Cadastro Central de Empresas do IBGE evidenciam que maior parte da redução de vínculos verificada no Ramo de Indústrias de Baixa Intensidade Tecnológica pode estar relacionada ao fechamento de empresas dedicadas à fabricação de produtos de madeira e de confecção de artigos de vestuários e acessórios que, no período de 2006 a 2016, considerando a RGInt, reduziram de 342 unidades para 236 e de 166 para 135 unidades, respectivamente.

TABELA 13: NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR SECUNDÁRIO POR CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) NA RGINT – 2006-2016

| SETOR SECUNDÁRIO (CNAE 2.0) | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Fabricação de produtos têxteis | 26 | 23 | 23 | 24 | 26 | 29 | 24 | 31 | 29 | 30 | 28 |
| Confecção de artigos do vestuário e acessórios | 166 | 149 | 154 | 193 | 208 | 181 | 166 | 159 | 149 | 140 | 135 |
| Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados | 21 | 28 | 26 | 18 | 22 | 16 | 15 | 16 | 14 | 15 | 12 |
| Fabricação de produtos de madeira | 342 | 326 | 317 | 318 | 300 | 307 | 312 | 295 | 251 | 244 | 236 |
| Fabricação de celulose, papel e produtos de papel | 19 | 19 | 16 | 19 | 20 | 17 | 19 | 15 | 19 | 22 | 23 |
| Impressão e reprodução de gravações | 132 | 125 | 136 | 147 | 171 | 174 | 189 | 205 | 181 | 176 | 177 |
| Fabricação de móveis | 106 | 114 | 111 | 114 | 111 | 126 | 116 | 119 | 107 | 114 | 111 |
| Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes | 8 | 1 | 6 | 10 | 10 | 12 | 12 | 10 | 9 | 10 | 10 |
| Fabricação de instrumentos musicais | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Fabricação de artefatos para pesca e esporte | 2 | 3 | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 | 2 |
| Fabricação de brinquedos e jogos recreativos | 2 | 29 | 3 | 4 | 7 | 4 | 4 | 6 | 4 | 5 | 5 |
| Fabricação de produtos diversos | 30 | 0 | 40 | 47 | 53 | 59 | 45 | 49 | 48 | 57 | 54 |

FONTE: IBGE – CEMPRE (2020).

TABELA 14: NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA INDÚSTRIA TÊXTIL
(CNAE 2.0) NA RGINT – 2006-2016

| INDÚSTRIA TÊXTIL (CNAE 2.0) | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Confeção de roupas íntimas | 21 | 22 | 27 | 31 | 27 | 24 | 16 | 15 | 11 | 12 | 10 |
| Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas | 101 | 89 | 75 | 103 | 109 | 98 | 89 | 86 | 78 | 71 | 69 |
| Confeção de roupas profissionais | 27 | 27 | 39 | 44 | 58 | 46 | 50 | 46 | 48 | 50 | 49 |
| Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção | 14 | 7 | 6 | 5 | 2 | 5 | 4 | 5 | 4 | 2 | 2 |
| Fabricação de meias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias | 3 | 4 | 7 | 10 | 12 | 8 | 7 | 7 | 8 | 5 | 5 |

FONTE: IBGE – CEMPRE (2020).

TABELA 15: NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA INDÚSTRIA DE MADEIRA (CNAE 2.0) –2006-2016

| INDÚSTRIA DE MADEIRA (CNAE 2.0) | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Desdobramento de madeira | 236 | 221 | 216 | 209 | 201 | 218 | 230 | 224 | 189 | 191 | 179 |
| Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada | 32 | 26 | 26 | 27 | 25 | 17 | 19 | 18 | 16 | 11 | 11 |
| Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção | 50 | 56 | 55 | 61 | 54 | 52 | 42 | 35 | 29 | 24 | 25 |
| Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira | 4 | 3 | 3 | 5 | 4 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 2 |
| Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis | 20 | 20 | 17 | 16 | 16 | 16 | 16 | 17 | 15 | 15 | 19 |

FONTE: IBGE – CEMPRE (2020).

No caso das empresas classificadas como de fabricação de produtos de madeira, o impacto mais substancial foi nas empresas dedicadas ao desdobramento de madeiras e fabricação de madeiras laminadas e de chapas de madeira compensada, em que foi registrado o fechamento de 103 estabelecimentos. No ramo de confecção de artigos de vestuários e acessórios, a maior perda de estabelecimentos foi entre os de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que saiu de 91 estabelecimentos para 61 (Tabelas 13, 14 e 15).

6. Dinâmicas do setor e dos ramos da agricultura

Por fim, as análises do Setor Primário apontam para o fortalecimento mais expressivo das atividades agropecuárias em municípios da RGime e RGInt em comparação à RMB (Tabela 16). De forma mais restrita, o Setor de Indústrias Derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas apontou uma expansão de pouco mais de 2% a.a., entre 2004 e 2016, para a RMB, com posterior declínio da ordem de -3,94% a.a. Em termos de participação no total de Vínculos e na Massa de Salários (Tabela 17), somado o Setor Agropecuário e Extrativo e de Indústrias Derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, não chegam sequer a 6% do total de vínculos da metrópole, com a massa de salário apresentando uma participação ainda menor, com pouco mais de 2% do total.

No contexto da RGInt, observa-se uma importante expansão no número de vínculos do Setor Agropecuário e Extrativa (12,50% a.a.) entre 2006 e 2014 e impulsionado pelo Ramo da Agropecuária (12,71% a.a.) e pela Indústria Extrativa Mineral (9,48% a.a.). Nesse último caso, a expansão dos vínculos ocorre principalmente na RGime e está possivelmente associada ao polo industrial do município de Barcarena, onde se concentram plantas de dois conglomerados internacionais: Hydro Alunorte, beneficiamento de Alumínio, e Imerys, beneficiamento de minerais especiais. Curiosamente, mesmo que tenha apresentado um crescimento inferior para o período de 2004-2016, a RMB é o único recorte territorial que mantém um processo de expansão do Setor Agropecuário e Extrativo no período seguinte (3,47%), diretamente impulsionado pela expansão dos empregos ligados ao ramo da agropecuária, enquanto na RGime e na RGInt registra-se um declínio de -6,62% a.a. e -9,27% a.a., respectivamente.

TABELA 16: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA AGRICULTURA COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RMB | | | | |
|---|--------------------------------|---------|--------|-------------------------------|---------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-14 | 2014-16 |
| Agropecuária e extrativa | 4.939 | 6.213 | 6.652 | 2,91% | 3,47 |
| Agropecuária | 4.695 | 5.997 | 6.512 | 3,11 | 4,21 |
| Indústria Extrativa Mineral | 159 | 173 | 118 | 1,06 | -17,41 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 85 | 43 | 22 | -8,17 | -28,47 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 9.745 | 12.217 | 11.273 | 2,87 | -3,94 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 7.953 | 9.398 | 9.240 | 2,11 | -0,84 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1.792 | 2.819 | 2.033 | 5,83 | -15,08 |
| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RGIme | | | | |
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-14 | 2014-16 |
| Agropecuária e extrativa | 8.177 | 18.241 | 15.871 | 10,55 | -6,72 |
| Agropecuária | 7.783 | 17.568 | 15.318 | 10,71 | -6,62 |
| Indústria Extrativa Mineral | 309 | 621 | 521 | 9,12 | -8,4 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 85 | 52 | 32 | -5,96 | -21,55 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 15.556 | 17.755 | 18.144 | 1,67 | 1,09 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 10.938 | 11.491 | 12.752 | 0,62 | 5,34 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 4.618 | 6.264 | 5.392 | 3,88 | -7,22 |
| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RGInt | | | | |
| | Distribuição do emprego formal | | | Taxa média de crescimento (%) | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-14 | 2014-16 |
| Agropecuária e extrativa | 8.917 | 228.686 | 18.848 | 12,50 | -9,25 |
| Agropecuária | 8.517 | 22.184 | 18.262 | 12,71 | -9,27 |
| Indústria Extrativa Mineral | 315 | 650 | 554 | 9,48 | -7,68 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 85 | 52 | 32 | -5,96 | -21,55 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 16.929 | 18.331 | 18.911 | 1,00 | 1,57 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 12.295 | 12.032 | 13.489 | -0,27 | 5,88 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 4.634 | 6.299 | 5.422 | 3,91 | -7,22 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA AGRICULTURA COM TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006-2016 (EM %)

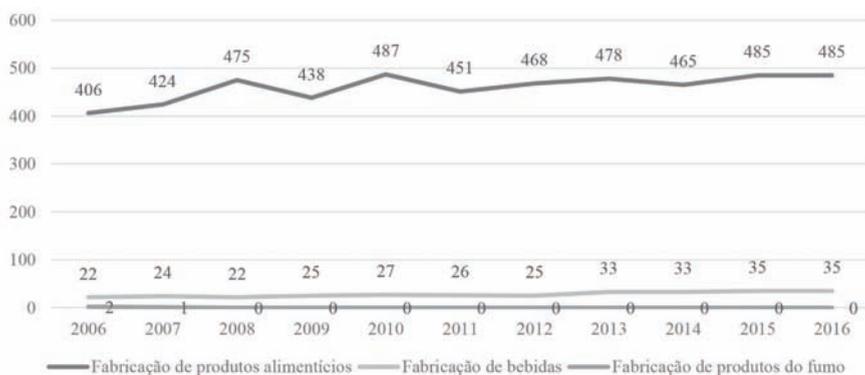
| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RMB | | | | | |
|---|--------------------------------|-------|-------|---|-------|-------|
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 1,29 | 1,18 | 1,32 | 0,77 | 0,97 | 1,00 |
| Agropecuária | 95,06 | 96,52 | 97,90 | 83,79 | 86,96 | 91,96 |
| Indústria Extrativa Mineral | 3,22 | 2,78 | 1,77 | 6,87 | 9,37 | 6,50 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 1,72 | 0,69 | 0,33 | 9,33 | 3,67 | 1,54 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 2,54 | 2,31 | 2,24 | 1,91 | 1,58 | 1,44 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 81,61 | 76,93 | 81,97 | 83,96 | 78,13 | 82,14 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 18,39 | 23,07 | 18,03 | 16,04 | 21,87 | 17,86 |
| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RGime | | | | | |
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 1,94 | 3,12 | 2,85 | 0,99 | 1,64 | 1,55 |
| Agropecuária | 95,18 | 96,31 | 96,52 | 79,97 | 83,42 | 85,24 |
| Indústria Extrativa Mineral | 3,78 | 3,40 | 3,28 | 12,62 | 13,72 | 13,73 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 1,04 | 0,29 | 0,20 | 6,80 | 2,09 | 1,03 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 3,68 | 3,04 | 3,25 | 3,65 | 2,45 | 2,44 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 70,31 | 64,72 | 70,28 | 47,19 | 51,84 | 53,25 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 29,69 | 35,28 | 29,72 | 52,59 | 47,72 | 46,75 |
| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETOR PRIMÁRIO) | RGInt | | | | | |
| | Distribuição do emprego formal | | | Distribuição setorial da massa salarial | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 2,03 | 96,93 | 3,22 | 1,18 | 2,56 | 2,24 |
| Agropecuária | 95,51 | 96,93 | 96,89 | 84,05 | 90,18 | 90,08 |
| Indústria Extrativa Mineral | 3,53 | 2,84 | 2,94 | 10,38 | 8,53 | 9,23 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis fósseis | 0,95 | 0,23 | 0,17 | 5,57 | 1,29 | 0,69 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 3,85 | 2,97 | 3,24 | 4,06 | 2,56 | 2,60 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 72,63 | 65,64 | 71,33 | 53,89 | 55,60 | 57,63 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 27,37 | 34,36 | 28,67 | 46,11 | 44,40 | 42,37 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

De forma semelhante, os municípios da RGime e RGInt apresentam uma expansão superior à RMB para o ramo das indústrias ligadas à Agropecuária, para o período de 2014 a 2016, com taxas superiores a 5% a.a. Nesse caso, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE indicam que essa expansão parece ter sido motivada pelo setor de fabricação de produtos alimentícios (Tabela 18), que passou de 356 estabelecimentos em 2006 para 414 em 2016. Desagregando os dados do setor, observa-se que o maior crescimento ocorreu no número de estabelecimentos dedicados à fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, passando para fabricação de outros produtos alimentícios e preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado.

No caso dos estabelecimentos dedicados à fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, se destacam o município de Benevides, localizado na RMB, e o município de Igarapé-Miri, tradicional produtor de açaí de várzea por meio do extrativismo de coleta, localizado na região intermediária da RMB. No primeiro caso, havia apenas duas indústrias classificadas como de fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais no ano de 2006, chegando a 10 indústrias desse tipo no ano de 2016, enquanto Igarapé-Miri registrava três estabelecimentos do tipo em 2006, passando para 11 em 2016, todos empregando de 50 a 100 funcionários. Por fim, tratando-se dos estabelecimentos incluídos como de preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado, o maior crescimento ocorreu em Belém e Vigia, este último localizado na região imediata da RMB, sendo que em Belém essa expansão foi acompanhada de uma substancial redução no número médio de pessoal ocupado nas empresas, que passaram de oito empresas, com cerca de 1.200 funcionários no total, para 19 empresas que somavam pouco mais de 700 funcionários ao todo.

GRÁFICO 8. NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR AGROPECUÁRIO E EXTRATIVO (CNAE 2.0) NA RGINT – 2006-2016



FONTE: IBGE – CEMPRE (2020).

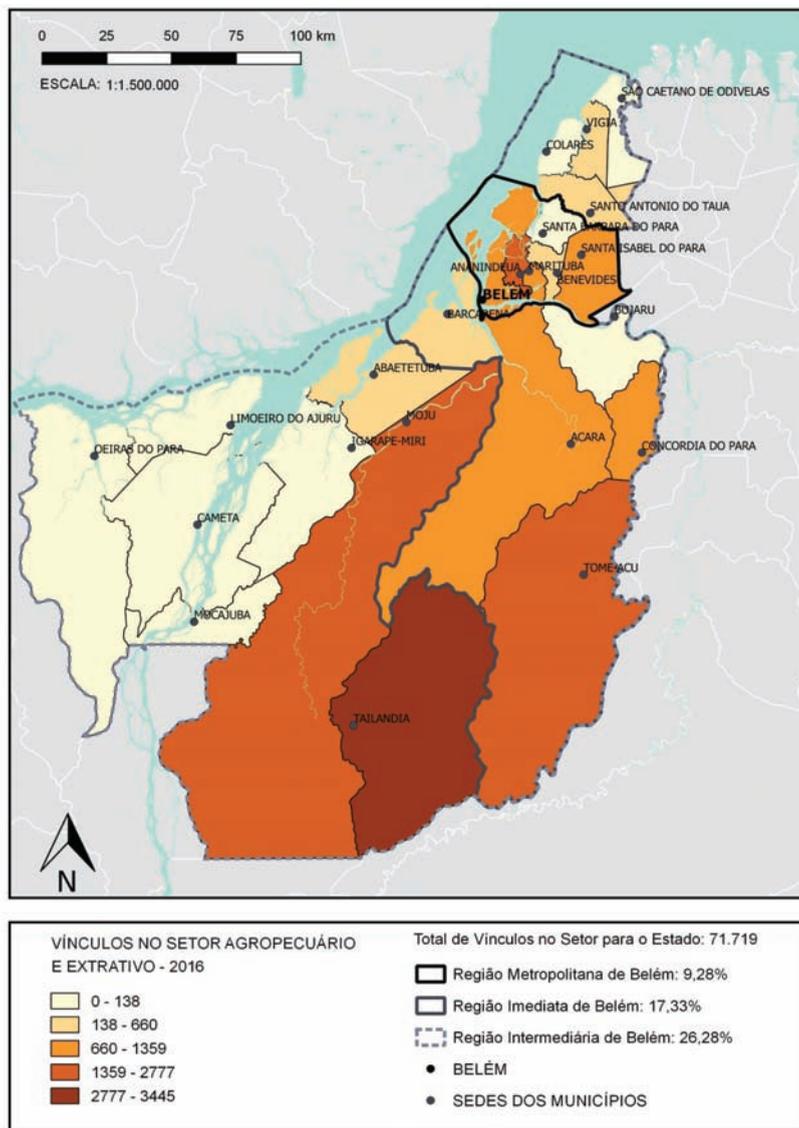
TABELA 18: NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR AGROPECUÁRIO E EXTRATIVO POR CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) NA RGINT – 2006-2016

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Abate e fabricação de produtos de carne | 24 | 29 | 26 | 24 | 25 | 30 | 34 | 27 | 23 | 23 | 25 |
| Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado | 13 | 12 | 20 | 17 | 19 | 18 | 20 | 23 | 20 | 23 | 25 |
| Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais | 72 | 65 | 77 | 72 | 78 | 79 | 79 | 92 | 91 | 102 | 110 |
| Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais | 15 | 13 | 10 | 10 | 7 | 7 | 10 | 9 | 9 | 9 | 11 |
| Laticínios | 30 | 33 | 38 | 36 | 44 | 38 | 37 | 35 | 39 | 42 | 38 |
| Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais | 30 | 27 | 29 | 32 | 43 | 32 | 35 | 35 | 34 | 33 | 35 |
| Fabricação e refino de açúcar | 5 | 5 | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Torrefação e moagem de café | 10 | 14 | 10 | 9 | 8 | 6 | 6 | 7 | 6 | 5 | 7 |
| Fabricação de outros produtos alimentícios | 207 | 226 | 261 | 234 | 262 | 240 | 246 | 250 | 243 | 248 | 234 |
| Fabricação de bebidas alcoólicas | 6 | 6 | 6 | 7 | 8 | 6 | 3 | 7 | 6 | 6 | 5 |
| Fabricação de bebidas não alcoólicas | 16 | 18 | 16 | 18 | 19 | 20 | 22 | 26 | 27 | 29 | 30 |

FONTE: IBGE – CEMPRE (2020).

Os dados de expansão de indústrias de conservas de frutas, legumes e outros vegetais chamam a atenção por indicar a presença de uma forte articulação com a economia tradicional extrativista, que, por não apresentar vínculos formais, não é captada pelos dados da RAIS.

FIGURA 2: VÍNCULOS NO SETOR AGROPECUÁRIO E EXTRATIVIVO PARA O ANO DE 2016



FONTE: IBGE (2018); MTE – RAIS (2016); SIGIEP (2002).

Como é possível ver na Figura 2, os municípios da antiga região do Baixo Tocantins são os que apresentam a menor quantidade de vínculos no Setor Agropecuário Extrativo, mesmo que em Igarapé-Miri, município que tradicionalmente concentra as atividades de extração e o beneficiamento de açaí no Estado (e polariza outros municípios do entorno), tenha uma expansão das indústrias de beneficiamento desses produtos. De forma semelhante, o município de Vigia, que tradicionalmente polariza uma série de pequenas comunidades ribeirinhas dedicadas à pesca extrativa (e que apresentou uma expansão nos estabelecimentos de beneficiamento do pescado no período de 2006 a 2016), aparece como um baixo número de vínculos no setor agropecuário e extrativo.

Considerações finais

Ao longo do artigo, a economia metropolitana foi analisada a partir da dinâmica registrada no PIB e no mercado de trabalho dos municípios que a compõe ou que estão em sua região de influência. Nesse sentido, os dados levantados, apesar dos limites que apresentam, parecem indicar a predominância de um processo de integração da RMB ao mercado nacional, e não de avanço de um processo de fragmentação territorial, mesmo que existam indicativos desse tipo de fenômeno em outras mesorregiões do Estado do Pará. No caso da RMB, trata-se do avanço de um processo de integração que tem sido influenciado por mudanças nos paradigmas de atuação do Estado no território amazônico dos anos de 1970 em diante.

A forma de integração atual parece acentuar a dependência da economia metropolitana com os fundos públicos e o modo como os investimentos capitaneados pelo Estado se multiplicam no território dos municípios que pertencem ou estão no raio de influência mais imediato da RMB. Seja de forma direta, com a construção ou ampliação de infraestrutura social e urbana, seja de forma indireta, com a manutenção dos salários do funcionalismo, que representam a maior fatia dos vínculos formais e da massa salarial da economia da metrópole (ou, mesmo, pela execução de

políticas sociais), a importância do Estado do Pará como agente indutor do investimento privado parece ter se aprofundado ao longo da última década, tornando a economia da RMB mais suscetível, se comparada a momentos anteriores, a grandes mudanças institucionais advindas de austeridade fiscal ou do avanço de paradigmas ultraliberais.

No entanto, é preciso pontuar que as estratégias de fortalecimento de uma sociedade de consumo de massa como motor para a promoção do crescimento econômico com distribuição de renda se tornou insuficiente para assegurar uma inserção menos subordinada da economia regional às demandas externas por *commodities* agrominerais, na medida em que se afastou de uma política de desenvolvimento regional consistente e articulada a um projeto mais amplo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. No caso paraense, a questão incluiria a revisão da Lei Kandir em novos termos para o Estado.

Regionalmente, esse cenário tem se desdobrado no desenvolvimento de um padrão de urbanização em regiões agromineiro exportadoras cada vez mais fragmentadas por se articularem praticamente sem intermediações ao mercado externo. Isso amplia um padrão de urbanização precária em infraestrutura urbana e péssima qualidade urbanística (CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2017) no qual cidades médias se fortalecem como centros nevrálgicos de uma rede urbana cada vez mais desconectada da RMB, passando a concentrar serviços especializados outrora restritos a Belém. Com isso, além de se ampliar a heterogeneidade intraestadual, que tem se expressado em tentativas recentes de criação de novas regiões metropolitanas e novos municípios a partir de articulações na Assembleia Legislativa Estadual, a lacuna de um projeto de desenvolvimento regional e nacional tem feito com que as próprias possibilidades de expansão econômica da RMB se tornem mais dependentes de multiplicadores econômicos dos investimentos do Estado no território metropolitano.

O processo de desindustrialização recente apenas elucida essa realidade. Perde-se principalmente postos de trabalho e estabelecimentos em ramos de baixa intensidade tecnológica, como os estabelecimentos de beneficiamento de

madeira¹³ e têxtil, ambos possivelmente voltados para o consumo interno da metrópole. No primeiro caso, trata-se de indústrias diretamente vinculadas à construção civil, que sofrem uma forte reversão possivelmente por conta da queda de investimentos em obras de infraestrutura e do PMCMV, além do arrefecimento do mercado de imóveis do segmento médio e alto. No segundo caso, indústrias têxteis de baixa intensidade¹⁴ parecem ter relação com a incapacidade de concorrer com os mesmos produtos importados de países asiáticos como reflexo indireto do “Efeito China” na balança comercial. Em complemento, as indústrias de média-baixa e média-alta intensidade tecnológica, onde se concentram as principais beneficiárias de incentivos fiscais estaduais, não mantêm o ritmo de crescimento depois de 2014, tampouco apresentam um crescimento substancial ao longo dos anos de crescimento do ciclo. Além disso, as empresas que apresentam a maior expansão incluídas nesse setor também se articulam mais diretamente à construção civil¹⁵.

De forma oposta, foi possível observar o avanço da verticalização dos produtos agropecuários e, com o crescimento do setor primário, a expansão dos vínculos em indústrias ligadas à agropecuária, sobretudo no processo de beneficiamento industrial de produtos dedicados à fabricação de conservas de frutas, legumes e outros, o que pode indicar novas formas de articulação da economia informal ligada ao extrativismo com o beneficiamento industrial dos produtos regionais. Assim, novos levantamentos e pesquisas primárias ainda se tornam necessários para observar a qual mercado essa expansão tem se vinculado (se interno ou externo), se há algum nível de

¹³ Os estabelecimentos mais afetados nesse período eram classificados como: Desdobramento de madeira; Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis; Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada; Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção civil.

¹⁴ Segmentos da Indústria Têxtil: Confeção de roupas íntimas; Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; Confeção de roupas profissionais; Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção; Fabricação de meias; e Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias.

¹⁵ Segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE, no período de 2006 a 2016, o maior número de empresas criadas no grupo de indústrias de intensidade média-baixa foi de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com destaque para as empresas dedicadas à fabricação de estruturas metálicas.

intermediação com a RMB ou se está em curso um processo de fragmentação das regiões intermediárias e imediatas da RMB.

Raul da Silva Ventura Neto é doutor em Desenvolvimento Econômico, professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

Nayara Sales Barros é arquiteta e urbanista, Mestre em Urbanismo e pesquisadora da Rede Observatório das Metrôpoles.

Ricardo Bruno Nascimento dos Santos é doutor em Economia Aplicada, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA e da Faculdade de Economia da UFPA.

Juliano Pamplona Ximenes Ponte é doutor em Planejamento Urbano e Regional, professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

Referências

ARAÚJO, J. B. de; LIVRAMENTO, M. do; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 03 a 07 dez. 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.

BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, junho 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. "Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios". ALMEIDA, A. W. B. *et. al.* (orgs.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39-69, 2010.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global/Unicamp, 1985.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Editora Unicamp, 2002.

CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008, 294 p.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CARDOSO A. C. D.; LIMA, J. J. F.; SENA, L. F. A.; *et al.* A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 1, p. 143-183, dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3n2RX5l>. Acesso em 20 jan. 2020.

CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D.; BASTOS, A. P. “A inserção da RMB na Amazônia e na Rede Urbana Brasileira”. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. (Orgs). **Belém: transformações da Ordem Urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

CARDOSO, A. C. D; CÂNDIDO, L. S.; MELO, A. C. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 20, p. 121-140, 2017.

CARVALHO, D. F. O ciclo da economia brasileira e amazônica na dinâmica regional centro - periferia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, mai. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/33eSvgl>. Acesso em 02 mar. 2020.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, F. de A. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2012a.

COSTA, F. de A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012b.

COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia do Grão-Pará. **Nova Economia**, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010a.

COSTA, F. de A. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 5, n. 1 p. 25-39, 2010b.

FERNANDES, D. A.; CRISPIN, C. N. S.; RODRIGUES, D. L. “A metrópole Belém na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho”. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. (Orgs). **Belém: transformações da Ordem Urbana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. 2011. 313f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **Trinta e Cinco anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)**. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 533).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estadísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE (2018)**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 30 set. 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas*. Brasília: Ipea, 2010. v. 2 (912 p.)

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ (IDESP). **Avaliação das Intervenções do poder público na questão habitacional no Pará**. Belém, 1990.

LIMA, J. J. F. “Limites e impasses da mobilidade urbana em Belém do Pará”. In: PAULA, M.; BARTELT, D. D. **Mobilidade urbana no Brasil: desafios e alternativas**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016, p. 59-75. Disponível em: <https://bit.ly/2GrseCz>. Acesso em 30 set. 2020.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A. A guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 185-212, 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Balço do PAC**. Brasília: MPOG, 2017. Disponível em: www.pac.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2018.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém**. 1992. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Ed. UFPA, 2012.

BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, Junho de 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742014000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288>.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff. *Novos Estudos*, 102, 2015, pp.39-67, 2015.

RIBEIRO, L. C. **As Metr6poles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetr6poles.net.br/as-metr6poles-e-o-direito-a-cidade-na-inflexao-ultraliberal-da-ordem-urbana-brasileira-texto-para-discussao/> Acesso em 06/06/2020.

PACHECO, C. A. **A Fragmentação da Nação**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. 227 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.

TRINDADE, J. R. B. (Org.) **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia:** a SPEVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro. Belém: Paká-Tatu, 2014.

TRINDADE JR., S-C. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo. 1998. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR., S-C. “Confinamento, dispersão e difusão: processo e configurações espaciais de uma metrópole em formação”. In: TRINDADE JR., S-C.; VELOSO, T. DOS S. (org.) **O urbano e o metropolitano em Belém:** (Re) configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza

Alexsandra Maria Vieira Muniz

José Borzacchiello da Silva

Maria Clélia Lustosa Costa

Rebeca Marota da Silva

João Marcos Tavares Cabral

Introdução

Na virada do século XX para o século XXI, o aprofundamento da globalização na economia e a reestruturação do capital provocaram grandes mudanças nas cidades brasileiras, a exemplo de Fortaleza e dos demais municípios de sua Região Metropolitana (RMF), inseridas na economia nacional e internacional. A estrutura produtiva e o mercado de trabalho metropolitano e cearense foram impactados pelas alterações políticas e econômicas ocorridas em escala nacional e global, com repercussões diferenciadas no território, em razão dos processos e especificidades naturais, econômicas, sociais e culturais locais.

Este artigo tem como objetivo discutir as transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho metropolitano e cearense e sua inserção na economia regional, utilizando alguns recortes espaciais do IBGE (2017): Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Fortaleza, e o Estado do Ceará. Para tanto, foi necessário refletir sobre a dinâmica das principais atividades econômicas cearenses e o papel da metrópole fortalezense no comando do desenvolvimento regional e sua articulação em escalas nacionais e globais. Observa-se o diferencial dos setores produtivos, principalmente indústria, comércio e serviços, na absorção de mão de obra, formação da massa salarial e do Produto Interno Bruto (PIB), como também na geração de divisas, fruto das

exportações em vários contextos políticos e econômicos do país, nestas duas últimas décadas.

A pesquisa utilizou dados econômicos e populacionais do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), sobretudo no período de 2006-2016, e os referentes ao mercado de trabalho foram coletados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados estão apresentados seguindo a organização proposta pelo Observatório das Metrôpoles, com referência na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) do IBGE, que busca uma melhor compreensão da estrutura produtiva e do mercado de trabalho metropolitano e suas relações com a dinâmica regional brasileira.

Para além desta Introdução e das Considerações finais, o artigo está estruturado em três partes: 1) Caracterização da economia metropolitana de Fortaleza; 2) Estrutura Econômica da RMF, RGInt de Fortaleza e sua inserção no Ceará e região Nordeste; e 3) Inserção econômica da RMF e RGInt de Fortaleza no Ceará.

1. Caracterização da economia metropolitana de Fortaleza

No contexto da reestruturação produtiva da economia e do espaço brasileiro – e, com o advento da guerra fiscal, entre os entes federativos, propiciada pela Constituição de 1988, que deu mais autonomia aos estados e municípios –, o Ceará aumentou sua inserção na ordem econômica contemporânea. Tal como outros estados nordestinos, tornou-se atrativo para implantação de empresas nacionais e multinacionais em razão da presença de mão de obra abundante e não sindicalizada, incentivos fiscais, infraestrutura e os serviços disponibilizados pelo poder público (COSTA; AMORA, 2015).

No final dos anos 1980, segmentos urbanos ligados à Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e Centro Industrial do Ceará (CIC) participaram da ruptura com a política até então dominante, assumindo o comando e passando a administrar o Estado do Ceará de forma empresarial, atraindo capitais por meio de diferentes incentivos, principalmente os fiscais. Desde então, alguns setores econômicos apresentaram maior dinamismo como o das indústrias, sobretudo construção civil, alimentícia, calçados,

têxtil e confecções; o agronegócio voltado para exportação de frutas tropicais; o comércio; e os serviços especializados, nas áreas de educação e saúde; e das atividades turísticas e de lazer ligadas ao litoral. Todos esses empreendimentos exigiram a realização de muitas obras pelo poder público em infraestrutura associadas aos transportes, às comunicações, ao saneamento básico e aos recursos hídricos (COSTA; AMORA, 2015).

Grandes empresas nacionais transferiram suas sedes para o Ceará ou abriram filiais na esteira dos incentivos fiscais e da guerra fiscal entre os estados na busca de atrair investimentos, principalmente nos ramos de calçados, têxtil e confecções, alimentos e bebidas.

Além da presença de capitais externos, ressalta-se os grupos econômicos originários do Ceará em atividades industriais, agropecuárias, comerciais e serviços, com inserção na economia brasileira e internacional, participando nas exportações de mercadorias e na ampliação do complexo de turismo e lazer. Amaral Filho (2003) e Tania Bacelar de Araújo (1995) destacam o papel das elites locais e sua articulação com os capitais de fora como elemento diferenciador do crescimento da economia cearense¹ em relação aos outros estados nordestinos, Pernambuco e Bahia, que receberam mais investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse fato se acentuou, nas últimas décadas, com a diversificação e a ampliação dos investimentos e a inserção de novos grupos econômicos. Segundo a Revista Forbes, de 2018, o Ceará era o terceiro estado do Brasil em concentração de bilionários, com o número de 15².

Com a crise que se instalou na economia brasileira pós-2015, houve um aumento da participação do Estado do Ceará no PIB nacional de 2017, com um ganho de 0,32 pontos percentuais em relação a 2002, alcançando o percentual de 2,25% (CEARÁ, 2019).

¹ Tania Bacelar de Araújo (1995) ressalta que, em 1992, 88% do capital integralizado pelos acionistas portadores de ações ordinárias nas empresas financiadas pela SUDENE pertenciam a capitalistas cearenses. Amaral Filho (2003) destaca o crescimento econômico endógeno, com forte presença dos agentes locais, que mobilizaram as instituições locais, possibilitando a inserção na economia nacional” (p. 380).

² Segundo a revista Forbes (2018), os bilionários cearenses são: Consuelo Dias Branco e os cinco filhos (Ivens Júnior, Cláudio, Marcos, Maria das Graças e Maria Regina) do grupo Dias Branco; Mário Araripe e família, da empresa geradora de energia eólica Casa dos Ventos e do fundo de terras Salus; e Amarílio Macêdo e família, da Indústria de Alimentos J. Macêdo; Deusmar Queirós e família, da rede de farmácias Pague Menos; Carlos Jereissati e família, da La Fonte Participações, controladora do Iguatemi; e Everaldo Telles e família, do Grupo Telles (Ypioca) (O POVO, 2020).

No entanto, destaca-se que, apesar do crescimento da economia cearense, desde os anos 1960, a participação no PIB nacional tem variado em torno de 2%. Em 1965, atingiu 2,23%, mas na crise de 1980, caiu para 1,55% do PIB nacional (LIMA, 2008).

Apesar da epidemia de Coronavírus (em 2020) e do momento econômico adverso, quatro companhias cearenses de capital aberto, listadas em bolsas de valores, que atuam em segmentos considerados essenciais como de alimentos, saúde, educação e medicamentos, apresentaram desempenho acima da média ao longo do ano de 2020.³

Certos processos e especificidades naturais, sociais e econômicas do Ceará implicaram na forma diferenciada como o estado vai se inserindo na economia globalizada e repercutindo na geração e tipos de empregos, como também no crescimento de certas atividades.

O quadro natural do estado com uma faixa litorânea de 573 quilômetros, clima predominantemente semiárido, curta estação chuvosa, temperatura média anual elevada e ventos fortes (julho a setembro) favorece a prática de esportes marítimos (*kitesurf*, *surf*, *stand up paddle board* e a vela) e atividades de lazer e turismo durante quase todo o ano. Isso propiciou a expansão do imobiliário turístico, com a presença de *resorts* e complexos turísticos, impactou também na indústria da construção civil e no mercado de trabalho.

A existência de ventos fortes e ação do empreendedorismo local respondem pelo rápido crescimento da produção de energia eólica no Ceará, onde teve origem a empresa Casa dos Ventos, a maior desenvolvedora de parques eólicos no país (FORBES, 2017). O Nordeste é responsável por cerca de 80% da energia eólica gerada em todo país, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Piauí.

A construção de grandes barragens, a exemplo do Castanhão e do Eixão das Águas, ligadas, em 2020, ao Cinturão das águas da integração do Rio São Francisco, impulsiona o agronegócio da fruticultura no Vale do Acaraú, Tabuleiro de Russas, Chapada do Apodi e amplia o fornecimento para RMF, atendendo a demanda do setor industrial

³ Pague Menos, a terceira maior rede de farmácias do País; M. Dias Branco, maior empresa nacional do segmento de massas e biscoitos; Hapvida, de planos de saúde e com uso da telemedicina; e a Arco Educação, com ferramentas de educação virtual, já se destacava no setor, mesmo antes da epidemia de Coronavírus (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

A posição estratégica de Fortaleza e as ações políticas do Governo do Estado propiciaram a criação da chamada “trinca de hubs”, que exigiram muitas obras e investimentos e que foram geradores de empregos, principalmente na construção civil. O hub aéreo da Air France, KLM e GOL, com mais de 900 voos compartilhados para 18 países, foi favorecido pela internacionalização e ampliação do aeroporto Pinto Martins e sua concessão por 30 anos (2018-2048) para a Fraport AG Frankfurt Airport Services. O hub marítimo no Pecém, com um dos portos brasileiros mais próximos da Europa, África e América Central e do Norte e da Ásia pelo Canal do Panamá, foi reforçado com a chegada da empresa dinamarquesa Maersk Line, que adquiriu a Hamburg Süd e introduziu a rota para a Ásia. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém, uma *joint venture* formada pelo Governo do Ceará (70%) e pelo Porto de Roterdã (30%), agrupa uma área industrial, o Porto do Pecém e a Zona de Processamento e Exportação (ZPE). O terceiro, hub tecnológico, ainda em formação, com 14 cabos submarinos⁴ de fibra óptica, interligam o Brasil com a África, Europa, América do Norte, América Central e América do Sul. Acrescente-se a implantação do Cinturão Digital do Ceará (CDC), anel ótico construído, em 2011, conectando os municípios cearenses com escala mundial por meio de internet de alta qualidade e velocidade. Grupo local, Brisagnet, maior operadora de internet do Nordeste e terceira do País em fibra óptica, ganhou a licitação de um dos cabos e ampliou estendendo o cinturão digital para outras cidades do Ceará (O POVO, 2020). Esses hubs favorecem uma “forte externalidade positiva de redes”, importante elemento, segundo o REGIC-2018, para reforçar a hinterlândia de um centro.

A dinâmica no espaço metropolitano de Fortaleza se intensifica como parte das ações desenvolvidas no Estado do Ceará voltadas à articulação com o setor privado, fundadas na implantação de serviços e construção de infraestrutura, nas transformações na produção, em programas de capacitação, oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais e demais atrativos locais, revelando a busca por sua inserção em face do quadro atual de competitividade mundial (MUNIZ, 2015).

⁴ A Angola Cables, multinacional de telecomunicações angolana, inaugurou, em abril de 2019, o *data center* AnjoNAP Fortaleza e mantém em operação a partir de Fortaleza os cabos South Atlantic Cable System (SACS) e o Monet (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019).

Desde os anos de 1990, verifica-se o esforço do Ceará em atrair novos investimentos e, para tanto, foi necessário implantar ou reestruturar a infraestrutura existente. Ocorreu a abertura, duplicação e ampliação de rodovias (CE-040, CE-060, CE-085, BR-116, BR-222, BR-020) e anéis viários, além do metrô de Fortaleza (METROFOR), melhorando a integração das cidades da RMF e do Ceará.

Em termos de serviços, a RMF destaca-se nos setores educacionais e de saúde. No campo da educação superior⁵, Fortaleza constitui-se em um polo educacional atraindo alunos de outros estados e até de países da África e da América Latina. No setor dos serviços de saúde, a capital recebe pacientes das regiões Norte e Nordeste, pois é referência nacional em transplantes de fígado, rim, coração, pâncreas e pulmão e de outros serviços médicos de alto nível de complexidade, como tratamentos do câncer, queimaduras e traumatismos, realizados em hospitais públicos (COSTA; AMORA, 2015). A centralidade gerada pelos serviços públicos propicia o crescimento de atividades nos setores privados, com a ampliação da rede de saúde privada, a expansão de planos de saúde e de clínicas populares. Duas das maiores empresas cearenses são operadoras de planos de saúde: Cooperativa de Médicos UNIMED Fortaleza e a Rede HAP Vida⁶.

Esses fatores contribuem para explicar a concentração populacional, o dinamismo econômico local e a força polarizadora de Fortaleza no contexto nacional, cuja área de influência ultrapassa o território estadual. A capital é centro de decisões e de comando de uma rede de cidades, abrigando órgãos de gestão estadual e federal e sedes de grandes empresas nacionais, concentrando as principais atividades econômicas e a oferta majoritária de serviços e equipamentos, sobretudo os de alta complexidade na área da saúde e educação (REGIC, 2007).

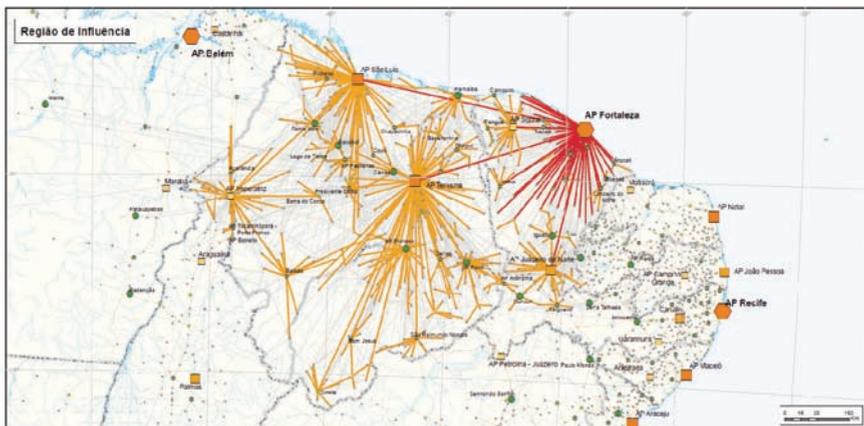
⁵ Fortaleza constitui-se em um polo educacional com duas universidades públicas: Universidade Federal do Ceará (UFC), com 100 cursos superiores, 22.690 alunos, a terceira universidade do Nordeste, a 16ª do Brasil e a 53ª entre as ibero-americanas; a UECE, nona melhor instituição estadual de ensino superior do Brasil com 67 cursos de graduação e 25 de pós-graduação, mais de 23 mil alunos, incluídos seus campi instalados no interior do estado (Unifor), uma privada e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), atende cerca de 20.500 estudantes, congregando 23 unidades e 84 cursos técnicos e 64 superiores (COSTA; AMORA, 2015).

⁶ O cearense Cândido Pinheiro, médico e fundador do Hapvida, figura na lista da Forbes entre os dez brasileiros mais ricos do mundo (O POVO, 2019).

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), criada em 1973, é composta por 19 municípios⁷ cujo critério de incorporação ocorreu parcialmente por razões de ordem política, não considerando o nível de integração na dinâmica metropolitana. Em 2010, segundo o Observatório das Metrôpoles, dentre os municípios com “muito alta” e “alta” integração estavam Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Pacajus, e com “média” integração estavam Aquiraz Pacatuba e São Gonçalo do Amarante, enquanto a maioria era pouco integrada (COSTA; AMORA, 2015). Os estudos do REGIC (IBGE, 2018) propuseram a designação de Arranjos Populacionais “ao agrupamento de dois ou mais municípios com forte ligação devido à movimentação para trabalho ou estudo” (IBGE, 2018). O agrupamento de Fortaleza é formado por apenas cinco dos municípios da RMF: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba.

A RMF, em 2019, com 4.106.245 habitantes, concentrava quase a metade do contingente populacional do estado (44,96% de 9.132.078 pessoas), ocupando uma área de 148.887,633 km² e densidade demográfica de 61,33 hab./km². Há uma grande desigualdade na distribuição populacional, pois Fortaleza, com 2.669.342 habitantes, detinha 65,01% da população da RMF e uma densidade populacional de 8.506,51 hab./km².

FIGURA 1: FORTALEZA E ÁREA DE INFLUÊNCIA



FONTE: IBGE – Regiões de Influência das Cidades (2018).

⁷ Municípios da RMF: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Fortaleza, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

Os municípios do arranjo populacional de Fortaleza e os mais integrados à dinâmica metropolitana concentravam as principais atividades econômicas e a oferta majoritária de serviços e equipamentos. O forte domínio da capital fortalezense reflete o desequilíbrio da rede urbana cearense, com número limitado de cidades de porte intermediário, que tem origem nas características estruturais da formação socioespacial do Estado do Ceará.

A REGIC (IBGE, 2018), em comparação aos anteriores, demonstra a redução da influência exercida por Recife, notadamente no Sul e Centro-sul do estado, e o aumento da influência de Fortaleza, alcançando outros estados como Piauí, Maranhão, Pernambuco (na parte oeste), Tocantins e Pará, no total de 630 cidades e uma área de 765 mil km². No entanto, apesar dessa extensa área de influência de Fortaleza, sua participação no PIB brasileiro é de 4,4%, inferior à de Recife (6,1%), mas superior à de Salvador (4%). A participação do Ceará com relação ao PIB nacional, em 2017, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2017), era de 2,25%, ocupando a 12^a posição do país e a terceira do Nordeste (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2019).

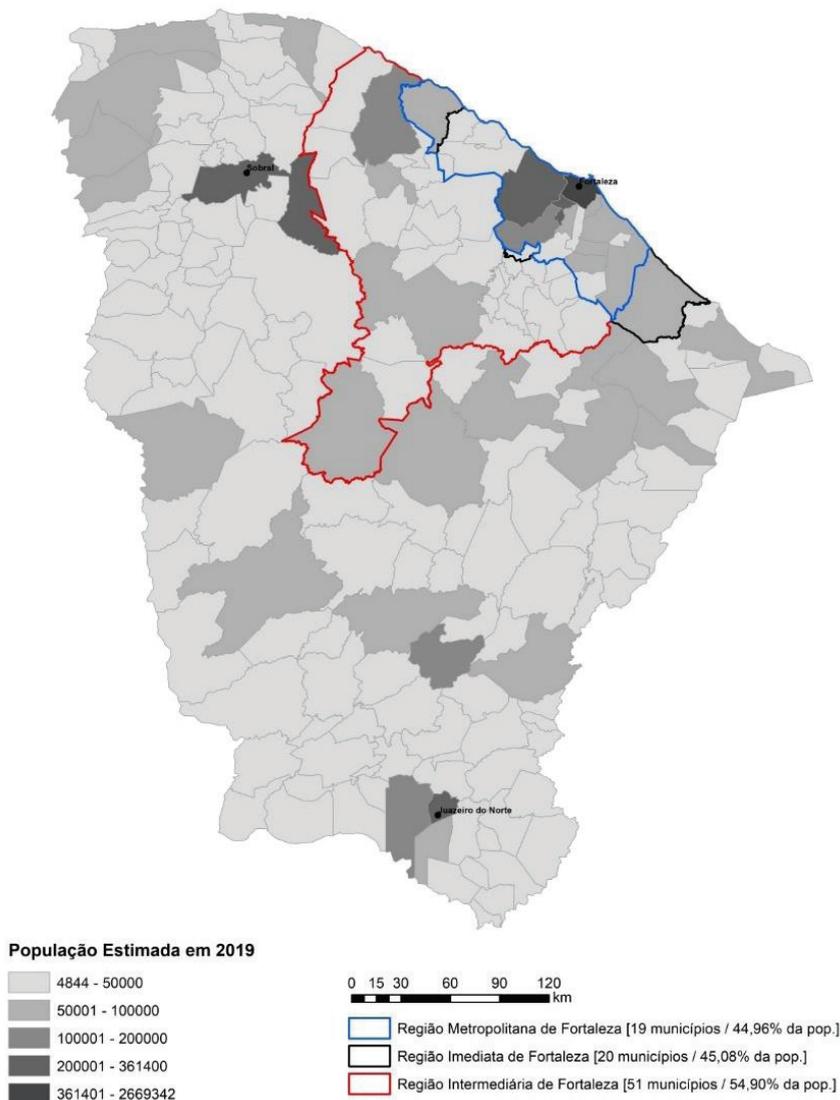
Diante das mudanças verificadas no país, o IBGE, em 2017, atualizou a divisão regional do Brasil, realizada previamente em 1989. As regiões geográficas intermediárias correspondem às antigas mesorregiões, enquanto as regiões geográficas imediatas substituíram as microrregiões. Com o novo recorte regional, o Estado do Ceará, que até 2017 estava dividido em 33 microrregiões e sete mesorregiões, passou a contar com seis regiões geográficas intermediárias: Fortaleza, com 51 municípios; Quixadá, com 31; Iguatu, com 15; Juazeiro do Norte, com 30; Crateús, com 13; Sobral, com 44; e 19 regiões geográficas imediatas. A Região Geográfica Imediata (RGIme)⁸ de Fortaleza, além dos 19 municípios da RMF, conta com Beberibe e Palmácia. Já a Região Geográfica Intermediária (RGInt) é bem mais ampla, abrangendo 51 municípios e correspondendo a 54,90% da população do estado (Figura 2)⁹.

⁸ Neste trabalho, optamos em excluir as análises mais específicas sobre a Região Imediata de Fortaleza, pois a sua diferenciação quanto a RMF é muito pequena. Privilegiamos a análise da RMF, RGInt de Fortaleza e do Ceará.

⁹ Além dos municípios pertencentes à região geográfica imediata de Fortaleza, compõem a RGInt de Fortaleza: Amontada, Itapipoca, Mirafima, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano,

FIGURA 2: REGIÃO METROPOLITANA, REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA E INTERMEDIÁRIA

População do Ceará (2019)



FONTE: IBGE (2020). Elaboração: João Marcos Tavares Cabral, com coordenação de Alessandra Maria Vieira Muniz.

Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Redenção, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itaira, Madalena, Paramoti, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Pentecoste, Tejuçuoca.

Para um melhor entendimento das transformações em curso, nas seções seguintes, apresentaremos a análise das estruturas econômicas metropolitanas da RGInt de Fortaleza e suas inserções estadual e regional.

2. Estrutura econômica da região metropolitana de Fortaleza, RINTF e sua inserção estadual e regional

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), bem como a RGIme de Fortaleza e o Estado do Ceará estão inseridos na dinâmica econômica macrorregional e nacional. Desta forma, concorda-se com Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018, p. 2) ao afirmar que foi a partir da lógica do experimento desenvolvimentista (2006-2014) que

observou-se, então, a reativação das economias metropolitanas, fortemente influenciadas pelo protagonismo do mercado interno e pela retomada do investimento público e privado, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).¹⁰ Esse processo também favoreceu as regiões brasileiras mais pobres, especialmente o Norte e o Nordeste.

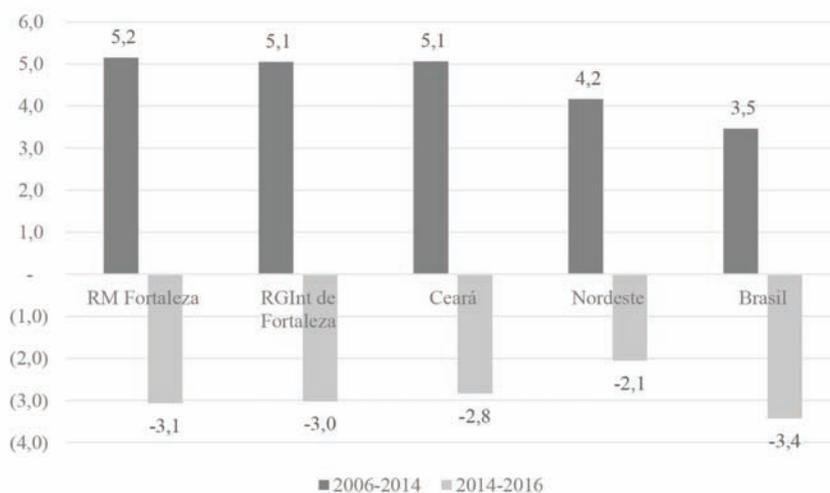
Nesse cenário, de forte atuação do governo federal, promovendo políticas macroeconômicas expansionistas, observa-se o reflexo desses investimentos na economia metropolitana e regional, como podemos visualizar no Gráfico 1. No período 2006-2014, a RMF, a RGInt de Fortaleza e o Ceará apresentaram taxas de crescimento médio anual do PIB acima do Nordeste e do Brasil, na faixa um pouco acima de 5% a.a.

Considerando que ocorre uma redução no ritmo de crescimento econômico nacional já a partir de 2011, cabe salientar o que afirma Ribeiro (2017) quanto à ruptura da dinâmica do experimento desenvolvimentista notadamente a partir de 2016, uma vez que a

¹⁰ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula.

Inflexão ultraliberal em curso teria como foco a reforma do Estado brasileiro, retomando com mais força princípios e concepções experimentadas no ciclo neoliberal dos anos dos 1990. Tal mudança terá como contrapartida, no plano da cidade, um ajuste urbano na direção de políticas urbanas pró-mercado (RIBEIRO, 2017, p. 5).

GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PIB DA RMF, RGINT DE FORTALEZA, CEARÁ, NORDESTE E BRASIL – 2006-2016



FONTE: IBGE – PIB dos Municípios.

O movimento da inflexão ultraliberal através do enxugamento do gasto público atinge, sobretudo, setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, tais como o encolhimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Essas e outras políticas de redução fiscal geram impactos negativos na dinâmica econômica, como aumento do desemprego e queda na renda das famílias nos anos que se seguem, derrubando a taxa de crescimento do PIB. No caso das escalas aqui analisadas, no período 2014-2016, a RMF, com quedas de -3,1% a.a., a RGInt de Fortaleza, com -3,0% a.a., e o Ceará com -2,8% a.a., apresentaram taxas negativas maiores do que a da Região Nordeste, que foi de -2,1% a.a.

Nos cenários de desenvolvimento e de crise, destaca-se, na Tabela 1, a participação no PIB do Nordeste, da RMF acima de 9% e a do Ceará de 15%. Do mesmo modo, evidencia-se a importância dos setores

mais dinâmicos, tais como a Indústria e Serviços, exceto Administração Pública da RMF, com participações destes acima de 10% do PIB do Nordeste. Nota-se também o peso da Administração Pública no Estado do Ceará como um todo em relação ao Nordeste. São pesos bem superiores aos da RMF e RGInt de Fortaleza, sinalizando a dependência dos municípios não metropolitanos dos empregos públicos.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO REGIONAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB), TOTAL E SETORIAL (NORDESTE = 100), CONSIDERANDO A RMF, RGINT DE FORTALEZA E ESTADO DO CEARÁ – 2006, 2014 E 2016

| PIB E VAB | RMF | | | RGInt de Fortaleza | | | CE | | |
|------------------|------|------|------|--------------------|------|------|------|------|------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| PIB TOTAL | 9,4 | 10,2 | 10,0 | 10,3 | 11,0 | 10,8 | 14,6 | 15,7 | 15,4 |
| VAB Total | 9,1 | 9,9 | 9,7 | 10,1 | 10,8 | 10,6 | 14,6 | 15,6 | 15,4 |
| VAB agropecuária | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 4,1 | 3,6 | 3,4 | 13,7 | 12,9 | 11,7 |
| VAB indústria | 10,2 | 11,6 | 11,4 | 10,8 | 12,2 | 12,0 | 13,7 | 15,4 | 15,1 |
| VAB serviços | 11,5 | 11,9 | 11,7 | 12,0 | 12,5 | 12,3 | 15,5 | 16,6 | 16,4 |
| VAB Adm. Pública | 6,4 | 6,5 | 6,4 | 7,8 | 8,0 | 7,9 | 14,3 | 14,6 | 14,4 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios. Nota: valores a preços correntes.

A representatividade do PIB na RMF e RGInt de Fortaleza pode ser em parte explicada pelo funcionamento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado nos municípios de São Gonçalo do Amarante (incorporado à RMF em 1999) e de Caucaia, na busca por desenvolver a indústria de base. Com a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, foram instaladas uma siderúrgica – Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) – e indústrias de diversos setores, como da construção, energia (Termoceaná Ltda.) e fabricação de pás eólicas (por exemplo, Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda). Esse complexo fortalece o eixo industrial Caucaia/São Gonçalo do Amarante e redefine o papel exercido por esses municípios tanto na estrutura socioespacial metropolitana, como na inserção da RMF nas dinâmicas estadual e macrorregional.

Ademais, com a Zona de Processamento de Exportações (ZPE), que ocupa uma área total de 6.182 hectares, no CIPP, incentivos fiscais são direcionados para a atividade industrial. Como consequência, movimentam-se a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, a mobilidade da população e a demanda pelo solo urbano, estreitando as relações desses municípios com a capital cearense.

Quando analisamos a representação do capital industrial no Estado do Ceará, observamos que, concomitantemente à concentração do capital industrial têxtil e de confecção no espaço metropolitano de Fortaleza (MUNIZ, 2014; 2015), ocorre a difusão do ramo industrial de calçados (PEREIRA JÚNIOR, 2011) para Sobral, com a Grendene (seis fábricas de calçados, uma de PVC e um Centro de distribuição) e para Juazeiro do Norte, terceiro maior polo da indústria de calçados brasileiros, depois de Franca (SP) e Novo Hamburgo (RS) (DIÁRIO DO NORDESTE, 2011).

Embora a indústria de calçados se interiorize no estado, a RMF possui importantes empreendimentos como a Grendene e a Recamonde, em Fortaleza, a Vulcabrás, em Horizonte, e a indústria Dakota, em Maranguape. Perante as transformações na estrutura produtiva e espacial, a RMF, ao longo das últimas décadas, vivencia a substituição de suas formas e a diversificação de suas funções, não podendo mais ser atrelada somente à Fortaleza o desenvolvimento de atividades econômicas. Isto decorre da sua multifuncionalidade, com o incentivo a diversas outras atividades ligadas ao setor terciário e o incremento dos setores secundário e primário.

Em outras palavras, Fortaleza teve suas funções “extrapoladas” para além da metrópole e outros municípios passaram a integrar a dinâmica urbana. Isto é reflexo do desenvolvimento do capitalismo, que se apoia numa rede de setores produtivos, estando os agentes sociais, direta ou indiretamente, integrados em corporações ou, mesmo, configurando o que Gottdiener (1993, p. 218) denomina por redes de crescimento. Apesar dos impactos decorrentes da incorporação de municípios à RMF, com forte efeito político-administrativo, o núcleo dos fluxos ainda é a capital:

A atividade industrial resultou num corredor extremamente dinâmico que se estende entre os municípios de Horizonte, Pacajus e Itaitinga, ao longo da BR- 116. A paisagem industrial é bem presente nos municípios de Maracanaú, Pacatuba e Maranguape. Mas o destaque é Maracanaú, onde se localiza o Distrito Industrial, com indústrias de grande e médio porte. Caucaia e São Gonçalo do Amarante sofrem fortes impactos com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

enquanto Guaiuba e Chorozinho são os mais isolados (SILVA, 2015, p. 378).

Conforme Muniz (2015), a atividade industrial tem relevância no **processo de metropolização** ocorrido na RMF com a presença de grandes estabelecimentos. Esse processo corrobora para a intensificação do movimento pendular entre os municípios da RMF, notadamente nos eixos viários de Maracanaú-Pacatuba (CE-060), Horizonte-Pacajus (BR-116) e Caucaia-São Gonçalo do Amarante (BR-222), onde se apresentam importantes empresas industriais ativas.

Ao mesmo tempo que permanece a participação no quantitativo industrial, a metrópole cearense acompanha a tendência mundial, com Fortaleza e o próprio Estado do Ceará destacando-se no setor de serviços. Como é possível observar na Tabela 1, dentre as atividades econômicas, o setor de serviços possui a maior participação regional (Nordeste) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em todas as escalas analisadas, em especial a RMF, que, sozinha, participava na faixa dos 11%. Isso reforça a pujança desse setor na economia da RMF, que se sobressai como metrópole do terciário em razão do crescimento do comércio e dos serviços para atender às demandas da população e de outros setores da economia, inclusive o turismo, o mercado imobiliário e o agronegócio, localizados não apenas no Estado, mas também em outras regiões do país.

Mesmo diante do destaque do terciário, não se pode negligenciar a importância do setor industrial na economia e de seus impactos socioespaciais, uma vez que muitas atividades do terciário, para existir, dependem da transformação no setor industrial. E, para além deste, submete-se ao atual contexto do capitalismo financeiro com crescente especulação financeira em torno de ações de empresas e outras formas de crédito que se transformaram em mercadoria.

Tal afirmação encontra maior respaldo no contexto atual com as inúmeras mudanças que se efetivam no processo produtivo, especialmente os horizontes de apropriação da “mais-valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais”, uma vez que a valorização do capital não mais ocorre somente na esfera da fábrica, pois avança a lógica da financeirização, principal característica da atual etapa do capitalismo mundial (SANTOS, 1994, p. 125). Mesmo com a

crescente valorização do capital na esfera financeira, como bem afirmou Alves (1999, p. 131), “a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva”.

Ressalta-se que a queda do Ceará na participação econômica no Nordeste foi relativamente pequena, pois os outros estados nordestinos também sofreram com a crise, e em termos absolutos, tiveram perdas, conforme registrou-se no Gráfico 1. Na escala local, o período de crise e inflexão impacta nos serviços que diminuíram a participação setorial na RMF, na RGInt de Fortaleza e no Ceará.

Quanto ao setor agropecuário, embora observe-se a diminuição na participação setorial no Estado de 13,7% para 12,9% e 11,7%, ainda possui um peso relevante para a dinâmica regional e para o Ceará. Neste setor, frisam-se os projetos de irrigação no Ceará voltados ao agronegócio de fruticultura com a produção de frutas para exportação. Dos projetos irrigados no estado destacam-se os da chapada do Apodi, notadamente a região do Baixo Jaguaribe com a fruticultura irrigada. Ressalta-se ainda a serra da Ibiapaba com a floricultura.

Diante das transformações pelas quais vêm passando a estrutura produtiva, há necessidade de investigação do mercado de trabalho e das exportações de modo que se permita revelar o papel dos diferentes setores produtivos na absorção de mão de obra e na economia como um todo com as divisas geradas pelas exportações e o quantitativo salarial. Destarte, a “leitura” nos diferentes contextos (experimento desenvolvimentista e de inflexão) pode subsidiar políticas adequadas para lidar com essa temática de fortes impactos econômicos e socioespaciais.

3. Caracterização do mercado de trabalho formal e das exportações da economia metropolitana de Fortaleza

No período do experimento desenvolvimentista, concordamos com Guimarães Neto (2014) quanto ao crescimento econômico nacional ter sido acompanhado por um processo de inclusão social e que reflete também na reconfiguração do mercado de trabalho.

Esse movimento, em destaque na Região Nordeste, pode ser explicado pela expansão e consolidação das políticas sociais no país, como afirma Araújo (2017, p. 123):

Na primeira década dos anos 2000, a nova dinâmica da economia nordestina de dinamização do consumo, do crédito e do investimento e o aumento das exportações, associados à consolidação dos programas sociais e à implementação da política de valorização do salário-mínimo, propiciaram um importante incremento da formalização no mercado de trabalho e do volume de emprego, especialmente com carteira de trabalho assinada. (...) contudo, é possível constatar a permanência de um alto grau de informalidade, medido através da não contribuição para a previdência, na região¹¹.

Quando analisamos a RMF, em particular, o emprego formal apresenta taxas de crescimento na casa dos 6% a.a. no período de 2006-2014, com destaque para o crescimento dos setores da construção e dos serviços (Tabela 2). A maior taxa de crescimento média anual foi do setor de construção (14,8% a.a.), passando de 31.048 para 93.563 empregos. Vale destacar, dentre os ramos do setor de construção, os serviços especializados para construção, que tiveram crescimento de 17,3% a.a., saltando de 4.643 para 16.637 empregos formais no período e notadamente a Incorporação e atividades imobiliárias próprias, que tiveram crescimento de 31% a.a., saltando de 1.556 para 13.472 empregos formais de 2006 a 2014.

O crescimento do setor de construção foi fortemente influenciado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado pelo Governo Federal em 2009, e que, até o fim de 2014, tinha entregado 20 mil unidades habitacionais no Ceará, destacando-se os empreendimentos localizados na RMF. Outro programa que ativou o setor de construção foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I e II –, que atuou fortemente no litoral cearense com investimentos para a expansão e modernização

¹¹ Embora o emprego informal seja uma variável de grande importância para a análise da economia metropolitana de Fortaleza, a metodologia da presente pesquisa utiliza os dados de emprego formal como forma de apresentar como esta categoria se manifesta segundo as atividades econômicas da classificação proposta pelo Observatório das Metrôpoles para o entendimento da dinâmica urbana mais recente.

dos equipamentos turísticos, incentivou a criação e ampliação de empreendimentos imobiliários e nas infraestruturas urbanas (como rodovias, aeroportos, portos, viadutos etc.). A maior parte desses investimentos ficou concentrada nos municípios da RMF e teve um impacto direto na geração de empregos, principalmente no período de construção.

Para além das políticas nacionais que geraram engajamento no setor de construção, o CIPP impactou na expansão de empreendimentos imobiliários no Cumbuco (em Caucaia) e Pecém (em São Gonçalo do Amarante) para atender, dentre outros, trabalhadores da siderúrgica, com presença notória de coreanos, o que resultou no aumento do preço da terra nesses municípios metropolitanos. Além disso, segundo Teles (2015), essa especulação imobiliária também se estende ao município de Paracuru (vizinho a São Gonçalo do Amarante), utilizando como propaganda o porto do Pecém e as indústrias. No Cumbuco, além de hotéis, pousadas e restaurantes que atendem à demanda do CIPP, ainda há coreanos que não trabalham na CSP, mas que foram atraídos para investir no Ceará.

Quanto aos empregos gerados na construção de infraestrutura viária, tem-se a duplicação do anel viário metropolitano, a duplicação da CE-040 até Beberibe; duplicação da BR-222; o alargamento da CE-453; a duplicação da CE-045 até Paracuru. Nesse período, tivemos ainda empregos gerados em virtude de quase todas as obras já finalizadas ligadas direta ou indiretamente à Copa do Mundo de 2014: construção do Centro de Eventos do Ceará, Estádio Castelão, aeroportos de Aracati e Jericoacoara, reestruturação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, Terminal de passageiros do Porto do Mucuripe, Metrofor, VLT e outras obras relacionadas à mobilidade urbana e de saneamento básico, com o projeto Sanear.

No segundo momento histórico aqui analisado (2014-2016), observa-se o movimento da dinâmica econômica sobre uma inflexão, impactando diretamente na geração de empregos, conforme podemos ver nas palavras de Pochmann (2017, p. 875):

A inflexão na trajetória da formalização das ocupações e do desemprego reflete diretamente o quadro recessivo que domina por mais de dois anos a economia brasileira. Antes de 2015, por

exemplo, a geração de empregos formais vinha se desacelerando sem implicar, contudo, em aumento do desemprego. A opção da política econômica do segundo governo Dilma pela recessão em 2015, ainda que imaginada de curto prazo para recompor os problemas da economia nacional, terminou se traduzindo numa crise de dimensão política, econômica e social mais grave dos últimos cem anos no Brasil. O rompimento da normalidade democrática, derivada da ascensão de Temer em 2016, tornou a crise mais prolongada e sem horizonte de superação.

Em outro momento, Pochmann (2017, p. 325), referindo-se às mudanças implementadas no governo Temer, acrescenta:

[...] a emergência de um novo projeto de governo do tipo conservador, classista e autoritário termina por apontar para o esgotamento do ciclo político da Nova República. Além disso, constatou-se também que a inflexão alcançou as relações internacionais, com o realinhamento brasileiro à atual onda de globalização. A inflexão também se dá nas condições internas do país em face ao avanço das reformas das políticas públicas que as tornam convergentes com o atendimento dos interesses da menor parcela da sociedade.

Assim como em outras escalas espaciais, o contexto nacional brasileiro de crise macroeconômica, iniciado em 2014 e com forte repercussão na economia cearense, rebate também na reconfiguração do mercado de trabalho – ou seja, esse é o reflexo da conjuntura que o país atravessou no período, apresentando sinais de desaceleração de 2014 a 2016.

Desta forma, o movimento de inflexão ultraliberal trouxe impactos negativos ao emprego, indicando um cenário de retrocesso em relação ao período anterior. No que se refere ao recorte espacial em análise, o setor que sofreu maior impacto na RMF foi o da Construção. Com as mudanças para políticas econômicas de austeridade, o setor de Construção, que possui a característica de aglomerar um bom quantitativo de empregos, apresentou uma taxa de crescimento médio de -21,8% a.a. (2014-2016). Ainda no setor de construção, destaca-se a significativa perda do ramo de Construção

de Edifícios com queda de -26,5% a.a. entre 2014-2016, como pode ser observado na Tabela 4.

Quanto à massa de rendimentos do setor de Construção, no período 2006-2014, a taxa de crescimento média anual foi de 30,7% a.a., o maior crescimento dentre todos os setores. O grande destaque foi para o ramo de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias (de 49,2% a.a.). Esse movimento de aumento da massa salarial, crescendo a taxas acima dos dados apresentados de vínculos empregatícios, evidencia a dimensão da expansão da renda promovida pelo dinamismo do setor. Nota-se que, no período de expansão, a massa salarial cresceu mais do que os vínculos, enquanto no período de crise, ela caiu menos do que os vínculos.

TABELA 2: EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2006-2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | RM Fortaleza | | | | | |
|---|--------------|------|---------|------|---------|------|
| | 2006 | | 2014 | | 2016 | |
| | | (%) | | (%) | | (%) |
| Agropecuária e extrativa | 8.071 | 1,2 | 8.729 | 2,0 | 7.943 | 1,0 |
| Agropecuária | 6.759 | 1,0 | 1.388 | 0,3 | 1.165 | 0,8 |
| Indústria Extrativa Mineral | 872 | 0,1 | 365 | 0,1 | 305 | 0,1 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 440 | 0,1 | 35.044 | 8,2 | 33.830 | 0,0 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 33.329 | 4,9 | 8.552 | 2,0 | 6.884 | 4,0 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 28.199 | 4,2 | 91.939 | 21,6 | 73.392 | 3,2 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 5.130 | 0,8 | 23.249 | 5,5 | 18.225 | 0,8 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 86.281 | 12,8 | 11.032 | 2,6 | 14.166 | 10,6 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 73.549 | 10,9 | 2.674 | 0,6 | 2.135 | 8,5 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 12.732 | 1,9 | 13.472 | 3,2 | 8.338 | 2,1 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 10.767 | 1,6 | 45.072 | 10,6 | 24.330 | 1,3 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 8.358 | 1,2 | 18.382 | 4,3 | 13.609 | 1,0 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 2.409 | 0,4 | 16.637 | 3,9 | 10.914 | 0,2 |
| Construção | 31.048 | 4,6 | 7.188 | 1,7 | 6.904 | 8,6 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 1.556 | 0,2 | 19.542 | 4,6 | 17.648 | 1,2 |
| Construção de edifícios | 17.188 | 2,5 | 34.437 | 8,1 | 32.614 | 4,1 |
| Obras de infraestruturas | 7.661 | 1,1 | 137.753 | 32,3 | 129.206 | 1,7 |
| Serviços especializados para construção | 4.643 | 0,7 | 43.260 | 10,1 | 41.724 | 1,5 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 6.988 | 1,0 | 7.363 | 1,7 | 6.832 | 0,7 |
| Serviços distributivos | 136.927 | 20,3 | 16.763 | 3,9 | 16.685 | 22,3 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | RM Fortaleza | | | | | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2006 | | 2014 | | 2016 | |
| | | (%) | | (%) | | (%) |
| Comércio e reparação de automóveis | 11.279 | 1,7 | 2.037 | 0,5 | 2.137 | 1,8 |
| Comércio atacadista | 16.629 | 2,5 | 19.664 | 4,6 | 16.035 | 3,2 |
| Comércio varejista | 76.440 | 11,3 | 6.960 | 1,6 | 9.427 | 12,7 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 28.685 | 4,3 | 122.193 | 28,6 | 117.550 | 4,0 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 3.894 | 0,6 | 50.050 | 11,7 | 53.037 | 0,7 |
| Serviços produtivos | 83.521 | 12,4 | 33.234 | 7,8 | 34.049 | 15,4 |
| Serviços Financeiros | 10.757 | 1,6 | 19.841 | 4,7 | 20.266 | 1,5 |
| Administração e comércio de imóveis | 976 | 0,1 | 202.199 | 47,4 | 191.494 | 0,2 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 7.948 | 1,2 | 43.187 | 10,1 | 40.995 | 1,8 |
| Serviços de TI | 3.369 | 0,5 | 7.042 | 1,7 | 7.753 | 0,6 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 60.471 | 9,0 | 38.100 | 8,9 | 38.035 | 11,3 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 67.759 | 10,0 | 126 | 0,0 | 90 | 9,5 |
| Educação | 27.959 | 4,1 | 50.042 | 11,7 | 52.976 | 4,6 |
| Serviços de saúde e assistência social | 19.725 | 2,9 | 33.232 | 7,8 | 34.043 | 3,1 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 20.075 | 3,0 | 19.834 | 4,6 | 20.243 | 1,8 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 155.385 | 23,0 | 200.282 | 47,0 | 189.528 | 18,5 |
| Serviços Pessoais | 54.289 | 8,1 | 88.243 | 20,7 | 86.598 | 8,1 |
| Alojamento e alimentação | 23.349 | 3,5 | 42.992 | 10,1 | 40.752 | 4,0 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 4.055 | 0,6 | 7.042 | 1,7 | 7.753 | 0,6 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 26.768 | 4,0 | 38.083 | 8,9 | 38.003 | 3,5 |
| Serviços Domésticos | 117 | 0,0 | 126 | 0,0 | 90 | 0,0 |
| Total | 674.365 | 100 | 426.584 | 100 | 394.009 | 100 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais.

TABELA 3: TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO EMPREGO FORMAL, DA MASSA SALARIAL E DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2006-2016 (EM % A.A.)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | MASSA SALARIAL | | EXPORTAÇÕES | |
|---|----------------|-----------|----------------|-----------|-------------|-----------|
| | 200614 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2014-2016 |
| Agropecuária e extrativa | 1,0 | -4,6 | 6,8 | -0,6 | -1,0 | 13,9 |
| Agropecuária | -18,0 | -8,4 | 9,1 | 0,2 | -1,4 | -0,9 |
| Indústria Extrativa Mineral | -10,3 | -8,6 | 17,9 | -0,5 | 16,5 | 1,2 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 72,8 | -1,7 | 0,3 | -3,0 | * | * |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | -15,6 | -10,3 | 13,2 | 1,2 | 32,9 | -56,8 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 15,9 | -10,7 | 11,8 | 1,6 | 7,4 | 1,0 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 20,8 | -11,5 | 19,2 | -0,4 | 43,9 | -68,5 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | -22,7 | 13,3 | 14,1 | 0,0 | -1,4 | 17,0 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | -33,9 | -10,6 | 12,4 | -0,5 | -0,5 | -12,4 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 0,7 | -21,3 | 20,5 | 1,4 | -12,2 | 291,1 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 19,6 | -26,5 | 12,0 | 4,5 | 8,8 | 19,3 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 10,4 | -14,0 | 15,9 | 5,4 | 9,4 | 18,8 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 27,3 | -19,0 | 1,8 | -0,7 | 0,8 | 27,8 |
| Construção | -16,7 | -2,0 | 30,7 | -5,1 | – | – |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 37,2 | -5,0 | 49,2 | -4,0 | – | – |
| Construção de edifícios | 9,1 | -2,7 | 28,1 | -7,1 | – | – |
| Obras de infraestruturas | 43,5 | -3,2 | 28,7 | -3,1 | – | – |
| Serviços especializados para construção | 32,2 | -1,8 | 32,7 | -4,4 | – | – |
| Serviços industriais de utilidade pública | 0,7 | -3,7 | 9,8 | 3,5 | -4,2 | ** |
| Serviços distributivos | -23,1 | -0,2 | 16,8 | 1,4 | 7,4 | -82,1 |
| Comércio e reparação de automóveis | -19,3 | 2,4 | 17,1 | -0,3 | – | – |
| Comércio atacadista | 2,1 | -9,7 | 20,2 | 1,9 | – | – |
| Comércio varejista | -25,9 | 16,4 | 17,3 | 1,5 | – | – |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 19,9 | -1,9 | 14,5 | 1,6 | – | – |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 37,6 | 2,9 | 14,2 | 0,8 | 7,4 | -82,1 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | MASSA SALARIAL | | EXPORTAÇÕES | |
|---|-------------------|-------------|-------------------|------------|-------------|-------------|
| | 2006-14 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006-2014 | 2014-2016 |
| Serviços produtivos | -10,9 | 1,2 | 18,0 | 1,7 | — | — |
| Serviços Financeiros | 8,0 | 1,1 | 13,9 | 1,9 | — | — |
| Administração e comércio de imóveis | 94,8 | -2,7 | 21,3 | 2,7 | — | — |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 23,6 | -2,6 | 23,4 | -0,6 | — | — |
| Serviços de TI | 9,7 | 4,9 | 19,9 | 3,5 | — | — |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | -5,6 | -0,1 | 20,0 | 1,8 | — | — |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | -54,4 | -15,5 | 18,9 | 2,2 | — | — |
| Educação | 7,5 | 2,9 | 21,2 | 2,2 | — | — |
| Serviços de saúde e assistência social | 6,7 | 1,2 | 19,4 | 2,3 | — | — |
| Organizações associativas e organismos internacionais | -0,2 | 1,0 | 11,0 | 1,7 | — | — |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 3,2 | -2,7 | 11,1 | 1,6 | - | - |
| Serviços Pessoais | 6,3 | -0,9 | 16,0 | 2,1 | -15,2 | 69,5 |
| Alojamento e alimentação | 7,9 | -2,6 | 18,8 | 1,5 | — | — |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 7,1 | 4,9 | 15,1 | 2,9 | -15,2 | 69,5 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 4,5 | -0,1 | 13,8 | 2,6 | — | — |
| Serviços Domésticos | 0,9 | -15,5 | 10,8 | -1,4 | — | — |
| Total | -5,6 | -3,9 | 14,9 | 4,9 | 6,0 | -8,1 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Comex Stat. (*) Para os anos de 2006 e 2014, não existem dados para a Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, Carvão e Outros Combustíveis. Entretanto, no ano de 2016, a exportação do setor foi de *Free On Board* (FOB)/US\$ 57.436.064. (**) Para os anos 2006 e 2014, não existem dados para Serviços Industriais de Utilidade Pública

Outro destaque, com base na análise da Tabela 2, é o crescimento do ramo Educação – que está dentro do setor Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência Associativismo e Organizações, uma vez que o volume de empregos formais entre 2006 a 2014 quase dobrou, passando de 27.959, em 2006, para 50.050 em 2014, com taxa de crescimento médio anual de 7,5% a.a. Segundo a Tabela 3, esses vínculos continuam crescendo no período seguinte, ainda que a uma taxa de crescimento médio anual menor de 2,9% a.a., com

crescimento encolhido também na massa de rendimentos de 2,2% a.a. (2014-2016).

A grande deficiência de mão de obra capacitada para receber o evento de grande porte da Copa do Mundo de 2014, somada à chegada de indústrias ao complexo industrial e a promessa da Refinaria Prêmio II, impulsionou o ramo da educação com a criação de cursos superiores e técnicos profissionalizantes.

Quanto aos serviços produtivos, destaca-se o ramo de Serviços técnico-profissionais e científicos que, no período 2006-2014, apresentou crescimento médio de 12% a.a., demonstrando o avanço no emprego de alta qualificação, de 7.948 em 2006, para 19.664 empregos formais em 2014. Vale destacar o crescimento e a interiorização dos Institutos Federais no Ceará, inclusive com a criação de um Campus Avançado Pecém, em 2015, com a finalidade de atender a demanda por mão de obra capacitada no CIPP.

Outro ramo dos Serviços Produtivos que dobrou o número empregos formais entre 2006-2014, foi dos Serviços de apoio às empresas e as pessoas, passando de 60.471 (2006) para 122.193 vínculos (2014). Ainda nos serviços produtivos, destaca-se o ramo de Administração e comércio de imóveis, passando de 976 para 2.037 empregos formais.

Em que pese no período em análise (2014-2016) os serviços produtivos apresentarem quedas nas taxas de crescimento relativamente baixas quando comparadas com o setor de construção, por exemplo, a participação dos empregos nesse setor é significativa e aumenta ao longo do período (2006-2016). Assim, destaca-se aqui que as perdas de empregos formais tiveram grandes impactos em termos absolutos: somente o setor de serviços produtivos perdeu 5.783 vínculos entre 2014-2016.

É possível observar que o emprego no setor dos Serviços Distributivos, no período de 2006 a 2014, apresenta uma taxa de crescimento média anual de 7,4% a.a., passando de 136.927 para 242.355 vínculos. Neste setor, o emprego no ramo comércio varejista passa de 76.440.398 para 137.753 vínculos. Os Serviços Distributivos são representativos para a economia do Ceará, em especial o comércio varejista, bem como os serviços de transporte, armazenagem e distribuição. A partir de 2014, o conjunto dos Serviços Distributivos forma o setor de atividades

econômicas de maior representatividade do emprego formal da RMF, embora no período seguinte (2014-2016) tenha apresentado taxa negativa de crescimento médio anual de -3% a.a., perdendo 14.331 vínculos.

Vale frisar que o comércio ligado à produção têxtil e de confecção tem forte representatividade na cidade de Fortaleza e, por conseguinte, no Ceará, com extensão para escala regional, nacional e internacional (MUNIZ, 2014). O polo têxtil e confeccionista do Ceará é o terceiro do país, ficando atrás apenas de São Paulo e Santa Catarina (MUNIZ, 2014). O setor confeccionista atrai um grande contingente de compradores, principalmente sacoleiras e turistas provenientes de outros estados, e de outros países, como Cabo Verde, Guiana Francesa e Suriname.

A consolidação do moderno polo têxtil e de confecções na RMF tem forte presença de capitais locais que guardam estreita ligação com a base industrial pré-existente, calcada notadamente nos setores supramencionados. Ademais, a crescente ocupação paralela à linha de costa litorânea, com valorização dos espaços litorâneos para o lazer e para o turismo, tem impulsionado o setor de serviços e o comércio visando a atender notadamente as demandas dos *vilegiaturistas* (PEREIRA, 2012).

Alguns segmentos, como o turismo, na condição de atividade dinamizadora da economia da RMF, impactam outros subsetores (como indica a análise da Tabela 3), a exemplo dos ramos associados ao setor turístico como Alojamento e alimentação e Transporte, armazenagem e distribuição, apresentaram taxas de crescimento anual de emprego formal, no período de 2006 a 2014, de 8% e 5,3% a.a., respectivamente. É importante mencionar que, nos anos 2000, a oferta de empreendimentos imobiliários somada ao crescente fluxo do turismo nacional e internacional propiciou a instalação dos complexos turístico-imobiliários, impulsionando a “metropolização turística” (DANTAS, 2015).

Empreendimentos ligados ao imobiliário turístico, como *resorts*, *flats*, condomínios e condomínios-hotéis, vêm ressignificando cidades litorâneas, imprimindo uma série de mudanças na produção do espaço litorâneo metropolitano, o que, para Pereira (2012), explica “o crescente papel da vilegiatura marítima”. Nos setores das indústrias, a Indústria de baixa e média-

baixa tecnologia ¹² apresentou um crescimento médio anual no volume de empregos formais na casa dos 3,7%, entre 2006-2014, como pode ser visto na Tabela 3. Com peso de 12,8%, em 2006, passando para 10,6% em 2014, e mantendo-se assim em 2016, a sua representatividade, no conjunto das atividades econômicas, é um indicativo visível da continuidade do desenvolvimento de um segmento tradicional na economia da RMF. Observe que em termos de massa salarial, no período 2006-2014, ela cresce a uma significativa taxa de crescimento médio anual de 14,1%, enquanto no período subsequente, 2014-2016, a massa salarial se manteve estável, com taxa de crescimento zero.

No período 2014-2016, conforme a Tabela 3 novamente, os empregos no setor de Indústrias de baixa e média-baixa tecnologia caíram -10,8% a.a. nesse contexto de inflexão ultraliberal. Destaque para o ramo Indústria de média-baixa intensidade tecnológica, que despencou -11,5% a.a. entre 2014 e 2016. Vale ressaltar que esses ramos industriais que constituem a base da indústria cearense, concentrada na RMF, retrocederam a um patamar próximo ao início do período do experimento desenvolvimentista.

Fato notório é o setor da Indústria de média-alta e alta tecnologia com crescimento de 9,1% a.a. (2014-2016) e, dentro deste, o ramo Indústria de média-alta intensidade tecnológica, com 13,4% a.a. Em termos de intensidade de conhecimento, deve-se levar em conta que os serviços de TI tiveram crescimento de 16,4% a.a. (Tabela 3). Em contrapartida, a participação nos empregos é pouco representativa, sendo de 0,6% em 2016, como pode ser visto na Tabela 2.

¹² O crescimento das Indústrias de média-alta intensidade tecnológica se evidencia pelo destaque das maiores indústrias do Ceará em 2014, estando dentre estas: Esmaltec S/A, Durametal, Cia Metálica Nordeste, Troller, Isofarma Industrial Farmaceutica Ltda, FAE – Ferragens e Aparelhos Elétricos S/A. Ressalta-se, ainda, no município de Eusébio a presença do Polo Tecnológico e Industrial da Saúde-PITS (2018) e a instalação da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) no mesmo ano, fazem parte deste projeto a instalação da Nuteral, especializada em biotecnologia de nutrição humana; a Point Suture, que desenvolve fios de sutura; a unidade de produção de vacinas do Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais (CTPV) e do Instituto Pasteur(2020), também no segmento das pesquisas. As indústrias no PITS receberão incentivos de até 99% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) gerado em função da produção, da forma prevista na legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) (EUSÉBIO, 2018). Disponível em: <http://eusebio.ce.gov.br/fiocruz-sera-inaugurada-nesta-terca-feira-no-eusebio/>. Acesso em 11 dez. 2020.

O crescimento nos serviços de TI está intrinsecamente relacionado ao investimento no cinturão digital do Ceará (CDC), implantado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), em 2011, mas a inclusão de municípios se estende por anos posteriores. Até 2015, 114 dos 184 municípios do estado já possuíam infraestrutura e 77 estavam conectados à maior rede de cabos de fibra óptica do território cearense, uma das mais modernas e expressivas redes computacionais do Brasil. Outro projeto realizado pela Etice foi a construção do novo *data center* (centro de dados) estadual, hospedando servidores, *softwares* e dados através do ambiente de computação em nuvem, de várias secretarias e órgãos públicos do Estado do Ceará (ETICE, 2015).

O Ceará tem um acordo de cooperação com o Projeto Cidades Digitais do Ministério das Comunicações. Em 2016, a meta era estender o Cinturão Digital para mais 26 municípios do estado, já estando no período com uma rede de fibra óptica de 3,4 mil quilômetros, que cobria 116 de seus 184 municípios (DIAS, 2016).

Soma-se a isto a chegada, em 2016, do cabo submarino de fibra óptica, um sistema de interconexão internacional com a parceria das empresas Google, Algar e Antel. O *hub* de Tecnologia da Informação através dos cabos transatlânticos de fibra óptica que interconectam a América do Sul a outras partes do mundo faz parte desta estratégia junto ao *hub* aeroportuário instalado no Aeroporto Internacional de Fortaleza.

Assim como a Construção, a Indústria é um setor da economia na qual o seu crescimento alavanca o crescimento de outros setores, como os Serviços Produtivos (queda de -1,7% a.a., e, neste setor, houve queda também de -9,7% para o ramo de Serviços técnico-profissionais e científicos) e os Serviços Distributivos (queda de -3% e, nesse setor, chegando a mais de -5% de queda no ramo de Comércio e reparação de automóveis).

A Indústria é o grande destaque no que tange às exportações. Destaca-se o ramo da Indústria de média-baixa intensidade tecnológica, que, depois de apresentar uma queda, passando de -1,4% a.a., em 2006-2014, apresenta um extraordinário crescimento de 294,1% a.a. em 2014-2016. Até o ano de 2014, os produtos exportados pelas maiores empresas exportadoras são dos segmentos da indústria de calçados, têxtil, confecção e

alimentos. Os principais produtos foram: castanha-de-caju, couros, peles, calçados, tecidos, fios de algodão, camarões, lagostas, frutas, ceras, barras de ferro/aço, granito, máquinas, eletrônicos e eletrodomésticos, cimento e mica.

Observa-se o papel fundamental da política industrial no que diz respeito à concessão de incentivos que, em grande medida, agraciaram empresas exportadoras. Desta forma, as exportações estão relacionadas aos setores econômicos priorizados no conjunto das políticas direcionadas à estrutura produtiva do Ceará. Os subsetores de maior exportação, a partir do período de crise para além do de calçados e alimentos, foram os de ferro fundido, ferro e aço advindos da siderúrgica e de frutas provenientes do agronegócio.

Vale ressaltar que o Porto do Pecém é um equipamento a serviço da integração econômica nordestina e nacional no território cearense, fato que se evidencia, dentre outras coisas, por exportar cargas de frutas do próprio Estado do Ceará, do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, além de outros, embora em menor proporção. Reafirma-se, assim, a dinâmica urbano-regional na qual o CIPP se insere. Ademais, em agosto de 2013 foi inaugurada a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, em que as empresas nela localizadas operam com isenção de impostos e liberdade cambial, com a condição de destinar a maior parte de sua produção (80%) ao mercado externo.

Os setores de agropecuária e extrativa e de indústrias de seus derivados, no que se refere ao conjunto de atividades econômicas da RMF, é pouco representativa e apresenta redução desta participação no período 2006-2016, uma vez que essas atividades possuem cada vez menos espaço em áreas mais urbanizadas. Ainda assim, as empresas exportadoras desse setor tendem a se localizar em áreas com maiores infraestruturas para a distribuição da produção. No que se refere às exportações, no período de expansão, destaca-se os ramos de indústria extrativa mineral com crescimento médio de 16,5% a.a., e de indústrias ligadas à indústria extrativa, com 43,9% a.a. Já no período de 2014-2016, eleva-se a indústria extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis (que não apresenta dados para os anos 2006 e 2014, embora no ano de 2016 a exportação do setor tenha sido de FOB/US\$ 57.436.064). Observe que, no período subsequente, o ramo das indústrias ligadas à indústria extrativa apresentou uma taxa de crescimento médio negativa de 68,5% a.a.

Em 2014, além da CSP na ZPE, o CIPP contava também com a Vale Pecém e a cearense White Martins, com a maior planta de fabricação de gases industriais da América Latina. E, em 2016, a terceira empresa a se instalar na ZPE foi a PHOENIX do Brasil. Como se observa, essas empresas atuam nos setores pesados da indústria, como siderurgia, minério de ferro, fabricação de gases industriais, serviços siderúrgicos variados, dentre eles, com o manuseio de escória e a recuperação e dimensionamento de sucata de metal.

O crescimento da atividade de metalurgia se tornou a grande força motriz da retomada do nível de atividade industrial do estado (O POVO, 2016). Em outras palavras, a pauta de exportações estaduais, até 2014, concentradas nos bens de consumo não duráveis, refletia a movimentação de cargas pelo porto do Pecém, com destaque para calçados e frutas. Em 2016, a exportação expressiva dos semimanufaturados de ferro modificou a pauta estadual de vendas externas com destaque para minerais metálicos.

O crescimento das exportações no período de crise está relacionado ao fato de que, no ano de 2016, com o início de funcionamento da CSP, ocorreu incremento das exportações estaduais, também derivado desse mesmo empreendimento. Em 2016, “a siderúrgica atingiu um milhão de toneladas de ferro-gusa, no dia 20 de novembro; e um milhão de toneladas de placas de aço produzidas, no dia 28 de dezembro” (G1 CE, 2017).

Vale destacar a importância da mudança da performance do Ceará em 2016 com o funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) dada a crescente presença de produtos semimanufaturados de ferro ou aço na pauta de exportações do Estado. Das dez maiores empresas exportadoras estaduais de 2016, quatro delas estão na lista daquelas que obtiveram concessão de incentivos fiscais, são elas: CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém, Grendene S/A, Vincunha e Paqueta Calçados. Na seção seguinte, apresentaremos os dados de 2016 distribuídos em mapas temáticos com o objetivo de visualizar espacialmente as questões levantadas até aqui.

4. Inserção econômica da região metropolitana de Fortaleza e região geográfica intermediária de Fortaleza no Ceará

Nesta última seção, apresenta-se uma tabela-síntese que destaca as inserções econômicas da RMF e da RGInt de Fortaleza no Ceará. Como forma de mostrar a dinâmica territorial no estado, a Tabela 4 apresenta os dados dos vínculos de emprego formal, massa salarial e exportações. Destacou-se os setores que apresentaram variações mais significativas no emprego formal para o Ceará, no movimento de inflexão ultraliberal (2016), quando comparados com o período anterior (2006-2014). Os setores proeminentes foram Administração Pública, Indústrias de Baixa e Média-baixa Intensidade Tecnológica, Construção e Serviços Distributivos.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO INTRAESTADUAL DAS EXPORTAÇÕES, MASSA SALARIAL, EMPREGO FORMAL DE SETORES SELECIONADOS NA RMF, RGINT E ESTADO DO CEARÁ – 2016

| DADOS ECONÔMICOS | RMF | | RGInt DE FORTALEZA | | RESTANTE DO CEARÁ | |
|--|---------------|-----|--------------------|-----|-------------------|-----|
| Exportações (US\$ FOB) | 821.394.562 | 63% | 821.394.562 | 63% | 488.958.776 | 37% |
| Massa Salarial (R\$) | 2.301.416.169 | 78% | 2.406.049.062 | 81% | 554.659.550 | 19% |
| Emprego Formal | 997.717 | 69% | 1.069.298 | 74% | 374.067 | 26% |
| <i>Indústria de baixa e média-baixa tecnologia</i> | 91.617 | 62% | 103.938 | 70% | 44.581 | 30% |
| <i>Construção</i> | 57.191 | 81% | 58.562 | 82% | 12.467 | 18% |
| <i>Serviços distributivos</i> | 228.024 | 72% | 238.262 | 76% | 76.530 | 24% |
| <i>Serviços Sociais - Administração Pública</i> | 191.494 | 52% | 228.344 | 61% | 143.082 | 39% |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Comex Stat.

Vale destacar, ainda, que, para além das políticas realizadas durante o experimento desenvolvimentista no Ceará, o Governo do Estado atuou por meio de diferentes estratégias para avançar na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura e floricultura) e na agroindústria a ela associada. Foram elas: ampliação da infraestrutura física, integração do sistema de transporte, do aparato científico-tecnológico e das secretarias do Estado, dos cursos de capacitação, dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Instituto

Centec, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), das universidades públicas e privadas, das escolas profissionalizantes, dos financiamentos, das políticas de incentivo à industrialização, da redução de impostos para indústrias que venham a se instalar no Ceará etc.

Sobre vínculos de emprego formal e massa salarial distribuídos no Estado do Ceará, ratifica-se a concentração destes nas RMF e RGInt de Fortaleza. Com 68% dos vínculos e com 78% da massa salarial concentrados na RMF, ratifica-se o caráter macrocefálico da região metropolitana no que tange à estrutura econômica. Como já falado anteriormente, a RMF possui uma concentração produtiva e populacional que reforça a centralidade de sua rede urbana no Estado do Ceará. Os municípios do entorno da Região Metropolitana, ou seja, os municípios da RGInt de Fortaleza, acompanham essa concentração.

Quanto à pauta de exportações do Ceará, o primeiro destaque que precisa ser feito é para o setor agropecuária e extrativa, principalmente o ramo agropecuário, em especial a atividade de fruticultura irrigada para a exportação. Os municípios produtores não aparecem tão em evidência, pois os produtos acabam sendo registrados pela sede das empresas exportadoras que, muitas das vezes, estão localizadas em municípios metropolitanos ou com maiores infraestruturas urbanas.

Apesar de o setor agropecuário ser uma atividade econômica tradicional no Estado do Ceará, vale lembrar que, nos primeiros anos da década de 2000, o Estado do Ceará fomentou o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Agricultura Irrigada, apoiando os avanços tecnológicos, formação de mercados e acesso ao crédito, à infraestrutura e logística, apoiando arranjos produtivos. Esses incentivos amadurecem e espelham o desempenho do setor no comércio exterior, em que apresenta uma participação de 29,6% na pauta de exportações estadual em 2016. Os principais produtos para exportação são mamão, melão, manga, melancia, castanha-de-caju e banana, caracterizando a “nova agricultura” ao conjunto de ramos priorizados no Ceará (LIMA JÚNIOR, 2014).

Como falado no início da seção, o Governo do Estado do Ceará atua fortemente na execução de políticas de atração de investimento produtivos, principalmente, via Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) mediante a isenção e prorrogação de incentivos

fiscais, visando à implantação, realocação, ampliação, recuperação e modernização de indústrias. Ocorreram modificações nos incentivos operados pelo FDI desde sua criação no que se refere à localização de indústrias nos municípios da RMF e nos municípios localizados fora dela com o intuito de descentralizar os empreendimentos industriais incentivados.

Apesar dos esforços dos incentivos de interiorização, constatamos a forte concentração nos municípios metropolitanos. Quase todas as empresas exportadoras de 2006, 2014 e 2016 têm matriz ou filiais nos municípios da RMF. Com o início das atividades da CSP, em 2016, os produtos metalúrgicos lideraram a pauta de exportações, com São Gonçalo do Amarante, sobressaindo-se com ferro fundido e combustíveis minerais, e Caucaia, com equipamentos de energia eólica.

A indústria calçadista merece destaque na pauta de produtos exportáveis. Como estratégias de algumas empresas do setor, para contemplar os benefícios dos programas de incentivos fiscais que priorizam a interiorização, alguns municípios não metropolitanos acabam por se destacar no comércio exterior, como Sobral (líder do segmento) e Uruburetama. Entretanto, muitos desses produtos exportáveis acabam por serem produzidos em unidades localizadas em Fortaleza. Todavia, a representatividade destes produtos no mercado externo reflete quatro das dez maiores empresas exportadoras de 2016: Grendene, Vicunha, Paquetá e CSP.

Outros produtos exportáveis do ramo de indústrias de baixa intensidade tecnológica que se destacam no Ceará são peles, couros e algodão. Já para o segmento de média e alta intensidade, os produtos representativos são reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc. e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Os produtos pertencentes ao segmento de média baixa intensidade tecnológica são ferro fundido, ferro e aço e obras de ferro fundido; e obras de pedra etc.

Em que pese os esforços para alavancar os setores produtivos no Estado, o setor com maiores participações tanto no número de empregos formais, quanto de massa salarial, é a Administração Pública. Ainda com elevadas participações dos vínculos na RMF (49,5%) e na RGInt de Fortaleza (59,4%), os empregos formais da Administração Pública aparecem de forma marcante em todos os municípios cearenses quando comparados com os outros setores

produtivos, evidenciando a fragilidade e dependência econômica do Estado.

No setor das indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, a concentração produtiva historicamente está na RMF, em especial em Fortaleza e nos municípios vizinhos. Não obstante as variações do emprego, entre os períodos analisados, este setor permanece altamente concentrado na RMF (57,2%) e na RGInt (65,5%), com grande destaque para Fortaleza, apesar dos esforços para interiorização produtiva através das políticas de incentivos fiscais. A verdade é que aqueles municípios com melhores infraestruturas e logística são os que acabam reunindo os novos e antigos empreendimentos do setor.

O setor de Construção foi aquele que mais se dinamizou durante os períodos analisados nesta pesquisa, com taxas de crescimento de 14,6% a.a. (2006-2014) e de -18,8% a.a. (2014-2016), gerando fortes impactos no território cearense. Os empregos estão altamente concentrados na RMF, com 80,5% de participação. Isso se deve pela concentração das incorporadoras do setor sediadas principalmente em Fortaleza e em municípios estratégicos regionalmente. Os mais de 36 mil empregos formais perdidos entre 2014 e 2016 revelam o enfraquecimento do setor no estado, refletindo o enxugamento de políticas como o PAC e o PMCMV.

Por fim, o setor dos Serviços Distributivos é o que mais gera emprego formal no Ceará, ficando atrás apenas da Administração Pública. Os empregos deste setor estão concentrados em Fortaleza e nos municípios do entorno. Acredita-se que essa distribuição ocorra desta forma devido ao ramo de maior peso deste setor que é o Comércio, por possuir ligação com a produção confeccionista e a atividade turística, fortemente representativas no estado.

Considerações finais

A economia cearense passou por várias transformações em sua estrutura produtiva com mudanças significativas no mercado de trabalho, especialmente na RMF e no interior do Estado. A despeito das estruturas historicamente criadas na região Nordeste, a abertura comercial e o aumento da participação dos poderes

locais nos anos 1990, o Ceará construiu um caminho que viabilizou o fortalecimento de articulações com diferentes escalas espaciais, reflexo das interpelações local-global. Portanto, a caracterização da região metropolitana de Fortaleza, realizada na primeira parte deste trabalho, foi fundamental para compreendermos as dinâmicas regionais do período 2006-2016.

A macrocefalia da rede urbana cearense é reforçada pela concentração de população e presença de órgãos da administração pública e de sedes e filiais de empresas na RMF. Fortaleza e a RMF, polo industrial e centro administrativo e empresarial, destacam-se ainda pela presença do CIPP e do porto do Pecém, favorecido pela localização estratégica, mais próximo da Europa, América do Norte, África e Ásia.

Essa configuração urbana com características bem particulares mostra fortes vínculos com o interior e, ao mesmo tempo, reforça sua função de polo urbano porto-industrial com a consolidação do CIPP e da ZPE no seu entorno. Isto cria oportunidades econômicas e garante sensível mudança na estrutura econômica da RMF, na RGInt de Fortaleza e do Ceará, com diferentes arranjos produtivos – agronegócio, indústria, especialmente a têxtil e de confecções de nos setores do turismo e do lazer.

As políticas de descentralização com a melhoria e instalações de infraestrutura mais modernas capazes de atender às demandas do empresariado e da sociedade foram analisadas no artigo estabelecendo relações entre a inserção dessas transformações no mercado de trabalho metropolitano e cearense e sua inserção na economia regional, nos diferentes recortes espaciais em consonância com os dados do IBGE de 2017, considerando a RMF, a RGInt e o Estado do Ceará. Embora esteja em voga esse processo de descentralização espacial dos investimentos produtivos conforme a lógica mundial, merece destaque o espaço metropolitano de Fortaleza por apresentar as melhores condições de infraestrutura, maior quantitativo populacional do Estado e atrair a maior concentração dos investimentos produtivos, sendo seu engajamento na dinâmica regional um traço importante para o desenvolvimento econômico do Ceará.

A representatividade do investimento industrial evidenciado no PIB é reflexo da política industrial do Estado que, apesar dos esforços para interiorização produtiva através das políticas de incentivos

fiscais, os municípios com melhores infraestrutura e logística são os que acabam reunindo os empreendimentos do setor. Embora os investimentos se apresentem com forte concentração na RMF e RGInt, observa-se em paralelo um esforço de políticas na busca por descentralizar a capital e difundir investimentos produtivos para o restante do território cearense.

Mesmo diante da busca por mudança no perfil industrial com investimento na indústria pesada, ressalta-se que a indústria no Ceará tem predomínio no setor tradicional (alimento, calçados têxtil e de confecção) com filiais de empresas nacionais e transnacionais. Como reflexo do movimento contraditório do capitalismo, observa-se também forte presença do capital local, que reduziu o maior impacto da crise no período de inflexão dada a forte aceitação de produtos no mercado externo, além da concretização de projetos idealizados ainda com Virgílio Távora, como a siderúrgica, que ganha notoriedade junto a outras indústrias no Estado do ramo metal mecânico, setor este que vem tendo forte investimento, fato ratificado com o polo metal mecânico de Tabuleiro do Norte.

Ademais, tal afirmação se evidencia ainda com o grande crescimento das exportações no período de crise em que se destaca o setor industrial que, até então, estava concentrado nos bens de consumo. Há destaque para os bens de consumo não duráveis, com forte representatividade da indústria de calçados e alimentos, e, com o impacto da CSP nas exportações, os produtos metalúrgicos lideram a pauta de exportações. Contudo, a atividade industrial no Ceará está calcada no trabalho assalariado e no grande quantitativo de mão de obra devido à especificidade desses subsectores que requerem trabalhos manuais, embora venham passando por processo de reestruturação com inserção de tecnologia de ponta e desemprego estrutural.

Um diferencial no setor industrial do espaço metropolitano de Fortaleza quanto ao quantitativo de empregos formais gerados foi o setor da Indústria de média-alta e alta tecnologia com crescimento no emprego no período de crise, o que se explicou pelo tipo de empresas atraídas para o território cearense e que só ratifica a busca crescente do Estado nas interrelações com o espaço regional e global. O crescimento no volume de emprego no setor de serviços de Tecnologia da Informação é mais uma evidência de tal fato.

Um setor que se destacou no período do experimento desenvolvimentista (2006-2014) foi o de construção, que teve forte influência da atuação do PAC, do PMCMV, das obras da Copa de 2014, além da atuação do Prodetur I e II com a metropolização litorânea e a crescente especulação imobiliária. Por outro lado, no período de crise (2014-2016), esse setor foi diretamente impactado pelo encolhimento do PAC e do PMCMV, com perda de mais de 36 mil empregos formais. Como visto, estas e outras políticas de redução fiscal geram impactos negativos na dinâmica econômica, como aumento do desemprego e queda na renda das famílias nos anos que se seguem, derrubando a taxa de crescimento do PIB.

Verificou-se também o peso da Administração Pública no Estado do Ceará como um todo, em relação ao Nordeste. Pesos bem superiores aos da RMF, sinalizando a dependência dos municípios não metropolitanos dos empregos públicos. Apesar dos esforços para alavancar os setores produtivos no estado, a Administração Pública foi o setor com maiores participações, tanto no número de empregos formais, quanto de massa salarial.

O setor de serviços possui a maior participação regional (Nordeste) do Valor Adicionado Bruto (VAB), em todas as escalas analisadas, em especial a RMF. Somado com a análise dos vínculos e massa salarial, reforça-se a pujança desse setor na economia da RMF, que se sobressai como metrópole do terciário em razão do crescimento do comércio e dos serviços para atender às demandas da população e de outros setores da economia, inclusive o turismo, o mercado imobiliário e o agronegócio, localizados não apenas no estado, mas também em outras regiões do país. Em especial, destaca-se o comércio e os serviços ligados ao turismo e à indústria têxtil de confecção. Na escala local, o período de crise e inflexão impactou no PIB dos serviços, que diminuíram a participação setorial na RMF e no Ceará.

O setor dos Serviços Distributivos, com queda no volume de empregos, representa o setor que mais gera emprego formal no Ceará, ficando atrás apenas da Administração Pública. Os empregos deste setor estão concentrados em Fortaleza e nos municípios do entorno. Acredita-se que tal distribuição ocorra desta forma devido ao ramo de maior peso deste setor que é o comércio, por possuir ligação com a produção confeccionista e a atividade turística, fortemente representativas no Estado.

Na tentativa de se recuperar os diferentes momentos da proeminência do Ceará no contexto regional e internacional, vale destacar, ainda que para além das políticas realizadas durante o experimento desenvolvimentista no Ceará, que o Governo do Estado atuou por meio de diferentes estratégias para avançar na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura e floricultura) e na agroindústria a ela associada. Foram elas: ampliação da infraestrutura física, integração do sistema de transporte, do aparato científico-tecnológico e das secretarias do Estado, dos cursos de capacitação, dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Instituto Centec, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), das universidades públicas e privadas, das escolas profissionalizantes, dos financiamentos, das políticas de incentivo à industrialização, da redução de impostos para indústrias que venham a se instalar no Ceará etc.

Os produtos exportados pelas maiores empresas exportadoras dos segmentos de calçados, têxtil, confecção, alimentos, até o ano de 2014 foram: castanha-de-caju, couros, peles, calçados, tecidos, fios de algodão, camarões, lagostas, frutas, ceras, barras de ferro/aço, granito, máquinas, eletrônicos e eletrodomésticos, cimento e mica.

Vale destacar a importância da mudança da performance do Ceará em 2016 com crescimento de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, com a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), dado que representam parcela significativa da pauta de exportações do Estado. Além dessas atividades mais contemporâneas, o presente capítulo mostrou que os setores de agropecuária e extrativa e de indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas, no que se refere ao conjunto de atividades econômicas da RMF, são pouco representativos e que apresentaram redução no período 2006-2016, uma vez que essas atividades possuem cada vez menos espaço em áreas mais urbanizadas. Ainda assim, as empresas exportadoras desse setor tendem a se localizar em áreas com maiores infraestruturas para a distribuição da produção, reforçando a centralidade de Fortaleza. Mesmo mantendo ainda um razoável volume de investimentos nos chamados setores tradicionais como os de fiação, tecelagem e calçados, o estado se transforma e

investe em setores mais modernos em busca de maior dinâmica e competitividade. A prova disso está ligada aos investimentos feitos pelo Ceará nos últimos anos na indústria de turismo de forma bem articulada com os setores de transportes aéreo, marítimo e terrestre e grupos econômicos interessados ao instalar hotéis e *resorts* no seu vasto litoral. O aumento do fluxo turístico tem sido frequente.

Dito isto, se não há mais somente uma questão local, quiçá regional, que se apresente com o quadro recessivo (mas sim uma questão global, já que os impactos se fazem sentir de forma diferenciada nos diferentes territórios), por outro lado, o Nordeste e o Ceará, com as transformações em curso, não são mais visíveis pelo olhar dos problemas climáticos que atraíram as políticas de desenvolvimento para região, mas sim pelas potencialidades uníssonas que fortalecem a atração do capital privado, com parcerias público-privadas que potencializam ações voltadas à atividade turística, ao agronegócio e à indústria que se reestrutura.

Alexsandra Maria Vieira Muniz é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. Contato: geoalexandraufc@gmail.com.

José Borzacchiello da Silva é professor dos programas de pós-graduação em Geografia da UFC e da PUC-Rio. Pesquisador do núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. Contato: borzajose@gmail.com.

Maria Clélia Lustosa Costa é professora associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. Contato: cleialustosa@ufc.br.

Rebeca Marota da Silva é doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora da rede Observatório das Metrôpoles. Contato: rebeca.economia@outlook.com.

João Marcos Tavares Cabral é graduado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles.

Referências

- ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital**. Londrina: Práxis, 1999.
- AMARAL FILHO, J. “Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará”. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.
- ARAÚJO, J. B. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. 2017. 319 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- ARAÚJO, J. B.; LIVRAMENTO, M.; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.
- ARAÚJO, T. B. “Nordeste, nordestes: que Nordestes?” In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.
- BALANÇA COMERCIAL com perspectiva de saldo positivo. **O POVO**, 18 junho de 2016. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/opovoeconomia/2017/11/balanca-comercial-com-perspectiva-de-saldo-positivo.html> Acesso em 30 set. 2020.
- CABRAL, B. Em setores essenciais, empresas cearenses se destacam na bolsa. **Diário do Nordeste**, 05 de setembro de 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/em-setores-essenciais-empresas-cearenses-se-destacam-na-bolsa-1.2985456>. Acesso em 30 de setembro de 2020.
- CABRAL, J. M. T.; MUNIZ, A.; SAMPAIO, P. M. Dinâmica Industrial Na Região Metropolitana De Fortaleza No Contexto Da Reestruturação Produtiva e Espacial. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), Fortaleza, v. 20, n. 2, pp. 170-200, 2019.
- CARIRI é o maior polo calçadista do Nordeste. **Diário do Nordeste**, 30 de abril de 2011. Disponível em:
- CAVALCANTE, I. O CEO da tecnologia que não quis largar o Semiárido. **O POVO**, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/paginas-azuis/2020/09/21/o-ceo-da-tecnologia-que-nao-quis-largar-o-semiarido.html>. Acesso em 29 set. 2020.
- CEARÁ reúne o terceiro maior número de bilionários do Brasil, aponta Forbes. **O POVO**, 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/06/24/ceara-reune-o-terceiro-maior-numero-de-bilionarios-do-brasil-aponta-forbes.html>. Acesso em 30 set. 2020
- COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM (CSP). **Nossa História**. Disponível em: <https://www.cspecem.com/pt-br/sobre-a-csp/nossa-historia/>. Acesso em: 30 set. 2020.

COSTA, M. C. L. “Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço”. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B. “Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole”. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**, 2015, pp. 31-76.

DANTAS, E. “De ressignificação das cidades litorâneas à metropolização turística”. COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 111-141.

DIAS, L. R. Ceará Vai Estender Cinturão Digital Para Mais 26 Cidades. **Tele Síntese. Portal de Telecomunicações, Internet e TICs**, 9 de março de 2016. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/ceara-vai-estender-cinturao-digital-para-mais-26-cidades/>. Acesso em 30 set. 2020.

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE). Cinturão Digital do Ceará completa 4 anos. **ETICE – Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará**, 10 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.etice.ce.gov.br/2015/11/10/cinturao-digital-do-ceara-completa-4-anos/>. Acesso em 30 set. 2020.

ERTEL, L. Conheça o bilionário que se tornou o rei da energia eólica no Brasil. **Forbes**, 14 de outubro de 2017. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2017/10/conheca-o-cearense-que-tornou-se-o-rei-da-energia-eolica/>. Acesso em: 30 set. 2020.

FUNDADOR do Hapvida entre os 10 mais ricos do Brasil. **O POVO**, 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2019/09/25/fundador-do-hapvida-entre-os-10-mais-ricos-do-brasil.html>. Acesso em 30 set. 2020.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza terá 18 cabos submarinos de fibra ótica até 2021. **Ascom Etice**, 09 de setembro de 2019. Disponível em <https://www.ceara.gov.br/2019/09/09/fortaleza-tera-18-cabos-submarinos-de-fibra-otica-ate-2021/>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Participação do Ceará no PIB nacional cresce e é o maior da série histórica iniciada em 2002. **Ascom Ipece**, 21 de novembro de 2019. Economia. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/11/21/participacao-do-ceara-no-pib-nacional-cresce-e-e-o-maior-da-serie-historica-iniciada-em-2002/>. Acesso em 30 set. 2020.

GUIMARÃES NETO, L. “Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios”. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.;

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/cariri-e-o-maior-polo-calcadista-do-nordeste-1.315364>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA JÚNIOR, F. do O de. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

LIMA, C. F. **A construção do Ceará**. Temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, V. F. S. A. Crise, Mercado De Trabalho e Mudanças Na Regulação Pública Do Trabalho No Brasil. Entrevista com Marcio Pochmann. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, 2017.

MUNIZ, A. M. V. The Production of Fortaleza's Metropolitan Space and The Industrial Dynamic. **Mercator**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.61-74, 15 dez. 2015.

MUNIZ, A. M. V. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Território e economia política** - uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. 2011. 448 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

PEREIRA, A. Q. Das Cidades Às Metrôpoles Litorâneas: O Papel Da Vilegiatura Marítima Moderna No Nordeste Do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 31, pp. 05-15, 2012.

POCHMAN, M. Estado e Capitalismo no Brasil: A Inflexão Atual no Padrão das Políticas Públicas do Ciclo Político da Nova República. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, pp. 309-330, abr.-jun., 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO. FIOCRUZ será inaugurada nesta terça-feira no Eusébio. **Notícias**, 25 de junho de 2018. Disponível em: <http://eusebio.ce.gov.br/fiocruz-sera-inaugurada-nesta-terca-feira-no-eusebio/>. Acesso em 11 dez. 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão interna – INCT. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SIDERÚRGICA do Pecém celebra início oficial das operações no Ceará. **G1 CE**, 04 de abril de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/>

siderurgica-do-pecem-celebra-inicio-oficial-das-operacoes-no-ceara.ghtml. Acesso em 30 set. 2020.

SILVA, J. B. da. “Governança metropolitana em Fortaleza”. COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. **Fortaleza**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 377-397.

SILVA, M. M. da. (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

TELES, G. A. **Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais**: O Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza

Inserção econômica e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: permanências e desafios na inflexão ultraliberal

Rodolfo Finatti

Juliana Bacelar de Araújo

Rebeca Marota da Silva

Richardson Leonardi Moura da Câmara

Maria do Livramento Miranda Clementino

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise atualizada da dinâmica econômica e do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal (RMN), bem como as principais transformações setoriais e regionais. Para tanto, foram comparadas as mudanças da base produtiva nos movimentos mais recentes de crescimento e retração da economia nacional, com destaque para os seguintes períodos: entre 2006 e 2014, apontado como de experimento desenvolvimentista; e entre 2015 e 2016, identificado como de retração econômica e inflexão ultraliberal, segundo Ribeiro (2017).

Esta análise irá considerar a economia metropolitana de Natal¹, na qual se pretende compreender, em especial, o modo como se configuram as atividades econômicas e o mercado de trabalho eminentemente urbano. Ao mesmo tempo, serão discutidos a inserção e o peso dessa economia metropolitana em outras escalas, quais sejam: a Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Natal e o Estado do Rio Grande do Norte (IBGE, 2017). Optou-se por não incluir na análise regional a Região Geográfica Imediata de Natal (RGIme de Natal), por esta ser muito influenciada pela área metropolitana.

¹ Com exceção do município de Bom Jesus, que foi incorporado apenas em 2019 à Região Metropolitana de Natal.

A análise foi realizada a partir dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios (de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]), dos Vínculos Formais e Massa Salarial (de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais [RAIS], do antigo Ministério do Trabalho), e das exportações (FOB/US\$), cujos dados foram coletados mediante a plataforma Comex Stat, do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O estudo também utilizou a nova classificação das atividades econômicas, da “Pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho”, que reorganizou e categorizou² a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) para os anos de 2006 a 2016³.

Neste capítulo, além desta introdução, buscar-se-á apresentar uma breve caracterização da Região Metropolitana de Natal (RMN) e sua inserção no Estado do Rio Grande do Norte. No item 2, realizar-se-á uma análise dos dados do PIB dos municípios para a RMN, RGInt de Natal e o Estado. Em seguida, na parte 3, será apresentada a caracterização interna do mercado de trabalho formal e das exportações da economia metropolitana de Natal. Na sequência, serão abordadas a estrutura econômica e a dinâmica do mercado de trabalho formal e das exportações da RGInt de Natal e do Estado do Rio Grande do Norte, bem como a inserção da RMN nesses espaços geográficos. Por fim, articulam-se, nas considerações finais, as principais conclusões do texto em relação ao movimento da dinâmica da estrutura econômica, emprego formal e das exportações durante o experimento desenvolvimentista, de 2006 a 2014, e a inflexão ultraliberal, a partir de 2015.

² Assume-se que importantes movimentos ocorreram na economia nacional a partir de 2000 e que as classificações dos setores de atividade existentes são pouco flexíveis e não estão voltadas para a análise do que aconteceu nos espaços nacionais e nas economias regionais. O esforço empreendido pela equipe é o de oferecer uma reorganização dos registros da CNAE 2.0 a fim de atender às características atuais da estrutura produtiva. Um primeiro ensaio sobre esse esforço de sistematização foi apresentado no Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos. Cf. Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018).

³ É válido mencionar que essa periodização, além de inspirada na dinâmica econômica da fase recente da economia brasileira, também responde à própria organização da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e disponibilidade da CNAE 2.0 – ou seja, a partir do ano de 2006.

1. Caracterização da região metropolitana de Natal (RMN) e sua inserção no estado do Rio Grande do Norte

A Região Metropolitana de Natal (RMN) foi instituída no ano de 1997. Possui mais de 1,5 mil habitantes (de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE) e, atualmente, é composta por 15 municípios: Natal (cidade-polo e capital do Estado do Rio Grande do Norte), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Vera Cruz, Monte Alegre, Maxaranguape, Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus⁴. Os quatro últimos (Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus) foram incorporados recentemente à Região Metropolitana, entre 2015 e 2019. Dos municípios que compõem a RMN, sete são litorâneos.

Apesar de agrupar diversos municípios em seu arranjo institucional, apenas os municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz são considerados de alta integração⁵, formando o bojo de uma aglomeração urbana contínua capitaneada por Natal. Essa “metrópole em formação” (CLEMENTINO; PESSOA, 2009) é ainda considerada por Clementino e Ferreira (2015, p. 23) como um espaço “não propriamente metropolitano”, embora apresente dois indicativos de um processo de metropolização: a integração físico-territorial, conectando as manchas urbanas respectivas em uma teia urbana, e a integração político-administrativa e socioeconômica, que concentra atividades na capital e a partir da qual transbordam para os demais municípios, criando um circuito de fluxos de atividades que os conectam. Mais recentemente, também

⁴ O município de Bom Jesus foi incorporado apenas em 2019 à Região Metropolitana de Natal e, por isso, não consta ainda nas bases de dados.

⁵ O nível de integração metropolitana leva em conta as seguintes variáveis: grau de concentração/distribuição da população, grau de urbanização, percentual de pessoal ocupado; PIB, renda, fluxos da população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo; funções específicas e fundamentais à realização de atividades econômicas e suporte aos fluxos entre aglomerações, como a presença de portos e aeroportos, entre outros (GARSON; RIBEIRO, 2004). Os níveis de integração apresentados para os quatro municípios foram elaborados e adaptados a partir dos resultados dos estudos coordenados pelo Observatório das Metrôpoles e elaborados por Moura, Delgado, Deschamps *et al.* (2007), Ribeiro (2009), e Moura, Delgado, Silva *et al.* (2012), com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

é possível incluir nesse processo de metropolização mais intenso o município de Macaíba, com base em estudos posteriores do Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles (CAMPOS, 2015; FERREIRA, 2016; FRANÇA, 2016) e da unidade de planejamento conhecida como Terra das Potiguaras, da regionalização dos Territórios da Cidadania do Governo do Estado (GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011).

De acordo com Clementino e Pessoa (2009), de forma resumida, a RMN apresenta, internamente, as seguintes características: a) dinâmica demográfica com grandes desequilíbrios (só a capital representava 57% da população da RMN, segundo dados do Censo Demográfico de 2010); b) grande fragilidade ambiental, erguida sobre um campo dunar e cercada de lagoas; c) dinâmica sócio-habitacional sob pressão pela ocupação acelerada no entorno do polo, com destaque recente para o papel do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); d) conurbação mais acentuada pela orla marítima e pelos municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante; e) ocorrência de áreas onde é grande a vulnerabilidade social pela existência de favelas e ocupações precárias; e f) notáveis diferenças no grau de integração dos municípios.

A estrutura produtiva da RMN apresentou, nos últimos anos, importante crescimento e maior participação de segmentos econômicos relacionados ao terciário urbano, reforçando uma estrutura produtiva assentada principalmente nos serviços atrelados à própria dinâmica do meio urbano, tais como: administração pública, saúde, educação e turismo, bem como outros segmentos que se apoiam na densidade e dinamismo populacional e econômico, caso do comércio varejista e dos serviços prestados às empresas.

É importante interpretar as manifestações do terciário urbano como possíveis metamorfoses de um capital mercantil já tradicional e enraizado no território potiguar. Como aponta Cano (2010), a dinâmica da urbanização induz as metamorfoses dos setores econômicos, que assumem atividades mais modernas em busca de melhor rentabilidade. Isso equivale a dizer que os serviços se transformam para acompanhar as mudanças urbanas.

Refletir sobre essas questões reforça a necessidade de se retomar a trajetória histórica (e suas heranças) para entender o marco institucional e as estratégias dos atores locais como chaves

importantes à interpretação das mudanças. Isso requer, inicialmente, explicitar o papel desempenhado pela capital e pelos municípios que, na atualidade, configuram a RMN no processo de formação e expansão da rede urbana do Estado do Rio Grande do Norte. Do mesmo modo, implica apontar o enorme distanciamento entre a RM funcional⁶ e a RM institucionalizada, revelando a ausência de uma governança urbana compartilhada de diálogo entre atores políticos na tomada de decisão de ações que deveriam ser tratadas conjuntamente visando à construção da metrópole (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015).

Os primeiros sintomas da metropolização em Natal foram identificados ainda nos anos 1970 (CLEMENTINO, 1995; FERREIRA, 1996) durante o processo de desconcentração industrial no Brasil. De forma particular na RMN, esse fato se deu, principalmente, pela modernização da indústria tradicional: têxtil e confecções. A maturação desses investimentos ultrapassou esse momento, e mudanças relevantes ocorreram na década de 1980 (CLEMENTINO, 2003). Nesse período, na contramão da crise que assolou a economia brasileira, novos segmentos econômicos – petróleo e gás, fruticultura irrigada, carcinicultura e turismo – surgiram no Estado do Rio Grande do Norte, cujo PIB cresceu acima da média nacional (CLEMENTINO, 2003). Uma vez que a capital concentra historicamente a riqueza estadual, é nessa fase quando emerge a “metrópole em formação”, identificada por Clementino e Pessoa (2009). A década seguinte se constituiu a partir dos desdobramentos do impulso na economia proporcionado nesse momento.

De fato, nos anos 1990, com a reestruturação produtiva, os ramos industriais têxteis, de confecções e de alimentos e bebidas ganharam forças “recentralizadoras” nesse território (SILVA FILHO; SANTOS; CLEMENTINO, 2011). O terciário se expandiu e se modernizou

⁶ Entende-se como metrópole funcional, em contraposição à metrópole institucional, o território que se encontra integrado como escala de produção, acumulação e distribuição de riqueza cujos municípios possuem alto nível de integração com a dinâmica da metropolização capitaneada pelo polo – no caso, Natal. Contribui para tal afirmação o estudo “Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização” (MOURA; DELGADO; SILVA *et al.*, 2012). Esse estudo considera como “metropolitanos” os centros que se caracterizam pelos principais papéis em gestão do território, pelo grande porte, pelos fortes relacionamentos entre seus municípios e pela extensa área de influência direta (IBGE, 2008).

pelo avanço do varejo moderno (*shopping centers*, supermercados, redes atacadistas) e pelos investimentos na infraestrutura para o turismo (DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010). Assim, ao percorrer os estudos anteriores e as referências históricas, constata-se que a década de 1980 foi o marco das grandes mudanças na organização social desse território.

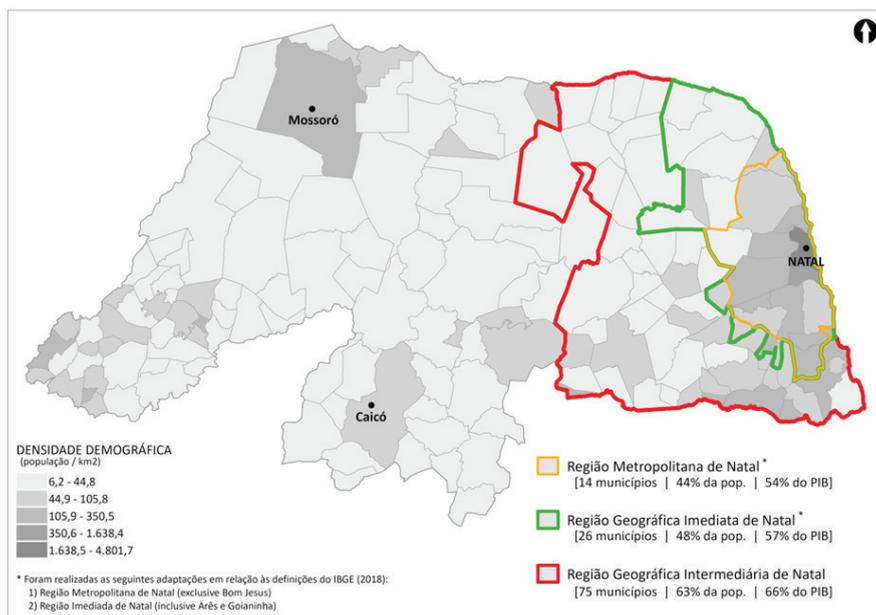
Em consonância a pesquisas precedentes sobre a RMN, o trabalho em tela objetiva iniciar e orientar o debate atual a partir da análise inter-regional da dinâmica econômica, do mercado de trabalho formal e das exportações no período 2006-2016. A partir da Figura 1, é possível observar a RMN e suas relações com outras escalas regionais, tais como a RGIme de Natal, a RGInt de Natal e o próprio Estado do Rio Grande do Norte (IBGE, 2017).

Vale ressaltar que a RGIme de Natal⁷ é composta por 26 municípios e representava 58% do PIB estadual em 2016 e concentrava 48% da população do Estado em 2010. Já a RGInt de Natal abrange 75 municípios⁸ e respondia por 68% do PIB estadual em 2016 e concentrava 63% da população em 2010. A Figura 1 permite identificar a distribuição, bem como a delimitação de cada uma das escalas de análise do projeto.

⁷ Bento Fernandes, Bom Jesus, Brejinho, Ceará-Mirim, Extremoz, Ielmo Marinho, Jundiá, Lagoa Salgada, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Taipu, Touros, Vera Cruz e foram incluídos os municípios de Arês e Goianinha que pertencem à Região Metropolitana de Natal.

⁸ Arês, Baía Formosa, Barcelona, Bento Fernandes, Bom Jesus, Brejinho, Caiçara do Norte, Caiçara do Rio do Vento, Campo Redondo, Canguaretama, Ceará-Mirim, Coronel Ezequiel, Espírito Santo, Extremoz, Galinhos, Goianinha, Ielmo Marinho, Jaçaná, Jandaíra, Januário Cicco, Japi, Jardim de Angicos, João Câmara, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa de Velhos, Lagoa Salgada, Lajes Pintadas, Macaíba, Maxaranguape, Montanhas, Monte Alegre, Monte das Gameleiras, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parazinho, Parnamirim, Passa e Fica, Passagem, Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Avelino, Pedro Velho, Poço Branco, Pureza, Riachuelo, Rio do Fogo, Ruy Barbosa, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Antônio, São Bento do Norte, São Bento do Trairi, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, São José do Campestre, São Miguel do Gostoso, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé, Senador Elói de Souza, Senador Georgino Avelino, Serra Caiada, Serra de São Bento, Serrinha, Sítio Novo, Taipu, Tangará, Tibau do Sul, Touros, Várzea, Vera Cruz, Vila Flor (IBGE, 2017).

FIGURA 1: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: EXTENSÃO E REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO DO PIB NAS ESCALAS DE ANÁLISE



FONTE: Elaboração própria dos autores.

A performance produtiva da RMN face ao Estado do Rio Grande do Norte é, certamente, favorecida pela existência de vantagens locais, sobretudo as decorrentes de economias de aglomeração. Quanto à concentração das atividades produtivas, deve ser registrado que à exceção dos estabelecimentos da indústria extrativa e das atividades agrícolas (como sal, *scheelita*, petróleo, gás natural, fruticultura irrigada, bovinocultura, energia eólica etc.), as demais estão localizadas exatamente em Natal e sua região.

No período em estudo, uma característica marcante que ainda permanece é a concentração das atividades e ocupações econômicas na capital do Estado e polo da RMN. Essa concentração tem sido atenuada, mas perdura e inexoravelmente mantém a “macrocefalia” no Estado do Rio Grande do Norte.

2. Estrutura econômica da RMN e sua inserção estadual

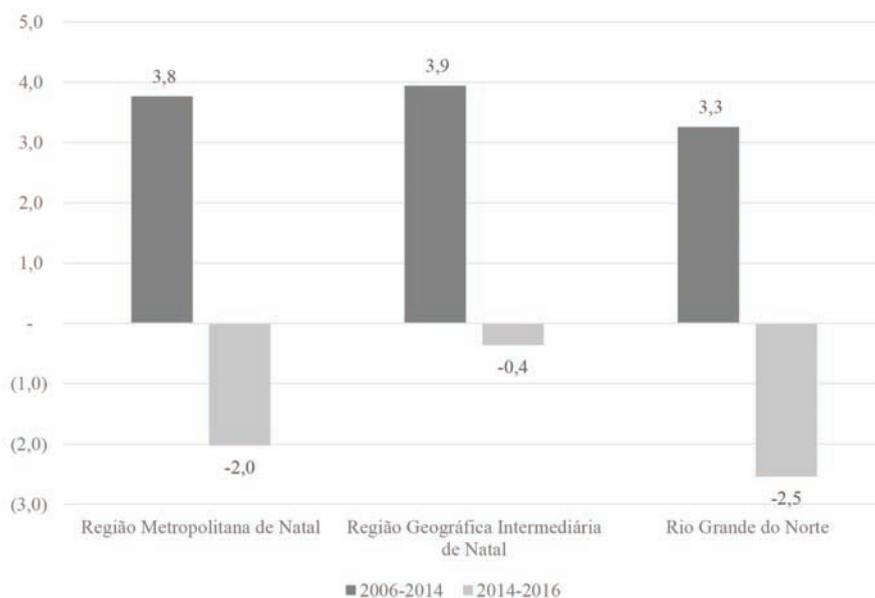
No início dos anos 2000, o Brasil, a Região Nordeste e o Estado Rio Grande do Norte vivenciaram um processo de dinamização da atividade econômica impulsionado pelo crescimento econômico e pela ampliação e formalização do emprego, queda do desemprego, melhoria da renda e redução das desigualdades. Trata-se de um período que vem sendo caracterizado como de experimento desenvolvimentista (RIBEIRO, 2017). Foi em um ambiente mundial e nacional do momento favorável que a economia da RMN também se aqueceu, ampliando sua produção em ritmo acima da média estadual e nacional, impulsionada principalmente pela expansão da renda, do crédito e do emprego e por investimentos no mercado imobiliário e em infraestrutura, puxados pelo mercado imobiliário turístico, pelo PMCMV e por obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especialmente aquelas ligadas à Copa do Mundo de 2014 e a melhorias da mobilidade urbana. A implementação e a consolidação das políticas sociais, além da política de valorização do salário-mínimo, também contribuíram para o dinamismo da atividade econômica, especialmente no que se refere à expansão do consumo das famílias tanto na área metropolitana quanto no restante do Estado; em suma, foram fatores importantes para estimular as atividades do comércio e dos serviços.

Em termos estaduais, destaca-se que as exportações, sobretudo de *commodities*, impulsionaram a fruticultura irrigada em áreas do semiárido potiguar, especialmente na região de Mossoró. Todavia, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, o Estado do Rio Grande do Norte não acompanhou a dinâmica geral brasileira, apresentando retração das exportações no período 2006-2009, lenta recuperação entre 2010-2011 e relativa estabilidade do volume de exportações entre 2012-2016. Outro setor importante para a economia potiguar, o de petróleo e gás, também apresentou retração no período e influenciou a queda da participação setorial da Indústria Extrativa estadual no VAB setorial no período de 2006 e 2014, segundo dados das Contas Regionais do IBGE.

Vale ressaltar, contudo, que esse período de experimento desenvolvimentista apresentou um momento de inflexão entre

2008 e 2009, reflexo da crise financeira internacional, que se recuperou em 2010 e demonstrou, já a partir de 2011, limites para a sua trajetória. A RMN teve um incremento médio anual do PIB de 3,8%, entre 2006 e 2014, acima da média estadual (de 3,3% a.a.) e nacional (3,5% a.a.), e abaixo apenas da média da Região Nordeste (4,2% a.a.). A RMN, que representava sozinha mais da metade do PIB estadual, ampliou-se e puxou o dinamismo da RGInt de Natal, que exibiu uma taxa média de crescimento no mesmo patamar, como é possível observar por meio do Gráfico 1.

GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL DO PIB, REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE NATAL E RN – 2006-2016



FONTE: IBGE – PIB dos municípios. Nota: 1 – valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional a preços de 2016. 2 – Exclusive Bom Jesus.

Todavia, a partir do final de 2014, é possível observar os primeiros sinais da crise econômica acentuada a partir de 2015 por meio de um movimento de inflexão ultraliberal. Esse processo desdobrou-se em taxas negativas de crescimento da atividade econômica e reversão de várias das conquistas do experimento desenvolvimentista – entre elas, a redução da taxa de desemprego, aumento da formalização, melhoria da renda média e queda das desigualdades. Em paralelo, observou-se a forte queda do volume de investimentos – entre eles,

o PMCMV, o forte aumento do desemprego e da informalidade e a queda da renda das famílias, refletindo na dinâmica da indústria de baixa intensidade tecnológica (alimentos e bebidas, calçados, vestuários e confecções), da construção imobiliária urbana e do comércio e demais serviços.

Em termos de PIB, a RMN apresentou queda média anual do PIB de -2%, entre 2014 e 2016, abaixo da média estadual (de -2,5% a.a.), mas bem acima da retração da RGInt de Natal (-0,4% a.a.). Essa redução mais intensa da dinâmica econômica estadual e metropolitana está fortemente ligada aos impactos da crise, sobretudo, na Indústria e nos Serviços, que têm maior peso nessas áreas.

No que se refere à dinâmica econômica setorial da RMN, observa-se a importância dos Serviços para a economia metropolitana, seguidos pela Administração Pública e pela Indústria. Em 2006, os Serviços respondiam por 53,4% do VAB da RMN, a Administração Pública por 23,4%, a Indústria por 21,1% e a Agropecuária por apenas 2%. Como é possível observar, entre 2006 e 2014, a economia metropolitana de Natal reforçou ainda mais sua vocação para as atividades terciárias, particularmente as atividades turísticas, dos Serviços Distributivos e Produtivos, ampliando seu peso relativo no VAB setorial para 56,1% em 2014. A Administração Pública praticamente manteve sua participação entre 2006 e 2014. Verifica-se, assim, que o crescimento da participação dos serviços no VAB setorial esteve relacionado à queda da Indústria, considerando o peso relativo insignificante da Agropecuária na área metropolitana (Tabela 1).

Essa dinâmica mais geral de crescimento do VAB dos Serviços, manutenção da participação da Administração Pública e perda de peso relativo da Indústria e da Agropecuária durante o período de 2006 a 2014 também pode ser observada para a RGInt de Natal e para o Estado do Rio Grande do Norte. Todavia, quanto mais se amplia a escala regional estudada, menor se verifica o peso dos Serviços (que ainda têm forte concentração metropolitana) e maior a importância relativa da Administração Pública e da Agropecuária.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO A PREÇOS CORRENTOS NA RMN, REGIÃO INTERMEDIÁRIA E ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – 2006, 2014 E 2016

| VAB | RM NATAL ¹ | REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE NATAL | RN |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------|--------------|
| 2006 | | | |
| VAB Agropecuária | 2,0 | 4,2 | 4,9 |
| VAB Indústria | 21,1 | 18,9 | 27,6 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 53,4 | 48,7 | 40,6 |
| VAB Adm. Pública | 23,4 | 28,1 | 26,9 |
| VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| 2014 | | | |
| VAB Agropecuária | 1,1 | 2,7 | 3,2 |
| VAB Indústria | 19,1 | 17,8 | 21,9 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 56,1 | 51,4 | 46,3 |
| VAB Adm. Pública | 23,7 | 28,0 | 28,6 |
| VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| 2016 | | | |
| VAB Agropecuária | 1,3 | 2,9 | 3,5 |
| VAB Indústria | 15,4 | 17,0 | 19,0 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 58,7 | 52,1 | 47,7 |
| VAB Adm. Pública | 24,6 | 28,0 | 29,7 |
| VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE – PIB dos Municípios. Nota: 1 – Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

Enquanto, em 2014, os Serviços respondiam por 56,1% do VAB da RMN, enquanto no VAB da RGInt de Natal eles representavam 51,4%, e 46,3% do VAB estadual. Já a Agropecuária, em contraste, respondia por apenas 1,1% do VAB da RMN em 2014, 2,7% do VAB da RGInt de Natal, e chegava a representar 3,2% do VAB do Estado do Rio Grande do Norte. A participação da Indústria no VAB era mais representativa na RMN em comparação à RGInt de Natal. Nesse caso, ressalta-se que a indústria metropolitana é mais ligada à produção de alimentos e bebidas, têxtil e confecções e construção civil, enquanto a Indústria dos municípios não metropolitanos da RGInt de Natal era ligada às atividades agropecuárias e extrativas. Já o Estado do Rio Grande do Norte,

que, apesar de também ter apresentado retração de seu peso relativo no VAB entre 2006 e 2014, tinha uma participação mais expressiva da indústria no seu valor adicionado de 21,9% em 2014. Além da Indústria de Baixa e Média-Baixa Intensidade Tecnológica e da Construção Civil, destaca-se a importância da Indústria Extrativa para a dinâmica estadual.

Já no período de crise, entre 2014 e 2016, há um aumento relativo da participação setorial da Administração Pública (pela perda de participação da Indústria, aumento da Agropecuária e dos Serviços como amortecedores da crise em seus aspectos sociais). A Indústria, maior impactada pela crise, perdeu 3,7 pontos percentuais na RMN e 2,9 pontos percentuais no Estado (Tabela 1).

Em termos regionais, reafirma-se a relevância da economia metropolitana dentro da economia regional e estadual do Estado do Rio Grande do Norte. Mesmo durante o período desenvolvimentista, é possível verificar o aumento da concentração do PIB na área metropolitana, que respondia por 52,2% do PIB estadual em 2006 e que ampliou sua participação para 54,3% em 2014. Observe-se, assim, que a RMN continua a comandar o desenvolvimento econômico estadual, enquanto as outras articulações escalares, apesar de agregarem uma quantidade expressiva de municípios, como é o caso da RGInt de Natal (que têm 75 municípios contra apenas 14 da RMN), contribuíram em 2014 com um incremento de apenas 10,3% na participação do PIB estadual em relação aos 54,3% da RMN (Tabela 2).

De acordo com Clementino (1995), a rede urbana do Estado é esgarçada e dispersa, formada por poucas cidades com funções de polarização (nós de circulação e emprego) e diversos pequenos núcleos urbanos interiorizados. Vale ressaltar que, no período recente, em que se destaca o processo de interiorização de diversos serviços, como Saúde e Educação, há um reforço dessa rede urbana intensificando e remarcando as mesmas centralidades, com exceção para algumas cidades do agreste, especialmente Santa Cruz (LIMA, 2016; DANTAS; CLEMENTINO, 2013).

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO SETORIAL A PREÇOS CORRENTES – 2006, 2014 E 2016

| PIB E VAB | RM NATAL ¹ | REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE NATAL | RN |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------|--------------|
| 2006 | | | |
| PIB | 52,2 | 61,3 | 100,0 |
| VAB Agropecuária | 20,0 | 50,8 | 100,0 |
| VAB Indústria | 38,0 | 40,5 | 100,0 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 65,5 | 71,2 | 100,0 |
| VAB Adm. Pública | 43,4 | 62,1 | 100,0 |
| VAB Total | 49,7 | 59,3 | 100,0 |
| 2014 | | | |
| PIB | 54,3 | 64,6 | 100,0 |
| VAB Agropecuária | 19,2 | 53,4 | 100,0 |
| VAB Indústria | 46,5 | 52,0 | 100,0 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 64,5 | 70,8 | 100,0 |
| VAB Adm. Pública | 44,1 | 62,5 | 100,0 |
| VAB Total | 53,3 | 63,8 | 100,0 |
| 2016 | | | |
| PIB | 54,9 | 67,6 | 100,0 |
| VAB Agropecuária | 19,5 | 55,2 | 100,0 |
| VAB Indústria | 43,4 | 59,8 | 100,0 |
| VAB Serviços Exceto Adm. Pública | 65,7 | 72,9 | 100,0 |
| VAB Adm. Pública | 44,2 | 62,7 | 100,0 |
| VAB Total | 53,5 | 66,7 | 100,0 |

FONTE: IBGE - PIB dos Municípios. Nota: 1 - Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

No que se refere à distribuição estadual do VAB Setorial, contudo, já é possível observar uma crescente importância de algumas atividades fora da área metropolitana. A Agropecuária metropolitana, por exemplo, representava 20% do VAB desse setor no Estado em 2006, fortemente ligada à cana-de-açúcar, e chegava a responder por mais de 50% do VAB estadual na RGInt de Natal. Já em 2014, a Agropecuária metropolitana perdeu peso relativo enquanto a RGInt de Natal ampliou sua participação no VAB estadual para 53,4%. Os serviços, ainda que fortemente concentrados na área metropolitana, desconcentraram no sentido do restante do Estado entre 2006 e 2014. Todavia, em 2014, a RMN

ainda respondia por 64,5% do VAB dos serviços, e a RGInt de Natal por 70,8%.

O VAB da Indústria, por sua vez, ampliou a participação estadual na área metropolitana e na área geográfica intermediária de Natal. Destaca-se o crescimento do VAB industrial na RMN de 38% para 46,5% entre 2006 e 2014, influenciado pela expansão da Construção Civil e pela Indústria de Transformação. A Administração Pública também aumentou seu peso relativo nas áreas metropolitana e intermediária de Natal, mas de maneira menos expressiva. Em 2014, a RMN respondia por 44,1% do VAB da Administração Pública estadual, e chegava a 62,5% na RGInt de Natal.

Observa-se, também, que o impacto da inflexão ultraliberal é diferenciado entre as escalas de análise. O PIB tem variação de 0,6 pontos percentuais na RMN e 3 pontos percentuais na RGInt de Natal. A indústria, com maior volatilidade, corresponde à maior perda na participação relativa do PIB na RMN com decréscimo de 3,1 pontos percentuais, enquanto os demais setores aumentaram a sua participação relativa. Por outro lado, na RGInt de Natal, sua participação ampliou-se de 52% para 59,8%.

3. Caracterização interna do mercado de trabalho formal e das exportações da economia metropolitana de Natal

No período de expansão da atividade econômica, observou-se importantes avanços no mercado de trabalho da RMN, seguindo a tendência nacional com forte queda da taxa de desemprego, aumento da ocupação (em especial, com carteira assinada), aumento da formalização e melhorias na renda média dos trabalhadores (ARAÚJO; CLEMENTINO; FINATTI *et al.*, 2019). O emprego formal expandiu-se a uma taxa média de crescimento anual de 3,4% entre 2006 e 2014, puxado, sobretudo, pelo incremento dos vínculos com carteira assinada na Construção, nos Serviços e na Indústria (Tabela 3).

A Construção, dinamizada pelo mercado imobiliário e pela retomada dos investimentos em infraestrutura e produtivos, foi o setor que apresentou o maior crescimento do emprego formal na

RMN – 8,6% a.a. Destaca-se a ampliação de quase oito mil postos de trabalho com carteira assinada na Construção de Edifícios e o crescimento acima dos 14% a.a. nos vínculos dos serviços especializados e na incorporação de atividades imobiliárias próprias.

TABELA 3: EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006, 2014 E 2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | RM NATAL | | | TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) | |
|--|---------------|---------------|---------------|-------------------------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-14 | 2014-16 |
| Total | 315.591 | 412.131 | 388.191 | 3,4 | -2,9 |
| Agropecuária e extrativa | 7.621 | 4.449 | 4.953 | -6,5 | 5,5 |
| Agropecuária | 6.270 | 2.819 | 3.501 | -9,5 | 11,4 |
| Indústria Extrativa Mineral | 331 | 453 | 357 | 4,0 | -11,2 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 1.020 | 1.177 | 1.095 | 1,8 | -3,5 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 9.391 | 12.852 | 12.932 | 4,0 | 0,3 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 7.663 | 10.717 | 10.400 | 4,3 | -1,5 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1.728 | 2.135 | 2.532 | 2,7 | 8,9 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 23.607 | 24.793 | 20.208 | 0,6 | -9,7 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 21.792 | 22.025 | 17.803 | 0,1 | -10,1 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 1.815 | 2.768 | 2.405 | 5,4 | -6,8 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 1.058 | 1.828 | 1.509 | 7,1 | -9,1 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 1.033 | 1.772 | 1.471 | 7,0 | -8,9 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 25 | 56 | 38 | 10,6 | -17,6 |
| Construção | 17.228 | 33.444 | 20.162 | 8,6 | -22,4 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 1.123 | 4.922 | 2.802 | 20,3 | -24,5 |
| Construção de edifícios | 11.693 | 18.671 | 10.354 | 6,0 | -25,5 |
| Obras de infraestruturas | 2.796 | 5.008 | 2.834 | 7,6 | -24,8 |
| Serviços especializados para construção | 1.616 | 4.843 | 4.172 | 14,7 | -7,2 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | RM NATAL | | | TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) | |
|--|----------------|----------------|----------------|-------------------------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-14 | 2014-16 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 5.768 | 5.204 | 5.017 | -1,3 | -1,8 |
| Serviços distributivos | 62.531 | 91.925 | 87.241 | 4,9 | -2,6 |
| Comércio e reparação de automóveis | 5.173 | 8.451 | 7.591 | 6,3 | -5,2 |
| Comércio atacadista | 8.356 | 12.634 | 11.918 | 5,3 | -2,9 |
| Comércio varejista | 38.389 | 57.350 | 54.267 | 5,1 | -2,7 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 9.250 | 11.719 | 11.621 | 3,0 | -0,4 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 1.363 | 1.771 | 1.844 | 3,3 | 2,0 |
| Serviços produtivos | 26.312 | 48.799 | 49.626 | 8,0 | 0,8 |
| Serviços Financeiros | 3.333 | 4.574 | 4.416 | 4,0 | -1,7 |
| Administração e comércio de imóveis | 669 | 1.036 | 1.040 | 5,6 | 0,2 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 2.772 | 7.254 | 7.744 | 12,8 | 3,3 |
| Serviços de TI | 2.180 | 2.425 | 2.275 | 1,3 | -3,1 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 17.358 | 33.510 | 34.151 | 8,6 | 1,0 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 26.642 | 43.486 | 43.400 | 6,3 | -0,1 |
| Educação | 10.590 | 24.734 | 24.309 | 11,2 | -0,9 |
| Serviços de saúde e assistência social | 10.409 | 14.443 | 15.067 | 4,2 | 2,1 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 5.643 | 4.309 | 4.024 | -3,3 | -3,4 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 113.453 | 108.784 | 104.561 | -0,5 | -2,0 |
| Serviços Pessoais | 21.980 | 36.567 | 38.582 | 6,6 | 2,7 |
| Alojamento e alimentação | 12.962 | 19.827 | 18.777 | 5,5 | -2,7 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 1.903 | 2.688 | 2.558 | 4,4 | -2,4 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 6.969 | 13.984 | 17.164 | 9,1 | 10,8 |
| Serviços Domésticos | 146 | 68 | 83 | -9,1 | 10,5 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nota: 1 - Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

Com o crescimento das atividades urbanas, verificou-se a redução do emprego no setor agropecuário e extrativista na RMN (-6,5% a.a.), enquanto as indústrias derivadas de atividades agropecuárias

e extrativas elevaram-se a uma taxa média anual de crescimento de 4% entre 2006 e 2014, com destaque para a indústria de alimentos, especialmente a ligada à cana-de-açúcar. A indústria da RMN ainda é fortemente concentrada nas atividades de baixa intensidade tecnológica, especialmente da Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Dentro do setor industrial, as Indústrias de média-alta e alta intensidade tecnológica apresentaram um crescimento anual elevado, de 7,1% a.a. Ainda que não apresentem peso significativo no total dos empregos formais, trata-se de um termômetro visível do desenvolvimento de um segmento não tradicional na economia metropolitana do Estado do Rio Grande do Norte.

Nos Serviços, ressalta-se a expansão dos Serviços Produtivos, com destaque para os serviços técnico-profissionais e científicos e os serviços de apoio às empresas, que cresceram 12,8% a.a. e 8,1% a.a., respectivamente, entre 2006 e 2014. A centralidade estadual da região metropolitana também justifica o importante crescimento desses serviços na RMN. Observa-se o expressivo incremento dos serviços sociais de educação, público e privado, bem como de outras atividades de serviços pessoais na RMN nesse período. Ressaltam-se, ainda, os serviços distributivos, sobretudo os ligados ao comércio, que apresentaram ampliação do emprego formal acima de 5% a.a. no período de expansão e passaram a representar 19,1% dos trabalhadores com carteira assinada da RMN em 2014 (Tabela 4).

É importante sinalizar alguns segmentos que compõem, mesmo que de forma implícita, o turismo, na condição de atividade dinamizadora da economia metropolitana de Natal. Os ramos de alojamento e alimentação e transporte, armazenagem e distribuição apresentaram crescimento no período 5,5% e 3,3% a.a., respectivamente. Vale, também, mencionar o recente imbricamento entre o turismo e as estratégias de incorporação imobiliária, que, segundo Ferreira e Silva (2010), sugerem uma superposição do imobiliário-turístico⁹ e que também foram importantes para o crescimento do emprego na construção, sobretudo até a crise financeira internacional de 2008-09.

⁹ Processo caracterizado pelo aumento na intensidade dos negócios imobiliários, pela produção de novas áreas de expansão urbana e turística e pela expressividade dos impactos socioambientais, essa nova dinâmica revela cada vez mais o imbricamento do segmento turístico e do setor imobiliário, denominado aqui como imobiliários-turístico (FERREIRA; SILVA, 2010, p. 117).

Todavia, o movimento de inflexão ultraliberal trouxe impactos negativos à dinâmica do emprego, indicando um cenário de retrocesso em relação ao período anterior. Seguindo tendência nacional, o setor que sofreu maior impacto na RMN foi o de Construção, reflexo dos cortes nos investimentos em infraestrutura urbana e, sobretudo, no PMCMV. Esse setor foi o que mais cresceu no período anterior e, com as mudanças para políticas econômicas de austeridade (além da crise política e econômica que o país enfrentou), o setor de Construção sofreu uma queda de -22,4% a.a., entre 2014 e 2016, no seu volume de postos de trabalho formais, com retração dos vínculos em todos os ramos de atividade da construção (Tabela 3). A participação da Construção no total de empregos da RMN caiu de 8,1% para 5,2% nesse período, patamar próximo ao de 2006 (Tabela 4).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL, DA MASSA SALARIAL E DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|----------------|------------|------------|----------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 2,4 | 1,1 | 1,3 | 3,6 | 2,3 | 2,3 | 42,7 | 25,7 | 27,5 |
| Agropecuária | 2,0 | 0,7 | 0,9 | 1,0 | 0,3 | 0,4 | 23,5 | 25,6 | 27,3 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,2 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 2,6 | 2,0 | 1,9 | 19,2 | 0,0 | 0,0 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 3,0 | 3,1 | 3,3 | 1,7 | 1,7 | 1,9 | 32,4 | 22,6 | 34,1 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 2,4 | 2,6 | 2,7 | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 32,4 | 22,6 | 27,9 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 6,2 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 7,5 | 6,0 | 5,2 | 4,9 | 3,3 | 3,2 | 24,7 | 48,3 | 36,6 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 6,9 | 5,3 | 4,6 | 4,5 | 2,9 | 2,8 | 20,5 | 39,1 | 30,0 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 4,1 | 9,2 | 6,6 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|-------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 3,4 | 1,8 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 3,3 | 1,8 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Construção | 5,5 | 8,1 | 5,2 | 3,2 | 5,1 | 3,4 | — | — | — |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,4 | 1,2 | 0,7 | 0,2 | 0,8 | 0,5 | — | — | — |
| Construção de edifícios | 3,7 | 4,5 | 2,7 | 1,9 | 2,7 | 1,6 | — | — | — |
| Obras de infraestruturas | 0,9 | 1,2 | 0,7 | 0,7 | 1,0 | 0,7 | — | — | — |
| Serviços especializados para construção | 0,5 | 1,2 | 1,1 | 0,4 | 0,7 | 0,7 | — | — | — |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,8 | 1,3 | 1,3 | 2,2 | 1,9 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 19,8 | 22,3 | 22,5 | 11,9 | 13,1 | 13,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,6 | 2,1 | 2,0 | 1,1 | 1,4 | 1,3 | — | — | — |
| Comércio atacadista | 2,6 | 3,1 | 3,1 | 1,8 | 2,0 | 2,0 | — | — | — |
| Comércio varejista | 12,2 | 13,9 | 14,0 | 5,8 | 7,1 | 7,2 | — | — | — |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 2,9 | 2,8 | 3,0 | 2,8 | 2,2 | 2,4 | — | — | — |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 8,3 | 11,8 | 12,8 | 7,5 | 9,2 | 9,6 | — | — | — |
| Serviços Financeiros | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 2,7 | 2,5 | 2,5 | — | — | — |
| Administração e comércio de imóveis | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | — | — | — |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 0,9 | 1,8 | 2,0 | 0,7 | 1,3 | 1,5 | — | — | — |
| Serviços de TI | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | — | — | — |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 5,5 | 8,1 | 8,8 | 3,1 | 4,4 | 4,6 | — | — | — |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 8,4 | 10,6 | 11,2 | 6,8 | 16,4 | 14,9 | — | — | — |
| Educação | 3,4 | 6,0 | 6,3 | 3,4 | 13,2 | 11,7 | — | — | — |
| Serviços de saúde e assistência social | 3,3 | 3,5 | 3,9 | 2,1 | 2,4 | 2,5 | — | — | — |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 1,8 | 1,0 | 1,0 | 1,3 | 0,8 | 0,7 | — | — | — |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 35,9 | 26,4 | 26,9 | 54,7 | 42,3 | 44,2 | — | — | — |
| Serviços Pessoais | 7,0 | 8,9 | 9,9 | 3,3 | 4,4 | 4,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Alojamento e alimentação | 4,1 | 4,8 | 4,8 | 1,9 | 2,3 | 2,4 | — | — | — |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 2,2 | 3,4 | 4,4 | 1,0 | 1,6 | 2,1 | — | — | — |
| Serviços Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | — | — | — |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nota: 1 - Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

Outro setor importante para o desenvolvimento e que teve perdas no número de empregos foi o industrial. As indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica sofreram retração de -9,7% a.a. nesse contexto de inflexão ultraliberal. Destaque para o ramo da indústria de baixa intensidade tecnológica – principalmente as fábricas de têxteis, confecções, artigos de couros etc. –, que despencou o nível de emprego em -10,1% a.a. entre 2014 e 2016. Vale ressaltar que esses ramos industriais que constituem a base da indústria potiguar, concentrada na RMN, retrocederam a um patamar anterior ao início do período do experimento desenvolvimentista. Em 2006, as indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica registravam um total de 30.363 empregos formais; em 2016, esse número caiu para 28.847 vínculos.

Importantes encadeamentos podem ser observados nas atividades industriais e de construção, que se refletem em diversos serviços, como impactos da retração do emprego e redução da renda das famílias, por exemplo, nos serviços distributivos (queda de -2,6% a.a. entre 2014 e 2016) e nos Serviços Produtivos (que se mantiveram estagnados). Quanto à Administração Pública, que representa mais de um quarto dos postos de trabalho com carteira assinada da RMN (Tabela 4), ela apresentou uma retração de cerca de 2% a.a. como desdobramento das políticas implementadas no contexto da inflexão ultraliberal.

Em termos de Massa Salarial, destaca-se a forte concentração da massa de remunerações dos empregos formais da RMN na Administração Pública. A expansão mais expressiva dos outros setores no período de crescimento da atividade econômica, entre 2006 e 2014, levou a uma queda de participação da Administração Pública na massa salarial da RMN de 54,7% para 42,3%. Todavia, com a crise e a inflexão ultraliberal, a Massa Salarial da Administração Pública voltou a aumentar seu peso relativo (44,2%), mas sem retornar ao patamar anterior (54,7%). Esse movimento é importante, pois a Administração Pública tem mais dificuldade para romper contratos, considerando que grande parte dos trabalhadores é concursada e a demanda por serviços públicos não necessariamente diminui com a crise (como os serviços de educação e saúde pública, por exemplo).

Além disso, a remuneração média da Administração Pública é maior, o que ajuda a não retrain tanto a Massa Salarial dos trabalhadores com carteira assinada durante o período de crise econômica. Os serviços distributivos, produtivos e pessoais ampliaram a participação na Massa Salarial no período de expansão e se mantiveram durante a crise em 13,3%, 9,6% e 4,9%, respectivamente, em 2016. Já os serviços de educação, que tinham aumentado seu peso relativo na massa de remunerações de 3,4% em 2006 para 13,2% em 2014, retraíram para 11,7% em 2016. Por fim, a construção civil, que apresentou forte retração dos postos de trabalho com carteira assinada durante a crise econômica, também reduziu sua participação relativa na massa salarial da RMN (Tabela 4).

Já no que se refere às exportações, os principais produtos exportados pela RMN estão ligados à produção têxtil e de

confeções, na indústria de baixa intensidade tecnológica, e aos produtos agropecuários e seus derivados, tais como frutas, peixes e crustáceos e açúcar. Em 2006, destaca-se também a exportação, por Natal, de óleo combustível derivado da Indústria extrativa de petróleo e gás e que chegou a representar 19,2% do volume de exportações da RMN daquele ano¹⁰. A Agropecuária e suas indústrias responderam por quase 50% das exportações em 2014 e ampliaram esse movimento durante a crise para mais de 60% em 2016, reflexo do aumento da demanda externa por produtos desse tipo. A indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica chegou a representar 48,3% das exportações da RMN em 2014, mas perdeu espaço, e em 2016 representou 36,6%. Alguns desses produtos são, de fato, produzidos na RMN, tais como os da indústria têxtil e de confeções e o açúcar, mas o melão é produzido na região de Mossoró e exportado por empresas com sede em Natal. Esse também é o caso da exportação de petróleo bruto ocorrida em 2006, mas oriundo da região de Mossoró.

4. Estrutura econômica, dinâmica do mercado de trabalho formal e exportações da RGInt de Natal e do estado do Rio Grande do Norte

4.1 estrutura econômica, dinâmica do mercado de trabalho formal e exportações da Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Natal

A RGInt de Natal tem 75 municípios, dos quais apenas 15 estão na RMN e representa toda a parte leste do estado do Rio Grande do Norte, como podemos visualizar na Figura 1. Essa região geográfica tem como principal polo econômico a RMN e apresentou taxas médias de crescimento do emprego formal em ritmo semelhante

¹⁰ Todavia, quando se analisa a pauta exportadora do Estado do Rio Grande do Norte durante as duas primeiras décadas do século XXI, observa-se que a exportação de óleo combustível ocorreu entre 2002 e 2006, depois parou e só voltou a ocorrer novamente nos anos de 2013, 2015, 2018 e 2019. Vale ressaltar que os dados de comércio exterior por município se relacionam com o domicílio fiscal da empresa que realizou a operação de exportação, e não com o local onde se produziu a mercadoria. Por isso, mesmo não sendo produtor de óleo combustível, o município de Natal aparece como exportador.

ao da RMN tanto no período de expansão da atividade econômica entre 2006 e 2014, quanto na crise e inflexão a partir de 2014.

Além da dinâmica metropolitana, observa-se, na RGInt de Natal, uma maior participação das atividades agrícolas e de pecuária, bem como das suas indústrias derivadas. Ressalta-se, ainda, a produção de cana-de-açúcar, mas também de outras culturas como a do coco-da-baía e a aquicultura, esta sobretudo ligada à produção de camarão. A Administração Pública é outro setor muito importante e que, apesar de não ter crescido muito nesse período, representava 38% dos empregos formais da RGInt de Natal em 2006 (Tabela 5). Todavia, esses setores perderam participação no período de expansão da atividade econômica entre 2006 e 2014, sobretudo, pelo maior dinamismo da construção civil e dos serviços, com destaque para a interiorização dos serviços de educação e a implementação de campi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Os Serviços Pessoais também ampliaram sua oferta nesse período; dentre eles, têm grande peso o segmento de alojamento e alimentação, potencialmente relacionado à atividade turística do litoral potiguar. Essa também é uma região importante na geração de energia eólica, possuindo 67% dos parques eólicos em operação no Estado em 2017. Para essa atividade econômica, destaca-se a criação de postos de trabalhos com carteira assinada, sobretudo no período de construção dos parques¹¹.

A crise também impactou a geração de empregos formais na RGInt de Natal na Construção Civil, Indústria, Serviços Distributivos e Administração Pública. Destaca-se, durante a crise, a manutenção ou até o pequeno incremento no nível de emprego na Agropecuária, Serviços Produtivos e Serviços Pessoais, com destaque para serviços técnico-profissionais e científicos e outras atividades de serviços pessoais (Tabela 5).

¹¹ Em 2017, dos 75 municípios da Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Natal, 11 eram produtores de energia eólica: Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros. Para saber mais sobre economia das eólicas no RN, ver Silva (2017).

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL, DA MASSA SALARIAL E DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE NATAL – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 3,2 | 1,8 | 1,9 | 3,9 | 2,6 | 2,6 | 45,0 | 32,8 | 37,3 |
| Agropecuária | 2,7 | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 0,7 | 0,8 | 29,6 | 32,0 | 34,9 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 1,2 | 0,8 | 2,4 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 2,4 | 1,9 | 1,8 | 14,2 | 0,0 | 0,0 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 4,0 | 3,7 | 3,8 | 2,3 | 2,1 | 2,2 | 36,6 | 21,3 | 29,9 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 26,1 | 21,3 | 24,9 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1,5 | 1,2 | 1,3 | 0,8 | 0,6 | 0,8 | 10,4 | 0,0 | 5,0 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 7,0 | 5,7 | 5,0 | 4,8 | 3,3 | 3,1 | 18,2 | 42,9 | 29,9 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 6,5 | 5,1 | 4,4 | 4,5 | 2,9 | 2,7 | 15,2 | 34,5 | 24,2 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 3,1 | 8,4 | 5,7 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 3,0 | 2,8 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 3,0 | 2,7 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Construção | 5,2 | 7,6 | 5,0 | 3,1 | 5,0 | 3,4 | – | – | – |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,3 | 1,1 | 0,7 | 0,2 | 0,8 | 0,5 | – | – | – |
| Construção de edifícios | 3,6 | 4,3 | 2,7 | 1,9 | 2,6 | 1,7 | – | – | – |
| Obras de infraestruturas | 0,8 | 1,1 | 0,7 | 0,6 | 0,9 | 0,7 | – | – | – |
| Serviços especializados para construção | 0,5 | 1,1 | 1,0 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | – | – | – |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,7 | 1,2 | 1,2 | 2,1 | 1,8 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 18,6 | 21,6 | 21,9 | 11,6 | 13,0 | 13,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,5 | 1,9 | 1,8 | 1,1 | 1,4 | 1,2 | – | – | – |
| Comércio atacadista | 2,4 | 2,8 | 2,8 | 1,7 | 1,9 | 2,0 | – | – | – |
| Comércio varejista | 11,6 | 13,8 | 14,0 | 5,7 | 7,2 | 7,4 | – | – | – |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 2,7 | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,2 | 2,3 | – | – | – |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 7,6 | 10,8 | 11,7 | 7,3 | 8,8 | 9,2 | – | – | – |
| Serviços Financeiros | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 2,6 | 2,5 | 2,5 | – | – | – |
| Administração e comércio de imóveis | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | – | – | – |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 0,8 | 1,6 | 1,8 | 0,7 | 1,3 | 1,4 | – | – | – |
| Serviços de TI | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,9 | 0,7 | 0,7 | – | – | – |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 5,0 | 7,4 | 8,0 | 3,0 | 4,2 | 4,4 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 7,7 | 9,6 | 10,3 | 6,5 | 15,4 | 14,0 | – | – | – |
| Educação | 3,1 | 5,5 | 5,8 | 3,3 | 12,4 | 10,9 | – | – | – |
| Serviços de saúde e assistência social | 3,0 | 3,2 | 3,5 | 2,0 | 2,2 | 2,4 | – | – | – |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 1,7 | 1,0 | 1,0 | 1,3 | 0,7 | 0,7 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 38,0 | 29,3 | 29,2 | 54,8 | 43,5 | 45,0 | – | – | – |
| Serviços Pessoais | 6,6 | 8,5 | 9,6 | 3,3 | 4,3 | 4,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Alojamento e alimentação | 4,0 | 4,8 | 5,0 | 2,0 | 2,4 | 2,5 | – | – | – |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,9 | 1,5 | 2,0 | – | – | – |
| Serviços Domésticos | 2,0 | 3,1 | 4,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | – | – | – |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nota: 1 - Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

Em termos de Massa Salarial, reafirma-se a grande concentração da massa de remunerações dos trabalhadores formais na Administração Pública. Observa-se o mesmo movimento de retração da Massa Salarial entre 2006 e 2014, reflexo do crescimento maior de outros setores, mas, com a crise e inflexão ultraliberal, a Massa Salarial da Administração Pública voltou a aumentar seu peso relativo, chegando a 45% em 2016.

A pauta exportadora da RGInt de Natal é ainda mais concentrada nos produtos agropecuários e de sua indústria, com destaque para a exportação de álcool etílico, açúcar, frutas, peixes e crustáceos e castanhas, além dos demais produtos exportados pela RMN. A Agropecuária e suas indústrias responderam por 54,1% das exportações dessa região em 2014, e aumentaram sua participação durante a crise, chegando a 67,2% em 2016.

4.2 Estrutura econômica, dinâmica do mercado de trabalho formal e exportações no Estado do Rio Grande do Norte

Ao longo do tempo, a formação econômica potiguar favoreceu a forte concentração das atividades econômicas na área metropolitana. Todavia, o que se observa no período recente de expansão é o maior crescimento do emprego formal no Estado do Rio Grande do Norte em comparação à RMN, 3,6% e 3,4% a.a., respectivamente. Também há uma maior participação das atividades agropecuárias, extrativas e de suas indústrias no Estado do Rio Grande do Norte em comparação à RMN e à RGInt de Natal. A Administração Pública, apesar de ter perdido participação durante o período do experimento desenvolvimentista, de 2006 a 2014, ainda denota uma grande importância tanto em termos de geração de postos de trabalho com carteira assinada, quanto na massa de remunerações desses trabalhadores no Estado do Rio Grande do Norte, 29,1% e 40,4%, respectivamente, em 2014 (Tabela 6).

A Agropecuária e Extrativa são atividades que tendem a estar dispersas em todo o Estado, mas os vínculos formais predominam em duas áreas principais: a primeira, ao longo do litoral oriental – principalmente ligada à cana-de-açúcar e à pecuária intensiva – e a segunda com centralidade em Mossoró – fruticultura irrigada –, dispersando-se pelo litoral setentrional (Costa Branca), incluindo as áreas de extração de sal, petróleo e gás. Esses setores perderam

participação tanto em termos de Vínculos Formais quanto de Massa Salarial entre 2006 e 2014. No que se refere às indústrias derivadas das atividades agropecuárias e extrativas, destacam-se a exploração da *scheelita* em Currais Novos (Região Intermediária de Caicó, no Seridó potiguar) e os derivados da fruticultura no eixo entre Caicó e Mossoró (Vale do Rio Açu).

Em relação à Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, ressalta-se em Caicó as confecções como parte, também, de um processo de terceirização da indústria têxtil e de confecções da RMN, especialmente com as facções (de costura terceirizada)¹²; e, em Mossoró, a fabricação de produtos de minerais não metálicos e a manutenção de máquinas e equipamentos, comandados pela Petrobras.

A Construção cresceu no período de expansão da atividade econômica em todos os recortes espaciais estudados, sobretudo nas atividades de construção de edifícios e nas obras de infraestrutura. Em 2006, a Construção empregava formalmente 26.111 pessoas, número que cresceu para 47.121 ao final de 2014, o que mudaria a posição da Construção de oitavo para quinto setor mais representativo em termos de empregos do Estado do Rio Grande do Norte nesse período.

Os Serviços Sociais de Utilidade Pública, para além da RMN, se concentra em poucos municípios, privilegiando nesse processo Mossoró e Caicó, bem como alguns municípios do litoral setentrional, a exemplo de Costa Branca, e do extremo-oeste do Estado próximo a Pau dos Ferros. Já os Serviços Distributivos, em especial o Comércio Varejista e os Serviços de Transporte, Armazenagem e Distribuição, estão espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Norte, com crescimento nos municípios mais dinâmicos (principalmente municípios da metrópole funcional e regiões de Mossoró e Caicó), bem como outros municípios de pequeno porte no interior do Estado. Reforça-se, também, o eixo do Vale do Rio Açu e, na região de Mossoró, os municípios

¹² Ressalta-se o Programa de Interiorização da Indústria Têxtil (PRÓ-SERTÃO), uma parceria do setor público (Secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico do RN – SEDEC, poder legislativo, bancos públicos, poder municipal), do Sistema S (SEBRAE e SENAI), de grandes grupos industriais e de microempresários que vem promovendo a industrialização no interior do Estado, principalmente na região do Seridó Oriental (na Região Geográfica Intermediária de Caicó), mediante a implantação de pequenas e microempresas de facção de vestuário para atender à demanda de grandes fabricantes de confecções. Para mais detalhes, ver Galindo e Azevedo (2020).

de Apodi, Caraúbas e Augusto Severo. Essa expansão está ligada ao aumento do poder de consumo das famílias, da expansão do crédito e dinamização da atividade econômica ocorrida durante o experimento desenvolvimentista. Outro processo importante (e que se complementa a esse movimento) foi o de interiorização dos Serviços Sociais de Educação e Saúde.

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL, DA MASSA SALARIAL E DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – 2006, 2014 E 2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|----------------|------------|------------|----------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 6,2 | 4,1 | 4,4 | 8,4 | 5,2 | 4,9 | 69,1 | 72,8 | 73,2 |
| Agropecuária | 4,5 | 2,5 | 3,0 | 2,5 | 1,3 | 1,6 | 58,2 | 58,0 | 61,1 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 3,0 | 14,8 | 12,1 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 5,3 | 3,1 | 2,6 | 7,9 | 0,0 | 0,0 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 4,4 | 4,3 | 4,3 | 2,6 | 3,2 | 3,2 | 20,5 | 10,0 | 14,9 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 2,7 | 2,6 | 2,7 | 1,6 | 1,6 | 1,6 | 14,7 | 9,5 | 10,9 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1,8 | 1,7 | 1,6 | 1,0 | 1,6 | 1,6 | 5,8 | 0,6 | 4,0 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 6,4 | 5,4 | 4,9 | 4,5 | 3,2 | 3,1 | 10,2 | 15,9 | 10,8 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 5,6 | 4,7 | 4,3 | 3,9 | 2,7 | 2,6 | 8,5 | 12,7 | 8,7 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 0,8 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 1,7 | 3,2 | 2,1 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 1,3 | 1,2 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 1,2 | 1,1 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 |
| Construção | 5,5 | 7,5 | 5,0 | 3,7 | 5,3 | 3,6 | – | – | – |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,3 | 0,9 | 0,6 | 0,2 | 0,6 | 0,4 | – | – | – |
| Construção de edifícios | 3,4 | 4,3 | 2,6 | 1,9 | 2,8 | 1,7 | – | – | – |
| Obras de infraestruturas | 1,3 | 1,3 | 0,9 | 1,2 | 1,2 | 0,9 | – | – | – |
| Serviços especializados para construção | 0,5 | 1,0 | 0,9 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | – | – | – |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|-------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,4 | 1,1 | 1,1 | 1,9 | 1,7 | 2,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 18,3 | 22,0 | 22,6 | 11,9 | 13,8 | 14,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,5 | 2,0 | 1,9 | 1,1 | 1,5 | 1,3 | – | – | – |
| Comércio atacadista | 2,4 | 2,8 | 2,9 | 1,8 | 2,0 | 2,1 | – | – | – |
| Comércio varejista | 11,6 | 14,2 | 14,6 | 6,1 | 7,7 | 8,0 | – | – | – |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 2,4 | 2,6 | 2,7 | 2,6 | 2,4 | 2,4 | – | – | – |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 6,8 | 9,8 | 10,6 | 7,2 | 8,5 | 8,9 | – | – | – |
| Serviços Financeiros | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 2,6 | 2,5 | 2,6 | – | – | – |
| Administração e comércio de imóveis | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | – | – | – |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 1,0 | 1,5 | 1,6 | 1,0 | 1,2 | 1,3 | – | – | – |
| Serviços de TI | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,7 | 0,5 | 0,6 | – | – | – |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 4,2 | 6,8 | 7,2 | 2,7 | 4,0 | 4,2 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 7,4 | 9,0 | 9,8 | 6,7 | 14,5 | 13,7 | – | – | – |
| Educação | 3,2 | 5,2 | 5,6 | 3,6 | 11,8 | 10,8 | – | – | – |
| Serviços de saúde e assistência social | 2,7 | 2,8 | 3,3 | 1,8 | 2,0 | 2,3 | – | – | – |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 1,5 | 0,9 | 0,9 | 1,2 | 0,7 | 0,7 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 37,4 | 29,1 | 28,7 | 49,9 | 40,4 | 41,7 | – | – | – |
| Serviços Pessoais | 5,7 | 7,3 | 8,2 | 3,0 | 3,9 | 4,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Alojamento e alimentação | 3,4 | 4,2 | 4,4 | 1,8 | 2,3 | 2,3 | – | – | – |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 1,7 | 2,5 | 3,2 | 0,9 | 1,3 | 1,7 | – | – | – |
| Serviços Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | – | – | – |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nota: 1 - Região Metropolitana de Natal, exclusive Bom Jesus.

Por fim, no que se refere à oferta de serviços pessoais, tem grande peso o segmento de alojamento e alimentação, potencialmente relacionado à atividade turística do litoral potiguar, sobretudo na RMN. Todavia, no período recente, verificou-se também o aumento do emprego nas atividades turísticas pelo interior do Estado. Essa dispersão pode ser explicada pela diversificação da atividade econômica nos pequenos municípios, tais como a construção dos parques eólicos e do turismo religioso. Esses movimentos impulsionaram a criação de novos empreendimentos de alojamento e alimentação como forma de apoio a essas atividades. Pode-se apontar que a criação de centros educacionais no interior, durante o período desenvolvimentista, a exemplo dos Institutos Federais, também estimulou novos estabelecimentos de serviços pessoais (por exemplo, restaurantes e hotéis).

A crise impacta a geração de empregos formais no Estado como um todo, que apresentou uma retração dos postos de trabalho com carteira assinada de -3,7% a.a. entre 2014 e 2016, acima dos cerca de -3% da RMN e da RGInt de Natal. Os efeitos da crise foram sentidos de forma mais imediata na Indústria, à exceção da Indústria de Média-Alta e Alta Intensidade Tecnológica que, ao contrário do esperado, manteve-se na Construção Civil, na Administração Pública e em diversos serviços. Ressalta-se, durante a crise, o aumento do nível de emprego formal no Estado na Agropecuária, Serviços Produtivos e Serviços Pessoais, com destaque para Serviços técnico-profissionais e científicos e outras atividades de Serviços Pessoais. A Agropecuária, puxada pela fruticultura irrigada, ampliou sua participação no emprego formal estadual de 4,1% para 4,4% entre 2014 e 2016, influenciada pela demanda externa (Tabela 6).

Em termos de Massa Salarial, reafirma-se a grande concentração da massa de remunerações dos trabalhadores formais na Administração Pública, todavia, quando se analisa o Estado do Rio Grande do Norte como um todo, observa-se uma participação menor desse setor, chegando a 41,7% em 2016. Ressalta-se, ainda, o maior peso relativo na massa salarial estadual da Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis, mesmo perdendo espaço ao longo dos anos 2000, de 5,3% em 2006 para 3,1% em 2014 e 2,6% em 2016.

A pauta exportadora do Estado do Rio Grande do Norte diversificou-se em relação à RMN e à RGInt de Natal com a incorporação de outros produtos exportados, tais como sal, petróleo

e gás, minerais, frutas, e máquinas e equipamentos. A região de Mossoró é um importante polo exportador tanto de sal, quanto de petróleo e frutas das áreas irrigadas do Vale do Açu. O setor de Agropecuária e Extrativa ampliou, assim, sua participação de 69,1% das exportações em 2006 para 72,8% em 2014 e 73,2% em 2016. A principal mudança na pauta exportadora do Estado é a perda de espaço de camarões, peixes e lagostas e o aumento das exportações de melões, tecidos de algodão e sal.

4.3 Inserção econômica da RMN e da RGInt de Natal no estado do Rio Grande do Norte

Esta seção final apresenta uma análise de como se inserem a RNM e a RGInt de Natal no Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, são apresentados nove mapas temáticos com as regionalizações escolhidas para a pesquisa, inclusive a RGIme de Natal¹³. Os mapas foram elaborados, também, com os limites municipais para os respectivos dados de Vínculos Formais do emprego, Massa Salarial formal e Exportações.

Após a apresentação dos totais dos Vínculos Empregatícios, Massa Salarial e Exportações, foram selecionados os setores que apresentaram alterações mais significativas no contexto de entrada da inflexão ultraliberal quando comparados ao período do experimento desenvolvimentista. Os setores selecionados foram: Agropecuária e Extrativa; Indústrias de Baixa e Média-Baixa Intensidade Tecnológica; Indústrias de Média-Alta e Alta Intensidade Tecnológica; Construção; Serviços Produtivos; e Serviços Sociais (Administração Pública).

A Figura 2 refere-se ao total do emprego formal no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2016. O Estado todo apresentava, naquele ano, 585 mil empregos, cuja região metropolitana respondia por 66% do total. Isso confirma a condição macrocefálica da RMN face ao Estado tanto do ponto de vista administrativo, quanto da

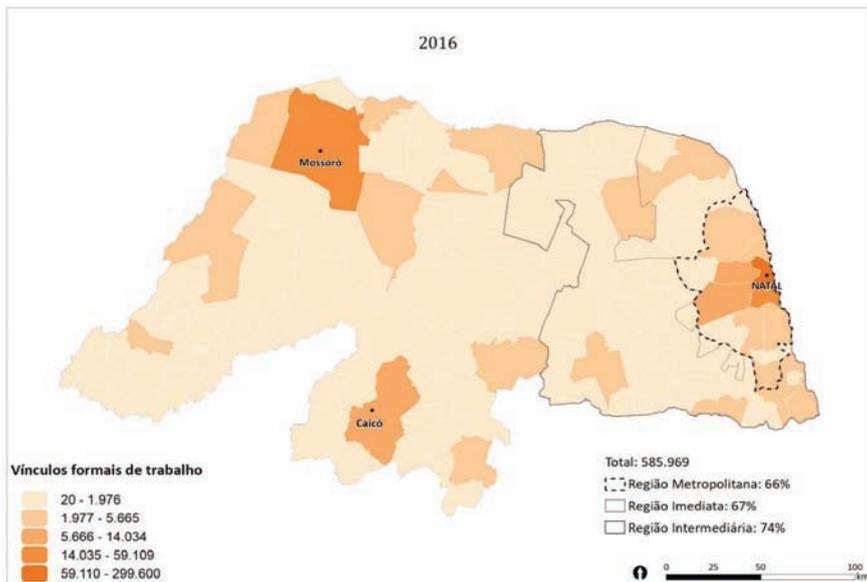
¹³ Os mapas contém, inclusive, a Região Geográfica Imediata de Natal, muito embora esta não seja objeto de análise neste texto. A regionalização foi assim assumida de modo a também respeitar os critérios geográficos do IBGE (2018), que apresenta tal articulação regional mais diretamente associada à capital Natal. Entretanto, a observação dos mapas e dos percentuais de participação relativa da Região Geográfica Imediata, em todos os casos, mostrou-se inexpressivo. Essa observação reforça, por outro lado, a importância da Região Metropolitana de Natal e de sua condição macrocefálica na estruturação espacial do território potiguar.

estrutura econômica. Ressalte-se que mais de 50% do PIB concentra-se também na RMN. Merece especial atenção o agrupamento de maior densidade populacional e econômica conhecida como metrópole funcional, composto pelos municípios mais dinâmicos: Natal, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Macaíba.

A RGInt de Natal, composta por 75 municípios e representante de dois terços do PIB estadual, concentrava 74% de todo o emprego formal no Estado do Rio Grande do Norte em 2016. Nessa região, ressalta-se valores mais pronunciados em João Câmara e Santa Cruz, que podem ser considerados subcentros locais com relativa importância, muito embora ainda inferiores aos subcentros regionais do interior do Estado do Rio Grande do Norte – Mossoró e Caicó –, com destaque na Figura 2.

Tanto a RMN quanto a RGInt diminuíram sua concentração geográfica se comparadas ao início do período desenvolvimentista. No ano de 2006, a RMN concentrava 70% do emprego formal e a RGInt de Natal 77,5%. Em números gerais, há, portanto, desconcentração regional do emprego com carteira assinada no Estado do Rio Grande do Norte no período analisado.

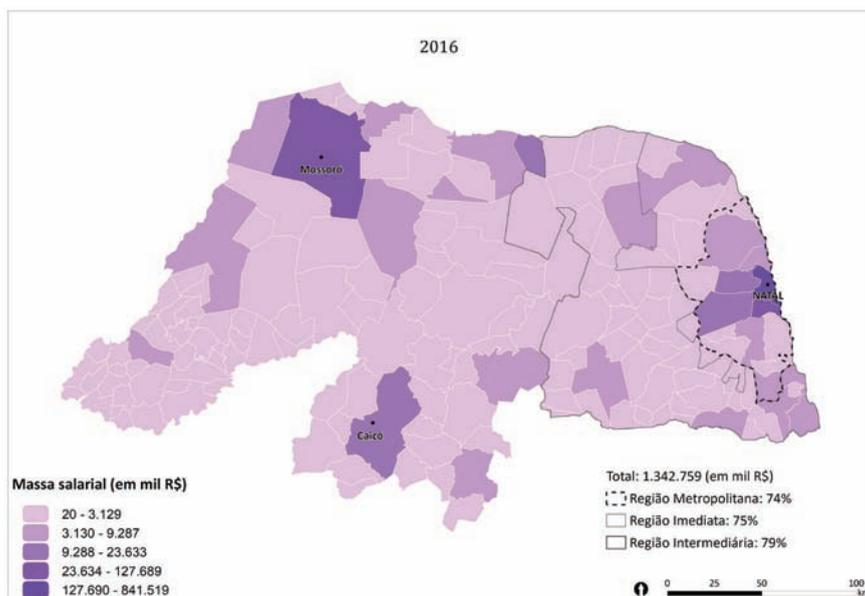
FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O mapa do emprego é corroborado pelo de Massa Salarial formal no que tange à sua distribuição geográfica, reforçando a estrutura espacial já identificada na figura anterior. Todavia, pode-se observar que a RMN é ainda mais concentradora em relação à Massa Salarial: 74% (8 pontos percentuais a mais em relação à participação no emprego formal). O mesmo ocorre com a RGInt de Natal: 79% (5 pontos percentuais).

FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA MASSA SALARIAL DOS EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



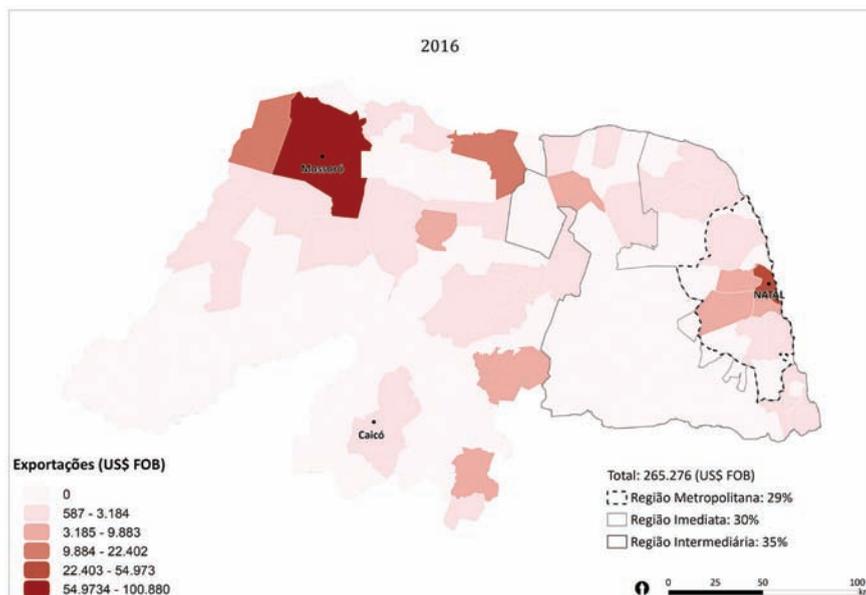
FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A participação da RMN e da RGInt de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, respectivamente, de 74% e 79%, inclusive, não se alterou desde o início do período de estudo (2006), o que evidencia que, mesmo com maior distribuição do emprego, os melhores salários permaneceram concentrados, sobretudo, na área metropolitana.

A Figura 4 mostra a distribuição geográfica dos dados de exportação (em US\$ FOB). Opostamente aos demais, verifica-se que a exportação é mais pronunciada fora da RMN (29% do total exportado) e, mesmo, da RGInt de Natal (35%). Apenas o município de Mossoró, isoladamente, exportou em 2016 quase o

dobro do valor da capital (R\$ 100 milhões ante R\$ 54 milhões em Natal). Isso se deve à proximidade com os municípios que têm maior produção de *commodities*, como petróleo e sal, e da produção de fruticultura irrigada.

FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

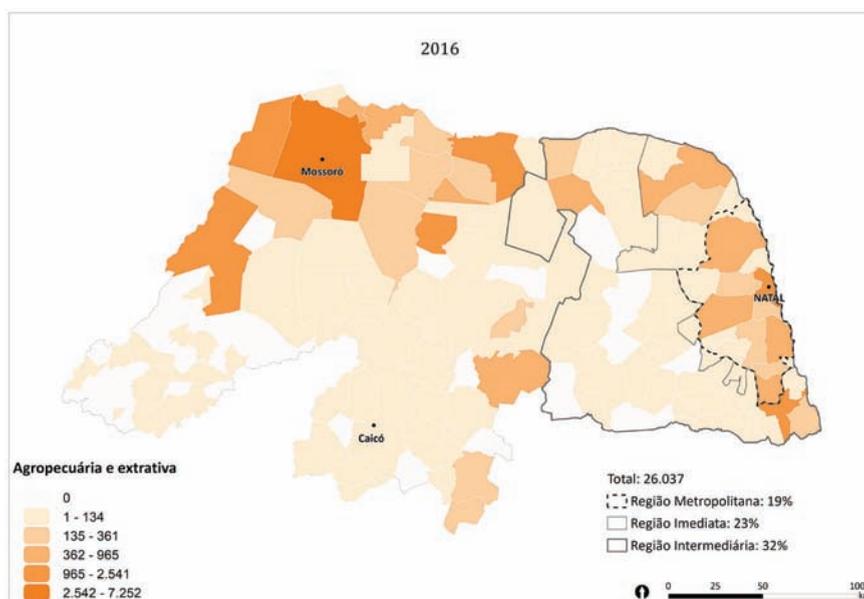
Para uma análise mais detalhada, foram escolhidos os setores econômicos que apresentaram maior repercussão da estrutura espacial, comparativamente ao período anterior (2006-2014). É apresentada por meio de mapas a situação mais atual, representando o período de inflexão ultraliberal (2016), mas mantida ao longo do texto a comparação com os anos de experimento desenvolvimentista.

O primeiro setor com importantes alterações é o da Agropecuária e Extrativa (Figura 5), no qual verifica-se que o Estado do Rio Grande do Norte amplia o número de vínculos formais em relação ao final do período desenvolvimentista. Até 2014 eram 25.853 vínculos, os quais aumentaram para 26.037 no ano de 2016.

A concentração desses vínculos formais encontra-se predominantemente fora da RMN (19% do Estado) ou, mesmo, da

RGInt de Natal (32% do Estado). É possível apontar que existem dinâmicas complementares para esse setor: em primeiro lugar, ela se localiza principalmente no interior do Estado e além dos limites RGInt de Natal – a porção resultante além da RGInt de Natal representa 6% e sua distribuição tem como centro dinâmico Mossoró. A RMN ampliou a sua concentração (19% em 2016 contra 17% em 2014) e exerce sua importância relativa dentro dos limites da RGInt de Natal. Alguns municípios que tiveram expansão, mesmo no período de crise, são: Apodi, Serra do Mel, Macau, Jandaíra e Touros.

FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DA AGROPECUÁRIA E EXTRATIVA



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

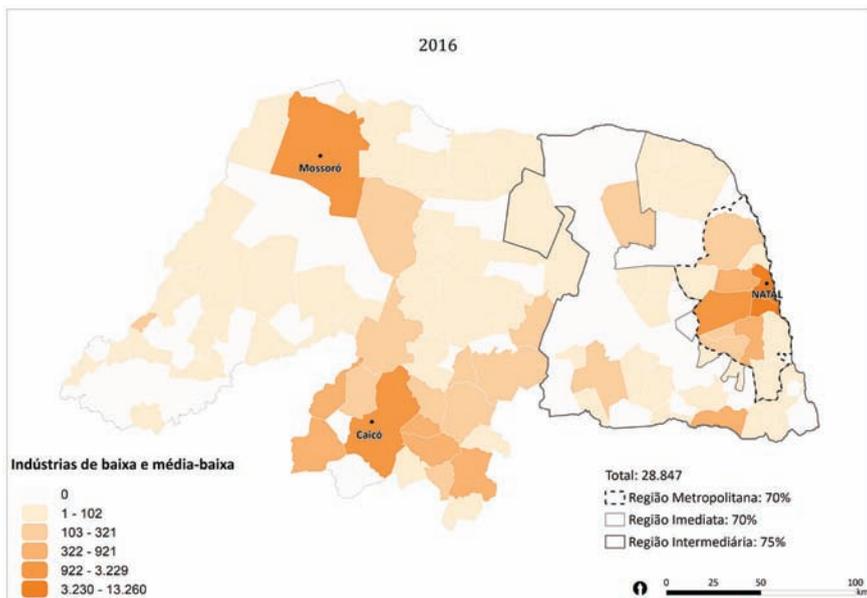
No setor de indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (Figura 6), ocorreu uma expressiva diminuição do emprego formal (28 mil vínculos formais em relação aos 34 mil existentes até o final de 2014), cuja diminuição se deu principalmente na RGInt de Natal e na RMN.

No ano de 2016, a RMN respondia por 70% da mão de obra com carteira assinada na Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (chegou a 72% em 2014). A RGInt de Natal respondia

por 75% (proporção que chegou a 77% até o final de 2014). Sendo assim, podemos apontar que, além da diminuição geral no Estado do Rio Grande do Norte, a RMN e a RGInt de Natal perderam proporcionalmente mais empregos formais nesse setor.

Os três polos de maior dinamismo continuam sendo Natal, Mossoró e Caicó, embora o mapa permita observar que, quanto mais distantes da capital, os municípios se tornam mais sensíveis à perda do parque industrial. Esse é o caso daqueles municípios localizados ao sul de Mossoró, porção do Estado que é mais sensível nesse setor, com municípios de pequeno porte como São Miguel ou Alexandria. Enquanto isso, os municípios da RMN e da RGInt de Natal mantiveram, praticamente, a sua distribuição relativa. Pode-se apontar que, a despeito do surgimento de empregos industriais em alguns municípios do Estado do Rio Grande do Norte durante o período desenvolvimentista (principalmente fora da RGInt de Natal), a estrutura espacial da indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica se manteve similar.

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE INDÚSTRIAS DE BAIXA E MÉDIA-BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor de Indústrias de média-alta e alta intensidade tecnológica (Figura 7) também apresentou diminuição nos empregos formais em números absolutos (2.251 vínculos formais no ano de 2016 em relação aos 2.662 existentes até o final de 2014). A participação da RMN, nesse caso, é também muito expressiva em relação ao conjunto do Estado do Rio Grande do Norte, a exemplo da Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, chegando a 67% de representatividade em 2016. Por outro lado, a participação da RGInt de Natal (exclusive a RMN) é muito pouco representativa, com apenas 1% (comparativamente, na Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica a RGInt de Natal chega a 5%).

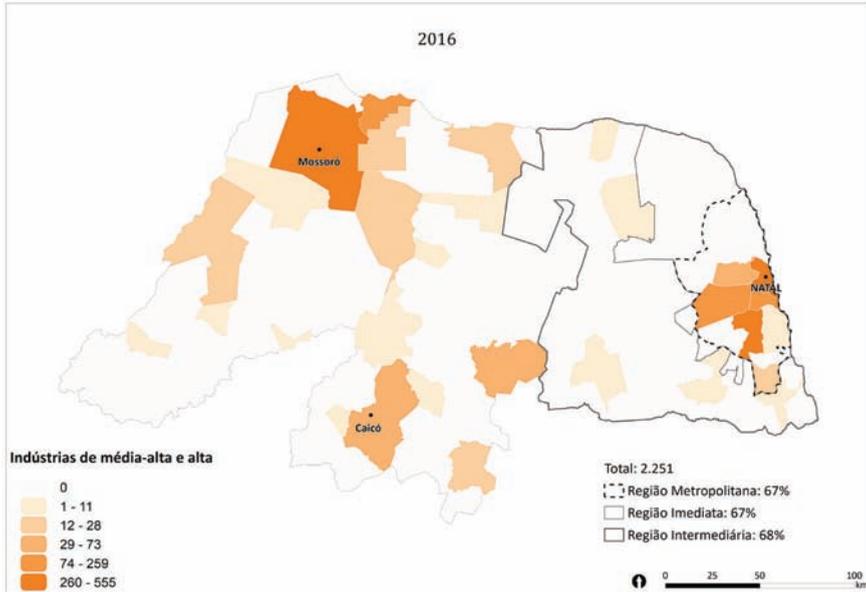
No interior do Estado, destacam-se principalmente Mossoró e Caicó, mantendo a estrutura espacial tradicional do Estado do Rio Grande do Norte também no setor de indústrias de média-alta e alta intensidade tecnológica. Contudo, o mapa permite identificar um “corredor territorial” de municípios, alguns de pequeno porte que, mesmo com poucos empregos em números absolutos, ganham destaque devido à natureza mais complexa dessa atividade industrial. Esse “corredor territorial” é formado por Caicó (mais ao sul), Jucurutu, Assú, Mossoró, Serra do Mel e Areia Branca (mais ao norte), e começou a se formar durante o período desenvolvimentista. Ele manteve-se em destaque no mapa de 2016.

O setor de Construção (Figura 8) apresentou uma retração expressiva e rápida no início da inflexão ultraliberal: em 2016, foram registrados 29 mil vínculos formais ante o total de 47 mil no ano de 2014. Durante o período desenvolvimentista, confirmou-se a tendência de concentração desse setor na região metropolitana, passando de 66% em 2006 para 70% até o final de 2014. Em 2016, essa concentração pouco se alterou (69%), apesar da rápida redução do número de empregos formais. A RGInt de Natal acompanhou a dinâmica da RMN.

O que a Figura 8 mostra, além disso, é a manutenção da distribuição dos empregos da Construção no interior do Estado, sobretudo, com aumento na porção central (Santana do Matos, Angicos, São Rafael, Itajá e proximidades) e na porção mais ao sul de Mossoró (Pau dos Ferros, Francisco Dantas, Portalegre e proximidades) – espaços que,

no início do período desenvolvimentista, tinham poucos empregos formais nesse setor.

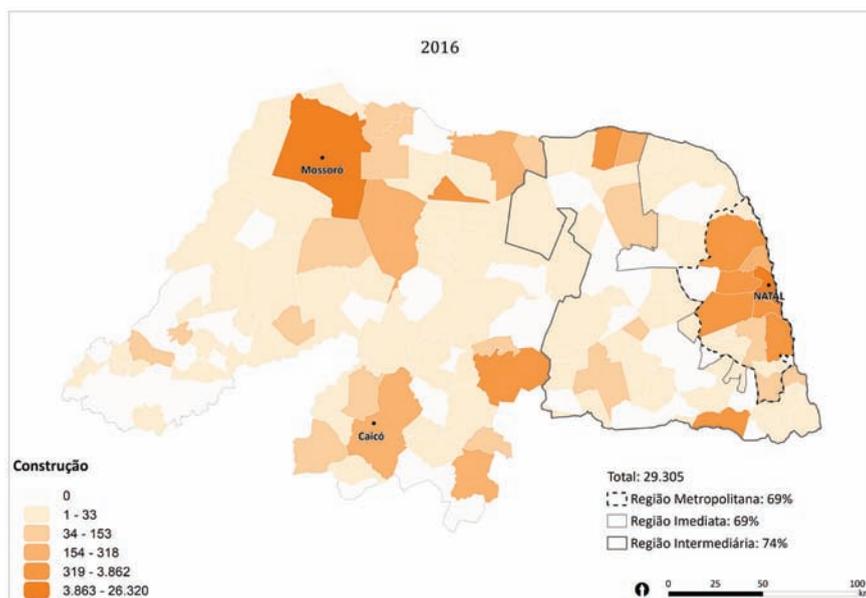
FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE INDÚSTRIAS DE MÉDIA-ALTA E ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Ainda no tocante à Construção, em 2016 deve ser dado destaque a alguns municípios do litoral setentrional cujo emprego na construção se deu como decorrência da instalação de recentes parques eólicos. Dentro dos limites da RGInt de Natal, Pedra Grande e São Bento do Norte apresentaram crescimento mesmo durante o período de crise. A mesma constatação pode ser atribuída para Guararé, Macau e Alto do Rodrigues.

FIGURA 8: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE CONSTRUÇÃO

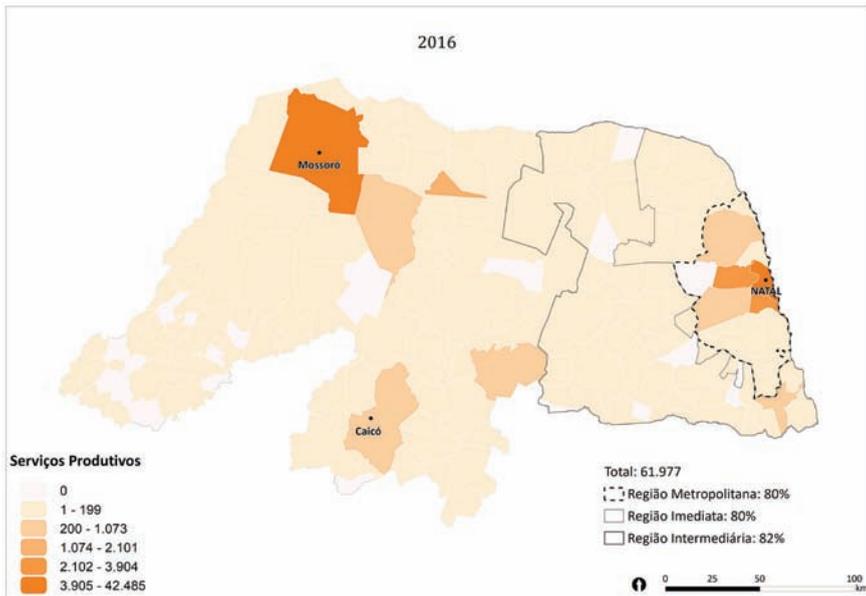


FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor de Serviços Produtivos (Figura 9) mostra uma expressiva concentração na RMN, representando 80% do emprego formal desse setor em todo o Estado. Comparativamente, verificou-se nesse setor uma tendência à desconcentração durante o período desenvolvimentista (a RMN diminuiu sua concentração para 78%), mas que retornou ao patamar anterior em 2016. A RGInt de Natal apresentou comportamento similar, já que concentrava 83% dos Serviços Produtivos em 2006, diminuindo para 80% em 2014 e, finalmente, 8% no início de 2016 com a inflexão ultraliberal.

Os Serviços Produtivos apresentam forte concentração na metrópole funcional dentro da RMN, sobretudo em Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Fora dos limites da RGInt de Natal, a cidade mais representativa é Mossoró.

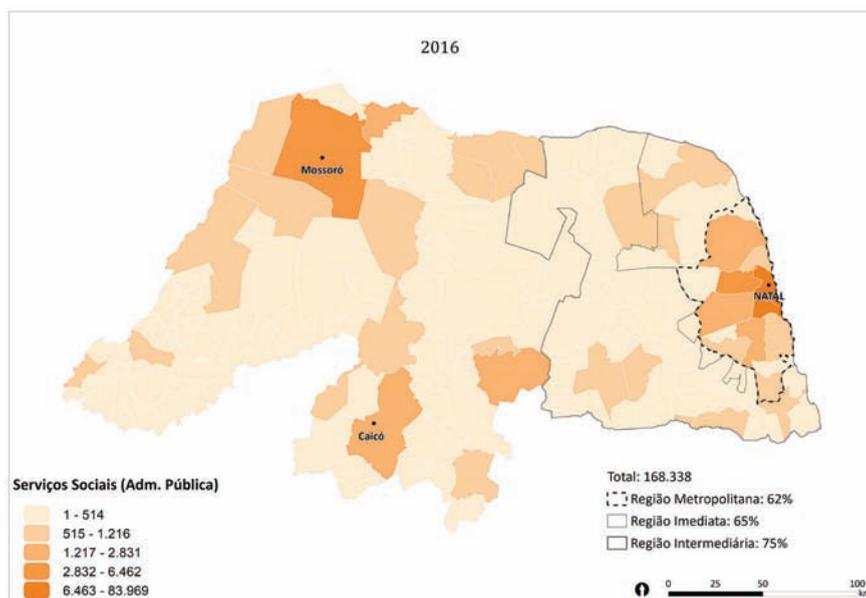
FIGURA 9: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE SERVIÇOS PRODUTIVOS



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O setor de Serviços Sociais – Administração Pública, conforme apresenta a Figura 10, também apresentou perda dos empregos formais registrados em 2016, que eram de 168 mil (ante 184 mil em 2014). Esse setor merece atenção pela dinâmica de desconcentração e reconcentração pela qual passou a RMN no intervalo analisado: em 2006, a RMN concentrava 63% do emprego na Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte; essa proporção diminuiu para 59% em 2014, indicando desconcentração, mas voltou a se concentrar (62%) em 2016, praticamente regredindo para a condição inicial do período desenvolvimentista, principalmente ao notar que o emprego regrediu a um patamar inferior ao de 2006 em números absolutos. A mesma dinâmica de desconcentração e reconcentração se verificou no âmbito da RGInt de Natal (75% em 2006 e em 2016).

FIGURA 10: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR DOS SERVIÇOS SOCIAIS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O conjunto cartográfico permite evidenciar, mesmo entre setores que se expandiram ou que se retraíram, que pouco se alterou da concentração de empregos formais na RMN. A RGInt de Natal, mesmo abrangendo número significativo de municípios (75) e chegando a 63% da população do Estado do Rio Grande do Norte, sempre tende a acompanhar a dinâmica principal da área metropolitana, reforçando também a sua centralidade.

Alguns setores que ganharam maior fôlego durante o período desenvolvimentista retrocederam significativamente e os poucos impulsos remanescentes não foram capazes de sinalizar uma alteração da estrutura espacial ou alguma reversão do modo preponderante pelo qual se insere a RMN no conjunto do Estado do Rio Grande do Norte.

Considerações finais

Em que pese o cenário positivo conquistado durante o experimento desenvolvimentista (2006-2014) na RMN e na RGInt de Natal, bem como no Estado do Rio Grande do Norte como um todo, os dados explorados pela equipe do Observatório das Metrôpoles / Núcleo RM Natal confirmam o impacto da inflexão ultraliberal no conjunto da economia estadual a partir do ano de 2014. Observou-se a forte queda do volume de investimentos, entre eles o do PMCMV, o forte aumento do desemprego e da informalidade e a queda da renda das famílias, o que se refletiu na dinâmica da indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica (alimentos e bebidas, calçados, vestuários e confecções), da construção imobiliária urbana e do comércio e demais serviços. Na crise, a RMN apresentou decréscimo médio anual do PIB de -2%, entre 2014 e 2016, abaixo da média estadual (de -2,5% a.a.), mas bem acima da retração da RGInt de Natal (-0,4% a.a.).

Quanto ao emprego formal, alguns setores econômicos que apresentaram maior dispersão pelo Estado do Rio Grande do Norte, respondendo à experiência desenvolvimentista (2006-2014), voltaram a se reconcentrar a partir da inflexão ultraliberal, privilegiando novamente sua localização na RMN. Esses setores estão principalmente ligados à Indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, Construção e os serviços ligados à Administração Pública. Mesma tendência pode ser observada para a massa salarial.

Nesse contexto, pode-se mencionar que o Estado do Rio Grande do Norte continua a apresentar uma situação de expressiva heterogeneidade em seu território, em parte devido às especializações produtivas locais que pouco ou nada se alteraram, mas principalmente porque esse quadro reforça a manutenção de importantes desigualdades regionais internas. Nesse sentido, observa-se que a economia potiguar é comandada principalmente por Natal (essa predominância é bem marcada pelo comportamento de suas regiões de influência – como é possível observar pela RGInt de Natal –, que refletem a estrutura do polo metropolitano), o que se verifica pela representatividade de 63% da população e 66% do Produto Interno Bruto, em 2016.

Da mesma forma, outros polos de menor influência também são evidentes (casos de Mossoró e Caicó), que mostraram certa capacidade para gerar e dispersar desenvolvimento econômico (notadamente nos dez anos do experimento desenvolvimentista), mas posteriormente com pouca capacidade para reter os investimentos realizados, mantendo ainda importante influência sobre as exportações, no caso de Mossoró.

Além disso, verificou-se que, não apenas para a RMN, mas para o conjunto do Estado, os setores que tiveram maior impacto com a inflexão ultraliberal foram os de natureza industrial, principalmente a indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica e da cadeia da construção. Essa última teve a retração mais expressiva da RMN (-22,4% a.a. do emprego formal) no período de crise. Por outro lado, ainda na crise, alguns setores de serviços apresentaram crescimento na geração de postos de trabalho com carteira assinada na RMN, principalmente: Serviços Pessoais (2,7% a.a.) e os Serviços Produtivos (0,8% a.a.). Os demais setores relacionados aos Serviços tiveram pequena baixa ou permaneceram estagnados.

Esse conjunto permite identificar que a indústria sofreu fortemente os impactos da crise e que, além disso, permanece válida a tese da importância cada vez maior do terciário urbano, principalmente na RMN, o que se expressa tanto por serviços mais modernos, como os serviços científicos e técnico-profissionais (crescimento de 3,3% entre 2014-2016), quanto por dinâmicas recentes de formalização do trabalho, como é o caso dos Serviços Domésticos (crescimento de 10,5% entre 2014-2016).

Finalmente, os anos 2017 a 2019 já apontavam para um movimento de continuidade da inflexão ultraliberal, aprofundada com as mudanças de gestão político-econômica no âmbito federal. Observa-se a manutenção das políticas de austeridade fiscal e do baixo dinamismo da atividade econômica no país. Uma nova ruptura ocorreu em 2020 a partir dos impactos da crise sanitária-econômica mundial da Covid-19, o que tem levado os Estados Nacionais e seus entes subnacionais a ampliarem os gastos perante o desafio de enfrentar a epidemia, seja nos aspectos de saúde pública, seja nos aspectos econômicos e sociais, ficando em aberto os horizontes temporais e financeiros que esse enfrentamento demandará, bem como será a equalização futura desses gastos.

Rodolfo Finatti é graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, especialista em Geoprocessamento e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pesquisador PNPd do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Núcleo Natal da Rede Observatório das Metrôpoles. Tem experiência nas áreas de geografia econômica, geografia urbana, aglomerações industriais, cartografia e geoprocessamento. Contato: rodolfofinatti@alumni.usp.br.

Juliana Bacelar de Araújo é professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisadora da Rede INCT/Observatório das Metrôpoles, Núcleo Natal, e do Grupo de Economia Política do Desenvolvimento (GEPD). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdade e economia regional e urbana. Contato: julianabacelararaujo@gmail.com.

Rebeca Marota da Silva é doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN. Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN. Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFRN. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento socioeconômico, administração pública, políticas públicas, Estado e sociedade, dinâmica econômica e regional, urbanização, pesquisa, consultoria econômico-financeira e projetos de viabilidade econômica. Atualmente desempenha atividades acadêmicas como pesquisadora na Rede INCT/Observatório das Metrôpoles, Núcleo Natal, na pesquisa “Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho”. Contato: rebeca.economia@outlook.com.

Richardson Leonardi Moura da Câmara é doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN e graduado em Ciências Sociais pela UFRN. Acumula experiência na área de Ciência Política, com ênfase no tema das políticas públicas, governança e desenvolvimento sustentável, em escala regional e metropolitana. Atualmente, desempenha atividades de pós-doc na Rede INCT/Observatório das Metrôpoles, Núcleo Natal. Pesquisador Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Pesquisador PDSE Capes na Simon Fraser University, Vancouver, Canadá (2015-16). Parecerista de periódicos e do Congresso de Iniciação Científica (CIC) da UFRN. Acumula experiência no Terceiro Setor na ONG Transparência Brasil (Transparency International). Contato: richard.camara@hotmail.com.

Maria do Livramento Miranda Clementino é professora titular do Departamento de Políticas Públicas da UFRN. Coordenadora do Núcleo Natal do INCT/Observatório das Metrôpoles. Pesquisa em rede envolvendo estudos comparativos sobre 15 metrôpoles brasileiras. Socióloga e economista. Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na Université Lumière (Lyon2). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível B1. É autora de livros e artigos sobre estudos urbanos e regionais e economia do Rio Grande do Norte. Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Contato: mlmcllementino@gmail.com.

Referências

ARAÚJO, J. B. de; LIVRAMENTO, M. do; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 03 a 07 dez. 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.

ARAÚJO, J. B.; CLEMENTINO, M. L. M.; FINATTI, R.; SILVA, R. M. Lentos e Perspectivas do Nordeste: da interiorização do desenvolvimento à crise. In: XVIII ENANPUR, 27 a 31 mai. 2019, Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=949>. Acesso em 02 out. 2010.

CAMPOS, T. M. da C. M. **Urbanização imobiliária residencial: uma leitura da configuração espacial da região metropolitana de Natal/Brasil.** 2015. 302 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Textos para discussão**, Instituto de Economia/Unicamp, n. 177, maio de 2010.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos Anos 70.** Natal: UFRN/CCHLA, 1995. 371p.

CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. “Caminhos para se pensar a metropolização de Natal: questões, hipóteses e referências”. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. **Natal: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CLEMENTINO, M. L. M. “Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas

idades”. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 387-404.

CLEMENTINO, M. L. M.; PESSOA, Z. P. **Natal, uma metrópole em formação**. Natal: EDUC, 2009.

DANTAS, E. W. C. D.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. v. 1000. 223p.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. O Papel Das Cidades (Inter) Médias Para O Desenvolvimento Regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros-RN, Cajazeiras-PB e Sousa-PB). **Geo. UERJ**, n. 24, v. 1, ano 15, p. 228-255, 1º semestre de 2013.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. da. “A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes”. In: CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, A. L. **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. da. “A estruturação do turismo e do imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes”. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

FERREIRA, A. L. **De la producción del espacio urbano a la creación territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal**. 1996. 600 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 1996.

FERREIRA, G. D. **Produção habitacional, agentes e território: uma análise do programa Minha Casa Minha Vida na Região metropolitana de Natal (2009-2014)**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FINATTI, R.; CLEMENTINO, M. L. M.; ARAUJO, J. B.; SILVA, R. M. “Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: o crescimento do Terciário Urbano”. In: CLEMENTINO, M. L. M. (org). **Dois décadas da Região Metropolitana de Natal**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2019.

FRANÇA, R. **A dispersão urbana na Região Metropolitana de Natal: novas espacialidades e velhas contradições**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GALINDO, L.S.; AZEVEDO, F. F. Uso corporativo do território e a nova divisão territorial do trabalho da indústria do vestuário no Rio Grande do Norte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 14, n. 01, p. 27-46, abr. 2020.

GARSON, S.; RIBEIRO, L. C. Q. **Análise do desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas**. Projeto: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividade 3c. Observatório das Metrópoles, 2004.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Plurianual PPA (2012-2015)**. Secretaria de Planejamento (SEPLAN), 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIMA, B. L. P. de. **Repensando a periferia e o urbano: as novas periferias urbanas em cidades do Agreste Potiguar**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MOURA, R.; DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V.; CASTELLO BRANCO, M. L. Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana. **IPARDES**, primeira versão, n. 5, p. 1808-5091, jun. 2007.

MOURA, R.; DELGADO, P.; SILVA, E. T.; RIBEIRO, L. C. Q. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2012. Disponível em: shorturl.at/ADIL7. Acesso em 02 out. 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Série Conjuntura Urbana. Volume 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. Texto para discussão interna. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, dez. 2017.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR/UFRJ, FASE, 1997.

SILVA FILHO, L. A.; SANTOS, R. A. V. dos; CLEMENTINO, M. L. M. Determinantes do desemprego recente no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal (2001-2008). **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 7, pp. 73-83, 2011.

SILVA, R. M. da. **Dinâmica Socioeconômica das Eólicas no Rio Grande do Norte (2002-2015): Microrregiões e Políticas de Desenvolvimento Local**. 2017. 145f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Transformações recentes na dinâmica econômica e do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife e desafios na inflexão ultraliberal

*Juliana Bacelar de Araújo
Osmar Faustino de Oliveira*

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo mostrar as transformações que ocorreram na estrutura produtiva, no mercado de trabalho formal e nas exportações na Região Metropolitana do Recife (RMR) no período de 2006 a 2016 a partir de uma perspectiva multiescalar. Pretende-se analisar como a RMR se insere na economia regional, o papel que ela cumpre nesta inserção e seu grau de articulação, bem como identificar quais as atividades mais dinâmicas do ponto de vista da estrutura econômica e mercado de trabalho dentro da RMR.

O recorte temporal a ser analisado terá dois subperíodos que representam: o experimento desenvolvimentista (de 2006 a 2014) e a inflexão ultraliberal (de 2014 a 2016). Este estudo será realizado a partir de um recorte regional que observe a inserção da RMR na Região Geográfica Intermediária do Recife (RGInt do Recife), de acordo com definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), no Estado de Pernambuco e na macrorregião Nordeste, quando possível. Optou-se por não se incluir na análise regional a Região Imediata do Recife (IBGE, 2017), por esta ser muito influenciada pela área metropolitana.

Para desenvolver, este capítulo utilizar-se-á uma análise descritiva de métodos quantitativos a partir de informações do: i) PIB e Valor adicionado setorial, do PIB dos Municípios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ii) Vínculos Formais e sua respectiva Massa salarial, da Relação Anual de Informações

Socias (RAIS), do antigo Ministério do Trabalho; e iii) Valor das Exportações (FOB/US\$), fornecido pela plataforma Comex Stat, do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Além disso, subsidiará a análise deste capítulo uma nova classificação das atividades econômicas com foco na intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias e no complexo urbano-imobiliário e no terciário propriamente urbano, desenvolvida por Araújo, Clementino, *Finatti et al.* (2018).

O capítulo será composto, além desta breve introdução, por uma caracterização da evolução histórica da dinâmica econômica da Região Metropolitana do Recife (RMR) e de Pernambuco. Em seguida, realizar-se-á uma análise da inserção da RMR e de PE na Região Nordeste, bem como um estudo da estrutura econômica da Região Metropolitana do Recife (RMR), Região Geográfica Intermediária do Recife (RGInt do Recife) e do Estado de Pernambuco. No item 3, será apresentada a caracterização interna do mercado de trabalho formal e das exportações da economia metropolitana do Recife. O item 4, por sua vez, abordará a estrutura econômica, a dinâmica do mercado de trabalho formal e das exportações da RMR a partir da perspectiva da sua inserção regional, destacando o seu peso em relação à RGInt do Recife e o Estado de Pernambuco. Enfim, nas considerações finais, serão apresentadas as principais conclusões do texto em relação ao movimento da dinâmica da estrutura econômica, emprego formal e das exportações durante o experimento desenvolvimentista, de 2006 a 2014, e a inflexão ultraliberal, a partir de 2014, bem como algumas perspectivas para o futuro.

1. Caracterização da região metropolitana do Recife (RMR) e da economia pernambucana

A metrópole pernambucana é instituída pela Lei Complementar Federal n° 14, de 8 de junho de 1973, sendo composta inicialmente por nove municípios (Recife, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata). A Região Metropolitana do Recife (RMR) foi institucionalizada paralelamente à instituição de outras sete

regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo) durante o governo militar. A partir da Constituição de 1988, os estados passaram a ter o poder de legislar sobre a criação e alterações na composição das regiões metropolitanas, mudando, assim, institucionalmente, o processo de metropolização.

Os municípios de Itapissuma, Camaragibe, Abreu e Lima e Ipojuca têm suas incorporações à RMR, mediante a LCE, n° 10, de 06 de janeiro de 1994. Já Araçoiaba foi integrada pela Lei Estadual n° 11.230 de 13 de julho de 1995, porém somente em 1996 começa a fazer parte da área metropolitana. Essas incorporações acontecem em decorrência do espraiamento da RMR, bem como pela necessidade de estabelecer uma integração entre esses locais, formando a atual RMR, com quatorze municípios¹ e uma população de 3.690.547 milhões de habitantes em 2010 (SILVA; QUEIROZ, 2017 p. 4).

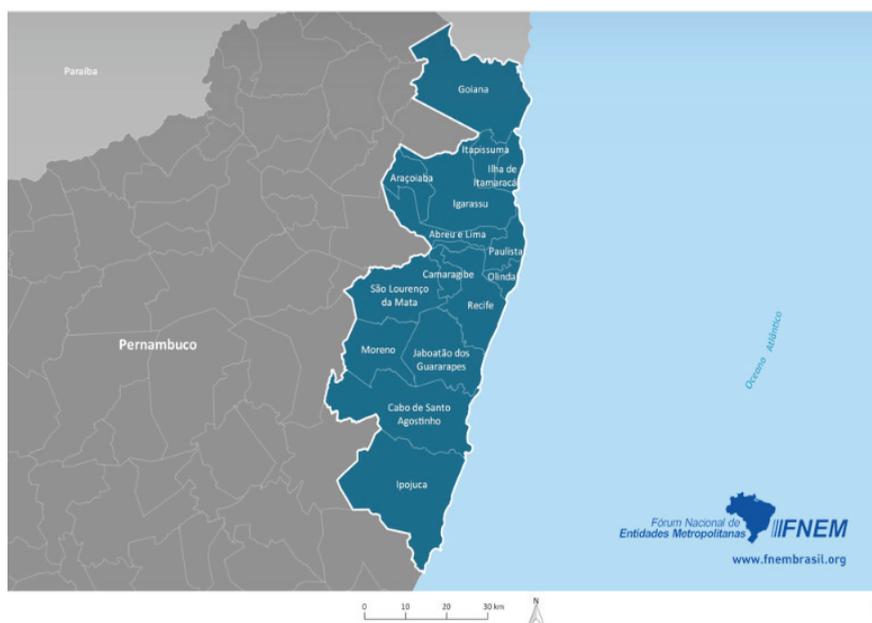
A integração da RMR deu-se por fatos históricos e econômicos, baseados na cultura da cana-de-açúcar que cerca essa região, gerando a aglomeração de pessoas e empresas nessas localidades. Entretanto, outro fator que gera a expansão da RMR é a implantação do sistema de comunicação e transporte, os quais compõem relações que facilitam a comercialização da produção, como também o aumento do nível de integração entre os municípios (SILVA; QUEIROZ, 2017).

Atualmente, a Região Metropolitana do Recife é composta por 15 municípios, como ilustra a figura 1. Essa região metropolitana representa 42% da população estadual, de acordo com os dados das estimativas populacionais de 2016 do IBGE, e 63% do PIB do Estado de 2016, segundo dados do PIB dos municípios do IBGE (Figura 2). Já a Região Geográfica Imediata do Recife compreende 16 municípios, praticamente todos os municípios da RMR, com exceção de Goiana, e a incorporação da ilha de Fernando de Noronha e do município de Paudalho, o que leva a uma participação de cerca de 42% da população pernambucana, mas com um menor peso relativo em termos de atividade econômica equivalente a 60%

¹ A partir de 2018, a RMR passou a ter 15 municípios, após incorporação de Goiana.

do PIB estadual. A Região Geográfica Intermediária do Recife (RGInt do Recife), por sua vez, é composta por 71 municípios², compreendendo toda a faixa litorânea e da Zona da Mata do Estado e mais de um terço do total dos municípios pernambucanos (185 municípios, segundo o IBGE). A RGInt do Recife já é mais representativa e correspondia a 60% da população estadual e 74,4% do PIB em 2016.

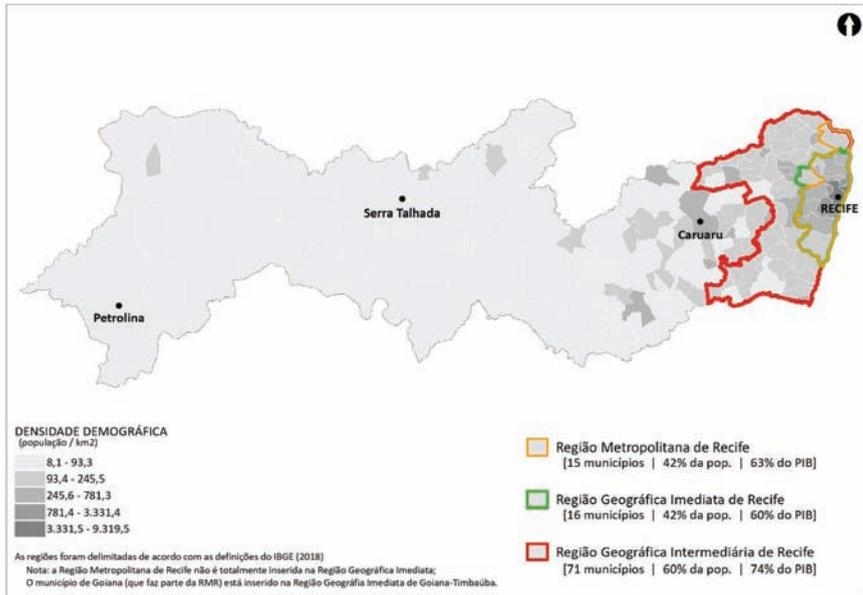
FIGURA 1: REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE (RMR)



FONTE: Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (2019).

² Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Fernando de Noronha, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paudalho, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata, Aliança, Camutanga, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitanga, Macaparana, São Vicente, Férrer, Timbaúba, Vicência, Água Preta, Belém de Maria, Catende, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, São Benedito do Sul, Xexéu, Bom Jardim, Feira Nova, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Chã de Alegria, Glória do Goitá, Pombos, Vitória de Santo Antão, Buenos Aires, Carpina, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Amaraji, Cortês, Escada, Primavera, Ribeirão, Casinhas, Frei Miguelinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Vertente do Lério, Vertentes, Barreiros, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré.

FIGURA 2: PERNAMBUCO: EXTENSÃO E PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO E NO PIB DAS ESCALAS DE ANÁLISE



FONTE: Elaboração própria.

O Estado de Pernambuco é o quinto estado em área do Nordeste, com 98,1 mil km², e o segundo em população. Segundo estimativa do IBGE para o ano de 2014, a população do Estado era de 9,28 milhões de habitantes, atribuindo a ele a terceira maior densidade demográfica regional equivalente a 94,5 habitantes/por km² (LIMA; PAIVA, 2015).

A dinâmica econômica do Estado de Pernambuco até meados do século XX esteve fortemente associada ao setor primário exportador da cana-de-açúcar, mesmo com as sucessivas crises enfrentadas pelo setor desde meados do século XVII e a mudança de mercado, com a expansão do açúcar pernambucano no mercado interno no final do século XIX (CARVALHO, 2001; GUIMARÃES NETO, 1997). A cultura da cana-de-açúcar desenvolveu-se ao longo de toda a Zona da Mata pernambucana, o que inclui diversos municípios da atual área metropolitana, mas ultrapassa a RMR tanto no sentido Oeste (para o interior do estado), quanto no sentido Sul (indo em direção a Alagoas). Além disso, a experiência industrial era incipiente e restringia-se basicamente à área litorânea, sendo que

a maioria das indústrias instaladas no Estado eram principalmente nas áreas açucareira – que se modernizou com a implementação das usinas –, alimentícia e têxtil, com a implementação de diversas fábricas na RMF (BARROS, 2013; OLIVEIRA, 2011). Mas, como destacou Guimarães Neto (1997), a fase de articulação comercial e industrialização do período pós-1930 intensificou o processo de integração do mercado nacional e levou ao acirramento da competitividade econômica entre as regiões do país, processo esse que se acelera ainda mais nos anos 1950, atingindo principalmente a indústria têxtil local e regional.

Todavia, como ressalta Araújo (2000), novas perspectivas são desenhadas para a região e o Estado a partir da proposta de industrialização do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da criação de órgãos regionais de desenvolvimento, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). É nesse período quando se observa a consolidação da integração produtiva do Nordeste ao resto do país (GUIMARÃES NETO, 1997), que teve na implementação das políticas de desenvolvimento regional um papel importante.

Na parte pernambucana da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que possui um clima favorável ao desenvolvimento da fruticultura irrigada, a existência de represas de regularização de vazantes e o apoio das políticas públicas foram fundamentais para estabelecer projetos de irrigação, sobretudo no polo Petrolina (PE) – Juazeiro (BA) (VIDAL, 2015).

A partir dos anos 1970, impulsionados pelos incentivos fiscais, observa-se, em Pernambuco, um processo de modernização de parques produtivos pré-existentes e a implantação de novas indústrias, como a de metalmeccânica, de bens intermediários e de alguns segmentos de bens de capital. Verifica-se também o avanço de atividades comerciais e de serviços que ocorreram promovidas pela expansão da indústria estadual (GUIMARÃES NETO; OLIVEIRA, 2018). Nesses dois casos, destaca-se o papel da RMR, tanto na atração de novos empreendimentos industriais quanto na expansão das atividades comerciais e de serviços no Estado. De acordo com Oliveira (2014), outro elemento importante reflexo da política de industrialização da SUDENE foi o processo de urbanização acelerado

da RMR, com crescimento da oferta de bens e serviços, inclusive financeiros, nessa região metropolitana. O autor ressalta, ainda, a construção de uma infraestrutura de escoamento de mercadorias no entorno da capital, em especial do Porto de Suape (OLIVEIRA, 2014, p. 64). Esses três movimentos (de urbanização, expansão da atividade industrial e ampliação da infraestrutura econômica) foram motores importantes para a dinamização do setor da construção no Estado e, especialmente, na área metropolitana.

Nesse momento, também é possível verificar a expansão da pecuária no meio rural pernambucano, o início da implantação da agricultura irrigada no sertão e a reestruturação de usinas na Zona da Mata a partir de programas de suportes fiscais e financeiros do Governo Federal, como o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL (OLIVEIRA, 2014).

Do final dos anos 1980 em diante, novas transformações importantes são observadas no terciário estadual, “com o comércio e a prestação de serviços mantendo como característica principal a heterogeneidade, com presença marcante da informalidade e a emergência de atividades modernas, a exemplo do varejo de larga escala” (GUIMARÃES NETO; OLIVEIRA, 2018, p. 21). Redefine-se, também, o papel e a importância das cidades de médio porte na distribuição comercial atacadista (tais como Caruaru, Garanhuns, entre outras), com o avanço da rede de transporte e o acesso mais fácil aos “centros urbanos de primeira grandeza” da região Nordeste, ou, no caso pernambucano, ao Recife e à sua região metropolitana (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 183).

O setor industrial, por sua vez, sofre com a crise da cotonicultura (com a praga do bicudo no algodão), que desmantela de vez a indústria têxtil metropolitana; o desmonte das políticas de desenvolvimento regional, que rompe o ciclo de atração de novas indústrias para a RMR; e o fim dos subsídios ao setor sucroalcooleiro, especialmente com a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, que resultou na desativação de cerca de metade das usinas da RMR, provocou impactos em outros setores encadeados da indústria sucroalcooleira, como o de metalmecânica e segmentos produtores de insumos e de bens de capital (GALVÃO, 2015). De acordo com Guimarães Neto e Oliveira (2018, p. 21), a indústria estadual passa, a partir de então, por um “precoce processo de desindustrialização,

em meio ao acirramento concorrencial promovido pelo movimento de integração regional e pela abertura comercial”.

Em síntese, nas últimas três décadas do século XX, segundo Galvão (2015, p. 133), é possível observar novos segmentos na economia pernambucana: o complexo hortifrutivinícola na região do submédio São Francisco; um importante polo de confecções em diversas cidades do Agreste; o polo gesseiro, na região do Araripe; e algumas importantes atividades na área de serviços, como as centrais de distribuição e de redistribuição de mercadorias para grande parte da região Nordeste, o complexo médico-hospitalar, o polo de tecnologia da informação e comunicação (TIC), capitaneado pelo Porto Digital, a maioria na Região Metropolitana do Recife, e diversas atividades no campo turístico, especialmente nas praias do litoral sul do Estado.

2. Estrutura econômica da RMR e sua inserção estadual e regional

2.1 A economia da RMR, RGInt do Recife e de Pernambuco no contexto regional

Na primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou um período de dinamização da sua atividade econômica e implementou um experimento desenvolvimentista que combinou crescimento econômico com ampliação e formalização do emprego, melhoria das condições sociais de sua população e redução da desigualdade de renda. Esse processo combinou o crescimento das exportações (sobretudo, até a crise financeira internacional de 2008-2009) com o incremento do consumo interno, reflexo do aumento da renda, do crédito e do emprego no país, além da ampliação do investimento em infraestrutura econômica e social, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao mesmo tempo, observou-se a consolidação das políticas públicas de transferência de renda, em especial do Programa Bolsa Família, e da política de valorização do salário-mínimo. Entretanto, a crise financeira de 2008 atinge o país e reconfigura o cenário internacional, até então bastante favorável. A economia nacional retrai seu produto em 2009 e retoma o crescimento

a partir de 2010, com políticas anticíclicas. Entre elas, merece destaque o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Entre 2011 e 2014, é possível observar um movimento de desaceleração econômica, mas que mantém as características do experimento desenvolvimentista. A partir de 2015, observa-se reversão desse cenário, fortemente impactado pelas políticas de austeridade fiscal e pela crise política que o país enfrenta em meio a um processo que será caracterizado por Ribeiro (2017) de inflexão ultraliberal.

Nesse ambiente mundial e nacional favorável, a economia do Nordeste se aquece, ampliando sua produção em ritmo acima da média nacional, impulsionada principalmente pelo crescimento da renda, do crédito e do emprego e, também, pela capacidade de atrair um importante bloco de investimentos públicos e privados. A consolidação das políticas sociais e a política de valorização do salário-mínimo também tiveram papel importante para o dinamismo da economia regional, especialmente no que se refere à expansão do consumo das famílias. A expansão das exportações, principalmente de *commodities*, favoreceu a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados nordestinos através do agronegócio voltado para a produção de grãos, mas também é possível observar o fortalecimento das áreas de fruticultura irrigada na região (ARAÚJO, 2015).

Esses movimentos levaram a marcantes transformações na estrutura produtiva regional; dentre elas, ressaltam-se: a “perda de importância relativa de bases tradicionais antigas (complexo pecuária/algodão/policultura e complexo sucroalcooleiro); o avanço significativo do terciário (serviços de educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), da indústria (de transformação e da construção civil) e do agronegócio (voltado para a produção de grãos e de frutas)” (CGEE, 2014, p.24). Ressalta-se, também, a dinamização das bases produtivas de pequeno e médio portes e a consolidação de arranjos produtivos locais, o fortalecimento de setores tradicionais da economia (como a construção civil, a indústria tradicional de alimentos, a fruticultura, os serviços ligados ao turismo, a economia criativa, entre outros) e a melhoria na infraestrutura econômica da região (CGEE, 2014). Contudo, a crise econômica de 2015 e seus reflexos também impactaram fortemente a região, especialmente pela forte redução dos investimentos e pelos desdobramentos em termos de emprego, renda e crédito.

Pernambuco segue a dinâmica regional e nacional e destaca-se, também, pela atração de um importante volume de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica e social, que, segundo estimativas de diversas fontes, situam-se em torno de R\$ 100 bilhões em investimentos no Estado entre 2007 e 2016, “dos quais, 67,3% correspondem a recursos destinados à implementação de empreendimentos industriais; 14,4% para empreendimentos imobiliários; 14% para obras de infraestrutura; e 3,3% para empreendimentos dos segmentos de serviços e comércio” (FIEPE, 2013, p. 57).

A decisão do governo federal em construir novas refinarias e retomar uma política voltada para a indústria naval, com recursos da Petrobras, e localizar parte desses investimentos no Nordeste, levou à construção e implementação da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco e que foi um pontapé importante para a atração de outros empreendimentos para o Estado. Ressalta-se, também, o papel desempenhado pelo governo estadual, que consolidou uma política de incentivos fiscais e realizou importantes investimentos em infraestrutura, entre eles a modernização do porto de Suape (FIEPE, 2013).

Nesse movimento, destaca-se o papel importante desempenhado pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), situado no município de Ipojuca, sul da RMR, “vantagens locais reconhecidas, infraestrutura logística portuária e disponibilidade de área para instalação de empreendimentos industriais” (FIEPE, 2013, p. 58). O porto de Suape foi construído nos anos 1970, mas se consolidou no período recente com a instalação de empreendimentos de grande porte, que desenvolveram a economia local e trouxeram crescimento para o PIB do Estado de Pernambuco. No CIPS, foram implementados a refinaria, petroquímicas, indústria naval e um polo logístico, beneficiando, assim, não apenas a Região Metropolitana do Recife, mas o Estado como um todo (BEZERRA; SOUZA; FARIAS FILHO, 2017).

Mas, não é só o CIPS que se dinamizou e recebeu investimentos dentro do Estado. Ressalta-se, também, um conjunto de investimentos ligados à expansão do emprego, da renda e do consumo regional e local, como fábricas de bebidas da Cervejaria Ambev, Cervejaria Itaipava (do Grupo Petrópolis) e Heineken em

Itapissuma e Igarassu, ao norte da RMR. Destacam-se, ainda, a fábrica da Jeep – Fiat Chrysler, uma indústria de vidros e uma fábrica de hemoderivados, no município de Goiana, ao norte da RMR, município este que, recentemente, também foi incorporado à área metropolitana. “Em menor grau, a Arena Pernambuco e a Cidade da Copa, a oeste (São Lourenço da Mata). Novas estruturas urbanísticas de padrão econômico mais elevado do que as instaladas nesses municípios têm sido incorporadas pelo mercado imobiliário, por meio de condomínios fechados, bem-dotados de infraestrutura e de condições de acessibilidade” (BITOUN; MIRANDA, 2015, p. 23 *apud* OLIVEIRA, 2015 p. 48). Contudo, merece ser ressaltado que parte dos investimentos previstos acabaram não se concretizando (ou se concretizaram em menor escala), como, por exemplo, a Refinaria e a Hemobrás (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia), que não tiveram seus projetos iniciais concluídos na totalidade.

Segundo Silva (2012), o mercado de trabalho da RMR gerou 33,3 mil postos de trabalho ao ano (a.a.) entre 2003 e 2011, o que representou uma variação de 2,4% a.a. do total de ocupados, segundo dados da Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE. O setor de serviços gerou, em média, 26,8 mil vagas (2,4% a.a.), destacando-se os segmentos de Serviços Prestados a Empresas, com 10,9 mil (9,3% a.a.) e Comércio, 4,2 mil. No setor industrial, foram criadas, em média, 6,5 mil vagas (2,6% a.a.). O desempenho foi liderado pela construção civil, 4,6 mil (4,8% a.a.). Em seguida, ainda dentro da indústria, aparece “o segmento de bens de consumo não duráveis, 1,8 mil (2,4% a.a.), contrastando com o de bens de consumo duráveis e de capital, que recuou 3% a.a.” (SILVA, 2012, p. 141).

Movimentos pendulares também podem ser observados nesse período. A principal atividade desempenhada, tanto por migrantes quanto por não migrantes, é a de comércio e reparação de veículos, apesar de ter sofrido uma pequena queda ao longo dos dez anos, 2000 a 2010. A parcela dos migrantes que concretizavam a pendularidade para trabalhar nesta atividade passou de 19,5% (2000) para 18,5% (2010); enquanto entre não migrantes a diminuição foi de 19,9% para 17,5%, de 2000 para 2010. Tal acontecimento pode ser explicado pela grande concentração da dinâmica formal e informal do comércio de mercadorias, sobretudo em *shoppings centers*,

hipermercados e *shoppings* de bairros, que vêm formando novas centralidades e gerando o aumento do emprego formal, apesar de grande parte da ampliação do emprego no comércio também estar ligada ao emprego informal, já que o comércio é uma atividade que não exige tantas qualificações e experiência dos trabalhadores (SIDRIM; FUSCO, 2019).

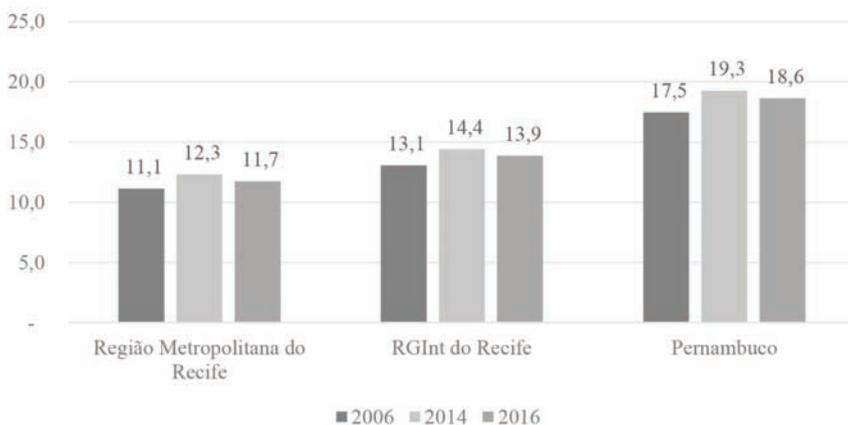
A maior parte da população que está inserida nesse setor são migrantes (ainda que a diferença para os não migrantes seja pequena) que provavelmente não possuem qualificação profissional e chegaram à RMR em busca de oportunidade de emprego, não conseguindo se inserir na dinâmica econômica formal. O segundo setor mais relevante para os trabalhadores pendulares da RMR é o de indústria de transformação, embora também tenha sofrido redução. Em 2000, 10,5% dos trabalhadores considerados migrantes se deslocavam de um município para outro para exercer suas atividades no setor de indústria de transformação, diminuindo para 9,7% em 2010. No conjunto de não migrantes a diminuição foi de 12,7% em 2000, para 10,8% em 2010. A atratividade de trabalhadores pendulares para o setor se dá por conta dos diversos parques industriais nos municípios metropolitanos, como o Complexo Industrial e Portuário de Suape localizado em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca; o Distrito Industrial de Curado em Jaboatão dos Guararapes; o Distrito Industrial de Paulista; e o Distrito Industrial de Cabo de Santo Agostinho, o primeiro do estado do Pernambuco, instalado na década de 1960 e posteriormente fortalecido com a instalação do CIPS (SIDRIM; FUSCO, 2019, p. 259 e 260)

Recentemente, o Governo Federal anunciou novamente a construção do Arco Metropolitano do Recife. Essa obra almeja aperfeiçoar o escoamento da produção, ligando a cidade do Cabo de Santo Agostinho à cidade de Goiana, ou seja, os extremos da RMR, sendo importantes para a economia estadual, pois ligaria importantes empresas instaladas na Zona da Mata Norte de Pernambuco com o Porto de Suape. O arco metropolitano é exposto como uma possível solução para o problema do tráfego e

conservação da BR-101 na RMR. O pacote de concessões do governo federal faz parte do Programa de Investimento em Logística (PIL) e o projeto foi atrelado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (OLIVEIRA, 2015). Todavia, tem encontrado dificuldades para avançar.

Apesar de importante concentração desses investimentos na RMR, é possível observar também outros exemplos fora da área metropolitana, como as fábricas da Brasil Foods (BRF) e da Kraft Foods em Vitória de Santo Antão, a leste da RMR; e as obras da Transposição do Rio São Francisco e da Transnordestina, que tiveram Salgueiro, no sertão do Estado, como sede e município-polo da obra em Pernambuco. Com base no Gráfico 1, é possível identificar um crescimento da participação regional tanto na RMR, quanto na RGInt do Recife e do estado como um todo durante o período do experimento desenvolvimentista entre 2006 e 2014. A RMR passou de 11,1% do PIB da região Nordeste para 12,3% nesse período, mesmo movimento observado para a RGInt do Recife, 13,1% para 14,4%, e de Pernambuco, 17,5% para 19,3%. Observe-se, assim, que todas as áreas geográficas estudadas apresentaram ampliação da sua participação regional durante o período do experimento desenvolvimentista.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL (NORDESTE=100) DA RMR, RGINT E ESTADO DE PERNAMBUCO - 2006, 2014 E 2016 (EM %)



FONTE: IBGE – PIB dos municípios.

O Gráfico 1 ilustra, ainda, um decréscimo da participação regional do PIB no ano de 2016 tanto na RMR, quanto na RGInt do Recife e no Estado de Pernambuco; isso pode ser explicado pela crise econômica e política que se iniciou em 2015 e que afetou diversos setores econômicos. Vale ressaltar que a queda do PIB³ entre 2014 e 2016 foi maior na RMR (-4,4% a.a.), que sofreu mais com os impactos da retração dos investimentos e da crise econômica, seguida pela RGInt do Recife (-4,0% a.a.) e pelo Estado (-3,7% a.a.), todos acima da média de retração da atividade econômica do Brasil (-3,4% ao ano).

A partir da Tabela 1, é possível observar a participação regional setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) nas RMR, RGInt e no Estado de Pernambuco nos anos 2006, 2014 e 2016. Seguindo a dinâmica do PIB, verifica-se um incremento do peso relativo do VAB total regional entre 2006 e 2014 tanto na RMR, quanto no RGInt do Recife, e em Pernambuco, seguido por uma perda de participação no período de crise econômica.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VALOR ADICIONADO, TOTAL E SETORIAL (NORDESTE=100%), SEGUNDO RMR, RGINT E ESTADO – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| VAB | RMR | | | RGInt | | | ESTADO | | |
|----------------------------------|------|------|------|-------|------|------|--------|------|------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| VAB Total | 10,4 | 11,6 | 11,1 | 12,5 | 13,8 | 13,2 | 17,1 | 18,8 | 18,2 |
| VAB Agropecuária | 1,5 | 0,8 | 1,1 | 5,9 | 3,8 | 5,1 | 13,2 | 9,9 | 12,7 |
| VAB Indústria | 10,3 | 13,7 | 13,8 | 11,4 | 15,1 | 15,3 | 14,1 | 18,0 | 18,3 |
| VAB Serviços exceto Adm. Pública | 13,6 | 14,2 | 13,0 | 15,1 | 16,1 | 14,8 | 18,8 | 20,7 | 19,1 |
| VAB Adm. Pública | 8,0 | 7,6 | 7,4 | 11,2 | 10,8 | 10,5 | 18,1 | 17,9 | 17,5 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios. Nota: valores a preços correntes.

O VAB da agropecuária tem um peso relativo mais significativo para o Estado de Pernambuco, mas na RMR e na RGInt não é tão expressivo. Esse movimento reflete, como veremos mais detalhadamente com os dados de emprego, um maior peso da agropecuária no interior do Estado, seja ligado à pecuária e agricultura familiar no agreste e sertão, seja ao polo irrigado na

³ Valores a preços de 2016 deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

região de Petrolina. Mesmo na RGInt do Recife, onde historicamente a produção de cana de açúcar tem um peso importante, é possível observar perda de participação da agropecuária entre 2006 e 2014. Já durante a crise, a agropecuária, que foi menos impactada, voltou a ganhar peso relativo no VAB setorial regional, sobretudo no Estado de Pernambuco, chegando a representar 12,7% do VAB da agropecuária nordestina, em 2016.

Em relação à indústria, destaca-se um crescimento da participação regional desse setor na RMR, na RGInt e no Estado de Pernambuco no período 2006 a 2016, revertendo uma tendência de desindustrialização que vinha desde os anos 1980, como já mencionado e ressaltado por Guimarães Neto e Oliveira (2018). “Foi somente após meados da década de 2000 que a indústria de transformação estadual apresentou indícios de retomada da capacidade local de agregação de valor, medida pela relação entre o valor da transformação industrial e o valor bruto da produção” (GUIMARÃES NETO; OLIVEIRA, 2018, p. 31).

Esse movimento reflete o conjunto de investimentos produtivos captados pelo estado no período recente e que, no primeiro momento, foi importante para dinamizar a indústria da construção, mas que já a partir de 2014 começou a entrar mais fortemente em operação e conseguiu fazer com que a RMR, a RGInt do Recife e Pernambuco mantivessem seu peso relativo em relação ao VAB da indústria do Nordeste, como é possível observar na Tabela 1.

Os projetos estruturadores, por exemplo, a Rnest, a Petroquímica Suape, os Estaleiros (Atlântico Sul e Promar), além dos investimentos adjacentes a esses projetos e outras operações, inclusive de pequeno porte, absorveram um importante volume de financiamentos do BNDES, que somaram nos oito anos mencionados mais de R\$ 48 bilhões alocados em Pernambuco. O mesmo comportamento foi observado no número de operações financeiras, que somavam um pouco mais de 3 mil operações em 2007, e ultrapassaram 20 mil em 2014. Em termos da distribuição espacial dos desembolsos, verifica-se que entre 2007 e 2014 houve uma elevada concentração dos recursos na Região Metropolitana do Recife, chegando a 98% em 2009. A partir de 2010, uma pequena desconcentração teve início a favor do Agreste e,

posteriormente, na direção da Zona da Mata. No último ano da série, a Zona da Mata registrou a maior participação, respondendo por 47% dos financiamentos de Pernambuco. A presença inicial na RMR deve-se aos investimentos realizados em grandes projetos produtivos e de infraestrutura no Complexo Portuário-Industrial de Suape; e o aumento dos desembolsos para o Agreste e Zona da Mata Norte foi motivado pela redução de financiamentos em Suape, bem como pela presença de novos projetos, destacando-se as indústrias ligadas aos segmentos de energia renovável e do setor automotivo. Nesse último caso, é importante ressaltar que até 2017 o município de Goiana, que abriga o projeto da montadora Fiat-Jeep e seus sistemistas, ainda fazia parte da Zona da Mata. Em 2018, o município foi integrado a RMR (GUIMARÃES; SANTOS, 2018, p.82).

De fato, os aportes de investimentos efetivados indicam que a fase de mais virtuoso crescimento ocorreu no período 2007-2014. O desempenho expansivo dos investimentos nesse período pode ser constatado quando se analisa a execução do financiamento de longo prazo que deu base à grande parte dos projetos implantados nessa fase. Nesse sentido, verifica-se um aumento do patamar dos desembolsos da carteira de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Pernambuco a partir de 2007, superando o valor de “R\$ 1,3 bilhão (entre 2000 e 2006 o banco nunca havia superado R\$ 1 bilhão em financiamentos, com incrementos significativos até 2014)” (GUIMARÃES; SANTOS, 2018, p. 81). Ressalta-se ainda que, mesmo durante a crise a participação regional da indústria, esse aumento manteve-se em todas as áreas estudadas, de acordo com os dados da Tabela 1.

O peso da RMR nos serviços regionais, como se pôde observar na Tabela 1, é ainda mais expressivo. Apenas a RMR respondia por 13,6% do VAB dos Serviços do Nordeste em 2006, aumentando para 14,2% em 2014, durante o período de expansão da atividade econômica. A RGInt do Recife e o Estado de Pernambuco seguiram o mesmo movimento de ampliação, crescendo sua participação de 15,1% para 16,1% e de 18,8% para 20,7%, respectivamente, no mesmo período. Durante o período de crise, é possível observar uma perda de peso relativo da RMR, RGInt do Recife e de Pernambuco

nos serviços regionais, chegando a representar 13%, 14,8% e 19,1%, na mesma ordem, em 2016.

A Administração Pública, por sua vez, apresenta movimento diferente ao longo do período desenvolvimentista, perdendo participação no VAB regional, entre 2006 e 2014, em todas as áreas estudadas. Todavia, Pernambuco, sozinho, ainda respondia por 17,9% do VAB da Administração Pública de todo o Nordeste em 2014, enquanto a RGInt do Recife representava 10,8% e a RMR 7,4% (Tabela 1). No período de inflexão ultraliberal, por sua vez, esse setor apresenta ligeira queda, o que levou Pernambuco a corresponder, em 2016, por 17,5% do VAB regional da Administração Pública, a RGInt do Recife por 10,5% e a RMR por 7,4%.

2.2 Estrutura econômica da RMR, Região Geográfica Intermediária do Recife e do Estado de Pernambuco e sua inserção estadual

A Tabela 2 demonstra a participação setorial do VAB a preços correntes (%) no Estado de Pernambuco, na RGInt do Recife e na Região Metropolitana do Recife nos anos 2006, 2014 e 2016. A partir dela, é possível observar a importância e distribuição das atividades econômicas em termos de valor adicionado em cada área estudada.

Na Região Metropolitana do Recife, a Agropecuária tem pouca representatividade no VAB e perdeu participação ao longo do período analisado, de 1,2% em 2006 para 0,5% em 2014. Em seguida, aparece a Administração Pública, que representa 18,4% do VAB da RMR em 2014 e cai para 15,8%. A indústria, apesar de todos os investimentos já destacados, manteve sua participação setorial na RMR entre 2006 e 2014 em 22,8%. O setor que mais se dinamizou em termos de valor adicionado na área metropolitana foi o de Serviços, que ampliou sua participação no período de expansão da atividade econômica de 57,5% em 2006 para 60,9% em 2014.

A RGInt do Recife segue a mesma ordem de importância setorial da RMR. Primeiro, aparecem os Serviços, seguidos pela Indústria, Administração Pública e Agropecuária. Mas, na RGInt do Recife, é possível verificar uma maior participação da Agropecuária no valor adicionado em 2006 (4%), reflexo, sobretudo, da importância da cana-de-açúcar nessa região, mas também da agricultura familiar e

pecuária existentes nos municípios do agreste e que fazem parte dessa região geográfica. Todavia, é possível observar uma forte perda de peso relativo desse setor entre 2006 e 2014, passando a representar apenas 1,8% do VAB em 2014. A Administração Pública tem maior participação relativa se comparada à RMR, mas também apresenta redução de participação entre 2006 e 2014, de 21,6% para 18,9%. Esse movimento reflete o maior dinamismo dos serviços que ampliam seu peso de 53,3% para 58,1% na RGInt do Recife, no mesmo período.

No que se refere à Agropecuária e à Administração Pública, ressalta-se que, quanto maior a escala estudada, maior sua importância relativa. Em Pernambuco, o valor adicionado da Agropecuária representava 6,5% em 2006, mas também apresentou tendência de retração, chegando a 3,3% em 2014; mesmo movimento observado para a Administração Pública, que respondia por 25,6% do VAB setorial do estado em 2006 e reduziu para 23,1% em 2014.

Já no que se refere à Indústria e aos Serviços, a RMR apresentava maior participação relativa em comparação à RGInt do Recife e ao Estado como um todo. O VAB industrial de Pernambuco, diferentemente da RMR e da RGInt do Recife (cujos VABs se mantiveram), perdeu peso relativo no período de expansão da atividade econômica. Já o setor de Serviços ampliou-se em todas as escalas estudadas, chegando a representar 58,2% do VAB da RMR, 55,2% do VAB da RGInt do Recife e 51,9% do VAB do Estado de Pernambuco em 2014 (Tabela 2).

Durante a crise econômica, entre 2014 e 2016, é possível verificar o mesmo movimento em termos de participação setorial, com a Agropecuária, Indústria e Administração Pública ganhando peso relativo e os Serviços perdendo. A Agropecuária amplia sua participação na RGInt do Recife e no Estado de Pernambuco, todavia não retoma aos patamares de 2006, chegando a 2,4% e 4,3%, respectivamente, do VAB setorial em 2016. A ampliação do VAB da indústria provavelmente representa a entrada em operação de diversos empreendimentos que estavam em fase de construção até 2014 e reflete uma menor queda desse setor em comparação ao de Serviços, respondendo por 24,4% do VAB da RMR, 22,6% do VAB da RGInt do Recife e 19,7% do VAB de Pernambuco em 2016. O setor de Serviços foi o mais afetado em termos de VAB, perdendo

peso relativo tanto na RMR, quanto na RGInt do Recife e no Estado de Pernambuco. Por fim, destaca-se a importância da Administração Pública, sobretudo, durante a crise, momento em que esse setor amplia sua participação chegando a 24,1% do VAB de Pernambuco, 19,9% do VAB da RGInt do Recife e 16,8% do VAB da RMR em 2016, servindo, assim, de amortecedor para a crise, especialmente no Estado como um todo.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO A PREÇOS CORRENTES NA RMR, RGINT E ESTADO – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| VAB | RMR | | | RGInt do Recife | | | PE | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| VAB Agropecuária | 1,2 | 0,5 | 0,6 | 4,0 | 1,8 | 2,4 | 6,5 | 3,3 | 4,3 |
| VAB Indústria | 22,8 | 22,8 | 24,4 | 21,1 | 21,2 | 22,6 | 19,2 | 18,6 | 19,7 |
| VAB Serviços exceto Adm. Pública | 57,5 | 60,9 | 58,2 | 53,3 | 58,1 | 55,2 | 48,7 | 55,0 | 51,9 |
| VAB Adm. Pública | 18,4 | 15,8 | 16,8 | 21,6 | 18,9 | 19,9 | 25,6 | 23,1 | 24,1 |
| VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios. Nota: valores a preços correntes.

Fazendo-se uma análise sob a perspectiva metropolitana e na perspectiva do mercado de trabalho, houve um processo de intensificação da ocupação urbana nas cidades do entorno do Recife, reproduzindo, na periferia da RMR, qualidades socioeconômicas precárias, antes mais significativas na capital. Em comparação, a distribuição concentrada de equipamentos urbanos, infraestrutura e de serviços reforçava, em presença de um Estado incapaz de fazer frente à lógica capitalista de aglomeração, a centralidade antes dominante no Recife. A concentração econômica na cidade do Recife, ocorre, sobretudo, no setor de Serviços, especialmente no Comércio varejista e atacadista, na Administração Pública, e no varejo informal e precarizado (ROSA; OLIVEIRA, 2015).

É importante destacar, de início, que a participação da RMR no PIB estadual foi de 65,5% em 2000, valor que, dez anos depois, foi equivalente a 64,5%, refletindo, como se afirmou na seção anterior, o dinamismo de outras regiões do estado, notadamente no Agreste e Sertão. Ocorre, porém, que esse movimento foi

mais acintoso em outras regiões metropolitanas do país, com destaque para o processo de desconcentração poligonal. O fato a destacar é que, em paralelo às mudanças pelas quais têm passado as principais regiões metropolitanas do país, em especial, em termos de mudança na estrutura produtiva, a RMR conseguiu sustentar, na última década, importante participação relativa no PIB estadual, a despeito do dinamismo interiorano. Convém ressaltar, porém, que a sustentação do peso relativo da RMR no PIB estadual não se deu sem importantes transformações em nível municipal (ROSA; OLIVEIRA, 2015, p. 114).

A sustentação da participação estadual do PIB da RMR também pode ser demonstrada a partir da análise dos dados da Tabela 3. O PIB da RMR permaneceu na casa dos 63% entre 2006 e 2016, com pequenas alterações, em 2014, quando chegou a 63,9%. A RGInt seguiu a mesma tendência, ficando na casa dos 74,9% em 2006 e 2014, e sofrendo uma leve queda em 2016, para 74,4%. Em relação ao VAB a tendência foi a mesma que a do PIB, como é possível observar na Tabela 3.

O setor da Agropecuária não é tão expressivo na RMR, apresentando tendência de perda de participação estadual nos anos 2006, 2014 e 2016, de 11,3% para 8,6% e 8,5%, respectivamente. Já a RGInt do Recife, que contempla toda a faixa leste do Estado de Pernambuco, possui uma expressividade maior: em 2006, apresentou 44,6%; em 2014, sofreu uma queda para 38,7%, retomando sua participação para 39,9% durante a crise, em 2016. Ressalta-se, nesse caso, que a região passou por importante período de estiagem entre 2007–2014, com impactos diretos tanto na RGInt do Recife quanto no Estado como um todo.

O experimento desenvolvimentista reforçou uma característica histórica do movimento de industrialização estadual, com aumento e manutenção da concentração do VAB industrial do Estado em sua área metropolitana. A RMR respondia por 72,7% do VAB industrial de Pernambuco em 2006 e ampliou para 76% em 2014, o mesmo ocorrendo na RGInt do Recife, que amplia sua participação de 80,7% para 83,9%. Contudo, durante a crise, é possível observar um ligeiro processo de desconcentração da indústria, com perda de participação da RMR de 76% para 75,5% do VAB industrial do Estado em 2016.

O setor de Serviços, exceto a Administração Pública, também apresentava forte concentração na área metropolitana e possuía grande expressividade do VAB tanto na RMR, quanto na RGInt. Todavia, no setor de Serviços, é possível observar, ao longo da expansão da atividade econômica e crise, uma maior perda de participação e consequente interiorização de suas atividades. A RMR respondia por 72,2% do VAB estadual dos serviços em 2006, chegando a 68,4% em 2014 e a 68,1% em 2016. O mesmo movimento pode ser observado na RGInt do Recife, que apresentava uma participação de 80,2% do VAB estadual dos Serviços em 2006, caiu para 77,6% em 2014 e 77,4% em 2016, respectivamente.

Com relação à Administração Pública, a RMR também apresentava importante peso, reflexo da concentração de diversos órgãos administrativos na área metropolitana. Todavia, tanto a RMR quanto a RGInt do Recife apresentaram perda de peso relativo no VAB estadual entre 2006 e 2014, de 43,9% para 42,5% na RMR, e 61,6% para 60,3% na RGInt do Recife, e estabilidade durante a crise econômica.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO SETORIAL A PREÇOS CORRENTES (PE=100) NA RMR E RGINT – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| PIB E VAB | RMR | | | RGInt do Recife | | |
|----------------------------------|------|------|------|-----------------|------|------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| PIB | 63,7 | 63,9 | 63,0 | 74,9 | 74,9 | 74,4 |
| VAB Total | 61,1 | 61,9 | 60,8 | 73,2 | 73,5 | 72,9 |
| VAB Agropecuária | 11,3 | 8,6 | 8,5 | 44,6 | 38,7 | 39,9 |
| VAB Indústria | 72,7 | 76,0 | 75,5 | 80,7 | 83,9 | 83,6 |
| VAB Serviços exceto Adm. Pública | 72,2 | 68,4 | 68,1 | 80,2 | 77,6 | 77,4 |
| VAB Adm. Pública | 43,9 | 42,5 | 42,5 | 61,6 | 60,3 | 60,2 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios. Nota: valores a preços correntes.

Resumindo, ainda é possível encontrar uma forte concentração da Indústria e dos Serviços na RMR e na RGInt do Recife. A Administração Pública, apesar de mais desconcentrada, também possui uma participação expressiva nessas áreas. Já na Agropecuária, destaca-se a importante participação dos municípios da RGInt do Recife e que não fazem parte da RMR.

Na próxima seção, pretende-se analisar de maneira mais detalhada os setores que compõem a Região Metropolitana do

Recife a partir do estudo do mercado de trabalho formal e das exportações para reafirmar a estrutura produtiva metropolitana e suas permanências e transformações entre 2006 e 2016.

3. Caracterização interna do mercado de trabalho formal e das exportações da economia metropolitana do Recife

No período de expansão da atividade econômica, observaram-se importantes mudanças na demografia da força de trabalho cujo “fator determinante foi a consolidação da transição demográfica iniciada no último quarto do século XX e que se encontra agora em vias de finalização” (JATOBÁ; ARAÚJO, 2018, p. 50). Essas mudanças demográficas têm levado a uma menor pressão sobre o mercado de trabalho, que se refletem na desaceleração do crescimento da população em idade ativa e economicamente ativa. Seguindo a tendência nacional, também é possível observar em Pernambuco, como destacam Jatobá e Araújo (2018), no período de expansão, especialmente entre 2007 e 2014: uma maior formalização, com melhoria na qualidade das relações de trabalho; uma maior inserção na rede de proteção social; uma rápida geração de empregos, com o conseqüente declínio da desocupação; ganhos no rendimento médio e na massa de rendimentos; e menor desigualdade endógena no mercado de trabalho.

Esses movimentos também podem ser encontrados na RMR. O emprego formal na RMR ampliou-se a uma taxa média de crescimento anual de 5,8% entre 2006 e 2014, puxado, sobretudo, pelo incremento dos vínculos com carteira assinada na Construção, nos Serviços e na Indústria. A Agropecuária foi o único setor que, nesse mesmo período, apresentou queda no número de empregos formais (-5,1% a.a.) (ver Tabela 4). Esse movimento ocorre tanto em termos de empregos formais, quanto de ocupação, e tanto na RMR, quanto na RGInt do Recife e no Estado como um todo. Em Pernambuco, como destacam Jatobá e Araújo (2018, p. 55),

A agropecuária perdeu posição relativa, apresentando taxas negativas de crescimento da ocupação entre 2002 e 2014,

especialmente em 2007–2014, quando o setor sofreu os impactos de prolongada estiagem. Aumentos de produtividade causados por modernização em alguns subsetores devem ter também contribuído para esse resultado.

Em termos setoriais, no período de 2006 a 2014, o setor da Construção (13,3% a.a.) foi o que exibiu o maior incremento na geração de postos de trabalho formais. Esse setor, por sua vez, favoreceu-se do processo de instalação de infraestrutura econômica e de empreendimentos produtivos que aportaram no Estado durante esse período, bem como de um *boom* imobiliário que foi impulsionado também por programas como o PMCMV. Com exceção da indústria de média-baixa intensidade tecnológica, que apresentou um crescimento médio do número de postos de trabalho de 9,7% a.a., a indústria da RMR apresentou um desempenho abaixo da média dos outros setores, indicando perda de peso relativo na composição do emprego setorial da região.

Mesmo com a expansão do emprego industrial na RMR, é no setor de Serviços que se encontra o maior dinamismo do ponto de vista do mercado de trabalho. Na grande maioria dos ramos de atividade que o compõem, o que se observa é que, com a exceção dos Serviços Sociais ligados à Administração Pública, que apresenta um crescimento (abaixo da média) de 1,7% a.a. do número de ocupados formais, entre 2006 e 2014, houve uma expansão generalizada de postos de trabalho, especialmente nos seguintes ramos: Comércio atacadista (8,7% a.a.) e Transporte, armazenagem e distribuição (7,7% a.a. – ambos ramos dos Serviços Distributivos; Administração e comércio de imóveis (10,5% a.a.) e Serviços técnico-profissionais e científicos (14,1% a.a.) – componentes dos Serviços Produtivos; Educação privada (10,1% a.a.) – pertencente ao setor dos Serviços Sociais; e o ramo de Alojamento e alimentação (7,5% a.a.) – que compõe o Setor dos Serviços Pessoais. Como ressaltam Jatobá e Araújo (2018, p. 56), “o comércio e parte dos serviços beneficiaram-se tanto do crescimento do consumo das famílias e dos serviços de apoio como também das atividades produtivas, sendo induzidos pela expansão da indústria e dos investimentos que aportaram no Estado”, e na RMR também.

TABELA 4: EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA RMR – 2006, 2014 E 2016

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | RMR | | | Taxa de crescimento anual (% a.a.) | |
|---|----------------|----------------|----------------|--|---------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006- 2014 | 2014- 2016 |
| Total | 762.662 | 1.193.429 | 1.053.515 | 5,8 | -6,0 |
| Agropecuária e extrativa | 12.573 | 8.261 | 7.749 | -5,1 | -3,1 |
| Agropecuária | 11.632 | 7.263 | 7.068 | -5,7 | -1,4 |
| Indústria Extrativa Mineral | 761 | 827 | 491 | 1,0 | -22,9 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 180 | 171 | 190 | -0,6 | 5,4 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 40.674 | 53.163 | 43.808 | 3,4 | -9,2 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 33.683 | 43.740 | 36.398 | 3,3 | -8,8 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 6.991 | 9.423 | 7.410 | 3,8 | -11,3 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 28.186 | 47.455 | 38.853 | 6,7 | -9,5 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 15.786 | 21.436 | 17.272 | 3,9 | -10,2 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 12.400 | 26.019 | 21.581 | 9,7 | -8,9 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 13.098 | 20.418 | 24.914 | 5,7 | 10,5 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 12.053 | 19.206 | 23.846 | 6,0 | 11,4 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 1.045 | 1.212 | 1.068 | 1,9 | -6,1 |
| Construção | 40.106 | 108.661 | 62.607 | 13,3 | -24,1 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 3.214 | 11.030 | 7.521 | 16,7 | -17,4 |
| Construção de edifícios | 19.205 | 41.785 | 27.683 | 10,2 | -18,6 |
| Obras de infraestruturas | 9.138 | 37.631 | 14.352 | 19,4 | -38,2 |
| Serviços especializados para construção | 8.549 | 18.215 | 13.051 | 9,9 | -15,4 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 11.422 | 15.232 | 14.649 | 3,7 | -1,9 |
| Serviços distributivos | 165.253 | 266.662 | 243.162 | 6,2 | -4,5 |
| Comércio e reparação de automóveis | 12.650 | 21.605 | 17.080 | 6,9 | -11,1 |
| Comércio atacadista | 22.229 | 43.362 | 41.463 | 8,7 | -2,2 |
| Comércio varejista | 91.359 | 131.672 | 119.626 | 4,7 | -4,7 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 33.573 | 61.144 | 57.778 | 7,8 | -2,8 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 5.442 | 8.879 | 7.215 | 6,3 | -9,9 |
| Serviços produtivos | 100.341 | 184.006 | 152.047 | 7,9 | -9,1 |
| Serviços Financeiros | 11.010 | 14.789 | 13.010 | 3,8 | -6,2 |
| Administração e comércio de imóveis | 797 | 1.777 | 1.665 | 10,5 | -3,2 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 14.109 | 40.594 | 32.649 | 14,1 | -10,3 |
| Serviços de TI | 4.543 | 8.590 | 12.054 | 8,3 | 18,5 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 69.882 | 118.256 | 92.669 | 6,8 | -11,5 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações | 76.817 | 135.468 | 135.053 | 7,3 | -0,2 |
| Educação | 25.926 | 55.912 | 56.441 | 10,1 | 0,5 |
| Serviços de saúde e assistência social | 33.172 | 60.020 | 61.536 | 7,7 | 1,3 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 17.719 | 19.536 | 17.076 | 1,2 | -6,5 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 201.762 | 231.796 | 215.044 | 1,7 | -3,7 |
| Serviços Pessoais | 72.430 | 122.307 | 115.629 | 6,8 | -2,8 |
| Alojamento e alimentação | 29.888 | 53.416 | 48.809 | 7,5 | -4,4 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 4.422 | 6.691 | 6.885 | 5,3 | 1,4 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 38.014 | 62.105 | 59.877 | 6,3 | -1,8 |
| Serviços Domésticos | 106 | 95 | 58 | -1,4 | -21,9 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Quanto ao desempenho do mercado de trabalho da RMR no contexto de crise (2014-2016), notam-se: 1) a perda de postos de trabalho, em média, deu-se em ritmo mais acelerado (-6% a.a.) do que o crescimento observado no período de expansão (5,8% a.a.); 2) a Construção e as indústrias de baixa e média-baixa intensidade tecnológica e de atividades derivadas da agropecuárias e extrativas da RMR apresentaram taxas de redução de postos de trabalho significativamente maiores que os demais setores; e 3) o desempenho negativo dos ramos de atividade que compõem o setor de Serviços foi muito menos intenso do que aquele observado pela queda expressiva de postos de trabalho evidenciada no setor industrial, com exceção para os Serviços produtivos (Tabela 4).

Em termos setoriais, alguns ramos destacam-se negativamente nesse contexto de crise. Com as exceções da Indústria extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis (que apresentou um crescimento de vínculos formal de 5,4% a.a., apesar de essa indústria não representar nem 1% do emprego formal da RMR – Tabela 5) e da indústria de média-alta intensidade tecnológica (que, mesmo na crise, expandiu o número de emprego em 11,4% a.a.), todos os ramos da indústria perderam postos de trabalho em ritmo mais acelerado do que a média da região. Esse movimento se mostrou ainda mais intenso nos ramos de obras de infraestrutura (-38,2% a.a.) e construção de edifícios (-18,6% a.a.) – ambos do setor da Construção (-24,1% a.a.); e as indústria de baixa intensidade tecnológica (-10,2% a.a.) e alta intensidade tecnológica (-6,1% a.a.). O crescimento de postos de trabalho com carteira assinada na indústria de média-alta intensidade tecnológica, mesmo durante a crise econômica, reflete o fim das obras e entrada em operação de alguns empreendimentos desse ramo na RMR, com destaque para a fábrica da Jeep – Fiat Chrysler em Goiana.

O desempenho relativamente menos negativo em termos de destruição de postos de trabalho por parte do setor de serviços como um todo foi proporcionado pelos ramos de serviços de TI (que cresce 18,5% a.a. entre 2014 e 2016) – pertencente aos Serviços Produtivos; Educação (0,5% a.a.) e Saúde e assistência social (1,3% a.a.) – ambos são ramos do setor de Serviços Sociais;

Atividades artísticas, culturais e esportivas (1,4% a.a.), Alojamento e alimentação (-4,4% a.a. – redução abaixo da média) e Outras atividades de serviços pessoais (-1,8% a.a. – também com queda abaixo da média).

A única exceção, no âmbito dos Serviços, em que se observa um desempenho que contribuiu de forma mais intensa para a queda do emprego total na crise, com perdas de postos de trabalho em ritmo acima da média, foi a dos Serviços Produtivos, especialmente aqueles associados à queda da atividade produtiva industrial, como os ramos: serviços de apoio às empresas (-11,5% a.a.) e serviços técnico-profissionais e científicos (-10,3% a.a.), ainda de acordo com a Tabela 4.

Ressalta-se, por fim, que os serviços de TI, de atividades artísticas, culturais e esportivas, de saúde e de educação apresentaram crescimento do emprego formal tanto no período de expansão da atividade econômica quanto na crise. Os dois primeiros ramos estão ligados à economia criativa, que tem importante tradição na RMR através da produção cinematográfica, musical e cultural, do desenvolvimento de atividades de TICs e da importância das agências de publicidades, entre outras, que têm expressão regional e nacional. O projeto do Porto Digital, por exemplo, que começa mais voltando no desenvolvimento de *softwares* e serviços de TICs, avança nos anos 2000 para a Economia Criativa, com ênfase nos segmentos de *games*, cine-vídeo-animação, música, fotografia e *design* e a implementação do Porto Mídia (PORTO DIGITAL, 2020). No que se refere aos serviços de saúde e educação, a RMR é um polo estadual e regional nesses dois segmentos, com o polo médico do Recife (FERNANDES; LIMA, 2006) e a forte expansão da educação técnica, tecnológica e de nível superior na RMR.

Esse processo é confirmado pela análise da evolução da composição setorial do emprego na RMR. O dinamismo diferenciado em termos de criação de postos de trabalho afetou as participações dos setores no total do emprego da região metropolitana. A partir das informações apresentadas na Tabela 5, fica evidente uma perda expressiva de participação no total do emprego com carteira assinada do setor das indústrias derivadas de atividades da agropecuária e extrativa ao longo de todo o

período e da indústria de baixa intensidade tecnológica. Alguns ramos industriais até conseguiram ampliar seu peso relativo no período de expansão, como é o caso da indústria de média-baixa intensidade tecnológica e da Construção. Destaca-se, ainda, a forte ampliação da participação relativa da Construção no período de expansão, passando de 5,3% para 9,1% do total de empregos formais da RMR, mas decaindo logo em seguida como reflexo do fim do ciclo de investimentos e da crise econômica. No momento de queda expressiva da atividade econômica a partir de 2014, todos os ramos industriais perderam importância relativa na composição setorial do emprego, com a exceção do ramo de média-alta intensidade tecnológica, que, mesmo no contexto de crise, expandiu o número de postos de trabalho, como já destacado anteriormente e justificado pelo início da operação de novas empresas nesse ramo.

Com relação aos Serviços, o maior dinamismo relativo desse setor, em termos de criação de postos de trabalho, fez com que a maioria dos ramos de atividade que o compõem ampliasse seu peso relativo tanto no período de expansão (aumentando o número de empregos em ritmo acima da média), quanto na crise (perdendo relativamente menos postos de trabalho que os demais setores).

Durante o período de expansão da Administração Pública, que respondia por 26,5% dos empregos formais da RMR em 2006, perdeu participação e chegou a 19,4% em 2014, sendo ultrapassada pelos Serviços Distributivos, que ampliam seu peso relativo no período de 21,7% para 22,3%. A RMR continua a ser um polo importante de Serviços para todo o Estado, especialmente de Serviços especializados, como é possível observar pelo aumento da participação dos postos de trabalho com carteira assinada dentro dos Serviços Produtivos, especialmente os Serviços técnico-profissionais e científicos, Serviços de apoio às empresas e as pessoas e Serviços de TI. Contudo, os Serviços Pessoais ainda empregam muito e, como resultado do aumento da renda e do consumo das famílias, também aumentaram seu peso relativo na RMR entre 2006 e 2014, com destaque para os de Alojamento e alimentação e Outras atividades de serviços pessoais. Os Serviços Pessoais, mesmo durante a crise econômica, ampliaram sua

participação relativa no emprego da RMR por apresentar uma retração menor no número de vagas formais.

Com relação ao comportamento da massa de rendimentos, destacam-se dois pontos: 1) o comportamento da massa de renda formal reflete o movimento do emprego e sua participação acompanha o desempenho dos setores em termos de criação de postos de trabalho; 2) há uma expressiva concentração de renda no setor da Administração Pública.

Nesse último setor, o que se observa é uma redução de mais de 7 pontos percentuais entre 2006 e 2014 (caindo de 40,4% para 33,2%) que decorre de um dinamismo relativamente menor em termos de criação de postos de trabalho dos outros setores da RMR. Contudo, a Administração Pública ainda respondia por 19,4% dos trabalhadores formais da RMR em 2014 e 33,2% da massa de rendimentos da RMR no mesmo ano, o que demonstra o peso dos maiores salários nesse setor e sua ainda grande importância na massa de renda. Durante a crise, é possível observar uma elevação de seu peso relativo na composição da massa de renda na RMR, indicando que o setor tem um papel importante de amortecedor e mostra-se como um componente que contribui, de forma anticíclica, para sustentar a renda de uma parcela significativa da população em um contexto de redução da atividade econômica e do emprego e, conseqüentemente, do consumo agregado.

Uma última observação deve ser feita com relação à evolução do setor da Construção na RMR. No período de expansão, a Construção foi “puxada” pela construção de edifícios (ramo mais representativo do setor) e pelas obras em infraestrutura, ampliando seu peso relativo tanto no total do emprego, quanto na massa de renda (de forma ainda mais intensa). Já na crise, esse setor foi fortemente impactado ao reduzir sua importância em termos de massa de renda a menos da metade do que chegou a representar no momento pré-crise (cai de 9,2% para 4,4% do total de rendimentos da RMR).

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL, DA MASSA SALARIAL E DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA RMR – 2006-2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|----------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 1,6 | 0,7 | 0,7 | 1,2 | 0,5 | 0,5 | 15,7 | 4,1 | 1,4 |
| Agropecuária | 1,5 | 0,6 | 0,7 | 0,9 | 0,4 | 0,4 | 13,4 | 2,6 | 0,7 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 1,0 | 0,5 | 0,1 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 1,0 | 0,6 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 5,3 | 4,5 | 4,2 | 4,3 | 3,7 | 3,5 | 32,4 | 26,1 | 38,1 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 4,4 | 3,7 | 3,5 | 3,3 | 2,8 | 2,7 | 17,2 | 23,2 | 4,2 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 15,3 | 2,9 | 33,9 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 3,7 | 4,0 | 3,7 | 2,9 | 3,6 | 3,2 | 19,8 | 15,3 | 11,2 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 2,1 | 1,8 | 1,6 | 1,5 | 1,2 | 1,1 | 5,4 | 1,7 | 0,8 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 1,6 | 2,2 | 2,0 | 1,4 | 2,4 | 2,1 | 14,4 | 13,6 | 10,4 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 1,7 | 1,7 | 2,4 | 2,2 | 1,9 | 2,5 | 32,1 | 54,5 | 49,3 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 1,6 | 1,6 | 2,3 | 1,9 | 1,8 | 2,4 | 31,2 | 54,3 | 49,2 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,8 | 0,1 | 0,1 |
| Construção | 5,3 | 9,1 | 5,9 | 3,7 | 9,2 | 4,4 | – | – | – |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,4 | 0,9 | 0,7 | 0,3 | 0,9 | 0,6 | – | – | – |
| Construção de edifícios | 2,5 | 3,5 | 2,6 | 1,5 | 2,5 | 1,8 | – | – | – |
| Obras de infraestruturas | 1,2 | 3,2 | 1,4 | 0,9 | 4,6 | 1,3 | – | – | – |
| Serviços especializados para construção | 1,1 | 1,5 | 1,2 | 1,1 | 1,1 | 0,8 | – | – | – |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,5 | 1,3 | 1,4 | 2,6 | 2,3 | 2,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 21,7 | 22,3 | 23,1 | 15,3 | 16,4 | 17,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,7 | 1,8 | 1,6 | 1,2 | 1,4 | 1,2 | – | – | – |
| Comércio atacadista | 2,9 | 3,6 | 3,9 | 2,7 | 3,5 | 3,8 | – | – | – |
| Comércio varejista | 12,0 | 11,0 | 11,4 | 6,5 | 6,3 | 6,5 | – | – | – |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 4,4 | 5,1 | 5,5 | 3,8 | 4,5 | 4,8 | – | – | – |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 1,1 | 0,7 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 13,2 | 15,4 | 14,4 | 14,2 | 11,9 | 11,6 | – | – | – |
| Serviços Financeiros | 1,4 | 1,2 | 1,2 | 3,7 | 2,6 | 2,7 | – | – | – |
| Administração e comércio de imóveis | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | – | – | – |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 1,8 | 3,4 | 3,1 | 1,8 | 2,7 | 2,6 | – | – | – |
| Serviços de TI | 0,6 | 0,7 | 1,1 | 0,9 | 1,1 | 1,4 | – | – | – |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | EMPREGO FORMAL | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|---|-------------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 9,2 | 9,9 | 8,8 | 7,7 | 5,4 | 4,9 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações | 10,1 | 11,4 | 12,8 | 8,5 | 12,3 | 14,4 | – | – | – |
| Educação | 3,4 | 4,7 | 5,4 | 3,3 | 6,6 | 7,8 | – | – | – |
| Serviços de saúde e assistência social | 4,3 | 5,0 | 5,8 | 3,3 | 4,5 | 5,3 | – | – | – |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 2,3 | 1,6 | 1,6 | 1,9 | 1,2 | 1,3 | – | – | – |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 26,5 | 19,4 | 20,4 | 40,4 | 33,2 | 34,8 | – | – | – |
| Serviços Pessoais | 9,5 | 10,2 | 11,0 | 4,6 | 5,0 | 5,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Alojamento e alimentação | 3,9 | 4,5 | 4,6 | 1,9 | 2,1 | 2,3 | – | – | – |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 5,0 | 5,2 | 5,7 | 2,2 | 2,4 | 2,7 | – | – | – |
| Serviços Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | – | – | – |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); MDIC – Comex Stat.

Todos esses processos foram acompanhados por uma transformação da pauta de exportação da RMR em dois momentos:

- 1) De 2006 a 2014 (período de expansão econômica), há elevação do peso relativo no total das exportações das indústrias associadas à Agropecuária (17,2% para 23,2%) e da Indústria de média-alta intensidade tecnológica (31,2% para 54,3%), enquanto os outros ramos perderam participação, especialmente os da Agropecuária e da Indústria Extrativa. Essa mudança da pauta de exportação relativa aos produtos da Indústria de média-alta intensidade tecnológica refletem a entrada em operação de novos empreendimentos na RMR, notadamente da refinaria de petróleo (RNEST), do complexo petroquímico e da fábrica da Jeep – Fiat Chrysler.
- 2) De 2014 a 2016 (período de crise econômica), o único ramo de atividade que ampliou sua participação na pauta exportadora da região foram as indústrias ligadas à extrativa.

Diferentemente do processo de reprimarização da pauta de exportação observado em escala nacional e em outras RMs, como

é o caso da RM de São Paulo, na RMR, não se viu uma perda de participação das atividades de maior valor agregado para a composição de suas exportações⁴. Na realidade, houve um aumento do peso relativo de produtos com elevado grau de agregação de valor pertencentes à indústria de média-alta intensidade tecnológica. Mesmo com a redução da participação desses produtos na pauta exportadora no período da crise, as exportações dessa indústria específica permaneceram representando, praticamente, a metade de todas as exportações da RMR em 2016.

4. Inserção estadual do mercado de trabalho formal e das exportações da RMR e da RGInt do Recife

Um outro processo que caracteriza o período recente é o da concentração/desconcentração produtiva em escala intraestadual em Pernambuco. Do ponto de vista do emprego formal (Tabela 6), observa-se:

1) No período de maior dinamismo do mercado de trabalho (2006-2014), há um movimento de concentração em direção à RMR, que amplia seu peso relativo no total do emprego do estado (de 65,6% para 67,5%) e, em simultâneo, de desconcentração, pois há uma perda de participação por parte da RGInt do Recife (78,9% em 2014, para 77,6% em 2006) e um aumento da importância do restante do estado que passa de 21,1% em 2006 para 22,4% em 2014.

2) Na crise, esse processo se associa a um movimento de desconcentração pois, tanto a RMR (67,5% em 2014, para 66,4%, em 2016), quanto a RGInt do Recife (queda de 77,6% para 76,7% no mesmo período) perdem participação em detrimento de um aumento do peso relativo do restante do estado, que passa a representar 23,3% do total do emprego em 2016, maior valor da série.

⁴ Para mais detalhes sobre as mudanças na pauta de exportações pernambucanas e da RMR, ver: FIEPE (2013); Oliveira (2014); Guimarães Neto e Oliveira (2018).

TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO INTRAESTADUAL DO EMPREGO FORMAL,
SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
(PE=100) – 2006-2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|
| | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado |
| Total | 65,6 | 78,9 | 21,1 | 67,5 | 77,6 | 22,4 | 66,4 | 76,7 | 23,3 |
| Agropecuária e extrativa | 22,2 | 67,0 | 33,0 | 16,8 | 44,6 | 55,4 | 15,1 | 41,3 | 58,7 |
| Agropecuária | 21,3 | 67,1 | 32,9 | 15,6 | 44,0 | 56,0 | 14,4 | 40,6 | 59,4 |
| Indústria Extrativa Mineral | 44,9 | 60,0 | 40,0 | 33,4 | 53,5 | 46,5 | 25,1 | 53,3 | 46,7 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 93,3 | 98,4 | 1,6 | 78,1 | 78,5 | 21,5 | 86,8 | 86,8 | 13,2 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 42,0 | 87,3 | 12,7 | 45,1 | 83,3 | 16,7 | 43,8 | 81,5 | 18,5 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 43,2 | 89,7 | 10,3 | 48,6 | 87,7 | 12,3 | 47,8 | 85,4 | 14,6 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 36,8 | 77,4 | 22,6 | 33,8 | 69,1 | 30,9 | 30,9 | 69,1 | 30,9 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 57,8 | 66,7 | 33,3 | 57,1 | 66,2 | 33,8 | 56,7 | 65,5 | 34,5 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 47,7 | 57,0 | 43,0 | 42,8 | 52,5 | 47,5 | 41,9 | 51,3 | 48,7 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 79,3 | 87,3 | 12,7 | 79,0 | 87,0 | 13,0 | 79,1 | 87,2 | 12,8 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 64,3 | 91,4 | 8,6 | 82,7 | 87,8 | 12,2 | 86,1 | 89,6 | 10,4 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 63,4 | 92,0 | 8,0 | 83,9 | 88,3 | 11,7 | 87,3 | 90,2 | 9,8 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 76,8 | 84,0 | 16,0 | 67,2 | 81,8 | 18,2 | 65,0 | 78,6 | 21,4 |
| Construção | 78,1 | 80,6 | 19,4 | 82,6 | 85,2 | 14,8 | 83,1 | 86,8 | 13,2 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 93,1 | 93,8 | 6,2 | 78,7 | 82,6 | 17,4 | 84,2 | 87,4 | 12,6 |
| Construção de edifícios | 82,7 | 83,9 | 16,1 | 79,9 | 82,0 | 18,0 | 82,0 | 85,2 | 14,8 |
| Obras de infraestruturas | 64,2 | 69,3 | 30,7 | 88,1 | 90,0 | 10,0 | 88,7 | 92,5 | 7,5 |
| Serviços especializados para construção | 82,0 | 84,5 | 15,5 | 80,8 | 85,1 | 14,9 | 79,0 | 84,0 | 16,0 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 89,3 | 92,7 | 7,3 | 71,6 | 74,5 | 25,5 | 71,9 | 74,0 | 26,0 |
| Serviços distributivos | 69,5 | 77,2 | 22,8 | 66,1 | 74,9 | 25,1 | 64,8 | 74,1 | 25,9 |
| Comércio e reparação de automóveis | 70,9 | 77,8 | 22,2 | 65,3 | 73,4 | 26,6 | 62,4 | 70,6 | 29,4 |
| Comércio atacadista | 71,2 | 75,0 | 25,0 | 70,3 | 74,9 | 25,1 | 70,7 | 76,2 | 23,8 |
| Comércio varejista | 63,8 | 74,0 | 26,0 | 58,2 | 69,9 | 30,1 | 56,6 | 68,8 | 31,2 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 85,2 | 87,9 | 12,1 | 84,5 | 88,6 | 11,4 | 83,9 | 88,1 | 11,9 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 89,0 | 91,1 | 8,9 | 87,0 | 91,2 | 8,8 | 79,1 | 85,9 | 14,1 |
| Serviços produtivos | 91,0 | 92,4 | 7,6 | 88,6 | 90,9 | 9,1 | 86,3 | 89,0 | 11,0 |
| Serviços Financeiros | 78,7 | 83,4 | 16,6 | 72,5 | 78,4 | 21,6 | 70,1 | 76,6 | 23,4 |
| Administração e comércio de imóveis | 88,8 | 88,8 | 11,2 | 80,4 | 82,2 | 17,8 | 80,4 | 83,1 | 16,9 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 87,4 | 89,3 | 10,7 | 87,1 | 89,6 | 10,4 | 82,9 | 86,1 | 13,9 |
| Serviços de TI | 90,4 | 92,9 | 7,1 | 95,0 | 96,3 | 3,7 | 95,9 | 96,6 | 3,4 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 94,1 | 94,8 | 5,2 | 91,4 | 93,1 | 6,9 | 89,4 | 91,4 | 8,6 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|---|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|
| | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado |
| Total | 65,6 | 78,9 | 21,1 | 67,5 | 77,6 | 22,4 | 66,4 | 76,7 | 23,3 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações | 79,5 | 84,9 | 15,1 | 77,1 | 82,7 | 17,3 | 74,8 | 80,8 | 19,2 |
| Educação | 73,3 | 80,7 | 19,3 | 76,0 | 81,1 | 18,9 | 75,2 | 80,9 | 19,1 |
| Serviços de saúde e assistência social | 82,7 | 86,6 | 13,4 | 79,1 | 85,2 | 14,8 | 76,3 | 82,0 | 18,0 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 83,6 | 88,9 | 11,1 | 74,4 | 79,8 | 20,2 | 68,8 | 76,3 | 23,7 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 59,0 | 72,4 | 27,6 | 57,5 | 70,0 | 30,0 | 58,7 | 70,7 | 29,3 |
| Serviços Pessoais | 81,4 | 83,9 | 16,1 | 81,1 | 85,4 | 14,6 | 81,3 | 85,8 | 14,2 |
| Alojamento e alimentação | 84,1 | 88,2 | 11,8 | 76,0 | 82,6 | 17,4 | 75,7 | 82,5 | 17,5 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 77,1 | 83,1 | 16,9 | 74,5 | 80,1 | 19,9 | 74,7 | 80,7 | 19,3 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 80,0 | 81,0 | 19,0 | 87,3 | 89,1 | 10,9 | 87,5 | 89,6 | 10,4 |
| Serviços Domésticos | 50,5 | 61,9 | 38,1 | 27,1 | 31,7 | 68,3 | 68,2 | 75,3 | 24,7 |
| Total | 65,6 | 78,9 | 21,1 | 67,5 | 77,6 | 22,4 | 66,4 | 76,7 | 23,3 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Quanto ao primeiro fenômeno de concentração do emprego na RMR, no período de expansão da atividade econômica e do emprego no Estado, pode-se afirmar que ele decorre de um aumento do peso relativo do ramo da Construção associado às obras de infraestrutura e ao ramo industrial de média-alta intensidade tecnológica. Contribuíram, também, para essa concentração relativa do emprego na RMR alguns ramos específicos dos Serviços, como o das Outras atividades de Serviços Pessoais, dos Serviços de TI e o da Educação, especialmente da educação privada.

Como visto, contraditoriamente, há um segundo movimento entre 2006 e 2014 que é o de desconcentração em direção ao restante do Estado e, nesse processo, vê-se que ele é proporcionado por um aumento do peso relativo no total do emprego do restante do Estado dos seguintes setores: Agropecuária e extrativa e sua indústria derivada, em todos os seus ramos de atividade; Indústria de baixa intensidade tecnológica; Indústrias de média e média-alta tecnologia; e Incorporação e atividades imobiliárias próprias.

O setor de Serviços também contribuiu para o aumento da participação do restante do Estado no total do emprego com carteira assinada entre 2006 e 2014, especialmente por conta da elevação

do peso relativo dos seguintes ramos de atividade: Comércio e reparação de automóveis; Comércio varejista; Serviços financeiros; Administração e comércio de imóveis; Alojamento e alimentação; e Serviços Domésticos. Esse movimento reflete bem a expansão da renda e do consumo das famílias no restante do Estado durante esse período. Ressalta-se, também, o aumento de participação no restante do Estado dos Serviços de Saúde e da Administração Pública; nesse processo, merece destaque a interiorização do ensino técnico e superior público e privado, consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliação da rede de saúde privada.

Já sobre o movimento de desconcentração observado por conta da crise, entre 2014 e 2016, e relacionado ao aumento da importância do restante do Estado na composição do emprego formal em Pernambuco, pode-se afirmar que ele decorre do aumento da participação de setores como: Agropecuária e extrativa; Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas; e Indústria de baixa e média-baixa tecnologia. No setor de Serviços, os principais ramos de atividade que contribuíram para esse processo foram: Comércio e reparação de automóveis; Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV); Serviços técnico-profissionais e científicos; Serviços de apoio às empresas e às pessoas; e Serviços de saúde e assistência social.

No que se refere aos Serviços Produtivos, destaca-se que, mesmo com um processo de desconcentração do emprego no sentido do restante do Estado, a RMR concentrava cerca de 90% dos postos de trabalho com carteira assinada de Pernambuco, chegando a responder por 95,9% dos empregos de TI, 89,4% dos serviços de apoio às empresas e às pessoas e 82,9% dos serviços técnico-profissionais e científicos em 2016.

Com relação à massa de renda dos trabalhadores formais (Tabela 7), o que se observa é que ela acompanha de perto o movimento mais geral de concentração em direção à RMR e de desconcentração em direção ao restante do Estado, com perda de peso relativo da RGInt do Recife, no período de expansão econômica (2006-2014) e o de desconcentração, na crise, quando tanto a RMR, quanto a RGInt do Recife perdem participação na composição da massa de renda do Estado. De modo geral, os setores que mostraram maior dinamismo quanto à capacidade de ampliar o número de postos de

trabalho e que foram responsáveis pelas mudanças em termos da composição setorial do emprego também contribuíram para que o comportamento da massa de rendimentos acompanhasse, de perto, os movimentos de expansão (2006-2014) e de queda (2014-2016) do emprego em Pernambuco.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO INTRAESTADUAL DA MASSA FORMAL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (PE=100) – 2006-2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|
| | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado |
| Agropecuária e extrativa | 33,6 | 72,8 | 27,2 | 26,8 | 50,6 | 49,4 | 21,6 | 45,1 | 54,9 |
| Agropecuária | 26,6 | 70,6 | 29,4 | 22,5 | 47,8 | 52,2 | 19,7 | 43,4 | 56,6 |
| Indústria Extrativa Mineral | 74,6 | 80,8 | 19,2 | 51,6 | 67,4 | 32,6 | 40,1 | 63,4 | 36,6 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 99,6 | 99,9 | 0,1 | 95,4 | 95,5 | 4,5 | 92,4 | 92,4 | 7,6 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 50,3 | 90,3 | 9,7 | 55,1 | 87,4 | 12,6 | 52,0 | 86,1 | 13,9 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 49,0 | 91,7 | 8,3 | 55,5 | 90,1 | 9,9 | 52,9 | 88,5 | 11,5 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 55,7 | 84,8 | 15,2 | 54,0 | 79,4 | 20,6 | 49,4 | 78,8 | 21,2 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 71,3 | 78,4 | 21,6 | 72,0 | 79,0 | 21,0 | 70,3 | 77,4 | 22,6 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 61,5 | 69,0 | 31,0 | 54,3 | 62,4 | 37,6 | 52,3 | 60,3 | 39,7 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 85,5 | 92,2 | 7,8 | 86,2 | 92,4 | 7,6 | 86,1 | 92,4 | 7,6 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 78,1 | 92,2 | 7,8 | 86,4 | 90,2 | 9,8 | 88,7 | 91,3 | 8,7 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 76,6 | 92,1 | 7,9 | 87,2 | 90,3 | 9,7 | 89,5 | 91,5 | 8,5 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 91,7 | 93,7 | 6,3 | 77,0 | 88,9 | 11,1 | 77,9 | 87,7 | 12,3 |
| Construção | 81,0 | 82,9 | 17,1 | 88,7 | 90,3 | 9,7 | 86,9 | 89,7 | 10,3 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 94,7 | 95,2 | 4,8 | 85,0 | 88,0 | 12,0 | 89,1 | 91,5 | 8,5 |
| Construção de edifícios | 83,1 | 83,9 | 16,1 | 83,9 | 85,4 | 14,6 | 85,2 | 87,7 | 12,3 |
| Obras de infraestruturas | 68,3 | 72,7 | 27,3 | 93,3 | 94,1 | 5,9 | 91,7 | 94,3 | 5,7 |
| Serviços especializados para construção | 88,3 | 89,4 | 10,6 | 85,4 | 88,6 | 11,4 | 82,2 | 86,2 | 13,8 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 89,0 | 91,8 | 8,2 | 85,3 | 87,3 | 12,7 | 85,4 | 87,1 | 12,9 |
| Serviços distributivos | 77,4 | 82,7 | 17,3 | 74,9 | 81,1 | 18,9 | 73,2 | 80,1 | 19,9 |
| Comércio e reparação de automóveis | 77,1 | 82,1 | 17,9 | 72,9 | 78,4 | 21,6 | 70,0 | 75,8 | 24,2 |
| Comércio atacadista | 81,1 | 83,4 | 16,6 | 80,1 | 83,5 | 16,5 | 80,0 | 84,2 | 15,8 |
| Comércio varejista | 69,7 | 77,9 | 22,1 | 64,6 | 74,2 | 25,8 | 62,0 | 72,4 | 27,6 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 87,1 | 89,3 | 10,7 | 88,1 | 91,2 | 8,8 | 87,5 | 90,7 | 9,3 |

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|--|-------------|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-----------------------|
| | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 94,4 | 95,2 | 4,8 | 93,0 | 95,1 | 4,9 | 87,2 | 91,2 | 8,8 |
| Serviços produtivos | 87,6 | 89,4 | 10,6 | 86,7 | 89,3 | 10,7 | 84,6 | 87,5 | 12,5 |
| Serviços Financeiros | 79,5 | 84,4 | 15,6 | 74,0 | 79,6 | 20,4 | 72,6 | 79,0 | 21,0 |
| Administração e comércio de imóveis | 89,6 | 89,6 | 10,4 | 84,5 | 85,7 | 14,3 | 83,3 | 85,5 | 14,5 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 86,5 | 87,3 | 12,7 | 86,8 | 88,3 | 11,7 | 82,8 | 84,7 | 15,3 |
| Serviços de TI | 95,3 | 95,9 | 4,1 | 98,4 | 98,8 | 1,2 | 98,3 | 98,5 | 1,5 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 91,4 | 91,8 | 8,2 | 92,2 | 93,9 | 6,1 | 90,3 | 92,2 | 7,8 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 82,6 | 86,6 | 13,4 | 83,2 | 86,8 | 13,2 | 81,3 | 84,8 | 15,2 |
| Educação | 75,8 | 81,3 | 18,7 | 84,0 | 85,8 | 14,2 | 83,0 | 84,9 | 15,1 |
| Serviços de saúde e assistência social | 87,2 | 89,8 | 10,2 | 82,3 | 88,4 | 11,6 | 79,9 | 85,2 | 14,8 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 88,7 | 92,2 | 7,8 | 82,6 | 86,4 | 13,6 | 77,4 | 83,2 | 16,8 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 80,5 | 86,5 | 13,5 | 77,0 | 83,3 | 16,7 | 76,9 | 83,4 | 16,6 |
| Serviços Pessoais | 82,7 | 85,0 | 15,0 | 82,6 | 86,3 | 13,7 | 82,9 | 87,0 | 13,0 |
| Alojamento e alimentação | 86,6 | 90,4 | 9,6 | 78,1 | 84,2 | 15,8 | 78,2 | 84,6 | 15,4 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 85,3 | 88,9 | 11,1 | 81,7 | 85,0 | 15,0 | 82,2 | 85,7 | 14,3 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 79,0 | 79,9 | 20,1 | 87,4 | 88,9 | 11,1 | 87,7 | 89,6 | 10,4 |
| Serviços Domésticos | 57,3 | 67,4 | 32,6 | 28,9 | 32,8 | 67,2 | 69,5 | 75,7 | 24,3 |
| Total | 77,7 | 85,9 | 14,1 | 77,8 | 84,4 | 15,6 | 76,3 | 83,4 | 16,6 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O comportamento das exportações, por sua vez, não reflete os movimentos observados no mercado de trabalho, como é possível verificar através da Tabela 8. Ao se analisar o desempenho das distintas regiões em termos de exportação, nota-se:

- 1) Um movimento de desconcentração no período de expansão econômica (2006-2014), quando se observam perdas de peso relativo da RMR e da RGInt do Recife no total das exportações pernambucanas;
- 2) Um processo de concentração em direção à metrópole e à Região Integrada do Recife, decorrente de uma perda de participação do restante do Estado na crise (2014-2016).

Em termos setoriais, o movimento de desconcentração do período 2006-2014 foi proporcionado pelo aumento da participação no total das exportações estaduais nos seguintes setores: Agropecuária e extrativa; Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas; Indústria de média-alta e alta tecnologia. Aqui destacam-se a produção de fruticultura irrigada da região de Petrolina e a fábrica de baterias Moura, localizada no município de Belo Jardim, no agreste pernambucano.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO INTRAESTADUAL DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (PE=100) – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|--|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|
| | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado | RMR | RGInt | Restante do Estado |
| Agropecuária e extrativa | 41,1 | 41,8 | 58,2 | 16,1 | 20,2 | 79,8 | 10,7 | 14,2 | 85,8 |
| Agropecuária | 37,7 | 37,7 | 62,3 | 10,8 | 14,1 | 85,9 | 5,5 | 6,2 | 93,8 |
| Indústria Extrativa Mineral | 78,6 | 98,8 | 1,2 | 59,8 | 91,9 | 8,1 | 24,9 | 95,5 | 4,5 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 100,0 | 100,0 | 0,0 | 100,0 | 100,0 | 0,0 | 100,0 | 100,0 | 0,0 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 58,0 | 96,7 | 3,3 | 51,5 | 87,1 | 12,9 | 78,1 | 93,1 | 6,9 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 47,8 | 94,8 | 5,2 | 48,7 | 86,3 | 13,7 | 28,4 | 77,1 | 22,9 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 76,3 | 100,0 | 0,0 | 93,1 | 99,7 | 0,3 | 99,5 | 100,0 | 0,0 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 80,3 | 85,8 | 14,2 | 87,0 | 96,2 | 3,8 | 94,6 | 98,2 | 1,8 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 52,7 | 66,0 | 34,0 | 42,9 | 83,5 | 16,5 | 54,4 | 85,0 | 15,0 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 99,9 | 99,9 | 0,1 | 99,9 | 100,0 | 0,0 | 99,9 | 99,9 | 0,1 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 90,9 | 90,9 | 9,1 | 88,8 | 88,8 | 11,2 | 93,2 | 93,3 | 6,7 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 90,6 | 90,7 | 9,3 | 88,9 | 88,9 | 11,1 | 93,3 | 93,3 | 6,7 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 99,6 | 99,6 | 0,4 | 82,7 | 82,7 | 17,3 | 91,3 | 91,3 | 8,7 |
| Total | 64,9 | 80,0 | 20,0 | 64,4 | 77,7 | 22,3 | 79,0 | 85,5 | 14,5 |

FONTE: MDIC – Comex Stat.

Já na crise, a concentração em direção à RMR e à RGInt do Recife decorre, apesar da perda de importância do setor da Agropecuária e extrativa nessas regiões, do aumento do peso relativo no total das exportações pernambucanas dos setores

ligados à indústria, especialmente, às Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas; à Indústria de baixa e média-baixa tecnologia; e à Indústria de média-alta e alta tecnologia, reflexo dos novos empreendimentos que começam a operar no Estado, sobretudo no Complexo industrial e portuário de Suape e em Goiana. Nesse novo momento, destaca-se que o açúcar, que historicamente era o principal produto da pauta exportadora do Estado, passa a ocupar a sexta posição em 2016, atrás de *fuel-oil*, tereftalato de polietileno em forma primária, outros veículos automóveis com motor a diesel para carga, automóveis com motor de explosão para até seis passageiros e óleo diesel (CONDEPE FIDEM, 2016).

Considerações finais

O experimento desenvolvimentista representou um processo importante de retomada da atividade econômica para Pernambuco com a atração de um grande volume de investimentos em infraestrutura econômica e social e importantes transformações na estrutura produtiva, especialmente com a chegada de novos empreendimentos de maior valor agregado para o Estado. Parte significativa desse movimento foi interrompido pela crise econômica que o país enfrentou a partir de 2015, sobretudo aqueles relacionados à expansão do emprego, renda e crédito, bem como das políticas setoriais e sociais, como as que derivaram de investimentos do BNDES, Petrobras ou de programas como o PMCMV.

Durante o período de expansão da atividade econômica, entre 2006 e 2014, é possível observar que a RMR, a RGInt do Recife e o Estado de Pernambuco ampliaram sua participação no PIB do Nordeste, inclusive do VAB industrial, revertendo uma tendência de desindustrialização que vinha desde os anos 1980, segundo Guimarães Neto e Oliveira (2018). Ainda, quando se analisa o movimento em termos especiais dentro do Estado, verifica-se a existência de processos contraditórios em termos no que se refere ao PIB, geração de empregos e exportações. Em termos de PIB, há uma manutenção da forte concentração da atividade econômica

na RMR (63,7% em 2006 e 63,9% em 2014). Já em termos de mercado de trabalho, há um movimento de concentração em direção à RMR, que amplia seu peso relativo no total do emprego formal do Estado (de 65,6% para 67,5%) e, em simultâneo, de desconcentração, pois há uma perda de participação por parte da RGInt do Recife (78,9% em 2014, para 77,6% em 2006) e um aumento da importância do restante do Estado, que passa de 21,1% em 2006 para 22,4% em 2014. Todavia, as exportações desconcentram-se no período de expansão econômica (2006-2014), quando se observam perdas de peso relativo da RMR e da RGInt do Recife no total das exportações pernambucanas.

Na inflexão ultraliberal, mesmo com a entrada em operação de alguns novos empreendimentos, é possível observar um movimento de perda de participação regional do PIB tanto da RMR, quanto da RGInt do Recife e do Estado de Pernambuco. A crise reafirma o processo de desconcentração para o restante do Estado tanto em termos de PIB, quanto em termos de empregos formais. Apenas as exportações se concentram mais na RMR e refletem a mudança da pauta exportadora presenciada por Pernambuco nesse período. A economia metropolitana sofre com o fim do processo de retomada dos investimentos e a crise econômica resultante, entre outras coisas, das políticas de austeridade, que rompem um processo importante de expansão da renda e do consumo das famílias regionais e localmente. Além de não se observar novos empreendimentos chegando à área metropolitana, também é possível ver o fechamento de diversas indústrias e segmentos que tinham se instalado na RMR, inclusive no Complexo industrial e portuário de Suape. A refinaria da Petrobras e os estaleiros, por exemplo, foram fortemente impactados pelas novas orientações em relação aos investimentos estatais do período de inflexão ultraliberal.

Contudo, a Região Metropolitana do Recife continuou a comandar o desenvolvimento econômico estadual e ampliou sua participação regionalmente. A RMR continua a ser a área geográfica com maior participação das indústrias de maior intensidade tecnológica, tendo inclusive ampliado a participação do emprego das indústrias de média-alta intensidade tecnológica nesse período, e o principal polo de serviços especializados

do Estado, com destaque para o importante peso dos serviços produtivos na RMR (respondendo por 95,9% dos empregos formais de TI do Estado, 89,4% dos serviços de apoio às empresas e às pessoas e 82,9% dos serviços técnico-profissionais e científicos em 2016).

Por fim, os anos entre 2017 e 2019 reafirmam o movimento no sentido da continuidade do processo de inflexão ultraliberal aprofundado por mudanças político-econômicas no âmbito federal, com baixo dinamismo econômico e políticas fiscais restritivas. O ano de 2020, contudo, força o rompimento desse processo a partir dos impactos da crise sanitária-econômica mundial provocada pela pandemia da Covid-19. A crise impôs a necessidade de medidas de ampliação dos gastos em saúde, de garantia de renda para a população em geral, da manutenção de empregos ou de ajuda a Estados e Municípios. Os auxílios emergenciais, sobretudo para a classe trabalhadora e a população mais vulnerável, apresentaram impactos importantes para a sustentação da renda das regiões mais pobres do país e para o interior dos Estados, tendo menor relevância nas áreas metropolitanas.

A necessidade de prorrogação das medidas em curso é evidente, mas deve-se ter muita atenção às propostas de renda mínima que impliquem redesenho das políticas sociais atuais já consolidadas. Políticas de cunho liberal que reformulam e agregam os diversos programas de transferência de renda podem não resolver o problema estrutural da desigualdade de renda brasileira e terminar por nivelar por baixo a renda média da população brasileira, com diferentes impactos regionais. Além disso, novas políticas (anticíclicas) precisarão ser elaboradas para conter os efeitos da crise sanitária e de saúde pública e proporcionar a retomada da economia, ainda que de forma lenta e com limitações impostas pela própria pandemia da Covid-19 deflagrada em 2020 em todo o mundo.

Juliana Bacelar de Araújo é professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisadora da Rede INCT/Observatório das Metrôpoles, Núcleo Natal, e do Grupo de Economia Política do Desenvolvimento (GEPD). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdade e economia regional e urbana. Contato: julianabacelararaujo@gmail.com.

Osmar Faustino de Oliveira possui doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é pesquisador da Rede INCT/Observatório das Metrôpoles, Núcleo Natal e no projeto Diálogos Regionais: o Desenvolvimento Regional na Perspectiva dos Atores Regionais (UNIOESTE). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiência na área de economia com ênfase em mercado de trabalho, economia urbana e regional, políticas públicas, desenvolvimento territorial. Contato: osmarfaustino@yahoo.com.br.

Referências

ARAÚJO, J. B. “Dinâmica recente da produção e da ocupação nas mesorregiões nordestinas”. In: CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. 1 ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. V.1, p. 141-192.

ARAÚJO, J. B.; LIVRAMENTO, M.; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.

ARAÚJO, J. B.; CLEMENTINO, M. L. M.; FINATTI, R.; SILVA, R. M. Lentos e Perspectivas do Nordeste: da interiorização do desenvolvimento à crise. In: ENANPUR, XVIII, Natal. **Anais...** Natal: ANPUR, 2019.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

BARROS, N. A. L. R. **Evidências Empíricas sobre a Relação entre formação do PIB e Gastos Públicos nos Municípios Pernambucanos no Período de 1997 A 2009**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECON), Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

BEZERRA, N. R. A.; SOUZA, L. F. R.; FARIAS FILHO; J. R. O Projeto do Complexo Industrial Portuário Suape (CIPS): a transformação dos trabalhadores locais em trabalhadores globais e a influência das redes sociais – um estudo de caso. **Revista Sistemas & Gestão**, Niterói (RJ), v. 12, n. 1, mar. 2017.

CONDEPE FIDEM. **Anuário Estatístico de Pernambuco – 2016**. Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/atividades-economicas/comercio-exterior>. Acesso em: 01 de ago. de 2020.

CARVALHO, F. F. de. **Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

FERNANDES, A. C.; LIMA, J. P. R. Cluster de serviços: contribuições conceituais a partir de evidências do polo médico do Recife. **Nova Economia**, v. 16 n.1, pp. 11-47, jan.-abr. 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FIEPE). **Proposta de política industrial para o Estado de Pernambuco**. Recife: Fiepe/Sebrae, 2013.

GALVÃO, O. J. A. A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 3, p. 131-154, jul. - set., 2015.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11 (29), 1997.

GUIMARÃES NETO, L.; OLIVEIRA, F. L. P. “A dinâmica da economia e transformações relevantes”. In: ARAÚJO, T. B; ARAÚJO, T. P. (Org). **Socioeconomia Pernambucana: Mudanças e Desafios**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2018.

GUIMARÃES, P. F; SANTOS, V. M. “Dinâmica dos investimentos na economia de Pernambuco: 2000-2017”. In: ARAÚJO, T. B; ARAÚJO, T. P. (Orgs). **Socioeconomia Pernambucana: Mudanças e Desafios**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Coordenação de Geografia**. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JATOBÁ, J.; ARAÚJO, J. B. Dinamismo, crise e transformações no mercado

de trabalho. In: ARAÚJO, T. B; ARAÚJO, T. P. (Org). **Socioeconomia Pernambucana: Mudanças e Desafios**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2018.

LIMA, L. D.; PAIVA, T. F. P. “Características territoriais”. In: BEZERRA, F. J. A.; BERNARDO, T. R. R.; XIMENES, L. J. F. *et al.* (orgs.). **Perfil Socioeconômico de Pernambuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015, p. 11-21.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Boletim do Emprego** – Pernambuco e Região Metropolitana do Recife. Ano 1 - Nº 1 – Janeiro/2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/471395/731419/Boletim+do+Emprego+n%C2%BA+1/6b888127-6844-4775-99df-edb46aa84ae3>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLIVEIRA, F. L. P. de. Frações de Capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 4, pp. 713-734, out./dez. 2011.

OLIVEIRA, F. L. P. **Desenvolvimento capitalista e trajetórias empresariais em Pernambuco**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

OLIVEIRA, W. F. **Fatores de Integração de Vitória de Santo Antão-PE à Aglomeração Metropolitana de Recife**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PORTO DIGITAL. **O que é o Porto Digital**. 2020. Disponível em: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão interna – INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.

ROSA, J. R. A. M.; OLIVEIRA, F. L. P. “Tendências de reestruturação territorial na Região Metropolitana do Recife: Economia e mercado de trabalho”. In: SOUZA, M. A. A.; BITON, J. (orgs.). **Recife: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SIDRIM, R. M. S; FUSCO, W. Mobilidade Pendular e inserção Ocupacional na Região Metropolitana do Recife. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador (BA), Ano XXI, v. 1, n. 42, pp. 239-265, abril de 2019.

SILVA, F. J. F. Evolução do Mercado de Trabalho no Recife no período de 2003 a 2011. **ABET**, v. XI, n. 2, jul./dez. de 2012.

VIDAL, M. F. “Agricultura”. In: BEZERRA, F. J. A.; BERNARDO, T. R. R.; XIMENES, L. J. F. *et al.* (orgs.). **Perfil Socioeconômico de Pernambuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015, p. 39-46.

Economia e mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte e sua inserção em Minas Gerais no período 2006 a 2016

André Mourthé de Oliveira
Cláudia Júlia Guimarães Horta

Introdução

O espaço metropolitano é um local privilegiado que reflete as múltiplas articulações das políticas socioeconômicas que se desenrolam nos âmbitos nacional, regional e local. Desde os anos 1990, com as políticas neoliberais, o país abdicou ou realizou poucos esforços no âmbito federal para promover políticas setoriais e regionais de desenvolvimento. Isso acabou fortalecendo os poderes regionais e locais para que assumissem parte dessa tarefa, resultando em algo pouco promissor em termos de uma dinâmica de crescimento transformadora das condições estruturais da economia e da sociedade. A estratégia regional mais reconhecida nesse período foi a “guerra fiscal” para atração de investimentos, sendo que ela favoreceu proporcionalmente mais as empresas. O Estado de Minas Gerais não se desfez totalmente dos órgãos e instituições que foram importantes para acelerar a industrialização a partir dos anos 1950, tendo realizado algumas políticas mais recentes para promoção do desenvolvimento de setores específicos que foram além da “guerra fiscal”.

A heterogeneidade regional do desenvolvimento é uma característica do processo brasileiro e, após a crise de 2015, a situação regional e nacional se deteriorou em função, agora, da ausência dos fatores que na década anterior (e parte da década atual) foram parcialmente relevantes ao crescimento, a saber: a demanda internacional por *commodities* e as políticas governamentais de transferência de renda e crédito. O que se viu a partir de 2016 foi o retorno da pauta liberal de modo ainda mais radical, e não a centralidade sobre os problemas da dinâmica produtiva nacional.

Desse modo, o presente estudo propõe discutir a dinâmica de crescimento econômico do mercado de trabalho e da relação entre os espaços metropolitano de Belo Horizonte (RMBH), o geográfico intermediário metropolitano (RGIntBH) e o Estado de Minas Gerais (MG) no período de 2006 a 2016. Ou seja, o objetivo é refletir sobre o modo como a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se insere na economia do Estado de Minas Gerais (e, também, no seu entorno próximo) num contexto de profundas mudanças que ocorreram no âmbito da sociedade brasileira. O intuito é compreender como a metrópole respondeu a tais mudanças e verificar se o entorno influenciou (e/ou se por ela foi influenciada) e identificar as atividades mais dinâmicas do ponto de vista da estrutura econômica e do mercado de trabalho da RMBH.

Para viabilizar a análise, foram utilizadas informações do Produto Interno Bruto (PIB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do mercado de trabalho formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) organizadas segundo os recortes analíticos. Os indicadores selecionados foram o Produto Interno Bruto (PIB), Valor Agregado Bruto (VAB), Vínculos empregatícios e Massa Salarial por setores e ramos de atividade e, por fim, as exportações. O recorte histórico de 2006 a 2016 considerou dois períodos com objetivo de refletir sobre dois momentos distintos, 2006-2014 e 2014-2016. O primeiro, caracterizado pelo denominado experimento desenvolvimentista; e o segundo, retratando o contexto da forte crise econômica e política que favoreceu a implantação de uma estratégia liberal mais radical pelo governo.

O estudo contém, além desta Introdução, quatro seções e as Considerações Finais. A primeira seção apresenta um breve histórico da RMBH e do Estado de Minas Gerais, realçando as estratégias de desenvolvimento desde os anos de 1950. Em seguida, na seção 2, é apresentada a caracterização e evolução do PIB e do VAB, segundo grandes setores de atividade econômica na RMBH, na RGIntBH e no Estado de Minas Gerais, além da participação da RMBH na economia mineira. A seção 4 traz a caracterização interna do mercado de trabalho formal e da estrutura econômica da RMBH. Na seção 5, tem-se a evolução da estrutura econômica e do mercado de trabalho formal (considerando o Estado de Minas Gerais) e um detalhamento sobre a inserção da RMBH nessa estrutura e mercado.

1. Breve histórico da economia do estado de Minas Gerais e da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Concebida para concentrar as atividades político-administrativas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte tornou-se um importante espaço da expansão da indústria, sendo que o padrão de dinamismo seguiu o capitalismo associado e periférico brasileiro do século XX (RIBEIRO, 2013). O crescimento industrial se acelerou nos anos 1950 a partir da expansão das atividades extrativas-minerais, minerais não metálicos e metalurgia. Nesse momento, a economia mineira se especializou e tornou-se importante ofertante de bens intermediários à industrialização nacional, com significativa concentração desses na RMBH e no seu entorno. Nos anos 1970, apoiado por políticas de incentivo federal e estadual, o Estado de Minas Gerais recebeu grande aporte de novos empreendimentos industriais e viabilizou o que Diniz (1981) denominou de “nova industrialização mineira”. À época, é importante destacar que a economia soube tirar proveito do início da desconcentração industrial paulista, momento ao qual Cano (2008) referiu como desconcentração virtuosa, para tornar-se uma metrópole regional numa segunda escala em relação à metrópole nacional, São Paulo.

A nova industrialização manteve a concentração dos investimentos na RMBH, alargou e diversificou a produção de bens intermediários, duráveis e de capital. Associadas à indústria, ocorreram a diversificação e a dinamização da prestação de serviços especializados, sendo estes bastante concentrados no município de Belo Horizonte. Nos anos 1970, a RMBH conseguiu ser mais significativamente inserida no processo de internacionalização da produção brasileira, principalmente quando da instalação da Fiat Automóveis, em Betim. Como afirmam Tonucci Filho, Magalhães, Oliveira et al. (2015), em 1975, como referência, o pessoal ocupado na indústria da RMBH se distribuía em 20,7% na indústria de bens de consumo não duráveis, em 55,8% na de bens intermediários e 23,5% na de bens duráveis e de capital. A entrada da FIAT consolidou a produção de bens de consumo duráveis e articulou ampla rede de fornecedores, serviços e de comercialização, promovendo ampla reestruturação econômica da

RMBH e adensando o complexo mineiro-metal-mecânico¹, principal motor do processo de industrialização estadual e metropolitana (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA et al., 2015). Não obstante o rápido crescimento e maior polarização da RMBH em relação à grande parte do Estado de Minas Gerais, a metropolização de Belo Horizonte também apresentou processos perversos, tais como fragmentação socioespacial, periferização em amplos espaços, forte exclusão social, ausência de políticas públicas para a população mais vulnerável, dentre outros (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA et al., 2015).

A crise econômica dos anos 1980-90, associada ao desmonte do modelo de industrialização substitutiva de importações, e a ascensão de políticas econômicas e sociais de cunho neoliberal significaram forte retração da atividade e desemprego crônico, reorganizando os parques industriais a partir de maior emprego de tecnologia e uma progressiva inserção nos mercados globais (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA et al., 2015). Socialmente, a RMBH presenciou elevação do desemprego e do subemprego/informalidade, levando à proletarização das classes médias e à crescente pauperização das classes mais populares. Agravaram-se as condições de vida urbana, com crescente periferização. Essa crise veio acompanhada da expansão da mineração no Quadrilátero Ferrífero e do setor terciário, favorecendo, respectivamente, os vetores sul e polo da RMBH (OLIVEIRA; HORTA, 2019).

A retirada do Estado no tocante às políticas de desenvolvimento setoriais (indústria e agricultura, principalmente) e regionais trouxeram impactos significativos, reduzindo o crescimento econômico e a produtividade, desindustrializando e empobrecendo a pauta de exportação, dentre outros fatores. A abertura comercial e financeira acelerou as estratégias defensivas por parte das empresas, significando investimentos pontuais em novos equipamentos, reorganização produtiva a partir de novas técnicas de gestão da produção e do trabalho com o intuito de racionalizar custos (terceirização, *outsourcing*, especialização de linhas de produto, dentre

¹ Segundo definição de Simões (2003), o complexo mineiro-metal-mecânico engloba predominantemente os seguintes setores econômicos: extração de minerais; siderurgia; fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; metalurgia de não ferrosos; e outros produtos metalúrgicos.

outros). O resultado dessa estratégia foi a especialização regressiva da indústria e a redução relativa (e, em alguns momentos, absoluta) do emprego industrial (NEVES Jr.; PAIVA, 2007; NEGREIROS; MONTEIRO NETO, 2019).

Após uma vigorosa expansão industrial articuladora do território nacional, a atual inserção externa do país esteve fortemente baseada em recursos naturais, colocando condicionantes de ordem interna e externa à economia brasileira. Externamente, a elevação da demanda por *commodities* minerais e agrícolas, principalmente pela China, alterou a posição do Brasil no mercado internacional. Em contrapartida, a maior abertura comercial associada à valorização cambial ampliou a perda de competitividade da indústria brasileira, evidenciada pela desindustrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Esses fatores levaram a uma tendência de reprimarização da estrutura produtiva e da inserção externa do país (SAMPAIO; MACEDO, 2014, p. 54), tornando, assim, a estrutura produtiva, notadamente a industrial, empobrecida ou com reduzida complexidade (GALA, 2017).

As economias brasileira e mineira reorientaram suas estruturas produtivas, agora voltadas mais para as exportações, sendo a mineira com nível de abertura (exportações como percentual do PIB) superior à brasileira (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010). No contexto da economia mineira, a atividade extrativa mineral voltou a ter grande impulso, principalmente depois do ano 2000, com o crescimento da China. Destaca-se que esse setor de atividade se encontra localizado no entorno da RMBH.

Em contraposição à tendência de redução dos investimentos públicos e privados que havia prevalecido em 1980-90, nos anos 2000, houve a retomada de uma série de intervenções com impacto significativo sobre a estruturação do espaço da RMBH e decorrente do crescimento e de maior capacidade de investimento das esferas estatais, ressaltando que a produção permaneceu concentrada nos setores acoplados ao ciclo anterior (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

O expediente das compras públicas como forma de indução de determinados setores produtivos, o uso das estatais para revitalização de setores como metalurgia, naval, plataformas e petroquímica, o maior investimento público em infraestrutura e inovação e políticas públicas de acesso à renda, capacitação

e crédito, dentre outras razões, produziram forte geração de empregos, crescimento dos rendimentos reais médios e um melhor perfil distributivo (BARBOSA, 2013). Elevaram-se os investimentos associados à base de recursos naturais na RMBH e no seu entorno, destacando algumas atividades de maior conteúdo tecnológico (como aparelhos e equipamentos médicos, material eletroeletrônico, produtos farmacêuticos e biotecnológicos, e bens das tecnologias da informação e comunicação), entretanto, ainda sem capacidade de “rivalizar” na pauta produtiva com os de menor valor agregado e com o complexo da indústria automotiva (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Também nos anos 2000, o governo do Estado de Minas Gerais viabilizou uma política para o desenvolvimento econômico do vetor norte da RMBH (Aeroporto Internacional Tancredo Neves e entorno do futuro Anel Viário de Contorno Norte), com atração de investimentos e criação de polos de alta tecnologia em aeronáutica, microeletrônica, semicondutores e saúde, ressaltando que grande parte das ações planejadas acabou por não se viabilizar. Outra importante política foi o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec), cujo objetivo é impulsionar o crescimento dos setores dinâmicos, articulando pontes entre pesquisa (universidade) e desenvolvimento (empresas). Assim como no BH-Tec, os projetos de alta tecnologia planejados para o vetor norte são, ainda, uma aposta incerta (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Outros fatores que impulsionaram economicamente a RMBH foram as obras de infraestrutura, principalmente viária, para a realização da Copa do Mundo de 2014 e a reestruturação e expansão da FIAT. Por fim, o papel dos programas governamentais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), os de acesso à moradia, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e de acesso ao crédito, dentre outros, fortaleceram um novo perfil de distribuição de rendimentos que desempenhou papel importante na dinâmica econômica da RMBH. O acesso e a ampliação do consumo por parte de segmentos mais amplos da população impulsionaram particularmente o crescimento do setor terciário voltado aos setores populares (OLIVEIRA; HORTA, 2019)

Entretanto, a crise econômica recente reverteu as perspectivas positivas e produziu forte redução do emprego formal, principalmente

nos anos de 2015 e 2016 (IBGE, 2018). Além dessa queda, houve uma clara mudança das políticas sociais, reduzindo o universo dos atendidos pelo PBF, cortando gastos em serviços sociais (educação, saúde e assistência social), alterando a política de elevação real do salário-mínimo, cortando os recursos públicos para investimentos em infraestrutura, cortando e reduzindo o alcance social do PMCMV, dentre outros fatores. A situação regional (e nacional) se deteriorou em função, agora, da ausência dos fatores que, na década passada (e nesta), foram parcialmente relevantes enquanto indutores do crescimento, a saber: a demanda internacional por *commodities* e as políticas governamentais de transferência de renda a famílias pobres e de crédito público (NEGREIROS; MONTEIRO NETO, 2019).

Além desse contexto, o Estado de Minas Gerais sentiu o efeito da reversão mais forte da alta do preço do minério de ferro a partir de 2014 e da interrupção da produção de algumas minas de minério de ferro em Mariana decorrente do crime da Samarco² em final de 2015, com impactos negativos sobre a produção extrativa mineral e as reduções na geração de trabalho e de arrecadação tributária, como estimaram Castro e Almeida (2019). Mais recentemente, o crime da companhia Vale³, em Brumadinho, no eixo sul da RMBH, também trouxe (e trará) impactos socioeconômicos significativos não apenas ao município, mas também ao Estado de Minas Gerais, conforme recente estudo de Domingues, Magalhães, Cardoso et al. (2019).

Hoje, a RMBH é a terceira mais populosa região metropolitana do Brasil e representa o centro político, econômico, cultural e demográfico do Estado de Minas Gerais. Ela congrega 34 municípios com perfis diferenciados e um quadro socioeconômico e territorial extremamente desigual. Segundo a publicação “Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2016”, da Fundação João Pinheiro (2018), o PIB da RMBH representava 38,6% do PIB de

² Samarco é uma empresa de mineração que atua no município de Mariana. Em novembro de 2015, a barragem de contenção de rejeitos denominada Fundão rompeu e, além de matar 19 pessoas, produziu o maior desastre ambiental brasileiro. Os rejeitos atingiram o Rio Doce, um dos mais importantes de Minas Gerais e que também atravessa o Estado do Espírito Santo.

³ Em janeiro de 2019, a barragem de rejeitos da companhia Vale, no município de Brumadinho, se rompeu e causou outro gigantesco desastre ambiental com número de mortos (259) muito superior ao da Samarco, chegando a 11 pessoas desaparecidas.

todo o Estado, enquanto somente o PIB do município de Belo Horizonte correspondia a 42% do PIB de toda a RMBH. Somadas as participações de Betim e Contagem, percebe-se a excessiva concentração das atividades econômicas nesses três mais populosos municípios da RMBH (FJP, 2018).

Em 2017, a população da RMBH era de 5,3 milhões e representava, aproximadamente, 25% da população do Estado de Minas Gerais. Em alguns períodos da década anterior e atual, a economia dessa região cresceu acima da do Estado de Minas Gerais e concentra uma parcela expressiva da indústria moderna do Estado. Por fim, cabe ressaltar que vários municípios da região continuaram excluídos das oportunidades e dos investimentos públicos e privados realizados, reforçando as desigualdades dentro dela, pois uma parte expressiva dos investimentos foi orientada pela disponibilidade de serviços complexos e de infraestrutura, além da base de recursos naturais (ANJOS, 2016). Nesse contexto, analisar os impactos da crise econômica na RMBH e em Minas Gerais; caracterizar internamente, nos anos mais recentes, a economia metropolitana; identificar se a metrópole comanda o desenvolvimento econômico regional/estadual ou se é comandada por outras articulações escalares; e, se a inserção contribui para a integração ou para a fragmentação econômico-territorial de Minas Gerais, são as indagações deste estudo.

De forma a responder tais questionamentos, a próxima seção apresenta a análise da estrutura econômica da RMBH e da RGIntBH no Estado de Minas Gerais a partir dos indicadores anteriormente elencados, com o objetivo de discutir a articulação desses espaços e estabelecer algumas características e tendências no período recente. A análise inicial realizada nos três recortes espaciais permitiu avaliar a articulação e integração da RMBH ao mercado estadual, se ocorre maior ou menor heterogeneidade intraestadual, além da capacidade dessa região em polarizar o desenvolvimento econômico estadual. Posteriormente, analisou-se a caracterização da economia metropolitana, realçando os setores dinâmicos e o peso dos setores industrial e de serviços, mais especificamente. A análise foi relevante para comparar com as demais escalas territoriais aqui utilizadas e avaliando as mudanças intersetoriais, tendo como objetivo principal perceber as principais consequências e características do processo de mudança recente em termos estadual e regional.

2. Caracterização e evolução do PIB e do VAB, segundo grandes setores de atividade econômica na RMBH, na RGIntBH e no estado de Minas Gerais e participação da RMBH na economia mineira

Como pano de fundo das análises, cabe ressaltar que a economia no Estado de Minas Gerais cresceu ligeiramente acima da média brasileira entre 2006 e 2013. Entre 2014 e 2016, por sua vez, apresentou desempenho inferior, sendo que em todo o período o crescimento médio de Minas foi ligeiramente inferior ao da média do Brasil (FJP, 2018; IBGE, 2018), embora esse desempenho possa ser parcialmente explicado pela queda do preço do minério de ferro a partir de 2012 e pelo crime da Samarco, em 2015 (CASTRO; ALMEIDA, 2019; DOMINGUES; MAGALHÃES; CARDOSO *et al.*, 2019). O fim do *boom* das *commodities* do período significou uma forte retração do valor das exportações de Minas Gerais, como se verá adiante (DATAVIVA, 2020).

No tocante à evolução da economia das escalas territoriais em análise, considerando o período de 2006 a 2014, tem-se que as variações percentuais do PIB foram, em ordem decrescente, de 24,3%, 22,3% e 19,8%, respectivamente, para a RGIntBH, Estado de Minas Gerais e RMBH. Por outro lado, no período entre 2014 e 2016 (isto é, os anos de crise), as variações foram negativas, sendo maiores para a RGIntBH (-14,5%) e para a RMBH (-10,6%). Para o Estado, a variação também foi negativa, mas bem menor (-6,2%).

No tocante à participação do VAB no PIB, percebe-se que, para todas as escalas, houve aumento desta entre 2006 e 2014, e relativa estabilidade quando comparadas entre 2014 e 2016. A análise da participação relativa do PIB da RMBH no total do PIB de Minas Gerais aponta queda nos anos considerados, sendo que, nesse período, a economia da RMBH respondia por cerca de um terço do total do Estado. Relativamente à RGIntBH, a participação registrou pequena redução entre 2006 e 2014 e aumento em 2016, em patamar muito próximo daquele observado em 2006. Chama a atenção o peso da economia metropolitana na RGIntBH. Em 2016, representou 86,7% (Tabela 1). É importante

ressaltar que o minério de ferro representa parcela expressiva das exportações da RMBH e RGIntBH e que a redução do preço deste mineral (assim como a paralisação do complexo minerário da Samarco, em Mariana) influenciou negativamente a economia dessas regiões.

TABELA 1: PRODUTO INTERNO PRODUTO E PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) PARA RMBH, MINAS GERAIS E RGINTBH – 2006, 2014 E 2016 (EM R\$ DE 2016)

| ANO | RMBH | | ESTADO DE MINAS GERAIS | | | RGIntBH | | |
|---------------|-------------|---------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|-------------|------------------------|----------------------------------|
| | PIB | VAB / Total PIB (%) | PIB | VAB / Total PIB (%) | PIB da RMBH / PIB de MG (%) | PIB | VAB / Total do PIB (%) | PIB da RMBH / PIB da RGINTBH (%) |
| 2006 | 164.169.448 | 82,1 | 474.781.478 | 86,5 | 34,6 | 190.753.258 | 83,1 | 86,1 |
| 2014 | 196.749.532 | 85,2 | 580.642.986 | 87,9 | 33,9 | 237.173.834 | 86,4 | 83,0 |
| 2016 | 175.809.765 | 85,9 | 544.633.968 | 87,8 | 32,3 | 202.694.600 | 86,6 | 86,7 |
| Variação (%) | | | | | | | | |
| 2006/ 2014 | 19,8 | | 22,3 | | | 24,3 | | |
| 2014/ 2016 | -10,6 | | -6,2 | | | -14,5 | | |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios.

Inicialmente, cabe ressaltar que o VAB da RMBH perdeu participação relativa da Indústria e ampliou a do setor de Serviços mais significativamente no período da forte recessão dos anos 2015 e 2016, que coincide com o início da virada ultraliberal mencionada na seção anterior. Relativamente ao total de Minas Gerais, os principais setores econômicos da RMBH eram os Serviços e a Indústria, ambos respondendo, separadamente, por cerca de um terço ou mais do VAB do Estado. No período analisado, o primeiro perdeu participação, passando de 39,7% em 2006 para 36,7% em 2016, diferentemente da Indústria, que permaneceu estável em torno dos 33%. Esse mesmo comportamento foi observado para a Administração Pública. Nos três anos, pouco mais de um quarto do VAB do Estado de Minas Gerais era devido aquele registrado na RMBH (Tabela 2).

O significativo peso da economia da RMBH na RGIntBH fica também evidenciado quando relativizados os valores do VAB segundo setores de atividade, principalmente para Serviços, que, em 2016, respondia por 90,1% do total. Também importante é o peso da Administração Pública, respondendo por aproximadamente 84%, sendo esse valor constante no período. Na sequência, a Indústria, que, em 2016, contabilizava participação de 80,9% na RMBH. A exceção dá-se na Agropecuária, com preponderância da RGIntBH. Interessante destacar que, entre 2006 e 2014, houve certa desconcentração de todos os setores de atividade, com exceção da Administração Pública; no período seguinte, houve inversão deste comportamento. Agropecuária e Serviços retornaram, em 2016, a patamares similares àqueles registrados em 2006, enquanto na Indústria a participação da RMBH ficou ainda mais consolidada.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VAB TOTAL DA RMBH E PARTICIPAÇÃO RELATIVA SOBRE O ESTADO DE MINAS GERAIS E RGINTBH - 2006, 2014 E 2016

| ESPECIFICAÇÃO | SETORES | 2006 | 2014 | 2016 |
|--|---|------|------|------|
| Participação dos setores do VAB na RMBH | Agropecuária | 0,3 | 0,3 | 0,3 |
| | Indústria | 29,9 | 29,3 | 26,4 |
| | Serviços (exceto administração Pública) | 57,2 | 57,7 | 58,9 |
| | Administração pública | 12,6 | 12,8 | 14,4 |
| Participação relativa do VAB da RMBH em Minas Gerais | Agropecuária | 1,5 | 1,5 | 1,5 |
| | Indústria | 32,2 | 33,4 | 33,6 |
| | Serviços (exceto administração Pública) | 39,7 | 38,1 | 36,7 |
| | Administração pública | 26,3 | 26,5 | 25,8 |
| Participação relativa do VAB da RMBH na RGIntBH | Agropecuária | 33,4 | 31,6 | 33,7 |
| | Indústria | 77,5 | 71,4 | 80,9 |
| | Serviços (exceto administração Pública) | 90,5 | 88,5 | 90,1 |
| | Administração pública | 84,5 | 84,3 | 83,7 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios.

Os dados demonstram uma pequena redução da participação do setor de Serviços e um ligeiro crescimento da Indústria da RMBH em relação aos do Estado no período de 2006 a 2014. A expansão da Indústria da RMBH também foi relatada pela discussão feita por Anjos (2016), mas em período um pouco diferente, uma vez que a análise do autor apresenta informações correspondentes

até 2013. O autor relata que a RMBH expandiu mais a Indústria de duráveis e de bens de capital comparativamente ao Estado de Minas Gerais. São indústrias que demandam infraestrutura e qualificação da força de trabalho e, por isso, são/estão mais concentradas nos espaços que apresentam esses fatores. Esses dados são corroborados por Mendes, Hermeto e Britto (2019), que discutem a modificação do espaço econômico brasileiro a partir da distribuição do emprego industrial entre 2008 e 2014 e analisam como as forças aglomerativas e desaglomerativas agiram no país no pós-crise, concluindo que a indústria de maior intensidade tecnológica e o emprego de mestres e doutores se concentram nos espaços onde prevalecem a “localização privilegiada”, as externalidades e transbordamentos da urbanização e produção do conhecimento (MENDES; HERMETO; BRITTO, 2019).

Cabe ressaltar que a crise impactou muito fortemente o setor industrial, principalmente o de bens duráveis e bens de capital e, nesse sentido, atingiu proporcionalmente mais a RMBH. Por fim, destaca-se o forte crescimento das exportações de *commodities* minerais e agrícolas no Estado de Minas Gerais e na RMBH entre os anos de 2006 a 2012 e a posterior redução, sendo este um fator de desaceleração econômica de ambos (DATAVIVA, 2020). Essa última observação coloca um problema para as economias estadual e metropolitana, pois se o desempenho econômico depender mais das exportações de *commodities*, pode-se afirmar que o crescimento será pouco articulador/agregador do espaço regional, reforçando a tese de Pacheco (1996) sobre a fragmentação do espaço econômico regional e brasileiro.

3. Caracterização interna do mercado de trabalho formal e da estrutura econômica da RMBH

Para a análise da estrutura econômica da RMBH, foram utilizadas as informações referentes aos Vínculos empregatícios do mercado formal, a Massa Salarial e as Exportações, segundo os setores da classificação de Atividades Econômicas adotado por Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018). Deve-se ressaltar que, nesta seção, não será analisado o setor da Agricultura devido ao reduzido

percentual de emprego formal desse setor. Por outro lado, tal critério não desconsidera o setor da Agricultura como relevante à economia metropolitana, notadamente pela capacidade e potencial de geração de emprego e renda para significativas parcelas da população.

O mercado de trabalho na RMBH apresentou desempenho positivo entre os anos de 2006 e 2012, com elevação do número de Vínculos, que passou de cerca de 1,5 milhão para 2,0 milhões, concentrando aproximadamente 41% do total de Vínculos do Estado de Minas Gerais. A partir de 2013, esse montante registrou queda contínua, alcançando, em 2016, pouco mais de 1,7 milhão, patamar próximo daquele registrado em 2008. Entre 2006 e 2014, a taxa de crescimento média anual foi de 3,5%. A queda registrada entre 2014 e 2016 foi de -6,5% ao ano. Tal fato determinou quedas sucessivas da participação da RMBH no total do Estado, passando para 37,1% em 2016. A economia da RMBH acompanhou o desempenho da economia mineira, pois esta desacelerou mais rapidamente desde 2012 comparativamente à economia brasileira, e refletiu sobre o nível de emprego. Essa desaceleração decorreu parcialmente da queda de preços de algumas importantes *commodities* exportadas por Minas Gerais, sendo a principal o minério de ferro (OLIVEIRA; HORTA, 2019; FJP, 2018). No tocante especificamente à RMBH, a Construção Civil também desacelerou a partir de 2013 como reflexo parcial da conclusão de importantes obras públicas que, em parte, se vincularam à Copa do Mundo de 2014 (OLIVEIRA; HORTA, 2019).

A distribuição relativa dos Vínculos empregatícios segundo setores e ramos de atividade caracterizava a RMBH, no ano de 2006, pela elevada participação dos Serviços, principalmente os Sociais – Administração Pública (23,2%), os Distributivos (21,3%) e os Produtivos (13,3%); mas também os Sociais – Educação, Saúde, Assistência Social, Associativismo e Organizações (9,7%) e os Pessoais (8,7%). Na sequência, vem o setor da Construção Civil, respondendo por 8,3% dos Vínculos. No período em análise, os dois principais ramos inverteram sua posição relativa, passando a responder os Serviços Distributivos e os Sociais – Administração Pública, respectivamente, por 24,2% e 20,2% no ano de 2016. Na sequência, permaneceram os Serviços Produtivos (14,5%) e Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações com 11,6%. Se, em 2006, esses quatro ramos

representavam 67,5% do total dos Vínculos na RMBH, em 2016, esse valor subiu para 70,6% (Tabela 3).

A composição dos Vínculos na RMBH é resultado do desempenho de cada um dos setores e ramos de atividade no comportamento/mudanças econômicas do período. Entre 2006 e 2014, registrou-se crescimento médio anual dos Vínculos em todos os setores e ramos, mas com melhor desempenho para Construção Civil (5,1%), Indústria de Média-alta e Alta tecnologia (4,8%), Serviços Distributivos (4,5%), Serviços Produtivos (4,3%) e Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações (4,3%). O crescimento foi menos intenso nos ramos com baixa representatividade. Por outro lado, durante o período caracterizado pela crise e inflexão ultraliberal, o desempenho foi negativo para todos os ramos, sendo significativamente elevado na Construção Civil (-18,4%), seguido pela Indústria de Média-alta e Alta tecnologia (-15,4%) – ambos tiveram destaque no crescimento registrado no período de 2006 a 2014, mas tinham menor representatividade no mercado de trabalho. A Construção Civil respondia por pouco mais de 9% em 2014, reduzindo para 7,1% em 2016. Na sequência, tem-se a Indústria Baixa e Média-baixa, com queda de -12,1%, e o setor Agropecuária e Extrativa, com queda de -10,2% – esse último, como já apontado anteriormente, com baixíssima representatividade.

Quanto à distribuição da Massa Salarial da RMBH, tem-se que as maiores participações foram observadas nos ramos vinculados aos Serviços: Sociais – Administração Pública; Distributivos; Produtivos; Sociais de Educação e Saúde; e Pessoais, nessa ordem. Na sequência, aparece a Construção Civil com participações maiores do que os ramos da Indústria. Nesse último setor, tem-se, pela ordem, a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia e Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas. Quando comparadas as participações na Massa Salarial com as participações dos Vínculos, tem-se que a primeira é maior, e mais importante, para os ramos de Serviços Sociais – Administração Pública e para os Serviços Industriais de Utilidade Pública. Ou seja, nestes, os rendimentos médios recebidos são maiores comparativamente aos demais ramos. Nesse grupo, encontram-se, também, o setor de Agropecuária e Extrativa e os

ramos Indústria de Média-alta e Alta tecnologia, entretanto, com rendimentos médios inferiores. Por outro lado, o inverso fica evidenciado para o setor da Construção Civil, para os Serviços Distributivos e pelos Serviços Pessoais.

Percebe-se que os setores que melhor remuneraram apresentam baixa participação relativa no total de Vínculos e com reflexos sobre a Massa Salarial, com exceção da Administração Pública. No contexto da crise, a maior estabilidade salarial e de vínculo do setor público influencia na maior participação da Massa Salarial, como se pode perceber no ano de 2016 e, também, que a crise impacta a remuneração média da maior parcela do segmento privado, reduzindo-o. Em síntese, a Administração Pública acaba favorecendo uma política anticíclica, atenuando parcialmente a crise.

No que se refere às exportações, verifica-se alterações importantes no período. No ano de 2006, o setor de Agropecuária e Extrativa (37,3%) e os ramos da Indústria de Média-alta e Alta tecnologia (33,5%) eram os mais representativos no valor exportado, seguidos pela Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia e Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas. Tanto em 2014 quanto em 2016, a Agropecuária e Extrativa assumiu participação ainda mais expressiva, com destaque para o ano de 2014, quando foi responsável por pouco mais da metade das exportações da RMBH.

A Indústria de Média-alta e Alta tecnologia perdeu participação relativa em 2014, mas retomou a posição em 2016. Num processo contínuo, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia veio perdendo espaço no período, e, por outro lado, as Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas tiveram sua participação aumentada. É importante destacar que a Extrativa Mineral responde pela maior parcela do setor “Atividades Agropecuárias e Extrativas” e os dois mais importantes produtos são o minério de ferro e o ouro. Outra questão relevante se refere à redução do valor exportado a partir do ano de 2011. Como a análise aqui se reporta à distribuição percentual entre os setores, cabe frisar que ocorreu importante redução do valor em dólares das exportações da RMBH entre os anos de 2012 e 2016, sendo os produtos minerais e alguns agrícolas os maiores responsáveis por essa redução (DATAVIVA, 2019).

TABELA 3: ESTRUTURA ECONÔMICA SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE NA RMBH – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES DE ATIVIDADE | VÍNCULOS | | | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|---|--------------|--------------|--------------|----------------|-------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | PERCENTUAL | | | TAXA DE CRESC. | | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | | | | | | |
| Agropecuária e extrativa | 1,7 | 1,4 | 1,2 | 0,9 | -10,2 | 1,6 | 2,1 | 2,0 | 37,7 | 54,0 | 42,4 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 2,5 | 2,4 | 2,6 | 3,0 | -2,0 | 2,3 | 2,1 | 2,3 | 8,9 | 13,8 | 17,6 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 5,8 | 4,7 | 4,2 | 0,8 | -12,1 | 5,5 | 4,6 | 3,9 | 19,9 | 10,3 | 6,0 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 3,9 | 4,3 | 3,5 | 4,8 | -15,4 | 5,0 | 5,1 | 4,5 | 33,5 | 21,9 | 34,0 |
| Construção civil | 8,3 | 9,4 | 7,1 | 5,1 | -18,4 | 5,4 | 6,9 | 4,9 | - | - | - |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,8 | 1,4 | 1,4 | 0,2 | -4,8 | 4,0 | 2,3 | 2,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 21,3 | 23,0 | 24,2 | 4,5 | -4,0 | 13,3 | 14,6 | 14,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 13,3 | 14,1 | 14,5 | 4,3 | -5,2 | 11,7 | 13,1 | 13,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 9,7 | 10,3 | 11,6 | 4,3 | -1,0 | 9,5 | 10,2 | 11,0 | - | - | - |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 23,2 | 20,4 | 20,2 | 1,8 | -6,9 | 38,0 | 34,8 | 36,4 | - | - | - |
| Serviços Pessoais | 8,7 | 8,7 | 9,3 | 3,5 | -3,2 | 3,9 | 4,1 | 4,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,5 | -6,5 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS); MDIC – Comex Stat.

Com o objetivo de analisar a economia metropolitana de forma mais abrangente, com respeito à distribuição dos empregos e das remunerações atribuídas, passa-se a partir deste ponto a analisar mais detalhadamente os grandes setores, Indústria, Construção e Serviços, segundo seus respectivos Ramos de Atividade Econômica, com base nos Vínculos empregatícios e na Massa Salarial.

A Tabela 4 apresenta o detalhamento do setor da Indústria, onde se pode verificar que as atividades que mais empregavam eram as Indústrias de Média-alta e Média-baixa intensidade tecnológica, responsáveis por mais da metade dos Vínculos em 2006. Na sequência, com patamares inferiores, têm-se a Indústria de Baixa intensidade tecnológica, as Indústrias ligadas à Agropecuária e aquelas ligadas à Indústria Extrativa. No período entre 2014 e 2016, todos os ramos de atividades tiveram redução no número de

Vínculos, com exceção apenas das indústrias ligadas à Agropecuária, que resultou no aumento da sua participação relativa, passando a ser o terceiro ramo de atividade mais importante na RMBH em 2016. As atividades que mais perderam em número de Vínculos empregatícios foram exatamente aquelas com maior participação relativa. A Indústria de Média-alta intensidade tecnológica passa de 75,8 mil Vínculos, em 2014, para 52,8 mil, em 2016, ao passo que a Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica passou de 60,1 mil para 46,2 mil.

Também em relação à Massa Salarial, destacam-se as Indústrias de Média-alta e Média-baixa intensidade tecnológica pela elevada participação no total da Indústria da RMBH, sendo que a Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica registrou queda importante entre 2006 e 2014. Por outro lado, nesse período, chama a atenção o aumento da participação da Indústria Extrativa Mineral, que passou de 7% para 12,1%, apesar de apresentar menor participação nos Vínculos. Na sequência das participações no total da Massa Salarial, vêm as indústrias ligadas à Extrativa e à Indústria de Baixa intensidade tecnológica.

Com relação às diferenças entre as participações dos Vínculos e da Massa Salarial, o ramo de atividade da Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, Carvão e outros Combustíveis foi aquele que apresentou a maior Massa Salarial em comparação aos Vínculos, apontando que essas atividades apresentam as mais altas remunerações médias, embora representem o menor volume de Vínculos na RMBH. A Indústria Extrativa Mineral também registrou maior participação da Massa Salarial comparativamente aos Vínculos, pois se trata de setor bastante automatizado e que emprega proporcionalmente mais profissionais de ensino técnico e superior em relação a uma parcela expressiva das demais indústrias (OLIVEIRA; HORTA, 2019; NAHAS, 2014).

No outro extremo, nos ramos de atividades das indústrias ligadas à Agropecuária e à Indústria de Baixa intensidade tecnológica, foram registradas as menores participações da Massa Salarial em comparação aos Vínculos. O crescimento dos Vínculos do conjunto da indústria não acompanhou o crescimento do conjunto dos setores de atividade. A Indústria de Média-alta intensidade tecnológica, entre 2006 e 2014, apresentou bom desempenho e, com a crise, esse

setor praticamente retornou ao patamar de 2006. Outras questões relevantes se reportam à discussão sobre desindustrialização e, nesta, ao mais elevado coeficiente de penetração de importações em parcela expressiva dos ramos industriais, mas principalmente nos de Média-alta e Alta tecnologia (SAMPAIO; MACEDO, 2014; PEREIRA; CARIO, 2018).

Por fim, cabe destacar que, no Estado de Minas Gerais e na RMBH, as indústrias de alta intensidade tecnológica se vinculam aos ramos ligados à construção, montagem e reparação de aeronaves, à fabricação de produtos farmacêuticos, de máquinas para escritório e equipamentos de informática, equipamentos de TV, rádio e comunicação e instrumentos médicos de ótica e precisão. Os ramos industriais de Média-alta intensidade tecnológica são os de fabricação de máquinas e equipamentos, de produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e veículos automotores (VERÍSSIMO; ARAÚJO, 2016; PEREIRA; CARIO, 2018).

TABELA 4: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DOS RAMOS DE ATIVIDADES DO SETOR DA INDÚSTRIA (RMBH) – 2006, 2014 E 2016

| RAMOS DE ATIVIDADES DA INDÚSTRIA | Vínculos | | | Vínculos (%) | | | Massa salarial (%) | | |
|--|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Indústria extrativa Mineral | 9.238 | 16.068 | 12.703 | 4,9 | 6,7 | 6,7 | 7,0 | 12,1 | 12,5 |
| Indústria extrativa de petróleo e gás, carvão e outros comb. | 255 | 677 | 330 | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,4 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 21.211 | 28.729 | 29.646 | 11,1 | 12,0 | 15,6 | 6,8 | 7,2 | 8,9 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 15.738 | 18.003 | 15.217 | 8,3 | 7,5 | 8,0 | 10,1 | 8,5 | 9,8 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 33.510 | 32.153 | 25.147 | 17,6 | 13,4 | 13,3 | 8,9 | 7,6 | 7,4 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 52.789 | 60.150 | 46.251 | 27,7 | 25,1 | 24,4 | 30,9 | 26,1 | 24,6 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 50.616 | 75.805 | 52.857 | 26,6 | 31,6 | 27,9 | 32,7 | 34,4 | 31,9 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 7.038 | 8.325 | 7.405 | 3,7 | 3,5 | 3,9 | 3,4 | 3,5 | 4,6 |
| Total | 190.395 | 239.910 | 189.556 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); MDIC – Comex Stat.

No setor da Construção, apresentado na Tabela 5, as principais atividades em 2006 eram, destacadamente, aquelas do ramo das

Obras de Infraestrutura com 62,6 mil Vínculos, seguidas pela Construção de Edifícios com 39,1 mil Vínculos. Chama a atenção que, entre 2006 e 2014, tenha sido registrada expressiva expansão do setor na RMBH, determinando reconfiguração relativa das principais atividades e resultando no aumento do número de Vínculos empregatícios em todos os ramos, com exceção das Obras de Infraestrutura, com redução de 3,1 mil Vínculos. Estes tiveram um crescimento absoluto mais importante na Construção de Edifícios (28,2 mil) e nos Serviços Especializados para Construção (22,4 mil). As atividades de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias tiveram aumento do número de Vínculos inferior (12,3 mil); entretanto, esse aumento representou um montante praticamente sete vezes maior comparativamente ao de 2006. Desta forma, caiu, sobremaneira, a importância das atividades de Obras de Infraestruturas em 2014 vis-à-vis ao aumento das demais, principalmente da Construção de Edifícios e Serviços Especializados para Construção.

No período de inflexão ultraliberal, registra-se queda significativa dos Vínculos empregatícios, quando estes, em 2016 (122,4 mil), alcançaram patamar abaixo daquele registrado em 2006 (123,8 mil). Nesse momento, todo o setor sofreu redução no número de Vínculos, sendo maior para aquele que tinha maior participação no setor em 2014; com redução de 25,1 mil Vínculos na Construção de Edifícios. Na sequência, com números parecidos, o de Obras de Infraestruturas, com redução de 14,9 mil Vínculos e os Serviços Especializados para Construção, com queda de 13,8 mil. Apesar de registrar a menor queda em números absolutos, a redução de 7,4 mil Vínculos no ramo de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias significou redução de 50% no volume de trabalhadores desse ramo. Nos três principais ramos de atividade, o impacto da inflexão se deu com intensidade bastante similar, não alterando significativamente suas participações.

Em relação à Massa Salarial, o ramo de Obras de Infraestrutura foi o que mais se destacou, seguido pela Construção de Edifícios e pelos Serviços Especializados para Construção. Entre 2006 e 2014, caiu a importância relativa para o principal deles, enquanto para os demais se registrou elevação. Essa composição permaneceu praticamente a mesma no ano de 2016. Em todo o período

analisado, as participações na Massa Salarial do ramo de Obras de Infraestrutura foram maiores do que as suas participações nos Vínculos, apontando que estes teriam as remunerações médias mais elevadas no mercado de trabalho da construção.

O ramo de Obras de Infraestrutura emprega proporcionalmente mão de obra mais especializada e qualificada, o que explica parcialmente a elevada Massa Salarial observada. Os resultados do bom desempenho da Construção Civil e de seus ramos no período 2006 a 2014 se deve, em parte, à recuperação da capacidade do investimento público, em geral articulado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus desdobramentos ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ambos do governo federal, além dos programas de infraestrutura, principalmente os investimentos do vetor norte da RMBH do governo estadual (OLIVEIRA; HORTA, 2019). Por fim, cabe destacar o papel trágico da Operação Lava Jato sobre o setor da construção no Estado de Minas Gerais e na RMBH, levando à paralisação de grandes obras e à forte demissão de trabalhadores das grandes empresas representativas desse ramo, como se pode perceber pelos dados da Tabela 5 a seguir.

TABELA 5: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DOS RAMOS DE ATIVIDADES DO SETOR DA CONSTRUÇÃO (RMBH) – 2006, 2014 E 2016

| RAMOS DE ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO | Vínculos | | | Vínculos (%) | | | Massa salarial (%) | | |
|---|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 2.172 | 14.553 | 7.130 | 1,8 | 7,9 | 5,8 | 1,5 | 7,1 | 5,5 |
| Construção de edifícios | 39.110 | 67.464 | 42.337 | 31,6 | 36,7 | 34,6 | 28,6 | 32,2 | 31,8 |
| Obras de infraestruturas | 62.638 | 59.514 | 44.519 | 50,6 | 32,4 | 36,4 | 55,0 | 40,0 | 40,6 |
| Serviços especializados para construção | 19.902 | 42.336 | 28.462 | 16,1 | 23,0 | 23,2 | 14,8 | 20,7 | 22,1 |
| Total | 123.822 | 183.867 | 122.448 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial.

Quanto ao setor de Serviços, apresentado detalhadamente na Tabela 6, tem-se que, destacadamente, as atividades do ramo da Administração Pública foram aquelas que registraram o maior número de Vínculos do setor e, também, do total do mercado de trabalho da RMBH em todo o período de análise. Pontua-se que, em 2014, registrou-se um total de 400,3 mil Vínculos e que a participação relativa decresceu entre os anos de 2006, 2014 e

2016, sendo de 29,7%, 26,2% e 24,9%, respectivamente. Também importante, mas em patamares mais baixos, têm-se o Comércio Varejista e os Serviços de Apoio às Empresas e Pessoas, com posição consolidada no período entre os anos de 2006 e 2014 e estabilidade em 2016, que respondiam por 14,8% e 10,2%, respectivamente. Destaca-se que o Comércio Varejista foi o ramo de atividades que mais cresceu em número absoluto de Vínculos entre 2006 e 2014 (60 mil novos Vínculos), acompanhado pela Administração Pública (53,7 mil) e pelos Serviços de Apoio às Empresas e as Pessoas (47,6 mil), todos destacados acima na composição do setor Serviços. Na sequência, em termos de representação no total de Vínculos no setor Serviços da RMBH, têm-se Transporte, Armazenagem e Distribuição, Serviços de Saúde e Assistência Social, outras atividades de Serviços Pessoais, e Educação – todos com percentuais acima de 5% nos dois últimos anos analisados. Com exceção do primeiro, todos os demais tiveram aumento na participação no número de Vínculos do setor de serviços na RMBH entre 2014 e 2016.

No período de 2006 a 2014, vale destacar, ainda, o ramo de Transporte, Armazenagem e Distribuição e da Educação, que também registraram importantes aumentos no número de Vínculos empregatícios, respectivamente, 36,9 mil e 32,6 mil. Em seguida, as atividades dos Serviços Técnico-profissionais e Científicos com elevação de 30 mil Vínculos. Nos anos da inflexão neoliberal, por outro lado, o ramo de Serviços de Saúde e Assistência Social foi o único que registrou aumento absoluto do número de Vínculos nesse período. Todos os demais tiveram esse montante reduzido, mas em patamares bem distintos. A Administração Pública, novamente, se destacou dentre os demais com redução de 53 mil Vínculos. Na sequência, com reduções menores, os Serviços de Apoio às Empresas e as Pessoas (13,6 mil); Transporte, Armazenagem e Distribuição (12,6 mil); Comércio Varejista (12,2 mil); e, Serviços Técnico-profissionais e Científicos (11,3 mil). Destes, apenas o último não figurou dentre os mais representativos do setor de Serviços.

TABELA 6: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DOS RAMOS DE ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS NA RMBH – 2006, 2014 E 2016

| RAMOS DE ATIVIDADES DOS SERVIÇOS | Vínculos | | | Vínculos (%) | | | Massa salarial (%) | | |
|---|------------------|------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 26.832 | 27.283 | 24.720 | 2,3 | 1,8 | 1,8 | 4,9 | 3,0 | 3,1 |
| Comércio e reparação de automóveis | 27.385 | 36.803 | 32.702 | 2,4 | 2,4 | 2,3 | 1,5 | 1,7 | 1,5 |
| Comércio atacadista | 43.629 | 70.442 | 64.500 | 3,7 | 4,6 | 4,6 | 2,5 | 3,3 | 3,3 |
| Comércio varejista | 157.655 | 218.708 | 206.413 | 13,5 | 14,3 | 14,8 | 6,4 | 7,1 | 7,1 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 78.192 | 115.150 | 102.504 | 6,7 | 7,5 | 7,3 | 4,7 | 5,6 | 5,5 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 11.531 | 10.241 | 9.823 | 1,0 | 0,7 | 0,7 | 1,4 | 0,8 | 0,7 |
| Serviços Financeiros | 25.327 | 32.556 | 30.357 | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 4,6 | 3,9 | 3,9 |
| Administração e comércio de imóveis | 1.637 | 4.124 | 3.841 | 0,1 | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,2 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 31.656 | 61.729 | 50.371 | 2,7 | 4,0 | 3,6 | 2,7 | 4,5 | 3,8 |
| Serviços de TI | 31.003 | 23.053 | 22.443 | 2,7 | 1,5 | 1,6 | 2,1 | 2,1 | 2,3 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 108.594 | 156.269 | 142.629 | 9,3 | 10,2 | 10,2 | 5,1 | 5,8 | 5,9 |
| Educação | 45.338 | 78.018 | 77.647 | 3,9 | 5,1 | 5,6 | 5,5 | 6,6 | 6,8 |
| Serviços de saúde e assistência social | 62.237 | 85.945 | 87.081 | 5,3 | 5,6 | 6,2 | 4,2 | 4,7 | 5,0 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 37.561 | 39.193 | 34.534 | 3,2 | 2,6 | 2,5 | 2,1 | 1,5 | 1,5 |
| Administração pública | 346.555 | 400.341 | 347.280 | 29,7 | 26,1 | 24,9 | 47,3 | 43,9 | 44,1 |
| Alojamento e alimentação | 45.359 | 72.113 | 67.251 | 3,9 | 4,7 | 4,8 | 1,6 | 2,0 | 2,0 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 10.966 | 15.109 | 14.611 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0,8 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 73.190 | 83.834 | 78.363 | 6,3 | 5,5 | 5,6 | 2,4 | 2,4 | 2,5 |
| Serviços Domésticos | 386 | 242 | 156 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 1.165.033 | 1.531.153 | 1.397.226 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial.

Quando comparadas as participações da Massa Salarial com a dos Vínculos, tem-se que os ramos de Serviços Financeiros, Administração Pública, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Serviços de TI, Educação, e Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV) são aqueles entre os quais a remuneração média é

maior comparativamente aos demais ramos – com destaque para os três primeiros. Por outro lado, com participação da Massa Salarial significativamente menor do que a participação dos Vínculos, têm-se Alojamento e Alimentação, Outras Atividades de Serviços Pessoais, Comércio Varejista, Serviços Domésticos, Administração e Comércio de Imóveis, e Serviço de Apoio às Empresas e as Pessoas. Em outras palavras, no mercado de trabalho da RMBH, esses seriam os ramos de atividade com as mais baixas remunerações médias. Todos os demais não elencados aqui encontram-se neste último grupo, porém em situação relativamente melhor.

Sem entrar na discussão de como se distribui a remuneração dentro de cada ramo, a diferença entre Vínculos e Massa Salarial é muito maior na Administração Pública do que em qualquer outro, sendo que a redução no vínculo foi proporcionalmente maior do que na Massa Salarial, o que favoreceu para atenuar (em pequena medida) a crise no contexto da inflexão. Por outro lado, é importante destacar que esse ramo é um dos mais visados pelas políticas ultraliberais. E, por fim, esses dados corroboram também o histórico da criação da capital (Belo Horizonte) por ser o centro administrativo estadual, pois, no tocante aos Vínculos formais, a Administração Pública é bastante significativa, bem como o setor de serviços como um todo, diferentemente do auge da industrialização mineira nos anos 1970, quando o peso do setor industrial era proporcionalmente maior.

Quanto à RMBH no período da crise, destacam-se a relevância e a estabilidade da indústria vinculada à Agropecuária e Extrativa (CAMPOLINA; CAVALCANTE, 2017) e as retrações das Indústrias de Baixa intensidade tecnológica, de Média intensidade e de Média-alta e Alta tecnologia e da Construção Civil, principalmente no ramo de Construção de Edifícios. Já os Serviços Distributivos apresentaram quedas absolutas de intensidade menores, elevando, assim, o percentual destes sobre o emprego total dessa região. A parte moderna do setor de Serviços apresentou desempenho positivo no período, mesmo no contexto da crise. Os serviços de Apoio às Empresas e Pessoas, os Técnico-profissionais e Científicos e os Financeiros foram geradores de empregos em termos absolutos e relativos e, apesar de caírem no período recente, apresentaram ligeiro crescimento relativo. Destaca-se, entretanto, que alguns

ramos desses serviços modernos são de dimensão muito pequena, como é o caso dos Serviços de TI.

Simões, Oliveira e Amaral (2006) e Simões (2016) já ressaltaram que os serviços mais qualificados (ou seja, aqueles de maior valor agregado e de *linkages* produtivos) apresentaram baixa concentração na RMBH e, mesmo, na área central de Belo Horizonte, indicando fatores limitantes ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Os Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações apontaram desempenho positivo no período, com pequena redução observada no período de 2014 a 2016. Tal padrão elevou a participação do setor no total da RMBH. Os Serviços Pessoais apresentaram desempenho satisfatório e, como negativo, observa-se a redução do emprego no setor da Administração Pública.

4. Evolução da estrutura econômica e do mercado de trabalho formal do estado de Minas Gerais e a inserção da RMBH

Esta seção tem como propósito analisar a estrutura econômica do mercado formal de trabalho do Estado de Minas Gerais, permitindo conhecê-lo e compará-lo à realidade metropolitana, assim como também investigar o modo como a RMBH se insere na economia estadual.

4.1. Estrutura econômica e dinâmica do mercado de trabalho formal no Estado de Minas Gerais

A análise da estrutura econômica do Estado de Minas Gerais também utiliza as informações referentes aos Vínculos empregatícios do mercado formal, a Massa Salarial e as Exportações, segundo os setores e ramos da classificação de atividades econômicas, apresentadas na Tabela 7. Os dados apontam que o Estado registrou aumento no número de Vínculos empregatícios entre 2006 e 2014, passando de cerca de 3,7 milhões para aproximadamente 5,1 milhões, estabelecendo uma taxa de crescimento de 3,9% em média ao ano – valor pouco mais elevado do que aquele registrado na RMBH. O total de Vínculos empregatícios perdidos entre 2014 e 2016 foi de

-443.205. Nesse período, a taxa de crescimento foi negativa, -4,5% ao ano, sendo essa queda inferior à da RMBH.

A composição do mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais, em 2006, guarda certa semelhança com a da RMBH, salvaguardadas algumas especificidades. Os principais ramos eram os Serviços Distributivos (com 23,2%) e os Serviços Sociais – Administração Pública (com 20,6%). Na sequência, acompanhavam os Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência Associativismo e Organizações (9,3%) e a Indústria de Baixa e Média-baixa Tecnologia (9,2%). Juntos, perfaziam 62,3% dos Vínculos no Estado. A evolução diferenciada desses ramos ao longo dos anos (crescimento e decrescimento) alterou essa distribuição mais em termos de patamar do que de composição. O ramo de Serviços Distributivos consolidou-se como o principal no Estado, com 26,4% do total dos Vínculos. Os Serviços Sociais – Administração Pública diminuíram sua participação para 16,9%, e permanecendo como o segundo ramo mais importante. Aumentou, também, a importância relativa dos Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações (11,1%) e dos Serviços Produtivos, que teve aumentada sua participação para 9,8%, ultrapassando, assim, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia.

No Estado, os setores e ramos com as maiores taxas de crescimento entre 2006 e 2014 foram a Construção Civil (6,8%), Serviços Produtivos (5,6%), Serviços Distributivos (5,1%) – principal ramo em termos de Vínculos em 2006 –, Serviços Sociais–Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações (4,9%) e Serviços Pessoais (4,9%). Tomando-se como referência o patamar de crescimento acima de 4%, incluem-se, ainda, as Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas (4,2%) e a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia (4,1%).

Por outro lado, os ramos com as menores taxas de crescimento do número de Vínculos foram os de Agropecuária e Extrativa (0,78%) e a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia (1,6%) e Serviços Sociais – Administração Pública (1,9%) – segundo principal ramo em 2006. Tais desempenhos determinaram a queda de participação de todos esses no total do Estado, no período entre 2006 e 2014, com destaque para os Serviços Sociais – Administração Pública,

que passou a representar 17,6% do total de Vínculos do Estado em 2014. Incluem-se, também, nesse grupo os Serviços Industriais de Utilidade Pública.

No período entre 2014 e 2016, o desempenho no Estado foi negativo em todos os setores e ramos, com exceção dos Serviços Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações –, que ficaram praticamente estáveis. Chama a atenção que, no Estado de Minas Gerais, as quedas tenham sido inferiores àquelas registradas na RMBH. A redução, em termos de taxa de crescimento do número de Vínculos, foi significativamente elevada na Construção Civil (-16,7%) e seguida da Indústria de Média-alta e Alta tecnologia e da Indústria de Baixa e Média baixa tecnologia, com crescimento de -10,3% e -8,1% ao ano, respectivamente – os dois primeiros tiveram destaque no crescimento registrado entre 2006 e 2014.

A análise da distribuição da Massa Salarial do Estado de Minas Gerais revela a importante participação do setor de serviços, a exemplo do que também foi observado na RMBH. Destaque para os Serviços Sociais – Administração Pública com elevados percentuais nos anos considerados, apesar de registrar redução no período. Na sequência, têm-se os Serviços Distributivos; Sociais de Educação e Saúde; Distributivos; e, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia. Vale apontar que os três primeiros ganharam participação entre 2006 e 2016, enquanto o último perdeu.

Quando comparadas as participações na Massa Salarial com a participação dos Vínculos, tem-se que a primeira é maior, e mais importante, para os Serviços Industriais de Utilidade Pública – setor menos representativo no mercado de trabalho do Estado de Minas Gerais –, e para os de Serviços Sociais – Administração Pública (principal ramo de atividade). Estes se destacam pelas mais elevadas remunerações médias, de uma forma geral. Também nesse grupo (entretanto, em patamar inferior), aponta-se a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia, os Serviços Produtivos, e os Sociais – Educação, Saúde, Assistência, Associativismo e Organizações. Por outro lado, com as menores remunerações, em média, estão os Serviços Pessoais e os Serviços Distributivos; lembrando que este último se destaca como o segundo maior no mercado de trabalho do estado em número de Vínculos.

TABELA 7: ESTRUTURA ECONÔMICA SEGUNDO SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES DE ATIVIDADE | VÍNCULOS | | | | | MASSA SALARIAL | | | EXPORTAÇÕES | | |
|--|------------|-------|-------|----------------|-----------|----------------|-------|-------|-------------|-------|-------|
| | Percentual | | | Taxa de cresc. | | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | | | | | | |
| Agropecuária e extrativa | 8,3 | 6,5 | 6,9 | 0,8 | -1,3 | 5,4 | 5,5 | 5,7 | 26,2 | 44,6 | 35,8 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 4,8 | 4,9 | 5,2 | 4,2 | -1,9 | 4,3 | 4,5 | 4,6 | 25,5 | 27,6 | 33,2 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 9,2 | 7,8 | 7,2 | 1,6 | -8,1 | 8,5 | 6,9 | 6,3 | 31,9 | 17,8 | 18,6 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 3,2 | 3,3 | 2,9 | 4,1 | -10,3 | 4,4 | 4,3 | 3,9 | 16,4 | 10,0 | 12,4 |
| Construção civil | 5,6 | 7,0 | 5,3 | 6,8 | -16,8 | 4,5 | 6,0 | 4,3 | - | - | - |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,1 | 0,9 | 0,9 | 2,2 | -4,0 | 2,6 | 1,7 | 1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 23,2 | 25,4 | 26,4 | 5,1 | -2,7 | 16,2 | 18,0 | 18,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 8,3 | 9,5 | 9,8 | 5,6 | -3,3 | 9,7 | 10,7 | 11,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência, associativismo e organizações | 9,3 | 10,1 | 11,1 | 4,9 | 0,2 | 9,9 | 11,7 | 12,7 | - | - | - |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 20,6 | 17,6 | 16,9 | 1,9 | -6,4 | 30,9 | 26,8 | 27,0 | - | - | - |
| Serviços Pessoais | 6,4 | 6,9 | 7,3 | 4,9 | -1,7 | 3,5 | 3,9 | 4,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,9 | -4,5 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial; MDIC – Comex Stat.

No que se refere às Exportações, verificam-se alterações importantes no período. No ano de 2006, o setor de Agropecuária e Extrativa (26,2%), os ramos Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia (31,9%) e as Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas (25,5%) eram os mais representativos no valor exportado, seguidos pela Indústria de Média-alta e Alta tecnologia (16,4%). Tanto em 2014 e 2016, a Agropecuária e Extrativa e as Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas assumiram participações ainda mais expressivas, com destaque para o primeiro, quando foi responsável por 44,6% do total das exportações do Estado de Minas em 2014. A Indústria

de Média-alta e Alta tecnologia perdeu participação relativa em 2014, e recuperou-se um pouco em 2016. Num processo contínuo, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia foi a que mais perdeu no período. A soma das exportações da Agropecuária e Extrativa e das Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, em 2006, representava 51,7% das exportações totais, e essa soma, em 2016, se elevou para 69%. Dito isso, o Estado vem se especializando em produtos de baixíssimo desempenho em termos de comércio internacional, além de ressaltar, como já realizado na análise das exportações da RMBH, a forte redução do volume exportado pelo Estado entre 2011 e 2016, segundo dados do Dataviva (2020).

A crise econômica e a inflexão impactaram proporcionalmente menos a economia do Estado de Minas Gerais comparativamente à RMBH no que se refere ao emprego e ao PIB. Com pequenas nuances, os ramos dos serviços foram afetados com intensidades distintas, mas com tendências semelhantes entre o Estado e a RMBH. O que diferencia mais significativamente esses espaços é a mais elevada exportação da Indústria de Média-alta e Alta tecnologia na RMBH, ressaltando, entretanto, que a pauta de exportação de ambos é majoritariamente de produtos de menor valor agregado e baixo desempenho no mercado internacional, recolocando essas economias na clássica divisão internacional de trabalho (OLIVEIRA; HORTA, 2019; VERÍSSIMO; ARAÚJO, 2016).

4.2. Inserção econômica e de mercado de trabalho formal, segundo setores e ramos de atividade da RMBH no Estado de Minas Gerais

A análise da forma e intensidade como a RMBH se insere na economia do Estado de Minas Gerais se baseia na observação das suas respectivas participações nos Vínculos e Massas Salariais em cada um dos ramos de atividade econômica (com exceção da Agropecuária⁴) em relação ao total do Estado.

O mercado de trabalho da RMBH, considerando o número de Vínculos, concentrava aproximadamente 41% do total do Estado de Minas Gerais entre os anos de 2006 e 2013. A crise evidenciada no

⁴O ramo da Agropecuária não foi considerado por ter baixíssima participação no VAB da RMBH.

período entre 2014 e 2016, sentida com maior intensidade na área metropolitana, como já apresentado, estabeleceu queda contínua dessa participação, alcançando 37,1% em 2016 (Tabela 8).

Em termos de Vínculos, o setor industrial da RMBH foi responsável por 27,5% daquele registrado no Estado de Minas Gerais, sendo que perdeu representatividade entre 2014 e 2016. Em termos de participação, dentre os ramos de atividades, destaca-se a Indústria de Média-alta intensidade tecnológica, seguida pelas Indústrias de Média-baixa intensidade tecnológica e a de Alta intensidade tecnológica. Além destes, com participação acima de 20%, têm-se as indústrias ligadas à Indústria Extrativa e a Extrativa Mineral. Entre 2006 e 2014, as participações oscilaram para cima ou para baixo; entretanto, chama a atenção o significativo aumento registrado da Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, Carvão e outros Combustíveis. Por outro lado, no mesmo período, todos os ramos de atividades perderam participação no total do Estado, com exceção da Indústria de Alta Intensidade Tecnológica. Aquelas que mais perderam foram as Indústrias Extrativa de Petróleo e Gás, Carvão e outros Combustíveis, a Extrativa Mineral, e a de Média-alta intensidade tecnológica.

Quanto à participação da Massa Salarial da RMBH relativamente à do Estado, percebe-se que em todos os ramos de atividades estas são maiores comparativamente às participações dos Vínculos, apontando que as remunerações médias dos trabalhadores metropolitanos são maiores que as do Estado. Na Indústria como um todo, em 2006 e 2014, as remunerações médias eram cerca de 40% maiores na RMBH, subindo para 50% em 2016. As maiores participações ocorreram na Indústria de Média-alta intensidade tecnológica e na Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, Carvão e outros Combustíveis em 2014 e 2016; em seguida, as Indústrias de Alta intensidade tecnológica, Média-baixa intensidade tecnológica e aquelas ligadas à Indústria Extrativa.

Relativamente aos diferenciais de remuneração entre RMBH e o Estado de Minas Gerais, a Indústria ligada à Indústria Extrativa, às Indústrias ligadas à Agropecuária e à Extrativa Mineral destacaram-se dentre os demais ramos. A mais elevada participação da Massa Salarial em relação aos Vínculos decorre parcialmente do custo de vida mais elevado na metrópole, assim como também pelo fato de a RMBH concentrar as sedes administrativas de alguns desses ramos,

dentre eles o da Extrativa Mineral, dada a proximidade dessa região com as áreas de extração e produção (DOMINGUES; MAGALHÃES; CARDOSO *et al.*, 2019; NAHAS, 2014).

TABELA 8: PARTICIPAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA RMBH NA ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEGUNDO OS RAMOS DO SETOR INDÚSTRIA – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| RAMOS DE ATIVIDADES DA INDÚSTRIA | VÍNCULOS | | | MASSA SALARIAL | | |
|--|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Indústria extrativa Mineral | 20,9 | 25,4 | 22,1 | 30,4 | 37,8 | 36,8 |
| Indústria extrativa de petróleo e gás, carvão e outros comb. | 14,4 | 55,3 | 40,5 | 30,4 | 78,8 | 74,6 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 16,8 | 16,8 | 17,2 | 18,7 | 18,1 | 18,6 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 29,9 | 23,0 | 22,3 | 48,8 | 36,4 | 37,5 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 16,7 | 13,9 | 12,8 | 21,2 | 18,5 | 17,0 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 36,5 | 37,0 | 34,1 | 43,2 | 45,6 | 43,0 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 49,8 | 53,7 | 47,3 | 64,1 | 65,5 | 61,2 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 37,4 | 33,7 | 33,8 | 46,3 | 40,6 | 44,1 |
| Total | 27,5 | 27,5 | 24,8 | 39,6 | 39,1 | 36,8 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial; MDIC – Comex Stat.

No setor da Construção, a participação dos Vínculos da RMBH em relação ao Estado é ainda maior. Em 2006, respondia por 58,9% do total, reduzindo para 49,9% em 2016. Dos ramos de atividades do setor, apenas o de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias não estava concentrado na RMBH no ano de 2006, sendo que, nesse mesmo ano, o ramo das Obras de Infraestruturas respondia por 66,7%. Interessante notar que, entre 2006 e 2014, caíram essas participações, com exceção do ramo de Incorporações e Atividades Imobiliárias Próprias, que aumentou significativamente. No período de crise, novamente ocorreram quedas da participação nos ramos, sendo a exceção o ramo de Obras de Infraestrutura (Tabela 9).

A participação da Massa Salarial dos ramos da Construção da RMBH em relação ao Estado é também mais elevada do que a participação dos Vínculos; ou seja, os salários médios na RMBH são mais elevados do que os do Estado de Minas Gerais. Na média do setor, em 2006, as remunerações na RMBH eram 10% maiores do que da média do Estado, aumentando para 20% em 2014 (mesma

diferença registrada em 2016). Cabe destacar que os diferenciais de ramos são muito parecidos e giram em torno da média do setor.

TABELA 9: PARTICIPAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA RMBH NA ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEGUNDO OS RAMOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| RAMOS DE ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO | VÍNCULOS | | | MASSA SALARIAL | | |
|---|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 38,4 | 56,8 | 40,1 | 45,7 | 64,6 | 47,5 |
| Construção de edifícios | 53,2 | 49,2 | 46,5 | 64,4 | 58,2 | 55,3 |
| Obras de infraestruturas | 66,7 | 56,0 | 59,7 | 70,3 | 64,5 | 65,1 |
| Serviços especializados para construção | 53,8 | 49,6 | 45,9 | 57,1 | 54,5 | 52,8 |
| Total | 58,9 | 51,9 | 49,9 | 65,8 | 60,1 | 57,7 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial; MDIC – Comex Stat.

No setor de Serviços como um todo, os Vínculos empregatícios da RMBH respondiam por 45,2% daqueles do Estado de Minas Gerais em 2006, sendo que, nos anos seguintes, essa participação caiu. Novamente, percentual significativo da Massa Salarial se observa concentrada na RMBH, que também se reduziu no período analisado. A remuneração média nessa região é cerca de 30% maior àquela registrada na média do Estado (Tabela 10).

As maiores participações dos Vínculos da RMBH em relação ao Estado, em 2006, se davam nos ramos de Serviços de TI, Outras Atividades de Serviços Pessoais, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas, e Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV) – todos apresentando participações acima de 60%. Na sequência, com percentuais ainda acima da média do setor, aparecem os Serviços Técnico-profissionais e Científicos e a Administração e Comércio de Imóveis. Entre 2006 e 2014, praticamente todos os ramos de atividades perderam participação no Estado, com maior intensidade para Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV), Serviços Industriais de Utilidade Pública, e Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas (pertencentes ao grupo destacado anteriormente).

No período de crise, entre 2014 e 2016, todos passaram a perder representação no total do Estado. Os principais ramos a reduzir relativamente sua participação foram os Serviços Domésticos, os Técnico-profissionais e Científicos, Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV), e a Administração e Comércio de Imóveis. Em 2016, ainda se destacam os mesmos ramos de atividades apontados em 2006, entretanto, em níveis inferiores. Esses dados sinalizam uma elevada e ligeiramente declinante participação de Vínculos da RMBH em relação ao Estado.

De forma geral, os ramos de atividades com as maiores participações nos Vínculos empregatícios também eram os mesmos quanto à participação da Massa Salarial, com diferenças na sua ordenação em termos de participação. Nesse caso, tem-se que aqueles com as maiores participações no total do Estado eram, em 2006, Serviços de TI, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV), Outras Atividades de Serviços Pessoais, Serviços de Apoio às Empresas e as Pessoas, Serviços Técnico-profissionais e Científicos, e Administração e Comércio de Imóveis.

Também no setor de serviços, caiu a participação da Massa Salarial da RMBH no total do Estado em praticamente todos os ramos de atividades entre 2004 e 2014, sendo mais intenso para Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV), Educação, e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Entre 2014 e 2016, a queda na participação se deu em todos os ramos, com exceção apenas para os Serviços Industriais de Utilizada Pública e Outras Atividades de Serviços Pessoais, que mantiveram as participações prévias. As quedas foram maiores para os Serviços Domésticos; Serviços Técnico-profissionais e Científicos; Administração e Comércio de Imóveis; Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV); e, por fim, Alojamento e Alimentação.

A remuneração média dos Vínculos dos diversos ramos de atividade do setor de Serviços da RMBH era, em média, maior do que a média do Estado, sendo que para aqueles onde os diferenciais eram mais elevados, houve, de forma geral, aumento ou estabilidade dessas diferenças entre 2006 e 2014, e praticamente nenhuma alteração em 2016. Esses são os ramos de Administração e Comércio

de Imóveis, Atividades Artísticas, Culturais, Esportivas e de Rádio e Televisão, e Serviços Domésticos – todos com remunerações médias bem acima daquelas do Estado. Na sequência, têm-se os Serviços Industriais de Utilidade Pública, Telecomunicações e Comunicação (exceto atividades de rádio e TV), Serviços Técnico-profissionais e Científicos e, finalmente, Serviços de Saúde e Assistência Social.

TABELA 10: PARTICIPAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA RMBH NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEGUNDO OS RAMOS DO SETOR DE SERVIÇOS – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| RAMOS DE ATIVIDADES DOS SERVIÇOS | VÍNCULOS | | | MASSA SALARIAL | | |
|---|----------|------|------|----------------|------|------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 68,1 | 58,1 | 57,1 | 83,1 | 73,0 | 73,1 |
| Comércio e reparação de automóveis | 34,6 | 32,2 | 31,8 | 43,1 | 40,3 | 39,2 |
| Comércio atacadista | 44,8 | 43,4 | 42,3 | 47,7 | 47,8 | 46,9 |
| Comércio varejista | 31,4 | 29,8 | 29,2 | 37,5 | 35,2 | 33,8 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 45,7 | 45,0 | 43,3 | 51,2 | 51,5 | 50,8 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 65,2 | 44,1 | 41,0 | 75,0 | 56,2 | 52,9 |
| Serviços Financeiros | 48,4 | 45,0 | 42,6 | 54,1 | 50,0 | 48,3 |
| Administração e comércio de imóveis | 53,7 | 53,5 | 49,9 | 60,0 | 62,9 | 58,4 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 58,2 | 56,2 | 50,5 | 70,8 | 71,6 | 65,8 |
| Serviços de TI | 75,7 | 70,4 | 66,7 | 83,8 | 81,8 | 80,0 |
| Serviços de apoio às empresas e as pessoas | 67,2 | 60,1 | 59,7 | 70,9 | 65,0 | 64,2 |
| Educação | 38,4 | 38,2 | 37,7 | 51,7 | 41,9 | 40,4 |
| Serviços de saúde e assistência social | 42,5 | 39,5 | 38,8 | 54,5 | 51,2 | 49,1 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 44,6 | 43,4 | 41,0 | 48,9 | 45,8 | 44,0 |
| Administração pública | 45,0 | 44,8 | 44,3 | 67,0 | 67,7 | 68,5 |
| Alojamento e alimentação | 42,0 | 39,6 | 38,1 | 48,0 | 45,0 | 42,3 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 43,0 | 42,5 | 41,1 | 59,1 | 58,2 | 56,5 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 69,4 | 62,9 | 61,6 | 72,6 | 66,6 | 66,5 |
| Serviços Domésticos | 21,4 | 28,7 | 24,2 | 26,3 | 44,3 | 33,8 |
| Total | 45,2 | 42,8 | 41,6 | 60,1 | 56,7 | 55,8 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Vínculos e Massa Salarial; MDIC – Comex Stat.

Como anteriormente comentado, a RMBH concentra parcelas importantes dos ramos de atividades mais modernas nos setores Industriais e de Serviços. Não obstante tal concentração, o que

se constata é a reduzida participação dessa parcela sobre o total geral de Vínculos empregatícios tanto na RMBH quanto no Estado, apesar de serem mais relevantes no tocante à discussão sobre a Massa Salarial. E apesar dessa constatação, vemos que a RMBH apresenta polarizações exatamente nesses ramos mais modernos, sem desconsiderar a existência dos mesmos em pelo menos duas outras regiões do Estado: o Sul e o Triângulo Mineiro (ANJOS, 2016).

Considerações finais

A metrópole de Belo Horizonte é a terceira mais populosa região metropolitana do país: representa o centro político, econômico, cultural e demográfico do Estado de Minas Gerais e congrega municípios com perfis diferenciados, além de um quadro socioeconômico territorialmente desigual. Desde os anos 1950, de maneira mais intensiva, Minas Gerais viabilizou estratégias de desenvolvimento com o intuito de se inserir na dinâmica de crescimento industrial brasileiro. Com isso, logrou bons resultados ao alterar suas estruturas socioeconômicas. Durante a crise desse padrão de desenvolvimento nos anos 1980, não perdeu posição relativa no contexto nacional em contraponto a São Paulo e ao Rio de Janeiro, estados vizinhos que polarizam parcelas do espaço mineiro e que, por sua vez, perderam posições. Contudo, indiscutivelmente, esses esforços em nada alteraram a clássica maneira de inserção da economia do Estado de Minas Gerais no espaço nacional e internacional, qual seja, supridor de produtos primários agrícolas e minerais e de manufaturados de baixo valor agregado. Essa constatação problematiza, em parte, os limites das estratégias regionais e locais de desenvolvimento. Sabe-se de esforços, inclusive recentes, para inserir tanto o Estado quanto a RMBH na dinâmica de expansão dos setores tecnológicos de ponta. Entretanto, não foram suficientes para transformar as suas respectivas estruturas socioeconômicas, mesmo que ambos continuem produzindo e exportando proporcionalmente mais bens primários e de baixo valor agregado.

A ascensão das políticas neoliberais desde os anos 1990 não fez acelerar o crescimento da produtividade e da expansão do PIB e a

renda *per capita* brasileira cresceu muito abaixo do período áureo da industrialização brasileira (1930-1980). Portanto, o que se constata é o contínuo processo de desindustrialização. No Estado de Minas Gerais e na RMBH, percebe-se a redução relativa e, em alguns casos, absoluta do nível de emprego da Indústria, além da redução do VAB desse setor. Chama-se a atenção de que essa redução não ocorreu apenas no contexto da inflexão ultraliberal.

Diferentemente, os setores de Serviços e da Construção Civil, que vinham apresentando desempenho positivo em termos de geração de Vínculos e renda, reverteu as perspectivas positivas e produziu forte redução do emprego formal no período da crise/ inflexão, sendo proporcionalmente maior na RMBH do que no Estado de Minas Gerais. Além da redução dos programas sociais e de transferências de rendas, a queda dos preços das *commodities* também impactou a economia estadual e metropolitana. Adicione-se a tais fatos, ainda, a crise da extrativa mineral produzida pelas empresas Samarco e Vale. O somatório dos fatores elencados explica o fraco desempenho da RMBH no período mais recente. Cabe ressaltar, entretanto, que a RMBH concentra considerável parcela de serviços e indústrias modernas do Estado de Minas Gerais. No contexto da crise recente, parte desses setores modernos apresentou desempenho razoável, enquanto os serviços mais qualificados apresentaram baixa concentração no Estado e na RMBH.

Para o Estado de Minas, a crise recente atingiu muito negativamente as Indústrias de Baixa e Média-baixa tecnologia, de Média-alta e Alta tecnologia, as vinculadas à Agropecuária, e a Construção Civil, principalmente os ramos de Construção de Edifícios e de Infraestrutura. Serviços distributivos apresentaram bom desempenho, principalmente o Varejista, Atacadista, Transporte, Armazenagem e Distribuição, além de Telecomunicações e Comunicação. Por fim, os ramos Educação e Saúde e Assistência Social cresceram mesmo no período de crise. Quanto à RMBH, destacam-se a estabilidade da Indústria vinculada à Agropecuária e Extrativa e as fortes retrações das Indústrias de Baixa, Média, Média-alta e Alta intensidade tecnológica, e da Construção Civil – padrão de desempenho muito parecido ao do Estado. Ressalta-se, também, a forte redução dos Vínculos na Administração Pública. Por outro lado, os Serviços Pessoais

e os ramos de atividade dos “Serviços” reconhecidamente mais modernos apresentaram desempenho satisfatório.

Em síntese, a RMBH ainda polariza o Estado quanto às indústrias e serviços mais modernos (SIMÕES, 2016). Entretanto, o crescimento foi aquém daquele registrado no Estado de Minas como um todo. A redução da participação da economia metropolitana na economia do Estado não pode ser considerada virtuosa, valendo-nos de uma expressão de Cano (2008), pois não ocorreu migração das atividades econômicas de serviços e industriais modernas da RMBH para o Estado de Minas Gerais, além de essa unidade federativa não ter crescido acima da média nacional. A metrópole e o Estado continuam especializados na produção de bens primários para exportação, de baixo dinamismo no comércio internacional e de baixa articulação em termos espaciais. Ou seja, em perspectiva e, considerando as últimas décadas (e não apenas a crise mais recente), percebe-se que o crescimento da RMBH e do Estado de Minas sinaliza mais a condição de fragmentação do espaço regional/nacional, na acepção de Pacheco (1996), do que a condição de “descentralização e articulação virtuosa” de Cano (2008). E essa constatação dramatiza mais a questão local e regional de desenvolvimento desses espaços que aqui foram analisados.

André Mourthé Oliveira é professor associado de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles (núcleo Belo Horizonte).

Cláudia Júlia Guimarães Horta é pesquisadora da Diretoria de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro (FJP), no Estado de Minas Gerais. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (núcleo Belo Horizonte).

Referências

ANJOS, F. H. **Estrutura econômica-produtiva de Minas Gerais: uma análise multivariada para os anos de 2007 e 2014.** 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Minas Gerais, 2016.

ARAÚJO, J. B. de; LIVRAMENTO, M. do; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 03 a 07 dez. 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.

BARBOSA, N. “Dez anos de política econômica”. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, Brasil, 2013.

CAMPOLINA, B.; CAVALCANTE, A. Economia minerária e seu impacto urbano: desafios e contradições na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **REDES**, Santa Cruz do Sul – Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, jan./abr. de 2017

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Unesp, 2008.

CASTRO, L. S.; ALMEIDA, E. Desastres e Desempenho Econômico: avaliação do impacto do rompimento da barragem de Mariana. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 406-429, jan./abr. 2019.

DATAVIVA. **Website oficial**. 2020. Disponível em: <http://dataviva.info>. Acesso em 28 abr. 2020.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Vol. 3. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; CARDOSO, D. F.; SIMONATO, T. C.; NAHAS, M. **Efeitos econômicos da paralisação de parte da produção minerária em Minas Gerais**. Nota Técnica – NEMEA. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2019.

FERNANDES, C.; OLIVEIRA, F. “Características e evolução recente da economia de Minas Gerais”. In: OLIVEIRA, F.; SIQUEIRA, W. (Org.) **As Muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira**. Belo Horizonte: CORECON, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais** – 2018. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: DIREI/FJP, 2018.

GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. São Paulo: Contraponto, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Nacionais, **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2006 a 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Comex Stat**, Exportação Municípios, 2006 a 2016.

MENDES, P. S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; BRITTO, G. Reorganização espacial

da indústria de transformação brasileira pós-2008: a evolução do emprego formal no território. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 1, p. 23-44, 12 jun. 2019.

MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. “Belo Horizonte: diferenciação e segregação socioespacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. (Orgs.) **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais**, 2006 a 2016.

NAHAS, M. **Mineração e dinâmica produtiva: Efeitos da indústria extrativa mineral sobre a estrutura produtiva dos municípios mineradores de Minas Gerais**. 233f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NEGREIROS, R.; MONTEIRO NETO, A. Dossiê: paradigmas técnico-econômicos e reconfiguração territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 21, n. 2, p.223-240, 2019.

NEVES JR., L.; PAIVA, L. H. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas**. Nota técnica. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo).

OLIVEIRA, A. M.; HORTA, C. J. G. Como a crise econômica recente impactou o emprego formal e a renda nos vetores de expansão da RMBH. In: XVIII Seminário de Economia Mineira. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2019. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_101.pdf. Acesso em 25 set. 2020.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), pp. 219-232, abril-junho 2010.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 6, p. 113-140, jun. 1996.

PEREIRA, W. M.; CARIO, S. A. F. Desindustrialização e Mudança Estrutural na Região Sudeste: Um Estudo Comparado. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 12, n. 2, pp. 173-204, 2018.

RIBEIRO, L. C. Q. **Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010**. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013.

SAMPAIO, D. P.; MACEDO, F. C. Desindustrialização e impactos regionais no Brasil: uma análise preliminar. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 184, p. 48-57, jul./set. 2014.

SIMÕES, R. **Complexos industriais no espaço**: uma análise de fuzzy cluster. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. 26p. (Texto para discussão, n. 209).

SIMÕES, R. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; AMARAL, P. V. M. Rede urbana metropolitana: uma análise da estrutura terciária de Belo Horizonte. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, 2006.

SIMÕES, R. F. Elementos para uma proposta de desenvolvimento em Minas Gerais: vocações regionais, dinâmica setorial e planejamento. **Revista eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 10, nº 25, p. 1, jan./abr. de 2016.

TONUCCI FILHO, J.; MAGALHÃES, F.; OLIVEIRA, A.; SILVA, H. “Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas”. In: ANDRADE, L.; MENDONÇA, J.; DINIZ, A. (Orgs.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VERÍSSIMO, M. P.; ARAÚJO, S. C. Perfil industrial de Minas Gerais e a hipótese de desindustrialização estadual. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas (SP), v. 15, n. 1, p. 113-138, jan./jun. 2016.

Estrutura econômica e mercado de trabalho regional-metropolitano do Rio de Janeiro: desafios em meio à inflexão ultraliberal

*Marcelo Gomes Ribeiro
Vitor Vieira Fonseca Boa Nova
Wagner Muniz*

Introdução

Este trabalho trata da estrutura econômica e do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) durante o período de 2006 a 2016, abordados numa perspectiva transescalar e, portanto, considerados em meio ao contexto regional-estadual e, também, em relação ao país e ao seu momento político e econômico caracterizado pela inflexão ultraliberal pós-2014.

Assim sendo, tem por objetivo identificar: (1) o modo como a RMRJ se insere na economia fluminense e, em menor medida, na economia nacional; (2) o papel que cumpre nessa inserção (ou ausência dela); e (3) as atividades mais dinâmicas do ponto de vista da estrutura econômica e mercado de trabalho da RMRJ – sempre considerando suas alterações ao longo da série histórica adotada. Para isso, questiona-se a respeito dos impactos da inflexão ultraliberal na economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro e da sua inserção na economia nacional – isto é, de que modo contribui para a integração ou fragmentação econômico-territorial do país; de como a metrópole comanda o desenvolvimento econômico regional/estadual (ou se este é comandado por outras articulações escalares); e de como se caracteriza internamente a economia metropolitana, em especial acerca do peso da indústria e do setor de serviços para sua estrutura econômica e mercado de trabalho.

No que se refere ao método de investigação da pesquisa, optou-se, simultaneamente, por realizar uma revisão da literatura disponível sobre a economia metropolitana e estadual do Rio de

Janeiro, considerando suas articulações e seu mercado de trabalho; e pela utilização de dados quantitativos referentes a três indicadores em especial, segundo os critérios de classificação desenvolvidos por Araújo, Livramento, Finatti *et al.* (2018): (1) o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores econômicos identificados no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (2) os Vínculos Empregatícios e suas respectivas Massas Salariais, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e (3) o Valor das Exportações (FOB/US\$), fornecido pela plataforma Comex Stat disponibilizada pelo antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A série histórica adotada, como já foi adiantado, compreende o período entre 2006 a 2016. Porém, como um dos objetivos é identificar os impactos da inflexão ultraliberal na estrutura econômica e mercado de trabalho (e tendo em vista que o período 2006-2014 se deu sem grandes alterações de caráter substancial na política econômica nacional), optou-se por destacar os anos de 2006, 2014 e 2016 na elaboração e exposição dos gráficos e tabelas apresentados neste artigo.

Quanto às regionalizações adotadas nesta pesquisa, se inicialmente pretendia-se adotar como parâmetros a RMRJ, a Região Geográfica Intermediária (RGInt) do Rio de Janeiro, conforme definição do IBGE (2017), e o Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a semelhança dos resultados entre as duas primeiras evidenciaram a pouca relevância econômica dos municípios integrantes da RGInt que não se integram à RMRJ¹, de modo que preferiu-se limitar a análise apenas a duas regionalizações: a RMRJ e o ERJ.

O método de exposição (portanto, a estrutura e disposição do conteúdo do artigo) empregou a divisão deste capítulo em quatro seções – além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, será apresentada uma caracterização da estrutura econômica da RMRJ a partir de uma revisão bibliográfica vis-à-vis à sua articulação com o ERJ; na segunda seção, serão analisadas a estrutura econômica do ERJ e da RM, tendo em vista sua participação na economia nacional; na terceira, será apresentada a inserção da economia metropolitana no

¹ Angra dos Reis, Paraty, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Saquarema.

ERJ; na quarta, será realizada uma caracterização interna da economia metropolitana vista a partir de seu mercado de trabalho formal. Nas Considerações Finais, pretende-se contrapor as respostas obtidas através da pesquisa quantitativa às contribuições e respectivas teses dos autores, apresentadas na primeira seção.

1. Caracterização da economia da RMRJ e do ERJ

Historicamente, a economia fluminense – assim reconhecida pelo menos desde 1975, quando o antigo Estado da Guanabara foi extinto e seu território incorporado ao ERJ – se destacou nacionalmente, em termos participativos, como segunda Unidade Federativa (UF) mais importante do país, atrás apenas do Estado de São Paulo (CANO, 2008)². Basicamente, sua estrutura econômica teve no setor produtivo um importante diferencial, sobretudo no que se refere à produção de bens intermediários³, que, no geral, abasteciam a demanda doméstica representada pelo parque industrial nacional, principalmente o localizado no Estado de São Paulo. Como resultado de investimentos estatais realizados pelo Governo Federal na segunda metade da década de 1970 através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), teve início, a partir de meados da década de 1980, forte e constante expansão das atividades extrativas de petróleo e gás na Bacia de Campos, que viriam a contribuir de forma determinante para que, nas últimas décadas, o ERJ se mantivesse, em termos relativos, como segunda UF mais importante do país⁴ (SIQUEIRA, 2015).

Se durante o período reconhecido por nacional-desenvolvimentista, compreendido por aquele entre as décadas de 1930 e 1980, o ERJ exerceu

² Ainda que apresentando, na maior parte do tempo, uma tendência de perda relativa, que, no fim, se deu mais por conta do crescimento médio da economia nacional em ritmo mais elevado do que o verificado no ERJ, e não necessariamente por perdas absolutas deste último (SILVA, 2012).

³ Petróleo, refino de petróleo, metalurgia básica e produtos químicos (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012).

⁴ Em 2015, a atividade extrativa do petróleo respondia por 13% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional – muito por conta da extração realizada no ERJ – e 33% do PIB fluminense (MORAES; OLIVEIRA, 2018).

uma função de sustentação do processo de acumulação do capital a partir da indústria de base e intermediária, com forte participação estatal – fosse através da atuação de empresas públicas, fosse por meio de investimentos e planejamento –, a partir dos anos 1990, com o processo de neoliberalização sendo adotado em escala nacional, um novo contexto se desenvolveu, conseqüentemente atingindo a estrutura produtiva do ERJ e de sua Região Metropolitana (RM).

Em meio a políticas econômicas de abertura comercial, valorização cambial, e de inserção do país na lógica de acumulação financeira, a indústria de transformação se viu desassistida, afetada pelo aumento das importações de bens manufaturados. Enquanto isso, o setor de serviços – junto a um crescimento da indústria extrativa e mineral e da importância de suas exportações para a balança comercial do país – passou a crescer mais do que a indústria, adquirindo maior importância no emprego nacional. Isso ocorreu principalmente nas atividades voltadas ao comércio, educação e saúde, serviços domésticos e serviços diretos – geralmente caracterizados por empregos mais precários e de baixa remuneração em comparação aos empregos industriais (CANO, 2008).

Simultaneamente, de um ponto de vista territorial, a adoção dessas políticas neoliberais e de seus discursos localistas e de priorização das estratégias globais das empresas numa perspectiva supranacional em detrimento do planejamento econômico centralizado no Estado Nacional, levou, em âmbito global, ao estabelecimento de redes e circuitos de produção caracterizados pela atuação de empresas transnacionais. Isso ocorreu mediante relações com o Estado e outras empresas em seus mais diferentes níveis e escalas e, também, pela dispersão e circularidade das diferentes etapas do processo de produção “que atravessam e se inter-relacionam com todas as escalas geográficas, inclusive o território restrito do Estado” (DICKEN, 2010, p. 33).

No Brasil, isso se traduziu no que Pacheco (1996) denominou de “fragmentação econômica da nação”, pautado por um processo de reestruturação do parque produtivo nacional e em novas formas de inserção internacional do país, rompendo com os anteriores “nexos de solidariedade inter-regionais”, caracterizando-se pelo baixo encadeamento dos projetos considerados mais dinâmicos – estes geralmente voltados para a demanda externa.

Neste sentido, o caso do ERJ se coloca como exemplar. Se historicamente teve sua base produtiva voltada, sobretudo, ao abastecimento da demanda nacional por bens intermediários, ao passo que a expansão da indústria extrativa de petróleo e gás e suas exportações foram se tornando preponderantes – um fato recente –, a demanda externa acabou por adquirir maior relevância na dinâmica da economia fluminense (SOBRAL, 2013), fazendo com que as articulações territoriais se dessem cada vez mais com base nas relações entre territórios locais especializados e dinâmicas econômicas internacionalizadas.

Esse cenário acabou por contribuir para uma acentuação das diferenças de comportamento entre a indústria de transformação e a extrativa, e para a consolidação de padrões e dinâmicas econômicas diretamente relacionados às mudanças em escala nacional, quais sejam: a *terciarização metropolitana* (SILVA, 2012), pautada no aumento da importância do setor de serviços para a economia e para o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas do país; a *expansão das atividades extrativas*; e uma *tendência de desindustrialização* da indústria de transformação, expressa na acentuação da perda de elos das cadeias produtivas já existentes (SIQUEIRA, 2015).

No que se refere à *terciarização* da economia metropolitana, além de responsável por um aumento da geração de empregos mais precários em termos de remuneração, ela também se coloca de um ponto de vista da geração de ocupações mais qualificadas, voltadas, por exemplo, à economia do conhecimento e vinculadas ao crescimento do setor de serviços de apoio à produção (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012), que pode ser caracterizado por atividades que representam etapas de comando de determinados circuitos de produção. Nesse caso, o papel das metrópoles se coloca, então, com base na concentração das atividades que garantem a dinâmica da economia, de modo que as atividades produtivas são comandadas a partir das atividades do setor de serviços (RIBEIRO; RODRIGUES, 2019). Ou seja,

[...] mesmo que as atividades produtivas e dinâmicas possam se localizar fora das metrópoles, o seu funcionamento, ao depender de determinadas atividades que fazem parte do

setor de serviços, demonstra a importância que as metrópoles possuem no processo de comando da articulação econômica regional (RIBEIRO; RODRIGUES, 2019, p. 18).

Entretanto, ainda que essa possa ser uma tendência, nem todas as metrópoles apresentam as mesmas condições e as mesmas formas de inserção nesse contexto nacional de reestruturação econômica de acentuação da importância das atividades de serviços, em especial as mais qualificadas e voltadas à economia do conhecimento. Para o caso do município do Rio de Janeiro – centralidade de sua RM –, segundo Hasenclever, Paranhos e Torres (2012), nas últimas décadas (principalmente durante os anos 2000), os setores de serviços mais dinâmicos e associados ao desenvolvimento industrial teriam perdido espaço, concentrando-se mais nos serviços prestados às famílias.

Ainda assim, destaca que uma particularidade da RMRJ seria seu alto grau de concentração de centros de pesquisa e de tecnologia, representados por muitas universidades e estudantes de graduação e pós-graduação⁵, potencial técnico este pouco aproveitado na estrutura econômica metropolitana e fluminense (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012; SOBRAL, 2013). Porém, ainda que com fragilidades e baixo aproveitamento das atividades mais qualificadas, a estrutura econômica da RMRJ pode ser considerada diversificada em relação a todo o ERJ, de modo que no cenário estadual a RM estaria consolidando sua posição de economia de serviços (SILVA, 2012).

Em relação à expansão das atividades extrativas, ela se insere no que alguns autores têm denominado de processo de *reprimarização*. E se essa também é uma característica da estrutura produtiva nacional, diante do contexto do *boom* das exportações pós-2002 (SOBRAL, 2013; CANO, 2008), parece que o caso do

⁵ Destacam-se, principalmente, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)/UFRJ, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)/Eletrobras, o Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES)/Petrobras e o Parque Tecnológico na Ilha do Fundão; o penúltimo, por exemplo, foi determinante para o desenvolvimento da tecnologia que permitiu o sucesso das explorações de petróleo no país; e o último, fomentado em meio às expectativas de empresas transnacionais na exploração das reservas do pré-sal (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012; SIQUEIRA, 2015).

ERJ é mais uma vez exemplar, de modo que pode-se afirmar que o processo de reprimarização foi ainda mais acentuado neste último do que no próprio país, principalmente quando analisada a pauta de exportações fluminense, muito mais restrita que a nacional (SIQUEIRA, 2015), e o aumento do peso relativo da indústria extrativa no PIB estadual.

A respeito da tendência de desindustrialização, a indústria de transformação é, sem dúvida, a que mais tem sofrido nas últimas décadas. Enquanto as atividades de produção de Bens Intermediários (BI) têm mantido seu destaque nacional, há um retrocesso preocupante nas atividades de Bens de Consumo Não Duráveis (BCND) e uma evolução “errática” nos Bens de Consumo Duráveis (BCD) e Bens de Capital (BK) (SOBRAL, 2013), com bons resultados especialmente na indústria automotiva e indústria naval (CANO, 2008) – a primeira localizada na região do Médio Paraíba Fluminense⁶ e a segunda, sobretudo, em Niterói. A indústria de transformação da RMRJ, apesar de possuir certa competitividade em alguns nichos e setores de excelência, possui baixo encadeamento, o que vem acentuando uma tendência de perda de diversificação e, conseqüentemente, de especialização, configurando um quadro de estrutura oca em sua base produtiva (SOBRAL, 2013).

Essas características de estrutura oca e de baixo encadeamento produtivo, inclusive, não se limitam apenas à RMRJ em si, mas também explicam a situação do ERJ. Apesar da série de investimentos que este recebeu, principalmente a partir do segundo governo Lula até 2014 – no contexto de Políticas de Conteúdo Local (PCL) (PIQUET; HASENCLEVER; SHIMODA, 2016) e de fomento a setores estratégicos da cadeia petrolífera, sendo exemplos os casos da Indústria Naval (SOBRAL, 2013) e o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – (COMPERJ) (SILVA; IRAZÁBAL-ZURITA, 2019), ambos na RMRJ; além de políticas de investimentos e incentivos ao setor da construção civil, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa

⁶ Especificamente, nas cidades de Resende, Porto Real e Itatiaia, que receberam diversas empresas transnacionais do segmento automotivo a partir dos anos 1990, intensificando-se nas décadas seguintes; o que acabou reforçando o papel histórico dessa região na indústria de transformação fluminense, anteriormente mais voltada à siderurgia, tendo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, como expoente (BOA NOVA, 2019).

Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e, no caso da RMRJ, em especial, com as obras de infraestrutura às vésperas do recebimento dos Megaeventos (SOBRAL, 2013) –, não se sinalizou um movimento de interiorização de tipo integrador (SIQUEIRA, 2015). Ao contrário, se é que se pode falar em um movimento de interiorização, este se deu limitado à indústria extrativa, não “acompanhado de uma maior dispersão regional da indústria de transformação e do setor de serviços” (SIQUEIRA, 2015, p. 100).

Enquanto a estrutura econômica da RMRJ é mais diversificada, com destaque para o setor terciário e para alguns segmentos produtivos, a estrutura econômica do Interior se caracteriza mais por um espaço heterogêneo (e fragilmente articulado⁷) de economia menos diversificada e de base produtiva estreita (especializada). De modo que, no que se refere a esse período pré-2014, segundo Silva (2012), não se deve falar em interiorização econômica no ERJ, já que a maior participação do interior, decorrente das atividades extrativas de petróleo e gás na Bacia de Campos, se apresentou apenas em termos estatísticos, com ausência de internalização de setores produtivos capazes de gerar “maiores encadeamentos dinâmicos” e “redes urbanas mais sólidas”, não configurando uma ampliação e adensamento de caráter urbano-econômico em direção ao interior fluminense.

O que ocorre é que, se nesse período de meados dos anos 2000 a 2014, apesar da permanência das fragilidades da estrutura econômica e sua articulação inter-regional, o ERJ ainda era destino de grandes volumes de investimento⁸, seja por parte do Governo Federal e suas empresas – principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras –, seja por meio da iniciativa privada – com os casos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e do Complexo de Açúcar⁹, por exemplo (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012) –, a partir de 2014, em meio a uma série de acontecimentos, uma crise viria a se instalar no país e, de modo mais intenso, na economia fluminense.

⁷ O processo de articulação do interior fluminense se deu, sobretudo, com base na construção de rodovias que ligavam diferentes regiões do Estado ao seu núcleo representado pelo município do Rio de Janeiro e RM, com precárias e reduzidas articulações inter-regionais entre os municípios do interior. Para mais informações, ver Oliveira (2008).

⁸ Nesse período, o ERJ alcançou a primeira posição no total de anúncios de projetos de investimento no país (SIQUEIRA, 2015).

⁹ Complexo portuário localizado em São João da Barra, na região do Norte Fluminense.

A acentuação da instabilidade política do país pós-eleições de 2014, a retração da economia nos anos seguintes, a queda dos preços internacionais do petróleo, e os efeitos da Operação Lava Jato, acarretaram sérias consequências para setores estratégicos da estrutura econômica do ERJ e RMRJ. Destaque para a paralisação das obras do COMPERJ, o esvaziamento da Indústria Naval, a redução dos *royalties* e participações especiais provenientes da exploração do petróleo e gás – o que acabou impactando na crise fiscal pela qual passou o governo estadual. Isso desencadeou uma série de demissões na indústria, na construção civil e, até mesmo, nas atividades de serviços, elevando as taxas de desemprego e agravando as fragilidades da estrutura econômica e articulação inter-regional que já estavam em curso.

2. Estrutura econômica da RMRJ e do ERJ

Para analisar a estrutura econômica da RMRJ e do Estado em que ela está inserida, optou-se por verificar, primeiramente, sua participação na economia nacional para, tão somente, analisar de modo mais detido a participação de cada setor de atividade econômica tanto em nível estadual quanto em nível metropolitano. Por se tratar da segunda principal economia regional do país, a compreensão das suas especificidades regionais e metropolitanas precisa estar ancorada na estrutura econômica brasileira, tendo em vista que esses contextos espaciais sofrem diretamente os efeitos econômicos do país e, ao mesmo tempo, o que ocorre em sua economia também afeta diretamente a economia nacional.

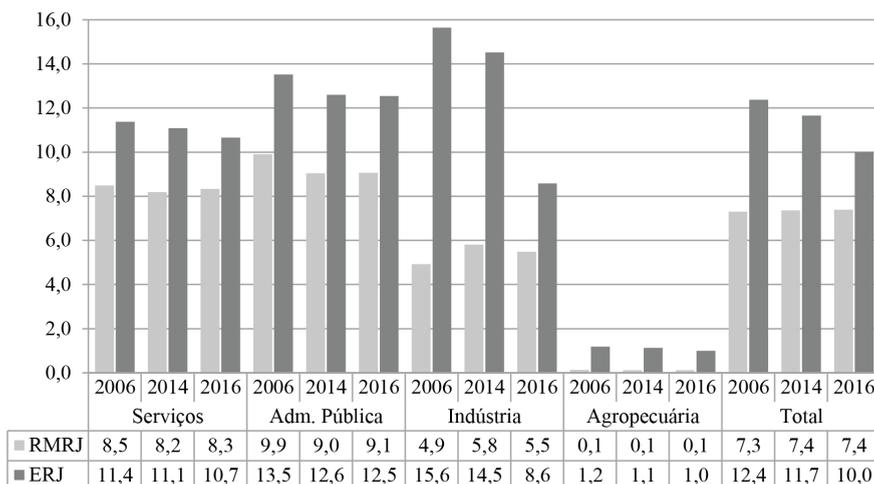
2.1 Economia do ERJ e da RMRJ *vis-à-vis* à do Brasil

A fim de analisar o peso e a importância da economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro (e a forma como ela se insere na economia nacional), optou-se pela utilização do Valor Adicionado Bruto Municipal (VAB) como referência¹⁰, destacando a participação da RMRJ e do ERJ em relação ao país nos setores de

¹⁰ Para isso, foram utilizados os PIBs Municipais disponibilizados pelo IBGE, já que, através deles, poderiam ser destacados os municípios metropolitanos e comparadas suas participações com a do país.

Serviços, Administração Pública¹¹, Indústria, Agropecuária e VAB Total, adotando como periodização os anos de 2006, 2014 e 2016, conforme apresentado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÕES DA RMRJ E ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO VAB NACIONAL (VAB NACIONAL = 100%)



FONTE: IBGE – PIB Municipal.

No que se refere ao ERJ, os níveis mais altos de participação em relação ao país se verificaram no setor da Indústria, tendo chegado nos anos de 2006 e 2014 aos patamares de 15,6% e 14,5%, respectivamente. Porém, foi também na Indústria onde se observou a maior variação ao longo da série – neste caso, num movimento regressivo de participação, entre 2014 e 2016, quando, então, atingiu seu nível mais baixo, 8,6%. Essa queda brusca se explica, sobretudo, pela crise que se abateu no setor extrativo do Petróleo e Gás durante esses anos, decorrentes principalmente da queda de seus preços internacionais e na redução dos investimentos da Petrobras na exploração da Bacia de Campos. Isso se refletiu tanto na redução de seu volume produzido¹² – principalmente a partir de 2016 (FRAGÃO, 2019) – como financeiro, impactando diretamente o VAB industrial fluminense.

¹¹ Abrange Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social.

¹² Entre julho de 2014 e julho de 2016, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção na Bacia de Campos reduziu de 1.902.900 para 1.693.545 barris de óleo equivalente (BOE) (PIQUET; TAVARES; PESSÔA 2017).

O segundo setor de maior peso na participação nacional do ERJ foi o da Administração Pública. Seus níveis de participação se reduziram ao longo da série, saindo de 13,5% em 2006 para 12,5% em 2016. O mesmo ocorreu com o setor de Serviços, que, em 2006, respondia por 11,4% do total do país e ao fim da série atingiu o patamar de 10,7%. A agropecuária manteve sua participação irrisória, evidenciando sua fragilidade e pouca importância no cenário nacional. Portanto, todos os setores apresentaram redução de participação ao longo da série analisada, o que se refletiu na diminuição do peso da economia fluminense em relação ao país, saindo de 12,4%, em 2006, para 10%, uma década depois.

A respeito da RMRJ, o setor de maior participação nacional foi o da Administração Pública. Entre 2006 e 2014, variou de 9,9% e 9%, com uma recuperação mínima em 2016, quando atingiu 9,1%. O setor de Serviços foi o segundo mais importante, variando entre 8,5% e 8,3% ao longo da série. O que mais chama a atenção é a baixa participação do setor da Indústria, principalmente quando comparada à participação do ERJ. No entanto, apesar disso, ainda que tenha ocorrido uma redução entre 2014 e 2016, quando observados o início e o fim da série, nota-se que sua participação aumentou: saiu de 4,9% em 2006 e terminou com 5,5% em 2016. Quanto ao setor da Agropecuária, seu desempenho é insignificante em relação ao país, não ultrapassando a marca de 0,1%. No geral, contrariando o comportamento das participações setoriais do ERJ, a participação da RMRJ em relação ao país teve um aumento, ainda que mínimo, ao longo da série: 7,3% em 2006 e 7,4% em 2014 e 2016.

No que se refere à economia regional-metropolitana, o que fica de mais importante é que, em primeiro lugar, o setor Industrial apresentou até 2016 um desempenho bastante dependente das atividades localizadas nos municípios do interior. Isso se explica, sobretudo, pelo peso que a indústria extrativa do petróleo e gás exerce na estrutura produtiva fluminense, contrastando com o baixo desempenho da indústria de transformação (SOBRAL, 2013; SILVA, 2012; SIQUEIRA, 2015) – o que, inclusive, explica a brusca queda da participação do ERJ em relação ao país no VAB Total entre 2014 e 2016, o que não foi observado para a RMRJ.

Em segundo lugar, o setor da Administração Pública se mostrou de grande importância, o que talvez possa ser explicado

principalmente por dois fatores: o peso populacional da RMRJ e do ERJ em relação à população total do país, o que naturalmente eleva a demanda de atividades vinculadas à Administração Pública; e a presença histórica marcante de empresas, serviços de educação e saúde públicas e estatais, ainda resquícios do passado, quando o município do Rio de Janeiro era Distrito Federal – embora essa importância tenha sido reduzida com a própria transferência da capital para Brasília em 1960 e a abertura econômica e processos de privatização de empresas públicas pós-1990 (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012).

Em terceiro lugar, aponta-se o fato de que o setor de Serviços do ERJ pareceu ser bem dependente do desempenho dessas atividades localizadas na RMRJ, tendo em vista que a participação setorial da metrópole é muito próxima da verificada no Estado como um todo.

Por fim, tem-se o fato de que, enquanto a participação do VAB Total fluminense sofreu uma considerável redução de participação nacional entre os anos 2006-2014-2016, o mesmo não ocorreu com a RMRJ. Ao contrário, nesta última, houve um aumento (ainda que mínimo), evidenciando uma perda relativa nacional na estrutura econômica do conjunto dos municípios fluminenses que não integram a RMRJ decorrente da redução de participação em todos os setores analisados em relação ao país.

Portanto, em relação ao país, pode-se dizer que, entre 2006 e 2016, a economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro teve nas atividades industriais extrativas realizadas em seu interior sua principal forma de inserção econômica. Inserção essa que demonstrou duas características: certa *fragilidade*, pois como se viu, no momento de crise entre 2014-2016, foram justamente essas atividades as mais atingidas, o que acabou por se refletir negativamente na participação fluminense no total do VAB nacional; e também uma *dependência externa*, ao passo que tudo leva a crer que as alterações nos preços internacionais do petróleo durante esse período de baixa foram o fator determinante para gerar as flutuações negativas de participação do VAB total do ERJ.

2.2 Estrutura Econômica do Estado do Rio de Janeiro

Para analisar a estrutura econômica do ERJ, foram utilizados indicadores referentes aos Vínculos Empregatícios, de Massa Salarial e de Exportações, discriminados segundo os setores da classificação de atividades econômicas adotado na metodologia do Observatório das Metrôpoles (ARAÚJO; LIVRAMENTO; FINATTI *et al.*, 2018), como pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1: ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ERJ) – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES | Vínculos | | | Massa Salarial | | | Exportações | | |
|---|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 1,9 | 1,6 | 1,4 | 6,4 | 5,1 | 4,1 | 56,0 | 56,2 | 40,7 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 2,2 | 2,1 | 2,1 | 1,9 | 3,7 | 3,9 | 13,9 | 4,2 | 2,0 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 5,5 | 5,2 | 4,4 | 4,7 | 4,6 | 4,1 | 12,6 | 22,5 | 31,2 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 1,9 | 1,6 | 1,4 | 2,8 | 2,2 | 2,1 | 17,5 | 17,0 | 26,0 |
| Construção | 4,6 | 7,0 | 4,7 | 3,8 | 5,9 | 3,7 | - | - | - |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,5 | 1,3 | 1,4 | 2,2 | 1,8 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 25,8 | 26,8 | 27,8 | 18,0 | 18,9 | 19,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 13,0 | 13,2 | 12,3 | 15,0 | 14,3 | 14,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 11,5 | 12,2 | 13,6 | 10,2 | 12,0 | 13,7 | - | - | - |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 20,1 | 16,9 | 17,7 | 28,3 | 24,8 | 25,2 | - | - | - |
| Serviços Pessoais | 12,1 | 12,1 | 13,2 | 6,6 | 6,7 | 7,5 | 0,0 | 0,1 | 0,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

Os setores que responderam pela maior parte dos vínculos empregatícios foram os voltados às atividades de serviços. As maiores participações setoriais ao longo da série foram, do maior para o menor: (1) Serviços Distributivos; (2) Serviços Sociais (Adm. Pública); (3) Serviços Produtivos; (4) Serviços Pessoais e Serviços Sociais (Educação, Saúde, Assistência); sendo seguidos pelos setores

de (5) Construção; (6) Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia; (7) Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas; (8) Indústria de Média-alta e Alta tecnologia; (9) Agropecuária e Extrativa; e (10) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Destaque para o fato de que, entre 2014 e 2016, os únicos setores que não apresentaram ganhos de participação foram os vinculados às atividades produtivas. Com exceção das Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, todos os outros setores industriais, inclusive o de Agropecuária e Extrativa, além do setor de Construção, tiveram suas participações reduzidas; o mesmo ocorrendo com os Serviços Produtivos. O que evidencia que, durante o período caracterizado pela inflexão ultraliberal, as atividades que mais sofreram foram justamente àquelas voltadas à produção, fossem elas industriais, fossem de serviços ou de construção, o que acabou por refletir no aumento de participação dos outros setores – nesse caso, voltados para os serviços de caráter não produtivo. Sobre a Construção, vale ressaltar o salto de participação nos vínculos experimentado entre 2006 e 2014, quando saiu de 4,6% para 7%, e regredindo nos anos seguintes, quando voltou quase para o mesmo patamar de 2006, com 4,7% em 2016.

Quanto à Massa Salarial do ERJ, novamente as maiores participações ficaram por conta dos setores vinculados aos serviços, na seguinte ordem: (1) Serviços Sociais de Administração Pública; (2) Serviços Distributivos; (3) Serviços Produtivos; (4) Serviços Sociais de Educação e Saúde; e (5) Serviços Pessoais. Considerando os setores Industriais e de Construção, destaque para o de Agropecuária e Extrativa (nesse caso, a indústria é referente à atividade extrativa), seguido pela Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia, Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, Construção e Indústria de Média-alta e Alta tecnologia.

Quando analisados os Vínculos Empregatícios e a Massa Salarial, o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública foi o que apresentou menor participação. O destaque, nesse caso, ficou por conta do setor de Agropecuária e Extrativa, que, embora, dentre os vínculos, tenha sido um dos mais baixos em participação, no que se refere à massa salarial, foi o mais alto. É provável que isto seja devido às atividades de extração de petróleo e gás que, embora contrate pouco em comparação ao seu volume de capital

empregado (SIQUEIRA, 2015) – e, portanto, impactando pouco nas taxas de pessoal ocupado (HASENCLEVER; PARANHOS; TORRES, 2012) –, por outro lado, possui “postos de trabalho de alta qualificação e remuneração” (PIQUET; TAVARES; PESSÔA, 2017, p. 202), particularmente os vinculados diretamente às petroleiras, especialmente a Petrobras, e não tanto aos das firmas terceirizadas (PIQUET; TAVARES; PESSÔA, 2017).

Mais uma vez, com exceção das Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, os setores industriais, assim como a Construção e os Serviços Produtivos, sofreram uma redução de suas respectivas participações, neste caso, na massa salarial. Os casos mais emblemáticos foram justamente o setor de Agropecuária e Extrativa (de 5,1% em 2014 para 4,1% em 2016), e o de Construção (de 5,9% em 2014 para apenas 3,7% em 2016). O setor de maior aumento de participação foi o de Serviços Sociais de Educação e Saúde, de 12% para 13,7% entre 2014 e 2016, seguido pelos Serviços Distributivos, de 18,9% para 19,6%, nesses mesmos anos.

A respeito das Exportações, o setor de Agropecuária e Extrativa foi de longe o mais importante na participação do valor exportado, seguido, no geral, pelos setores de Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia, Indústria de Média-alta e Alta tecnologia e Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas. Chamam a atenção as fortes reduções de participação no setor de Agropecuária e Extrativa, entre 2014 (56,2%) e 2016 (40,7%), e no setor de Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas entre 2006 e 2014, continuando até 2016 – esse ano iniciou a série com 13,9% de participação e terminou com apenas 2%. Isso acabou explicando o aumento do peso dos demais setores industriais na exportação do ERJ. Como um fato positivo, destaca-se o aumento de participação das exportações da Indústria de Média-alta e Alta tecnologia entre 2014 e 2016, saindo de 17% para 26%¹³.

13 Esse aumento percentual da participação se deveu, sobretudo, a um aumento absoluto das exportações do ramo de Indústria de Média-alta intensidade tecnológica, que faz parte desse setor junto ao ramo de Indústria de Alta Intensidade Tecnológica – este último, porém, não apresentou variações significativas no período.

2.3 Estrutura Econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)

Os mesmos procedimentos foram adotados para se analisar a estrutura econômica da RMRJ, indicadores referentes aos Vínculos Empregatícios, de Massa Salarial e de Exportações, discriminados segundo os setores da classificação de atividades econômicas adotados na metodologia do Observatório das Metrôpoles (Tabela 2).

TABELA 2: ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (RMRJ) – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES | Vínculos | | | Massa Salarial | | | Exportações | | |
|---|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Agropecuária e extrativa | 0,8 | 0,5 | 0,5 | 3,7 | 1,9 | 1,6 | 56,4 | 46,1 | 35,6 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 4,2 | 4,3 | 16,8 | 7,2 | 3,7 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 4,3 | 4,0 | 3,1 | 3,5 | 3,6 | 3,0 | 11,9 | 34,1 | 44,2 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 1,8 | 1,5 | 1,3 | 2,6 | 2,0 | 1,9 | 14,9 | 12,6 | 16,1 |
| Construção | 4,2 | 6,9 | 4,5 | 3,4 | 5,7 | 3,4 | - | - | - |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 2,2 | 1,8 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços distributivos | 26,1 | 26,5 | 27,4 | 18,7 | 18,6 | 19,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços produtivos | 14,3 | 14,9 | 13,7 | 16,3 | 15,8 | 15,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações | 11,8 | 12,7 | 14,3 | 10,4 | 12,9 | 14,5 | - | - | - |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 20,2 | 16,8 | 17,7 | 30,2 | 26,2 | 26,7 | - | - | - |
| Serviços Pessoais | 13,0 | 13,0 | 14,1 | 7,1 | 7,3 | 8,0 | 0,0 | 0,1 | 0,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

No que se referem aos Vínculos, assim como no caso do ERJ, as maiores participações se deram nos setores de serviços, seguindo a mesma ordem: (1) Serviços Distributivos; (2) Serviços Sociais (Adm. Pública); (3) Serviços Produtivos; (4) Serviços Pessoais e Serviços

Sociais (Educação, Saúde, Assistência); seguidos pelos setores de (5) Construção; (6) Indústrias de Baixa e Média-baixa tecnologia; (7) Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas; (8) Indústrias de Média-alta e Alta tecnologia; (9) Serviços Industriais de Utilidade Pública; e (10) Agropecuária e Extrativa. Em relação ao ERJ, a única diferença na RMRJ é que os Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentaram participação acima da participação do setor de Agropecuária e Extrativa. Como já foi abordado anteriormente, isso se explica pelo fato de essa atividade estar concentrada, sobretudo, na exploração de petróleo e gás localizada na Bacia de Campos, pelo menos até 2016, não impactando o mercado de trabalho metropolitano na mesma intensidade do que no interior fluminense. E, além disso, o fato de as Atividades Industriais de Utilidade Pública estarem concentradas nos lugares de maior densidade populacional.

Assim como no ERJ, quando analisado o período correspondente à inflexão ultraliberal experimentada no cenário político-econômico do país, os setores relacionados às atividades de caráter produtivo tiveram suas participações reduzidas – no caso da RMRJ, com as exceções dos setores de Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas e de Agropecuária e Extrativa, propriamente. Os que mais sofreram foram: Construção, saindo de 6,9% em 2014 para 4,5% em 2016; Serviços Produtivos, de 14,9% para 13,7%; e a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia, de 4% para 3,1% – enquanto a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia diminuiu em menor intensidade, de 1,5% para 1,3%. Num sentido inverso, até mesmo pelo mau desempenho desses setores, os demais serviços apresentaram um aumento de suas respectivas participações – destaque para Serviços Sociais de Educação e Saúde, que saltaram de 12,7% em 2014 para 14,3% em 2016.

Em relação à Massa Salarial, as maiores participações se repetiram em relação ao ERJ, com a seguinte ordem: (1) Serviços Sociais de Administração Pública; (2) Serviços Distributivos; (3) Serviços Produtivos; (4) Serviços Sociais de Educação e Saúde; e (5) Serviços Pessoais. A diferença foi uma participação num patamar um pouco mais elevado dos Serviços Sociais de Administração Pública, Serviços Produtivos e Serviços Sociais na RMRJ do que em relação ao ERJ. Quanto aos demais setores, há destaque para o setor de Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas,

principalmente nos anos de 2014 e 2016, que tem no refino do petróleo realizado, sobretudo, na Reduc, em Duque de Caxias, sua principal atividade na RMRJ.

Assim como o que ocorreu na análise dos vínculos de ambas as regionalizações adotadas e na massa salarial fluminense, o setor da Construção sofreu forte queda em sua participação, saindo de um patamar de 5,7% em 2014 para alcançar apenas 3,4% em 2016. Novamente, entre 2014 e 2016, os setores de caráter produtivo – com exceção das Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas – apresentaram queda de participação, enquanto os demais setores, todos de serviços, fizeram o sentido inverso. Porém, longe de expressar um maior dinamismo nesses setores, seus ganhos foram, sobretudo, estatísticos, reflexo da queda dos setores vinculados direta ou indiretamente às atividades produtivas.

Sobre as participações nas exportações, assim como no ERJ, o setor que sofreu maior queda foi justamente o de maior participação, Agropecuária e Extrativa. No caso da RMRJ, esse setor, inclusive, foi ultrapassado em 2016 pela Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia, vindo a alcançar a primeira posição nas exportações: 44,2% contra 35,6% da Agropecuária e Extrativa. As exportações das Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas também reduziram suas participações ao longo da série, porém num nível menos acentuado do que em relação ao que se verificou no ERJ. Novamente, a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia experimentou um aumento de participação entre 2014 e 2016; porém, ao contrário do caso fluminense (quando esse crescimento se verificou por conta de um aumento real do valor exportado desse setor), no caso da RMRJ, seu aumento de participação foi devido a um efeito estatístico em decorrência, especialmente, da queda do valor exportado do setor de Agropecuária e Extrativa.

Portanto, tanto no ERJ quanto na RMRJ, no que se refere ao mercado de trabalho, o que se viu foi a forte presença dos vínculos empregatícios dos setores de serviços, em especial dos Serviços Sociais da Administração Pública, dos Serviços Distributivos e dos Serviços Produtivos. No caso das atividades industriais, o setor de Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia foi o que mais empregou em ambas

as regionalizações, enquanto nas Massas Salariais os destaques foram as atividades vinculadas diretamente ao setor petrolífero: setor de Agropecuária e Extrativa no ERJ, e o setor de Indústrias derivadas de Atividades Agropecuárias e Extrativas, na RMRJ. Em relação aos impactos durante o período de inflexão ultraliberal, parece ter ficado claro que as atividades mais prejudicadas em ambas as regionalizações foram aquelas vinculadas às atividades produtivas, em especial o setor da Construção. E, além disso, os indicadores referentes às exportações confirmaram a significativa queda vivenciada na atividade extrativa, o que já havia sido apontado anteriormente na análise do VAB industrial e total e suas respectivas quedas de participações do ERJ e da RMRJ no total nacional.

3. Inserção econômica da RMRJ no ERJ

Com o propósito de investigar o modo como a RMRJ se insere na economia fluminense, foram analisadas suas respectivas participações nos Vínculos e Massas Salariais em cada um dos Ramos de Atividade Econômica metropolitanos (com exceção da Agropecuária¹⁴) em relação aos Vínculos e Massas Salariais de todo o ERJ (Tabela 3).

No que se referem aos ramos industriais, as maiores participações metropolitanas nos vínculos se deram na Indústria de Alta intensidade tecnológica e nas Indústrias ligadas à Indústria Extrativa, com ambas apresentando um crescimento de suas respectivas participações em relação ao ERJ durante os anos analisados (2006-2014-2016). Pelo nível de participação tanto nos vínculos quanto na massa salarial, observam-se as indústrias desse ramo concentradas na metrópole, principalmente as indústrias de alta intensidade tecnológica.

O ramo de menor participação metropolitana foi justamente o da Indústria Extrativa de Petróleo e Gás que, como já foi dito anteriormente, tem suas atividades localizadas, principalmente, na Bacia de Campos, tendo o município de Macaé, na região do

14 O ramo da Agropecuária não foi considerado por conta de sua participação irrisória no VAB metropolitano, como foi visto no início deste artigo, ao analisá-lo segundo sua participação no VAB nacional.

Norte Fluminense, como principal base operacional e de apoio às atividades extrativas *offshore* (SILVA, 2015). Inclusive, durante o intervalo 2006-2014, houve uma queda bastante significativa dessa participação, que saiu de 42,3% no início da série para 24% em 2014, recuperando-se levemente em 2016 (24,6%). Essa queda de participação é decorrente do expressivo aumento dessa atividade no interior do Estado no momento de maior exploração da atividade de extração de Petróleo e Gás na região.

Além deste ramo, outros que também tiveram suas participações metropolitanas reduzidas nos vínculos entre 2006 e 2014 foram o das Indústrias ligadas à Agropecuária, o da Indústria de Baixa intensidade tecnológica e o ramo da Indústria de Média-alta intensidade tecnológica, porém em proporções bem menores do que em relação ao que ocorreu na Indústria Extrativa do Petróleo e Gás. Ainda entre 2006 e 2014, os ramos da Indústria Extrativa Mineral e das Indústrias ligadas à Indústria Extrativa tiveram um aumento de participação considerável da RMRJ – de 52% para 67,1% e 64,9% para 72,1%, respectivamente.

Entre 2014 e 2016, apenas os ramos da Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, das Indústrias ligadas à Indústria Extrativa e a Indústria de Alta Intensidade Tecnológica não sofreram reduções nas participações metropolitanas. A redução mais significativa se deu na Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica, que, como se verá mais à frente, sofreu a mais forte redução absoluta dos ramos industriais metropolitanos nesse período, provavelmente influenciado pelo esvaziamento da Indústria Naval. Os demais ramos que apresentaram redução na participação o fizeram em níveis menos significativos.

Quanto à Massa Salarial nos ramos industriais, o destaque foi o ramo das Indústrias ligadas à Indústria Extrativa, que apresentou uma participação metropolitana bastante significativa, principalmente em 2014 e 2016, quando atingiu 95% e 95,8% do total fluminense. Além deste, a Indústria de Alta intensidade tecnológica também se destacou nesse sentido, refletindo sua importância na participação dos vínculos, enquanto a Indústria Extrativa Mineral teve um forte aumento entre 2006 e 2014, saindo de 65,4% para 90,1% – crescimento esse que não foi acompanhado na mesma intensidade pelos vínculos –, vindo a cair

um pouco em 2016 (84,5%). As participações do ramo de Indústria Extrativa de Petróleo e Gás se mostraram bastante próximas de suas participações nos Vínculos Empregatícios, acompanhando suas flutuações ao longo da série, assim como a Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica. A Indústria de Baixa intensidade tecnológica teve uma participação na Massa Salarial significativamente superior à sua participação nos Vínculos, o que demonstra que os empregos de maior remuneração desse ramo estiveram mais concentrados na RMRJ. O inverso ocorreu com a Indústria de Média-Alta intensidade tecnológica, com sua participação nos Vínculos sendo significativamente superior à sua participação na Massa Salarial.

Em relação aos Vínculos dos ramos da Construção, pode-se afirmar o seguinte: a Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias sofreu uma redução considerável e constante da participação metropolitana nos anos analisados; já a Construção de Edifícios teve um aumento da participação também constante, porém de pouca intensidade; enquanto que os ramos de Obras de Infraestruturas e Serviços Especializados para Construção aumentaram suas participações entre 2006 e 2014, porém reduzindo em 2016 – o primeiro deles sofreu uma redução mais significativa.

Sobre as participações metropolitanas na Massa Salarial, destaque para o caso do ramo da Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias, que tiveram suas participações bem acima das dos vínculos; para a Construção de Edifícios, que em 2016 teve essa diferença aumentada; e para os Serviços Especializados para Construção, que em 2006 apresentaram participação na massa salarial significativamente acima em relação aos Vínculos e, em 2014 e 2016, se mantiveram muito próximas, assemelhando-se ao caso do ramo de Obras de Infraestruturas.

Analisando a partir de agora os ramos de serviços, o que se percebe logo à primeira vista é seu nível predominantemente majoritário de participação metropolitana em praticamente todos os ramos, tanto em relação aos vínculos, mas ainda mais em relação às massas salariais. Nesse sentido, a fim de facilitar a análise, pode-se dividir esses ramos em três grupos segundo a participação nos Vínculos: (1) os que transitaram suas participações na casa dos 80% e 90%; (2) os que ficaram na casa dos 70% e 80%; e (3) o ramo

dos Serviços Domésticos, que, com exceção de 2014, apresentou participação na casa dos 50%.

No primeiro grupo, o ramo que apresentou maior participação metropolitana em relação ao ERJ foi o de Telecomunicações e Comunicação (exceto rádio e TV), seguido em ordem decrescente pela: Administração e Comércio de Imóveis; Atividades Artísticas, Culturais, Esportivas e de Rádio e TV; Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas; pelos Serviços Financeiros; Outras Atividades de Serviços Pessoais; Serviços de TI; Serviços Técnico-profissionais e Científicos; Comércio Atacadista; Educação; e Organizações Associativas e Organismos Internacionais. No segundo grupo, também do maior para o menor, destaque para: Serviços Industriais de Utilidade Pública; Transporte, Armazenagem e Distribuição; Alojamento e Alimentação; Serviços de Saúde e Assistência Social; Administração Pública; Comércio Varejista; e Comércio e Reparação de Automóveis.

Já no que se refere às flutuações das participações dos vínculos ao longo dos anos analisados, 11 (onze) deles apresentaram uma redução entre 2006 e 2016, sendo que, destes, dois tiveram reduções mais significativas: Administração e Comércio de Imóveis, de 92,1% para 86%; e Telecomunicações e Comunicação (exceto rádio e TV), de 93% para 87,9% – curiosamente os ramos de maior participação metropolitana nos vínculos. Os demais ramos apresentaram reduções pouco expressivas. De outro lado, oito ramos experimentaram um aumento de suas participações nos vínculos ao longo da série. Especialmente Serviços de Saúde e Assistência Social (de 75,3% para 78,9%), e Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas (de 84% para 87,5%), enquanto os demais foram pouco significativos. Durante o período caracterizado pela inflexão ultraliberal (2014-2016), não houve grandes oscilações, sendo as únicas exceções o ramo de Telecomunicações e Comunicação (exceto rádio e TV), que saiu de 90% para 87,9%, o ramo de Serviços de TI, de 87,5% para 84,6%, e o ramo de Serviços Domésticos, que tem pouca expressão absoluta, saindo de 77,1% em 2014, para 58% em 2016.

No que se refere às discrepâncias entre a participação dos vínculos e massa salarial, podemos discriminar da seguinte maneira:

- (1) Ramos com discrepâncias mais acentuadas a favor da Massa Salarial: Serviços de TI; Administração Pública; Comércio Atacadista (apenas em 2006); Atividades Artísticas, Culturais, Esportivas e de Rádio e Televisão; Educação (apenas em 2014 e 2016); Organizações Associativas e Organismos Internacionais; Telecomunicações e Comunicação (exceto rádio e TV); Comércio e Reparação de Automóveis (apenas em 2006)¹⁵; Administração e Comércio de Imóveis; Serviços Financeiros; Serviços Técnico-profissionais e Científicos; Serviços de Saúde e Assistência Social (apenas em 2006).
- (2) Ramos com discrepâncias mínimas para mais ou para menos em relação à Massa Salarial: Serviços Industriais de Utilidade Pública; Comércio Atacadista (em 2014 e 2016); Comércio Varejista; Transporte, Armazenagem e Distribuição; Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas; Educação (em 2006); Serviços de Saúde e Assistência Social (em 2014 e 2016); Alojamento e Alimentação; Outras Atividades de Serviços Pessoais; Serviços Domésticos.

Portanto, pelo que se vê, a RMRJ pareceu se inserir na economia estadual do Rio de Janeiro principalmente por meio das atividades de serviços, especialmente as de caráter mais especializado e qualificado, exercendo grande influência tanto em relação aos vínculos, porém, mais ainda, em relação às participações na massa salarial, demonstrando que os empregos de maior qualificação e remuneração tendem a se concentrar na RMRJ. Do lado da indústria, o destaque ficou por conta das atividades voltadas ao ramo das Indústrias ligadas à Indústria Extrativa, especialmente em relação ao seu peso na massa salarial fluminense, o que evidencia a função da RMRJ no setor petrolífero estadual, basicamente voltado ao refino do petróleo extraído na Bacia de Campos e, também, à indústria de alta intensidade tecnológica, principalmente por concentrar de modo expressivo os vínculos de emprego e a massa salarial.

¹⁵ Esse ramo foi o único que, em algum momento, apresentou queda significativa entre as diferenças de participação da massa salarial em relação aos vínculos em favor deste último, no caso nos anos de 2014 e 2016.

TABELA 3: PARTICIPAÇÕES DA RMRJ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO AOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E À MASSA SALARIAL – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| Ramos de Atividade Econômica | 2006 | | 2014 | | 2016 | |
|---|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|
| | Vín- culos | Massa Salarial | Vín- culos | Massa Salarial | Vín- culos | Massa Salarial |
| Indústria Extrativa Mineral | 52,0 | 65,4 | 67,1 | 90,1 | 64,2 | 84,5 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 42,3 | 47,8 | 24,0 | 25,8 | 24,6 | 27,0 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 67,5 | 75,5 | 63,6 | 69,5 | 62,6 | 68,6 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 64,9 | 85,2 | 72,1 | 95,0 | 74,6 | 95,8 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 64,8 | 71,6 | 62,6 | 72,2 | 62,1 | 73,1 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 57,1 | 56,2 | 56,2 | 58,4 | 49,6 | 53,0 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 74,0 | 66,7 | 70,6 | 65,6 | 68,8 | 62,7 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 89,3 | 92,8 | 90,8 | 93,6 | 93,2 | 95,2 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 80,6 | 90,2 | 76,9 | 87,8 | 71,9 | 84,5 |
| Construção de edifícios | 69,0 | 69,8 | 71,8 | 71,8 | 72,7 | 79,1 |
| Obras de infraestruturas | 71,6 | 72,1 | 75,7 | 76,7 | 68,7 | 66,0 |
| Serviços especializados para construção | 74,8 | 80,0 | 81,4 | 81,0 | 79,6 | 79,6 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 79,4 | 81,2 | 81,3 | 80,4 | 82,1 | 80,8 |
| Comércio e reparação de automóveis | 75,6 | 80,1 | 70,5 | 68,1 | 71,4 | 67,5 |
| Comércio atacadista | 84,9 | 92,4 | 82,4 | 86,8 | 82,4 | 86,4 |
| Comércio varejista | 74,8 | 78,0 | 73,3 | 75,1 | 73,3 | 74,9 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 82,9 | 83,7 | 79,1 | 76,5 | 79,0 | 77,2 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto rádio e TV) | 93,0 | 97,5 | 90,0 | 95,1 | 87,9 | 94,5 |
| Serviços Financeiros | 88,4 | 91,7 | 85,6 | 89,9 | 85,6 | 90,0 |
| Administração e comércio de imóveis | 92,1 | 95,2 | 86,2 | 91,4 | 86,0 | 90,9 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 84,7 | 89,1 | 84,0 | 86,9 | 83,4 | 87,5 |
| Serviços de TI | 82,0 | 90,1 | 87,5 | 91,9 | 84,6 | 92,1 |
| Serviços de apoio às empresas e às pessoas | 84,0 | 83,7 | 87,5 | 87,6 | 87,5 | 89,3 |
| Educação | 82,1 | 83,1 | 82,1 | 88,5 | 82,6 | 89,2 |
| Serviços de saúde e assistência social | 75,3 | 79,2 | 77,9 | 79,7 | 78,9 | 80,6 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 81,4 | 87,0 | 81,3 | 87,0 | 82,8 | 87,5 |
| Administração Pública | 77,5 | 87,2 | 76,5 | 84,2 | 77,0 | 86,0 |
| Alojamento e alimentação | 79,7 | 80,6 | 78,1 | 77,7 | 77,8 | 77,8 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e TV | 87,6 | 95,4 | 87,1 | 95,3 | 87,0 | 95,0 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 86,1 | 87,6 | 86,2 | 87,7 | 86,7 | 88,1 |
| Serviços Domésticos | 51,4 | 49,9 | 77,1 | 75,9 | 58,0 | 57,1 |
| Total | 77,4 | 81,7 | 77,1 | 79,9 | 77,2 | 81,1 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

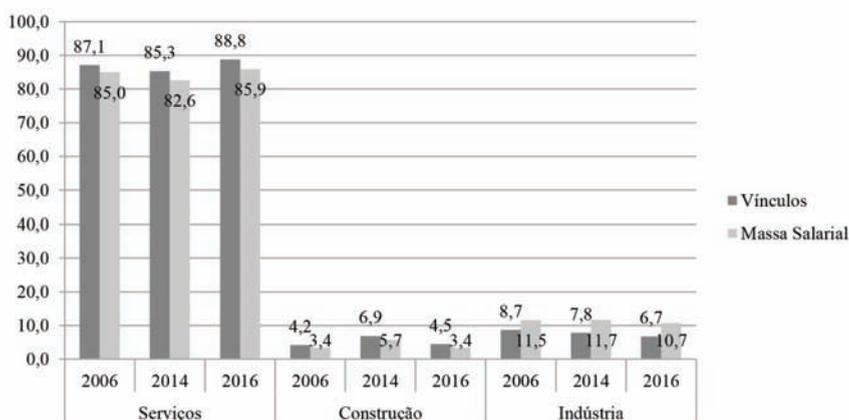
Quanto aos impactos do período de inflexão ultraliberal, dois ramos parecem ter sido os mais afetados: o da Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica e o ramo das Obras de Infraestruturas.

É bastante provável que suas quedas de participação metropolitana estejam em parte relacionadas aos impactos sentidos no circuito produtivo do petróleo fluminense durante esse período, seja por meio do esvaziamento da Indústria Naval – classificada dentro do ramo de Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica –, seja através da paralisação de importantes obras de infraestrutura, tendo o caso do ComPERJ como exemplar. Além, também, dos efeitos do fim das obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014, às Olimpíadas de 2016 e às políticas de redução dos investimentos públicos por parte dos governos federal e estadual.

4. Caracterização interna da economia metropolitana

Identificada tanto a maneira como a economia da RMRJ e do ERJ se inserem na economia nacional, e em quais atividades a RMRJ mais se destaca no cenário fluminense, cabe, neste momento, realizar um aprofundamento a respeito da estrutura econômica e do mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro. Para isso, optou-se, de início, por se utilizar de indicadores referentes aos Vínculos Empregatícios formais e das Massas Salariais, agrupando os Ramos de Atividade Econômica que aqui serão referidos como Grandes Setores, sendo eles: Serviços, Construção e Indústria (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: PARTICIPAÇÕES SETORIAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA RMRJ – 2006, 2014 E 2016 (EM %)



FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

Como já havia ficado claro na seção 3.3, o grande setor de Serviços foi, indiscutivelmente, o mais importante no mercado de trabalho metropolitano. Respondeu por cerca de 85,3% a 88,8% dos Vínculos formais, ao passo que o segundo colocado, o grande setor da Indústria, em seu melhor momento em termos de participação (ano de 2006), figurava distante com apenas 8,7%. O grande setor da Construção, além de representar a menor participação, foi também o que apresentou a maior oscilação em termos proporcionais – viveu importante aumento de 2006 a 2014, porém, em apenas dois anos, retornou quase que ao seu patamar do início da série. Esse crescimento de participação dos vínculos da Construção entre 2006 e 2014 se deu em meio à queda da participação dos vínculos dos Serviços e da Indústria. No período da inflexão ultraliberal (2014-2016), enquanto o aumento da participação dos Serviços se deu em meio a uma queda da Construção e Indústria – este último, inclusive, viu seus níveis de participação cair durante todos os anos destacados na série (2006-2014-2016), evidenciando uma tendência de perda de importância relativa no mercado de trabalho metropolitano.

Quanto à Massa Salarial, um aspecto que chama a atenção é o de que no grande setor da Indústria, entre 2006 e 2014, apesar de ter ocorrido uma redução de sua participação nos vínculos, sua participação na massa salarial metropolitana aumentou, mesmo que levemente (de 11,5% para 11,7%). Com exceção desse caso em particular, durante toda a série, para todos os grandes setores, os movimentos de oscilação das participações na Massa Salarial tenderam a seguir os dos Vínculos; ou seja, quando a participação dos Vínculos aumentou, a participação da Massa Salarial também seguiu a mesma tendência, valendo igualmente para os casos em que houve redução.

Outro aspecto importante é que enquanto as participações da Massa Salarial dos Serviços e de Construção se mantiveram em patamares um pouco abaixo de suas respectivas participações nos vínculos, na Indústria ocorreu o inverso: suas participações na Massa Salarial se mantiveram acima de suas participações nos vínculos, o que demonstra que o emprego industrial metropolitano tende, no geral, a possuir remunerações maiores do que as de atividades de serviços e de construção. E, se observadas com maior atenção, enquanto as participações da massa salarial de Serviços tenderam a se distanciar negativamente em relação às suas participações nos vínculos, no caso

da Indústria ocorreu o inverso. De modo que se pode afirmar que, ao longo da série analisada, a remuneração média do emprego de serviços sofreu uma redução, enquanto o emprego industrial parece ter aumentado sua remuneração média. Portanto, principalmente durante o período da inflexão ultraliberal (2014-2016), os serviços de maior remuneração parecem ter sofrido mais; já na indústria, os vínculos de menor qualificação foram os mais atingidos.

Ainda tendo o mercado de trabalho como parâmetro, optou-se, a partir daqui, pelo detalhamento dos Grandes Setores segundo seus respectivos Ramos de Atividade Econômica, com base na Massa Salarial e nos Vínculos Empregatícios. Contudo, passou-se a acrescentar informações de conteúdo absoluto deste último a fim de analisar a distribuição do emprego e sua remuneração na economia metropolitana de forma mais completa.

No que se referem aos ramos industriais (Tabela 4), as atividades que mais empregaram foram as da Indústria de Média-baixa e de Baixa intensidade tecnológica, seguidas, num patamar mais reduzido, pelas Indústrias de Média-alta Intensidade Tecnológica, pelas ligadas à Indústria Agropecuária e as ligadas à Indústria Extrativa. Já as atividades voltadas à Indústria de Alta Intensidade Tecnológica, à Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, e à Indústria Extrativa Mineral apresentaram baixa participação no mercado de trabalho industrial metropolitano ao longo da série. No que diz respeito ao período da inflexão ultraliberal, chama a atenção que todos os ramos tenham apresentado redução absoluta nos seus vínculos. Os que mais sofreram foram justamente aqueles que responderam pela maior participação: a Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica, que saiu de 79,7 mil vínculos em 2014 para 50,8 mil em 2016 – sendo bastante provável que essa queda brusca tenha sido influenciada, sobretudo, pelo desmonte da indústria naval, localizada principalmente em Niterói (SILVA; JESUS, 2017) –; a indústria de Baixa intensidade tecnológica, que em 2014 respondia por 61,9 mil postos de trabalho formais e, em 2016, atingiu a marca de apenas 49,7 mil. O ramo que menos sofreu redução nesse período foi o da Indústria de Alta Intensidade Tecnológica, pois, se em 2014 possuía 11,9 mil vínculos, em 2016 esse número passou para 10,3 mil.

Quanto à Massa Salarial, dois comportamentos se destacaram, justamente naqueles ramos voltados à cadeia petrolífera: primeiro em relação à Indústria Extrativa de Petróleo e Gás, que em 2006

representava 30% da massa salarial da indústria metropolitana – mesmo representando apenas 6,1% dos vínculos – e, em 2014 e 2016, suas participações foram de 12,4% e 11,2%, respectivamente; segundo, as Indústrias ligadas à Indústria Extrativa, num movimento inverso, de aumento de participação, saiu de apenas 7,9% em 2006 para atingir 29,8% e 33,8% em 2014 e 2016. Os demais ramos oscilaram, porém sem grandes alterações. A respeito da discrepância entre as participações dos Vínculos e Massa Salarial, o ramo das Indústrias ligadas à Indústria Agropecuária foi o que apresentou menor porcentagem de massa salarial em comparação aos vínculos. As maiores participações da massa salarial em comparação aos vínculos se deram na Indústria de Petróleo e Gás e nas Indústrias ligadas à Indústria Extrativa – fortalecendo o argumento apresentado anteriormente de que essas atividades tendem a ter altas remunerações, especialmente às vinculadas à Petrobras. O ramo da Indústria de Alta Intensidade Tecnológica também apresentou participação de sua massa salarial acima da participação nos vínculos, o que se explica pelo fato de demandar mão de obra mais qualificada tecnicamente do que em relação às indústrias de menor intensidade tecnológica.

TABELA 4: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DO SETOR INDUSTRIAL DA RMRJ – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|---|----------------|--------------|--------------------|----------------|--------------|--------------------|----------------|--------------|--------------------|
| | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) |
| Indústria Extrativa Mineral | 2.875 | 1,3 | 0,9 | 5.984 | 2,1 | 3,6 | 4.302 | 2,0 | 2,7 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 13.739 | 6,1 | 30,0 | 9.879 | 3,5 | 12,4 | 7.557 | 3,5 | 11,2 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 33.044 | 14,6 | 8,6 | 35.310 | 12,7 | 6,0 | 32.513 | 15,1 | 6,7 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 15.545 | 6,9 | 7,9 | 30.889 | 11,1 | 29,8 | 27.581 | 12,8 | 33,8 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 59.857 | 26,5 | 11,2 | 61.936 | 22,2 | 9,8 | 49.790 | 23,1 | 10,7 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 52.932 | 23,4 | 19,2 | 79.792 | 28,6 | 21,1 | 50.868 | 23,6 | 17,1 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 37.768 | 16,7 | 15,2 | 42.963 | 15,4 | 11,6 | 32.773 | 15,2 | 11,0 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 10.345 | 4,6 | 7,0 | 11.911 | 4,3 | 5,7 | 10.345 | 4,8 | 6,7 |
| Total | 226.105 | 100,0 | 100,0 | 278.664 | 100,0 | 100,0 | 215.729 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

Sobre o mercado de trabalho metropolitano da Construção (Tabela 5), no geral, o ramo que respondeu pela maior participação nos vínculos foi o de Obras de Infraestrutura – ainda que este tenha sido ultrapassado em 2016 pelo ramo de Serviços Especializados para Construção, 35,5% contra 35,1% –, sendo seguido justamente por este último e pelo ramo de Construção de Edifícios. Com uma participação bastante baixa, o ramo de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias ficou na última posição, afastado dos demais.

De um ponto de vista quantitativo, todos os ramos tiveram um aumento significativo entre 2006 e 2014, porém, acabaram sofrendo quedas bastante bruscas entre 2014 e 2016. O caso mais emblemático foi o do ramo de Obras de Infraestrutura, que em 2006 possuía 49 mil postos de trabalho formais e em 2014 atingiu a impressionante marca de 109,9 mil. Entretanto, em 2016, voltou quase ao mesmo patamar do início da série, com 50,2 mil postos de trabalho formais. Outro ramo que em termos proporcionais também oscilou bastante foi o da Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias. Saiu de 4,9 mil vínculos em 2006, atingiu 16,5 mil em 2014, e reduziu para 8,3 mil em 2016.

Em relação à Massa Salarial, o ramo de Obras de Infraestrutura também foi o que mais se destacou, seguido pelos Serviços Especializados para Construção, Construção de Edifícios e, bem abaixo dos demais, Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias. Entre 2006 e 2014, os ramos de Obras de Infraestrutura e de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias apresentaram aumento de participação, enquanto os demais tiveram uma redução. Já entre 2014 e 2016, o movimento se deu de forma contrária, com os ramos de Serviços Especializados para Construção e de Construção de Edifícios aumentando suas participações, enquanto os demais reduziram.

As maiores remunerações no mercado de trabalho da construção parecem estar localizadas nos ramos de Obras de Infraestrutura e de Incorporação e Atividades Imobiliárias Próprias, já que, em todos os anos analisados, suas participações na Massa Salarial foram superiores às suas participações nos Vínculos. Ao contrário, os ramos de Serviços Especializados para Construção e de Construção de Edifícios tiveram, também em 2006-2014-2016, suas participações nos Vínculos superiores às da Massa Salarial. Porém, enquanto no caso dos Serviços Especializados para Construção essa diferença foi maior em 2014 e 2016 do que em relação a 2006, no caso da Construção de

Edifícios, a tendência foi inversa (isto é, de aproximação entre ambas as participações), ao passo que em 2016 estas foram de 23,6% e 23% para Vínculos e Massa Salarial, respectivamente – o que demonstra que o padrão de remuneração do primeiro tendeu a cair ao longo do tempo, enquanto o segundo tendeu a uma elevação.

TABELA 5: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DO SETOR DA CONSTRUÇÃO DA RMRJ – 2006, 2014 E 2016

| RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|---|----------------|--------------|--------------------|----------------|--------------|--------------------|----------------|--------------|--------------------|
| | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 4.995 | 4,5 | 5,6 | 16.588 | 6,7 | 8,1 | 8.321 | 5,8 | 7,9 |
| Construção de edifícios | 29.036 | 26,2 | 20,1 | 49.632 | 20,1 | 17,4 | 33.715 | 23,6 | 23,0 |
| Obras de infraestruturas | 49.035 | 44,3 | 50,7 | 109.940 | 44,5 | 53,6 | 50.228 | 35,1 | 39,7 |
| Serviços especializados para construção | 27.643 | 25,0 | 23,6 | 70.732 | 28,6 | 20,8 | 50.863 | 35,5 | 29,4 |
| Total | 110.709 | 100,0 | 100,0 | 246.892 | 100,0 | 100,0 | 143.127 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

O mercado de trabalho dos Serviços metropolitanos (Tabela 6) teve nos ramos de Administração Pública e Comércio Varejista as atividades que mais empregaram durante a série, tanto dentro do setor de serviços, como em todo o mercado de trabalho – em 2014, auge de ambos, o total de vínculos em cada um desses ramos foi de 600,3 mil e 496,3 mil, respectivamente. Em sequência, destacaram-se o ramo de Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas, o ramo de Transporte, Armazenagem e Distribuição e o de Outras Atividades de Serviços Pessoais – este último seguido de perto pelo ramo de Alojamento e Alimentação, pelo de Educação e pelo de Serviços de Saúde e Assistência Social. O ramo de menor peso participativo foi, de forma isolada, o de Administração e Comércio de Imóveis. Outros que também apresentaram baixa participação nos vínculos foram: Telecomunicações e Comunicação (exceto rádio e TV), Serviços de TI, Comércio de Reparação de Automóveis, Serviços Industriais de Utilidade Pública e, por fim, Atividades Artísticas, Culturais, Esportivas e de Rádio e TV. Outros ramos da RMRJ que também não se destacaram em termos de participação nos vínculos, mas que possuem relevância pela característica de atividades extremamente qualificadas

tecnicamente (vinculadas à chamada “economia do conhecimento” ou em posição de comando do processo de acumulação do capital) são os de: Serviços Financeiros; Serviços Técnico-profissionais e Científicos; e Serviços de TI. No caso da RMRJ, esses serviços representaram, em 2014, 8,8%, 10,5% e 8,8% dos vínculos nacionais¹⁶, respectivamente.

Ao contrário do que ocorreu nos ramos industriais e de construção, os ramos de serviços não apresentaram grandes oscilações em suas participações no mercado de trabalho ao longo da série. O caso de maior destaque entre 2006 e 2014 foi o da Administração Pública, que viu sua participação reduzir de 23,2% para 19,7%. Entre 2014 e 2016, o destaque negativo ficou por conta da redução de participação dos Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas, 9,5% e 7,9%, respectivamente, e o positivo por conta da Educação, 6,4% para 7,1% – este último explicado por um aumento absoluto em seus vínculos: 195,5 mil em 2014 para 202,7 mil em 2016. Ainda em termos quantitativos, entre 2006 e 2014 todos os ramos aumentaram significativamente seus vínculos, chamando a atenção para o forte crescimento principalmente nos ramos ligados ao comércio, no caso o Varejista e Atacadista, o de Transporte, Armazenagem e Distribuição, os Serviços Técnico-profissionais e Científicos, Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas, e Alojamento e Alimentação. Já entre 2014 e 2016, com exceção de Educação e Serviços de Saúde e Assistência Social, todos os ramos apresentaram queda absoluta de seus vínculos, com o ramo de Serviços de Apoio às Empresas e Pessoas apresentando os piores resultados.

Em relação à Massa Salarial, podemos identificar dois grupos, um formado pelos ramos que apresentaram sua participação num nível mais elevado que de seus vínculos, e outro com a participação da massa salarial abaixo de sua participação nos vínculos:

- (1) Ramos de participação da Massa Salarial acima da participação dos Vínculos: Administração Pública; Serviços Financeiros; Comércio Atacadista; Telecomunicações e Comunicações (exceto rádio e TV); Serviços Técnico-profissionais e Científicos; Serviços de TI; Educação; Atividades Artísticas,

¹⁶ A título de comparação, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) apresentou participações equivalentes em 2014 de: 28,9%, 23,6% e 34,8%. Portanto, ainda que em relação à RMSP a RMRJ tenha estado num patamar bastante inferior, no que se refere ao país, a RMRJ tem certa relevância, mesmo que não seja considerada alta.

Culturais, Esportivas e de Rádio e TV; Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- (2) Ramos de participação dos Vínculos acima da participação da Massa Salarial: Comércio Varejista; Serviços de Apoio às Empresas e às Pessoas; Alojamento e Alimentação; Serviços de Saúde e Assistência Social; Comércio e Reparação de Automóveis; Transporte, Armazenagem e Distribuição; Administração e Comércio de Imóveis; Organizações Associativas e Organismos Internacionais; Outras Atividades de Serviços Pessoais; Serviços Pessoais¹⁷.

No primeiro grupo, entre os ramos de maior peso relativo, o destaque ficou por conta da Administração Pública, que apresentou a maior diferença entre sua participação na massa salarial em relação à participação nos vínculos, o que demonstra que sua remuneração média pode ser considerada elevada. Basicamente, essa discrepância nas participações da Administração Pública se manteve constante durante a série analisada, transitando numa diferença percentual de cerca de 12% entre a participação na massa salarial em relação à participação nos vínculos.

No segundo grupo, entre aqueles de maior participação, o destaque foi o do ramo do Comércio Varejista, com a diferença entre suas participações da massa salarial e vínculos girando em torno de 8%, porém neste caso com o percentual de participação dos vínculos acima da participação da massa salarial, evidenciando uma média salarial num patamar inferior aos demais ramos. O segundo ramo nesse quesito foi o de Serviços de Apoio às Empresas e Pessoas, porém apresentando uma discrepância menor, ainda que proporcionalmente significativa para o ramo quando analisado de forma isolada.

Nesse sentido, é interessante notar que justamente os dois ramos que mais empregaram, tanto no setor de serviços, quanto no mercado de trabalho como um todo (nos empregos formais), apresentaram características distintas quanto à massa salarial. Enquanto a Administração Pública se caracteriza por empregos de remuneração mais elevada, o Comércio Varejista tende a gerar empregos mais precários e, portanto, de menor remuneração. O que

¹⁷ Por não ter atingido nem mesmo 0,1, as diferenças nas participações de Vínculos e Massa Salarial não puderam ser demonstradas na tabela.

demonstra a importância que o setor público tem para a dinâmica econômica metropolitana, e como o comércio varejista acaba se colocando como uma alternativa de emprego para uma população menos qualificada tecnicamente e ameaçada pelo desemprego.

TABELA 6: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E MASSA SALARIAL DO SETOR DE SERVIÇOS DA RMRJ – 2006, 2014 E 2016

| Ramos de Atividade Econômica | 2006 | | | 2014 | | | 2016 | | |
|--|------------------|--------------|--------------------|------------------|--------------|--------------------|------------------|--------------|--------------------|
| | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) | Vínculos | Vínculos (%) | Massa Salarial (%) |
| Serviços industriais de utilidade pública | 39.708 | 1,7 | 2,6 | 49.604 | 1,6 | 2,2 | 48.198 | 1,7 | 2,5 |
| Comércio e reparação de automóveis | 35.683 | 1,6 | 1,0 | 45.186 | 1,5 | 1,0 | 41.270 | 1,4 | 0,9 |
| Comércio atacadista | 79.539 | 3,5 | 4,2 | 115.849 | 3,8 | 3,8 | 110.975 | 3,9 | 3,7 |
| Comércio varejista | 368.775 | 16,2 | 7,8 | 496.355 | 16,3 | 8,1 | 468.846 | 16,5 | 8,2 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 168.674 | 7,4 | 6,3 | 249.882 | 8,2 | 7,7 | 224.001 | 7,9 | 7,4 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto rádio e TV) | 30.556 | 1,3 | 2,7 | 41.093 | 1,3 | 2,0 | 34.689 | 1,2 | 2,0 |
| Serviços Financeiros | 69.827 | 3,1 | 7,0 | 78.283 | 2,6 | 5,5 | 74.922 | 2,6 | 5,8 |
| Administração e comércio de imóveis | 7.633 | 0,3 | 0,2 | 10.624 | 0,3 | 0,3 | 10.273 | 0,4 | 0,3 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 76.417 | 3,4 | 4,7 | 113.811 | 3,7 | 5,1 | 92.583 | 3,3 | 4,2 |
| Serviços de TI | 26.268 | 1,2 | 1,8 | 39.939 | 1,3 | 2,2 | 35.861 | 1,3 | 2,2 |
| Serviços de apoio às empresas e às pessoas | 193.651 | 8,5 | 5,5 | 288.981 | 9,5 | 6,2 | 226.215 | 7,9 | 5,4 |
| Educação | 134.811 | 5,9 | 6,1 | 195.525 | 6,4 | 8,2 | 202.799 | 7,1 | 9,0 |
| Serviços de saúde e assistência social | 111.591 | 4,9 | 3,7 | 175.119 | 5,7 | 4,9 | 180.562 | 6,3 | 5,4 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 61.907 | 2,7 | 2,4 | 83.540 | 2,7 | 2,5 | 75.680 | 2,7 | 2,5 |
| Administração Pública | 526.694 | 23,2 | 35,6 | 600.376 | 19,7 | 31,7 | 568.318 | 20,0 | 31,2 |
| Alojamento e alimentação | 129.184 | 5,7 | 2,3 | 207.019 | 6,8 | 2,9 | 197.708 | 6,9 | 3,1 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e TV | 38.666 | 1,7 | 2,5 | 49.383 | 1,6 | 2,5 | 47.556 | 1,7 | 2,4 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 172.255 | 7,6 | 3,6 | 206.716 | 6,8 | 3,4 | 206.557 | 7,3 | 3,8 |
| Serviços Domésticos | 244 | 0,0 | 0,0 | 344 | 0,0 | 0,0 | 127 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 2.272.083 | 100,0 | 100,0 | 3.047.629 | 100,0 | 100,0 | 2.847.140 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: MTE – RAIS (Vínculos e Massa Salarial); MDIC – Comex Stat.

Sendo assim, pode-se afirmar que as atividades de serviços são absolutamente preponderantes no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na estrutura econômica da RMRJ, seja por sua participação nos vínculos formais empregatícios, seja pelo seu peso na massa salarial. Entretanto, ainda que representem pouco em termos de participação, as remunerações das atividades industriais são mais elevadas que as dos serviços e da construção, o que, em tese, as confere uma maior capacidade e potencial de fomentar o dinamismo na estrutura econômica metropolitana.

Um fato curioso que vale ser ressaltado é de que os dois ramos que isoladamente mais contribuíram para a geração de emprego no mercado de trabalho metropolitano – Administração Pública e Comércio Varejista – apresentaram padrões de remuneração bastante distintos. Enquanto o primeiro tendia a possuir os vínculos de salários mais elevados, o segundo, ao contrário, apareceu como o ramo com pior relação vínculo/massa salarial. Isso demonstra duas coisas: uma importância significativa do emprego público para a economia da RMRJ, e um mercado de trabalho ainda muito dependente de atividades de baixa remuneração, sobretudo vinculada ao comércio, e não necessariamente às atividades produtivas, que são, em tese, mais dinâmicas.

Nesse sentido, e considerando os efeitos na estrutura econômica e mercado de trabalho metropolitano em meio ao período de inflexão ultraliberal, parece ter ficado bastante evidente com a análise dos dados que, a partir de 2014 até 2016, as atividades que mais sofreram foram justamente aquelas vinculadas às atividades produtivas. Todos os ramos industriais e de construção sofreram quedas significativas na quantidade de vínculos empregatícios, precisamente aqueles que mais empregaram: Indústrias de Baixa e de Média Baixa intensidade tecnológicas e Obras de Infraestrutura. E nos ramos de serviços, o que mais sofreu nesse mesmo período foi o ramo Serviços de apoio às Empresas e às Pessoas, parte do setor de serviços produtivos.

Portanto, ao que parece, as fragilidades e os problemas da estrutura econômica metropolitana do Rio de Janeiro tenderam a se acentuar a partir da inflexão ultraliberal, principalmente no que se refere ao pouco aproveitamento do potencial dinâmico das atividades industriais e produtivas, e a uma dependência das atividades de

serviços voltadas à administração e serviços públicos e a vínculos empregatícios de baixa remuneração e dinamismo econômico.

Considerações finais

Realizadas tanto a revisão bibliográfica a respeito da estrutura econômica regional-metropolitana do Rio de Janeiro, quanto a análise dos indicadores utilizados na pesquisa, cabe, neste momento, tecer alguns comentários de caráter conclusivo sobre aspectos que chamam maior atenção.

O primeiro deles é a similaridade encontrada entre as características mais problemáticas e de maior fragilidade apresentadas pelas estruturas econômicas do ERJ e RMRJ em relação ao Brasil. Ou seja, *os principais problemas e fragilidades da estrutura econômica regional-metropolitana do Rio de Janeiro, em muito, expressam condições postas, também, em escala nacional*. De modo que, ao mesmo tempo que o ERJ e sua metrópole são, de certa forma, atingidos pelo contexto nacional em que estão inseridos, as dificuldades enfrentadas por eles também são empecilhos para uma melhoria das condições da estrutura econômica e desenvolvimento do país, haja vista sua importância para a economia nacional.

Portanto, se de um lado as tendências nacionais¹⁸ de terciarização do mercado de trabalho, de reprimarização da pauta exportadora e da estrutura econômica, de desindustrialização (principalmente das atividades de maior conteúdo tecnológico), de baixo aproveitamento e articulação da capacidade técnica e científica com circuitos de produção competitivos internacionalmente, e de fragmentação e especialização regional-produtiva (frutos, em grande medida, das políticas macroeconômicas adotadas em âmbito nacional), impactaram o território regional-metropolitano do Rio de Janeiro, de outro lado, a RMRJ e o ERJ (ao passo que esse último representa a segunda mais importante UF do país do ponto de vista econômico), ao apresentar um desempenho errático e inconsistente cada vez mais dependente de demandas externas (com pouca capacidade de articulação inter-regional e intersetorial, sem grandes possibilidades

¹⁸ E, é bom lembrar, tendências decorrentes, por sua vez, de transformações que também são de dimensão global.

de verticalização e adensamento), certamente impossibilitaram maiores fatores de transbordamento de seu potencial econômico para outras regiões, impactando dessa forma o desempenho nacional.

Sendo assim, avançando a análise, pode-se afirmar que:

(1) No país, se quisermos desenvolver políticas de planejamento e de indução do desenvolvimento nacional e regional, é recomendável que, a fim de reduzir as dificuldades e de aproveitar potencialidades já existentes, a economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro seja considerada em sua importância, principalmente por conta das oportunidades representadas pelo setor petrolífero e seus possíveis adensamentos da cadeia produtiva, como também pela presença de importante corpo técnico e científico nos centros de pesquisa e instituições de ensino localizados, sobretudo, no município do Rio de Janeiro.

(2) Desarticuladas de eventuais políticas similares na escala nacional (ou seja, sem o enfrentamento dos obstáculos e restrições impostas ao setor produtivo do país como um todo a partir da revisão das políticas macroeconômicas adotadas nas últimas décadas), sem investimentos e incentivos consistentes nas áreas da ciência, tecnologia e pesquisa por parte do governo federal e das empresas públicas – principalmente da Petrobras, no caso do Rio de Janeiro –, é bastante provável que não se consiga promover políticas de desenvolvimento regional-metropolitano capazes de superar os principais problemas e fragilidades identificadas na estrutura econômica do ERJ e RMRJ.

Como segundo aspecto a ser levantado, essa situação de dependência do ERJ e da RMRJ às condições político-econômicas nacionais parece ter sido confirmada no período entre 2014 e 2016, caracterizado por um agudo movimento de *inflexão ultraliberal*. Isso acabou por desencadear um *processo de agravamento dos problemas e fragilidades* que já vinham sendo apresentados pela estrutura econômica regional-metropolitana do Rio de Janeiro.

Com base nos indicadores analisados, ficou muito claro que as atividades consideradas de caráter produtivo – sejam elas as industriais, sejam da construção ou dos serviços produtivos – foram justamente as que mais sofreram diminuição na capacidade de contratação. Na Indústria metropolitana, o ramo mais afetado foi justamente aquele que mais empregou, o da Indústria de Média-

baixa intensidade tecnológica, ramo esse que engloba a Indústria Naval, uma das mais atingidas nesse período. O mesmo ocorreu na Construção, que, junto à Indústria, sofreu as maiores perdas de postos de trabalho – o ramo de pior desempenho entre 2014 e 2016 foi o de Obras de Infraestrutura. O que pode se explicar não apenas pelo fim das obras para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, mas também pelas paralisações de importantes obras que vinham se desenvolvendo na RMRJ, em especial a do CompERJ, em Itaboraí.

De outro lado, a dependência da demanda externa no contexto da reprimarização da pauta exportadora, basicamente restrita ao petróleo, fez com que a queda dos preços internacionais dessa mercadoria, a partir de 2014, agravasse ainda mais esse quadro, comprometendo justamente a atividade mais dinâmica do ERJ – a indústria extrativa do petróleo. Isto é, aquela que, nas últimas décadas, lhe assegurou a continuidade no posto de segunda UF mais importante economicamente do país.

Quanto às atividades de serviços, durante o período de inflexão ultraliberal, parece ter havido também uma acentuação do processo de terciarização da estrutura econômica e do mercado de trabalho regional-metropolitano do Rio de Janeiro. Apesar de, na RMRJ, em quantidade de postos de trabalho formais – com exceção da Educação e dos Serviços de Saúde –, as atividades de serviços terem diminuído seus postos de trabalho, essa perda se registrou numa intensidade significativamente menor do que na Indústria e Construção. E, indo além, as perdas dentro dos serviços, tanto na RMRJ quanto no ERJ, se deram mais no setor de Serviços Produtivos do que no de Serviços Distributivos, de modo que este último, entre 2014 e 2016, aumentou sua participação no mercado de trabalho, enquanto o primeiro, junto da Indústria e Construção, fez o caminho inverso. Portanto, isso demonstra que os processos de terciarização do mercado de trabalho, de desindustrialização e de reprimarização da estrutura econômica do Rio de Janeiro caminham lado a lado e, ao que parece, foram ainda mais agravados durante o período pós-2014.

Agora, quanto à inserção da RMRJ na economia fluminense, pode-se afirmar que ela se deu, sobretudo, por meio das atividades de serviços, especialmente os serviços mais qualificados e especializados e do setor de serviços produtivos. O que parece

indicar que o papel preponderante que a RMRJ cumpre na estrutura econômica fluminense é, sobretudo, vinculado às atividades de comando e gestão de determinados circuitos produtivos a partir da presença de sedes administrativas de grandes empresas e de atividades científicas e de pesquisa que dão suporte às etapas de produção. Um caso exemplar é o referente ao circuito produtivo petrolífero – como se viu, determinante para a economia do ERJ e, até mesmo, para o país –, em que as atividades de pesquisa e científicas localizadas na RMRJ, especificamente no município do Rio de Janeiro, foram determinantes para o sucesso das atividades produtivas de exploração do petróleo e gás, e onde também se encontram as sedes nacionais e regionais de importantes empresas desse setor, sendo a principal delas a Petrobras.

Quanto à indústria, a indicação que se tem a partir das análises dos dados é de que, novamente, a RMRJ tende a se articular com a economia fluminense, especialmente, a partir do circuito de produção petrolífero. Dentro das etapas consideradas de caráter produtivo desse circuito, a RMRJ se insere por meio das atividades industriais ligadas à extração (no caso, o refino do petróleo, que é realizado principalmente na Reduc, no município de Duque de Caxias), e por meio da indústria naval, localizada especialmente em Niterói, que vivenciou um período de retomada nos anos 2000 por conta das políticas de conteúdo local e de encomendas promovidas pelo governo federal e Petrobras, mas que acabou sofrendo com os fortes impactos políticos da inflexão ultraliberal no período pós-2014. Nas demais atividades industriais, principalmente no que se refere à indústria de transformação, aparentemente a RMRJ não exerce um papel tão determinante, estando essa indústria mais dispersa no território fluminense, com o Médio Paraíba Fluminense, localizado na região Sul do ERJ, exercendo certa importância no cenário estadual a partir dos segmentos industriais da siderurgia e automotiva, porém sem grandes articulações com a RMRJ.

Sendo assim, o papel desempenhado pela RMRJ na economia estadual-regional, ainda que proporcionalmente grande – até por conta da histórica concentração populacional fluminense nessa região – tende a ser limitado, expressando as fragilidades econômicas apontadas acima, e que acabam por se estender à dimensão territorial, às próprias articulações inter-regionais no

ERJ. Estas são ainda muito restritas à extração e refino de petróleo e às atividades de serviços que comandam esse setor, carecendo de maiores articulações intersetoriais e de maior adensamento e verticalização produtiva, sobretudo em atividades vinculadas à indústria de transformação e a eventuais circuitos de produção que não sejam os do petróleo.

O alerta que fica é sobre os efeitos que a inflexão ultraliberal pode implicar para a economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro nos próximos anos. O aprofundamento de políticas de caráter ultraliberal pode afetar justamente aquelas atividades que se mostraram mais dinâmicas e com o maior potencial de reverter o quadro atual de fragilidades. As políticas estatais que, nos últimos anos, vinham trazendo expectativas quanto à melhora da capacidade de adensamento das cadeias produtivas do petróleo – principalmente através do CompERJ, como também com a própria Indústria Naval, que era um exemplo positivo –, acabaram sendo abortadas com o início dos efeitos da Operação Lava Jato, com a queda dos preços internacionais do petróleo e com as mudanças no governo federal e na administração da Petrobras.

Ainda nesse sentido, uma característica apontada por vários autores como uma potencialidade da RMRJ a ser mais bem explorada é a presença de importantes centros de pesquisa e de ensino. Novamente, políticas ultraliberais, de redução dos investimentos em ciência e tecnologia e de esvaziamento do ensino público do país, podem atingir em cheio essas atividades. O que poderia agravar ainda mais a situação de desarticulação e baixo aproveitamento delas na estrutura econômica fluminense. Soma-se a isso o peso que a Administração Pública demonstrou para a geração de empregos e para a participação da massa salarial metropolitana. Novamente, políticas ultraliberais de redução do Estado, seja em nível federal, seja em nível estadual, tendem a impactar diretamente a economia regional-metropolitana do Rio de Janeiro, contribuindo para o agravamento de seus problemas e fragilidades.

Por fim, se nenhuma atitude for tomada nos próximos anos no sentido de promoção de políticas de desenvolvimento econômico e social articuladas e integradas tanto por parte do governo federal, como pelo governo do Estado, é bastante

provável que os quadros de terciarização excessiva do mercado de trabalho, de desindustrialização das atividades de maior conteúdo tecnológico, de reprimarização da estrutura econômica e de desarticulação inter-regional não apenas permaneçam, como também se aprofundem.

Marcelo Gomes Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrôpoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras e do projeto de pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrôpoles 2017-2022. Contato: marceloribeiro@ippur.ufrj.br.

Vitor Vieira Fonseca Boa Nova é pesquisador do Observatório das Metrôpoles. Arquiteto e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional e doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Contato: vitorvboanova@gmail.com.

Wagner Munis é pesquisador do Observatório das Metrôpoles. Economista e Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Contato: munizww@yahoo.com.br.

Referências

ARAÚJO, J. B.; LIVRAMENTO, M.; FINATTI, R.; MAROTA, R. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 773-789.

BOA NOVA, V. **Indústria automotiva no Médio Paraíba Fluminense**: arranjos políticos e impactos na agenda urbano-regional da Sub-região das Agulhas Negras. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. 1ª Edição. São Paulo: UNESP, 2008.

DICKEN, P. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. 5ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FRAGÃO, L. Estudo mostra que golpe reduziu investimentos na Petrobras e deixou 33 mil desempregados em Campos. **Revista Fórum**, 19 agosto de 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/estudo-mostra-que-golpe-reduziu-investimentos-na-petrobras-e-deixou-33-mil-desempregados-em-campos/>. Acesso em 20 ago. 2019.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; TORRES, R. Desempenho econômico do Rio de Janeiro: trajetórias passadas e perspectivas futuras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 681-711, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Nacionais, **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2006 a 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Comex Stat**, Exportação Municípios, 2006 a 2016.

MORAES, R.; OLIVEIRA, F. J. G. de. Os Circuitos Espaciais de Produção no RJ e SP: Formação e Integração da Megarregião Rio-SP. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos. **Anais...** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 1113-1130.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais**, 2006 a 2016.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, p. 113-140, jun. 1996.

PIQUET, R.; HASENCLEVER, L.; SHIMODA, E. O desenvolvimento e a política de conteúdo local na indústria petrolífera: visões divergentes. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 12, n. 24, Curitiba, p. 1-26, jan./abr. 2016.

PIQUET, R.; TAVARES, É.; PESSÔA, J. M. Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 201-224, jan./abr. 2017.

RIBEIRO, M. G.; RODRIGUES, J. **As Metrôpoles brasileiras na divisão socioespacial do trabalho**. In: XVIII ENANPUR. Anais... Natal: Anpur, 27 a 31 maio de 2019, código verificador U6XYfemISn7P. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1232>. Acesso em 23 set. 2020.

SIQUEIRA, H. “Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/INCT, 2015, p. 79-116.

SILVA, R. D. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SILVA, R. D. da; JESUS, C. G. Trabalhadores a ver navios: Reflexões sobre o mercado de trabalho na indústria naval na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 225-248, jan. 2017.

SILVA, R. D. da; IRAZÁBAL-ZURITA, C. E. Boom, burst e doom: O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro como catalisador do desenvolvimento urbano-regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 351-370, 2019.

SILVA, S. C. da. Globalização e o circuito espacial de produção petrolífero: as cidades da informação e as cidades da extração. In: XI ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 12 a 19 out. 2015, p. 4774-4785.

SOBRAL, B. L. B. **MetrÓpole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013

Região Metropolitana de São Paulo: desempenho e inserção regional no período de 2006 a 2016

Cassiano José Bezerra Marques Trovão
Thiago Noronha Sugimoto
Beatriz Tamaso Miotto

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de analisar a dinâmica recente da economia e do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerando seu padrão de integração regional e nacional. O recorte metodológico das variáveis, escalas e períodos de análise segue aquele utilizado nos outros capítulos deste livro, ou seja: 1) dados sobre a distribuição setorial das atividades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), do mercado de trabalho formal (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] – Relação Anual de Informações Sociais [RAIS]) e de comércio externo (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços [MDIC] – Comex Stat); 2) observação da escala metropolitana e, quando pertinente, do Estado e da região intermediária (IBGE, 2017); 3) os períodos 2006 e 2014 (de crescimento econômico com participação relevante do Estado) e 2015 e 2016 (de retração econômica com uma inflexão nas bases de atuação do Estado).

O capítulo está organizado em quatro seções que se seguem a esta introdução. A primeira seção resgata alguns aspectos do desenvolvimento da metrópole e delimita três fenômenos que consideramos cruciais para uma análise econômica atual da RMSP, a saber: a desconcentração produtiva; a desindustrialização; e a reprimarização da pauta exportadora. A segunda seção analisa empiricamente as mudanças da estrutura produtiva e do comércio externo, enquanto a terceira tem foco no mercado de trabalho formal. Ambas buscam caracterizar os fenômenos supracitados e embasar as conclusões do trabalho, expressas na última seção.

1. Questões norteadoras para a análise de estrutura produtiva e do emprego da RMSP e RGInt de São Paulo

Não é novidade na literatura sobre a questão regional brasileira a importância do Estado de São Paulo (SP) e sua Região Metropolitana (RMSP) enquanto articuladores do processo de desenvolvimento nacional. A trilogia do Professor Wilson Cano¹ sobre a origem, concentração e desconcentração produtiva regional do Brasil analisa de forma profunda a conformação dos laços de integração (via efeitos de bloqueio, estímulo e destruição) que tornaram e tornam o Estado e a RMSP polarizadores de diversas escalas: desde as de abrangência mais imediata (interestadual e intraestadual) até a nacional e supranacional (Cone Sul, América Latina etc.).

Como aponta Brandão (2007), os fenômenos de integração (que estabelecem o enlace de regiões e estruturas produtivas que formam um espaço de acumulação nacional) e polarização (que se constituem como o elemento hierárquico e um “campo de forças” que se distribui desigualmente pelo espaço) são elementos definidores da divisão territorial do trabalho. Segundo Cano (1990), a natureza dessa integração se altera conforme as características do padrão de acumulação nacional que, no século XX, foi amplamente pautado na unicidade dos processos de industrialização e urbanização/metropolização. Para o autor, a partir dos anos 1930, a integração ocorreu através dos fluxos comerciais de bens correntes, favorecendo o crescimento das atividades produtivas paulistas com o alargamento do mercado nacional. Posteriormente, a partir da segunda metade dos anos 1950, o padrão de acumulação de capital da economia brasileira foi alterado com a implantação da indústria pesada, irrompendo uma segunda fase de integração nacional em que se verifica que o processo se estendeu para além do fluxo de comércio. Nessa fase, a integração seria reforçada pelos desdobramentos do próprio processo de acumulação de capital produtivo e industrial do país. Nas palavras de Cano (1990, p. 1), “essa mudança qualitativa é de grande importância, pois consolidava a Grande São Paulo como o centro dinâmico da economia nacional.”

¹ Ver Cano (1997; 2007; 2008).

Dessa forma, ao mesmo tempo que, historicamente, a integração regional rompeu o isolamento inter-regional e, portanto, com parte das limitações técnicas, espaciais e temporais dos ciclos produtivos locais, também impôs um processo acelerado de criação de desigualdades, no qual a RMSP passou a deter as características de polo nacional², ou seja,

(...) estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que ainda serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central, marcada por forças aglomerativas e apropriando-se de economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo presentes nos espaços construídos nos núcleos urbanos centrais do processo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007, p. 81).

A face distributiva desse processo no espaço foi, até a década de 1970, a concentração das atividades industriais, da população e da infraestrutura, expressas em uma rede urbana mais densa e complexa desde a RMSP até o interior do Estado³. Autores de diversas matizes teóricas analisaram as razões, efeitos e condicionantes econômicos e sociais desse fenômeno (AZZONI, 1986; CANO, 1998; 2007; DINIZ, 1993) que não cabem ser discutidos neste capítulo. No entanto, vale destacar que, ao concentrar parte relevante da atividade industrial em seu espaço, a RMSP tornou-se a primeira praça financeira e mercantil do país, com um terciário diversificado e especializado em serviços produtivos/industriais/pessoais complexos (CANO, 2011).

A natureza dessa polarização começa a se transformar a partir dos anos 1970, quando se inicia o processo de desconcentração produtiva regional. Dois vetores o definem: o primeiro é o da perda de participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) de SP e RMSP em relação aos demais Estados do Brasil; o segundo é o de uma reestruturação produtiva que transforma o “fato metropolitano” e

² Nos estudos empíricos que extrapolam os limites da análise econômica como as REGICs (IBGE, 1972; 1987; 1993; 2007; 2018), a posição de São Paulo como metrópole nacional é recorrente. Obviamente, essa polarização sofre alterações ao longo do tempo, como veremos adiante.

³ Nesse sentido, cabe ressaltar que, além da industrialização, a agricultura paulista também contribuiu para esse movimento, uma vez que monta um sistema agroindustrial complexo que dinamiza tanto o campo como as cidades do interior do Estado.

a forma espacial da cidade (LENCIONI, 2005)⁴, cuja direção, no caso paulista, é o interior. Ambos estão bastante documentados na literatura e são fruto, de um lado, de transformações na dinâmica das empresas e das condições de concorrência (desverticalização, deseconomias de aglomeração, busca por novas fontes de matéria prima etc.) e, de outro, das políticas deliberadas do Estado – que produziram, em outras regiões, novas condições de acumulação, tanto na escala nacional como estadual⁵ – ou da ausência delas, que colocou em marcha a força fragmentadora da Guerra Fiscal.

Esses aspectos, obviamente, são mediados pelo ciclo econômico, já que, diferentemente dos anos 1970, a partir da década de 1980, o país passou a enfrentar momentos severos que combinaram baixo crescimento médio do PIB, crise econômica, crise fiscal e financeira. Não por outra razão, Cano (1998) qualifica o movimento nacional entre 1970 e 1980 como um processo de *desconcentração virtuosa*.⁶ e o período entre 1980 e 2005 como um movimento desconcentrador de caráter *espúrio*⁷ (sendo o período entre 1980 e 1989 de convergência da renda média, mas com baixo crescimento, e o período entre 1990 e 2005 de desconcentração com desindustrialização, desnacionalização e guerra fiscal).

⁴ Nas palavras da autora: “Seja em que casos forem, estamos diante de um processo histórico no qual a metamorfose da forma social da produção industrial se gesta uma metamorfose na forma espacial da cidade. Já se foram os dias em que a relação entre a forma social da produção industrial era a fábrica e a forma espacial da cidade era a cidade industrial com seus limites claramente demarcados pela concentração territorial da indústria” (LENCIONI, 2005, p. 47).

⁵ “(...) à medida que a Área Metropolitana começou a apresentar saturação, o Governo do Estado orientou seus investimentos para o interior, especialmente com a construção de uma rede de transportes ligando o litoral e a Área Metropolitana com o Interior. Isto veio facilitar a reorientação geográfica do crescimento industrial dentro do próprio Estado, reduzindo o seu transbordamento para outros Estados ou regiões do país” (DINIZ, 1993, p. 50).

⁶ “Nesse período, agricultura, indústria e serviços apresentaram altas taxas de crescimento, gerando efeitos dinâmicos de encadeamento recíprocos. Embora São Paulo perdesse alguns pontos porcentuais também dos PIBs gerados pelo primário e pelo terciário, a modernização e a diversificação desses setores em São Paulo permitiram-lhe alto crescimento acumulado no período, de, respectivamente 42 e 114%” (CANO, 2008, p. 226).

⁷ “A desconcentração no sentido São Paulo-restante do país, se mantida a política neoliberal, continuará tendo um alto componente espúrio, e padecerá, crescentemente, dos efeitos perversos que a desestruturação industrial está causando. Tais efeitos não só têm prejudicado ainda mais a economia paulista, como também, obviamente, afetam o parque industrial periférico, que é muito menos articulado que o de São Paulo” (CANO, 2008, p. 233).

Esse segundo período levaria, como atestam Pacheco (1998), Bacelar (1997), Vainer (2007) e Macedo (2010), a uma tendência/tensionamento em direção à fragmentação do espaço nacional, com aumento das desigualdades intra e inter-regionais e à restrição dos encadeamentos produtivos enquanto elementos endógenos de crescimento e solidariedade entre as regiões do país. A partir da segunda metade dos anos 2000, a combinação de um cenário externo positivo e de políticas estatais de investimento público e de distribuição de renda (que terão conteúdo regional implícito⁸) renovou, em parte, o movimento virtuoso da desconcentração, mas em um ambiente ainda contraditório, dado que persistiu a guerra fiscal, avançou-se o processo de desindustrialização (o qual trataremos adiante) e o de reprimarização da pauta exportadora. Essas contradições ficaram ainda mais evidentes quando o país passou a enfrentar anos de baixo crescimento, após 2011, e de recessão, de 2015 em diante. O pós-2015 será reforçado pelas políticas de austeridade e pelos efeitos econômicos da Operação Lava Jato (PINTO; PINTO; SALUDJIAN *et al.*, 2019)

No que tange ao vetor RMSP–interior, suas características são distintas. Em primeiro lugar, porque a desconcentração criou centros industriais e tecnológicos integrados à metrópole e, em segundo, porque esse movimento significou uma refuncionalização da própria RMSP rumo a uma polarização pautada pela importância do seu setor financeiro, dos serviços especializados e do comércio, reforçando, por outras vias, seu papel de comando na economia nacional e de articulação com a economia mundial. Diniz e Diniz (2007), Lencioni (2005; 2011), Silva, Cunha e Ortega (2017) atentam, ainda, para o fato de que essa transformação significou a formação de um espaço regional que extrapola os limites metropolitanos conformados no século XX, denominado pela literatura recente de Macrometrópole paulista. Os primeiros autores entendem esse processo por meio dos eixos de expansão e das mudanças populacionais e produtivas no interior da metrópole⁹, que conformariam, em consonância aos

⁸ Ver Guimarães Neto (2010).

⁹ “As mudanças estruturais dentro da economia da região também foram significativas. Até a década de 1970 o crescimento econômico foi guiado pelo setor industrial. Entretanto, entre 1980 e 2000, o peso da indústria de transformação na ocupação caiu de 38% para 20%, demonstrando um rápido processo de transformação e

demais autores supracitados, uma cidade-região que abrange, além da RMSP, as regiões metropolitanas (RMs) de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos (sendo esta última componente, junto à RMSP, da Região Intermediária definida pelo IBGE).

Para Lencioni (2011), essa mudança é crucial, pois ao mesmo tempo que desconcentra espacialmente a industrialização, garante a primazia da cidade de São Paulo em uma região integrada, especialmente quando consideradas as cidades ao longo dos eixos de circulação viária. Segundo a mesma autora, essa integração constitui apenas uma tendência à homogeneização, uma vez que, concretamente, também persistem e são gestadas novas diferenciações com tendência fragmentadora/difusora.

Além da desconcentração produtiva regional (interna e externa a SP), outro aspecto que consideramos relevante para o entendimento da RMSP é o aprofundamento da desindustrialização. Se no início do século XXI, as posições eram bastante divergentes em relação ao problema (SARTI; HIRATUKA, 2015), no período recente, observa-se um elevado grau de consenso a respeito da existência desse processo. De um lado, a crise financeira internacional suscitou um intenso debate nos países centrais sobre o papel da indústria para o desenvolvimento e sobre a volta do protagonismo das políticas industriais tanto na academia – inclusive entre economistas do *mainstream* –, quanto entre os gestores (BERGER, 2013; CHANG; ANDREONI, 2016). De outro, o aprofundamento da crise econômica doméstica, agravada pela crise política, exacerbou a baixa capacidade industrial brasileira em contribuir para o crescimento econômico (DIEGUES, 2020).

Cano (2014) e Morceiro (2018) apontam diferenças importantes entre o processo em curso nas economias centrais e aquele observado no Brasil. No primeiro caso, a transformação setorial ocorreu com patamares de renda *per capita* e de diversificação

reestruturação produtiva que se generalizou para todas as sub-regiões, principalmente para o município de São Paulo, que caiu de 34% para 17%, e para a sub-região do ABC, que caiu de 53% para 29%. Essa mudança decorreu de dois fenômenos simultâneos. A perda da importância relativa da indústria da RMSP na produção industrial do país, fruto dos processos de reversão da polarização industrial e da desconcentração dos novos investimentos para outras regiões. O segundo, pela profunda reestruturação decorrente dos novos padrões tecnológicos e organizacionais, com aumento da produtividade e transferência de muitas atividades para o setor terciário” (DINIZ; DINIZ, 2007, pp. 33-34).

produtiva elevados, com migração para atividades no setor de serviços com elevada produtividade e com elevadas remunerações (HARAGUCHI, 2015). Além disso, como ressaltam Andreoni e Gregory (2013) e Tregenna (2008), essa migração pode ser entendida, muitas das vezes, como um “efeito estatístico”. De um lado, porque a queda da participação do emprego manufatureiro foi resultante do crescimento mais rápido da produtividade da indústria em relação aos outros setores. Ou seja, observa-se uma trajetória descendente na intensidade do fator trabalho e não um declínio das participações absoluta e relativa do setor manufatureiro¹⁰. De outro, os autores identificam uma crescente dificuldade na classificação das duas atividades, na medida em que as transformações na produção global no período recente definem-se pelo caráter simbiótico das interdependências entre manufatura e serviços. Assim, a capacidade de um país de desenvolver um setor de serviços competitivo dependeria da composição tecnológica do seu setor industrial.

No Brasil, a desindustrialização foi marcada por traços menos virtuosos. Objeto de estudo das seções 2 e 3 deste trabalho, o processo de desindustrialização no país e em São Paulo precisa ser entendido a partir de uma realidade de um país periférico que possui uma estrutura produtiva heterogênea e com especificidades que não necessariamente garantem uma recomposição da estrutura produtiva, impulsionada por um processo de aumento da produtividade média da economia e da indústria, com expansão do emprego em direção a atividades do setor de serviços de maior valor adicionado e melhores remunerações, como a observada nas economias centrais. Como apontam Cano e Semeghini (1991), no Brasil, o setor secundário, desde suas origens, foi marcado por significativo grau de informalização, tanto na produção, quanto no emprego, porém, é no terciário em que a informalidade e a precariedade do emprego se manifestam com maior intensidade.

¹⁰ É importante salientar que a existência de um processo de desindustrialização nos países centrais é motivo de controvérsia. Dosi, Riccio e Virgilitto (2020) e Tregenna e Andreoni (2020) argumentam que tanto sob a ótica do valor manufatureiro real, quanto, sobretudo, na análise setorial, o processo não é observado. Em especial, nas atividades de maior intensidade tecnológica, verifica-se que os países centrais não apenas mantiveram a fração do emprego manufatureiro e do valor adicionado manufatureiro, como, muitas vezes, ampliaram tais participações.

No país, a expansão do emprego doméstico, do comércio ambulante e do emprego por conta própria¹¹ apresenta-se como marca do emprego urbano nacional e metropolitano, tornando-se ainda mais evidente em momentos de baixo dinamismo e/ou crise econômica.

Ademais, ao contrário dos países centrais, que ampliaram seu coeficiente de importação via maior integração às cadeias globais de valor e lograram aumentar a inserção das suas exportações em setores dinâmicos, no caso brasileiro, observa-se tanto o aumento do desadensamento das cadeias domésticas – com perda do emprego manufatureiro e aumento expressivo dos insumos industriais importados –, quanto a mudança do perfil exportador na direção de atividades de menor valor adicionado. Ou seja, constata-se, no período recente, dois fenômenos sobrepostos e que se retroalimentam: desindustrialização e reprimarização. Nesse contexto, tanto o Estado de São Paulo, quanto a RGInt São Paulo e a RMSp, parecem sintetizar esse processo. Isso lança preocupações sobre o tensionamento, tanto da integração desses espaços ao restante do país (que se volta para as cadeias internacionais a partir do reforço de suas bases agrominerais de exportação), quanto internamente à RGInt de São Paulo e às demais regiões da Macrometrópole paulista. O desadensamento das cadeias produtivas e a perda de participação do emprego industrial pode resultar em acirramento da fragmentação interna e aprofundamento da crise social, onde as escalas regional e urbana se encontram.

Assim, as transformações da RMSp, diferentemente de outras RMs do país, só podem ser entendidas a partir de processos que dialogam diretamente com a dinâmica nacional, inclusive por ser um de seus componentes principais. Do ponto de vista da estrutura econômica e do emprego, objetos específicos da análise das próximas seções deste capítulo, considera-se que a inter-relação dos três processos sucintamente apresentados tem marcado a transformação dos padrões de integração e polarização regional para o período específico deste estudo.

¹¹ Segundo dados da PNAD Contínua, 68,8% dos mais de 22 milhões de trabalhadores por conta própria em 2016 não contribuíam para a previdência social no Brasil. Na RMSp, estes correspondiam por 61,1% do total nessa posição ocupacional.

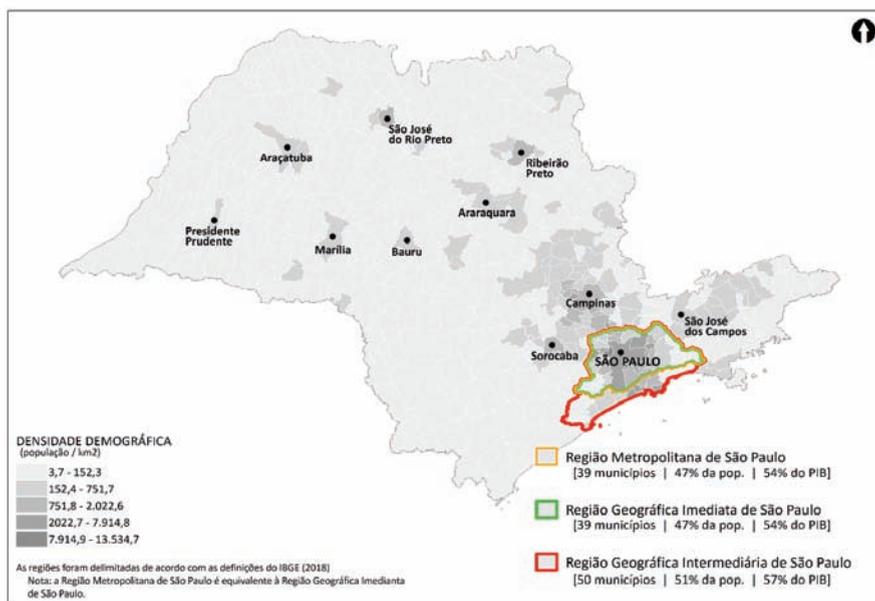
2. A estrutura produtiva da RMSP, RGNIT de São Paulo à luz da economia paulista

A partir de um olhar para as transformações recentes na estrutura produtiva da RMSP e da RGInt de São Paulo aos movimentos observados para o país como um todo, esta seção procurará apresentar os três processos discutidos anteriormente, a saber: a desconcentração produtiva, a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora nas distintas escalas.

Em primeiro lugar, é importante fazer uma breve caracterização da RGInt de São Paulo e da RMSP. Esta última, que é equivalente à Região Imediata de São Paulo, é composta por 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano e Vargem Grande Paulista. A RGInt de São Paulo, além da RMSP, também compreende a Região Imediata de Santos (RGIS), que, por sua vez, é composta por Bertiooga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Em 2018, a RMSP possuía uma participação de 47% da população do Estado e 54% do PIB estadual, enquanto a RGInt de São Paulo respondia por 51% da população estadual e 57% do PIB (Figura 1). A partir desses dados, fica claro que a dinâmica econômica da RGInt de São Paulo guarda relação estreita com a dinâmica da RMSP, que concentra o grosso da indústria e do setor de serviços da RGInt de São Paulo. Ainda que o Polo Industrial de Cubatão e o Porto de Santos sejam relevantes para economia do Estado, em 2016 a RMSP respondia por 94,5% do PIB, 90% do produto industrial e 95,3% do valor adicionado do setor de serviços de toda a RGInt de São Paulo.

FIGURA 1: POPULAÇÃO, PIB E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE SÃO PAULO, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE SÃO PAULO – 2018



FONTE: IBGE – PIB dos Municípios e Estimativas da população. Elaboração: Rodolfo Finatti.

A respeito da desconcentração produtiva regional, observa-se entre 2006-2016 a continuidade dos processos apontados na seção anterior. As perdas relativas de participação no produto nacional seguem ocorrendo tanto na relação SP/Brasil, como para a relação da RGInt de São Paulo e da RMSP com o Brasil. O mesmo ocorre para RGInt de São Paulo e RMSP em relação ao Estado de São Paulo. Sobre esse primeiro movimento, observa-se uma heterogeneidade importante durante os subperíodos analisados. No período de expansão econômica, de 2006 a 2014, São Paulo, a RGInt de São Paulo e a RMSP, perdem participação no produto nacional, em um contexto em que, embora positivas, as taxas anuais de crescimento são inferiores à média nacional (Tabela 1). Considerando a relação SP/Brasil, isso se dá, do ponto de vista setorial, com uma redução mais aguda na participação da Agropecuária e Indústria Extrativa (de 18,6% para 10,9%) e da Indústria (33,2% para 28,9%). No primeiro caso isso se deve à continuidade da expansão da fronteira agrícola e mineral que acionará as bases territoriais de outros Estados do país.

No segundo caso, como visto na seção anterior, acirra-se o processo visto nas décadas anteriores, mas em um contexto de expansão dos investimentos públicos em outras regiões (MACEDO, 2010; GUIMARÃES, 2010).

Já no período de retração econômica, entre 2014 e 2016, esse cenário se altera. Como mostra a Tabela 1, à exceção da Administração Pública, todos os setores apresentam um incremento da participação do Estado de São Paulo no VAB nacional. No entanto, tal reconcentração apresenta um caráter *espúrio*, para usar a expressão de Cano (2007), na medida em que se baseia em taxas de crescimento menos negativas do que da média nacional, e não na expansão da capacidade produtiva do estado (Tabela 3). Um exemplo importante ocorreu no setor industrial: enquanto a taxa anual de crescimento da indústria brasileira foi de -8,5% a.a., a taxa de crescimento da indústria paulista foi de -3,6% a.a.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DAS REGIÕES NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO INTERMEDIÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES | ESCALA | PARTICIPAÇÃO | | |
|------------------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2014 | 2016 |
| Total | Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | São Paulo | 33,5 | 31,2 | 31,8 |
| | Região Intermediária | 19,5 | 17,7 | 17,9 |
| | Região Metropolitana | 18,5 | 16,8 | 16,9 |
| Agropecuária | Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | São Paulo | 18,6 | 10,9 | 11,7 |
| | Região Intermediária | 0,5 | 0,6 | 0,6 |
| | Região Metropolitana | 0,4 | 0,6 | 0,5 |
| Indústria | Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | São Paulo | 33,2 | 28,9 | 32,1 |
| | Região Intermediária | 15,8 | 12,7 | 13,0 |
| | Região Metropolitana | 14,7 | 12,1 | 11,7 |
| Serviços | Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | São Paulo | 39,7 | 37,9 | 38,2 |
| | Região Intermediária | 26,5 | 24,0 | 24,4 |
| | Região Metropolitana | 25,3 | 22,9 | 23,3 |
| Administração Pública | Brasil | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | São Paulo | 19,6 | 18,5 | 17,6 |
| | Região Intermediária | 10,0 | 9,3 | 8,8 |
| | Região Metropolitana | 9,1 | 8,4 | 8,0 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios.

O segundo movimento observado diz respeito à desconcentração intrarregional, qual seja, a perda de participação da RGInt de São Paulo e da RMSP em relação ao total do estado. Se em relação à dinâmica brasileira, São Paulo apresentou um dinamismo inferior ao nacional, os desempenhos da RGInt de São Paulo e da RMSP foram inferiores ao verificado para o Estado como um todo. Como mostra a Tabela 2, ao longo do período de 2006 a 2014, ambas as regiões perderam participação em relação ao total estadual em todos os setores em decorrência de essas regiões apresentarem taxas anuais de crescimento inferiores à média paulista (Tabela 3). A única exceção a esse movimento encontra-se nos setores da Agropecuária e Extrativa¹².

Chama a atenção o desempenho industrial da RGInt de São Paulo e da RMSP. Nos dois recortes temporais analisados, o desempenho foi aquém do observado tanto em relação à média nacional quanto em comparação à média estadual. Dessa forma, diferentemente do que foi ressaltado a respeito do desempenho de São Paulo no período de recessão da economia brasileira, essas duas escalas aprofundaram a trajetória de perda de participação no VAB industrial.

Como consequência desse processo, conforme aponta a Tabela 2, o período entre 2006 e 2016 foi marcado pelo aprofundamento da desconcentração intrarregional em São Paulo, com perda da participação da RGInt de São Paulo e da RMSP no VAB industrial paulista: de 47,6% para 40,4% para a RGInt de São Paulo e de 44,3% para 36,4% para a RMSP (Tabela 2). Os dados apresentados pelo documento *Mapa da Indústria Paulista: 2003-2016* (SEADE, 2017) corroboram esse cenário ao apresentar a evolução da participação do Valor de Transformação (VTI) paulista, no período 2003 a 2016, para a RMSP e a Região Administrativa de Campinas (RAC): na RMSP, essa fração caiu de 40,6% para 30,9%, enquanto na RAC a participação elevou-se de 25,5% para 30,2%¹³.

Ademais, os dados das Tabelas 2 e 3 mostram que, mesmo no setor de serviços, que apresentou taxas de crescimento mais

12 Como é apontado na Tabela 3, esses setores detêm um peso relativo bastante reduzido na estrutura produtiva dessas regiões.

13 Segundo o documento, em 2003, dentre as 20 cidades com maior participação no VTI estadual, 11 eram pertencentes à RGInt São Paulo e concentravam uma participação de 38,6%. Em 2016, eram apenas nove cidades e a participação havia sido reduzida a 25,1%.

elevadas na RGInt de São Paulo e na RMSP (resultando num aumento da participação desse setor na composição do VAB de ambas as regiões), ambas apresentaram taxas de crescimento inferiores à média nacional e estadual entre 2006 e 2016. Embora no período de retração econômica a RGInt de São Paulo e a RMSP tenham apresentado taxas anuais de crescimento menos negativas em relação às médias nacional e estadual do setor, esse ganho de participação relativa não foi suficiente para restaurar as perdas no período expansivo.

Observa-se, assim, uma desconcentração intrarregional em São Paulo. Isso qualifica o processo de desconcentração que, como colocado na seção anterior, consolida um espaço macrometropolitano.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DAS REGIÕES NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO INTERMEDIÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES | ESCALA | PARTICIPAÇÃO | | |
|---------------------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2014 | 2016 |
| Total | São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | Região Intermediária | 58,3 | 56,8 | 56,4 |
| | Região Metropolitana | 55,1 | 55,0 | 54,4 |
| Agropecuária e extrativa | São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | Região Intermediária | 2,7 | 5,9 | 4,8 |
| | Região Metropolitana | 2,1 | 5,1 | 4,1 |
| Indústria | São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | Região Intermediária | 47,6 | 43,9 | 40,4 |
| | Região Metropolitana | 44,3 | 42,0 | 36,4 |
| Serviços | São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | Região Intermediária | 66,9 | 63,4 | 64,0 |
| | Região Metropolitana | 63,8 | 60,3 | 61,0 |
| Administração Pública | São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| | Região Intermediária | 51,3 | 50,2 | 50,1 |
| | Região Metropolitana | 46,5 | 45,3 | 45,1 |

FONTE: IBGE – PIB dos municípios.

O segundo processo examinado nesta seção é o da trajetória de desindustrialização em SP, na RGInt de São Paulo e na RMSP. Embora os processos de desconcentração e desindustrialização tenham naturezas distintas, eles se inter-relacionam na dinâmica do Estado e suas regiões: de um lado, a perda de participação da indústria em relação ao país/interior significa uma alteração (ainda que parcial) na divisão territorial do trabalho, especialmente no período de maior

crescimento nacional, sendo possível que haja desconcentração da indústria, porém, com manutenção e/ou complexificação do parque industrial do espaço que perde participação relativa (uma desconcentração *virtuosa*). De outro, a perda de participação da indústria em relação aos demais setores responde ao processo de desindustrialização que, como se discutirá adiante, no caso brasileiro, apresenta consequências nefastas tanto para coerência espacial quanto para a dinâmica do crescimento. Embora seja necessário o aprofundamento das pesquisas que relacionam esses processos, acredita-se que, no caso da indústria paulista, a sobreposição da desconcentração e da desindustrialização pode resultar em aumento da fragmentação das relações regionais e intersetoriais, mesmo que mantido o poder de comando das empresas sediadas na RMSP, vetores dessa desconcentração no sentido do *campo aglomerativo preferencial* do Centro Sul do país (SEVERIAN, 2020).

Como mostram os dados da Tabela 3, a desindustrialização não foi uma exclusividade das escalas analisadas neste capítulo: há uma queda contínua na participação do VAB industrial na composição do VAB total brasileiro em detrimento do aumento da participação do VAB do setor de serviços e do setor da Agropecuária e Extrativa. Assim, as transformações na estrutura produtiva do Estado de São Paulo e da RGInt de São Paulo e da RMSP parecem refletir, em grande medida, o agravamento do processo de desindustrialização brasileiro no período recente. Como salientam Hiratuka e Sarti (2018), Diegues (2020) e Morceiro (2018), o reflexo dessa deterioração industrial fica evidente pela baixa capacidade de a indústria contribuir para o crescimento econômico. Assim, para os autores, mesmo em períodos de expansão – como o observado entre 2006 e 2014 –, há um aumento expressivo no vazamento da demanda para o exterior, com destaque para o setor de bens intermediários (sobretudo aqueles de maior intensidade tecnológica). No período de retração, essa desindustrialização ganhou ímpeto, refletindo tanto o aprofundamento da crise político-econômica doméstica, quanto a baixa competitividade da indústria brasileira em um contexto de acirramento da concorrência internacional e do avanço chinês em direção a economias periféricas (WANG; WEN; HAN, 2011; HIRATUKA, 2018).

Ou seja, na trajetória de agudização do processo de desindustrialização brasileira, estão presentes fatores estruturais e

conjunturais. Na dinâmica das escalas aqui analisadas, observam-se movimentos preocupantes. Na escala estadual, no período expansivo (2006 a 2014), chama a atenção a redução da participação relativa da indústria paulista na composição do seu VAB: queda de 27,4% para 22%. Repete-se o mesmo padrão da indústria nacional apontada no parágrafo anterior: mesmo num período de expressivo crescimento econômico e conseqüente expansão da demanda doméstica por produtos manufaturados, tem-se a perda de participação relativa do principal polo industrial do país, fruto do registro de uma taxa anual de crescimento negativa (-0,1% a.a.). Ademais, no período de retração, mesmo aumentando sua participação relativa na indústria nacional de forma espúria, conforme apontado anteriormente, a indústria paulista perde terreno em detrimento do avanço do setor de serviços na composição do VAB do Estado¹⁴.

Tanto a RGInt de São Paulo quanto a RMSP apresentaram uma trajetória mais declinante do que a observada na escala estadual. De um lado, isso fica bastante claro quando comparadas as taxas anuais de crescimento do PIB: tanto no período expansivo quanto no de retração econômica, a RGInt de São Paulo e a RMSP registraram taxas anuais de crescimento inferiores à média estadual (Tabela 3). De outro, a evolução do VAB industrial mostra que a participação relativa da indústria na composição das duas regiões cai de forma mais acelerada se comparada ao movimento observado para o Estado de São Paulo. Ademais, ao contrário do Estado, que, de forma espúria, logrou aumentar sua participação relativa na indústria nacional no período de deflagração da crise econômica, isto não foi observado na RGInt de São Paulo e na RMSP. Dito de outro modo, a crise tendeu a ampliar a perda de participação dessas duas regiões no VAB total do país e acelerou a reestruturação da composição do VAB em direção ao setor de serviços.

Mesmo que devido à especialização produtiva da RGInt de São Paulo e, em especial, da RMSP não seja surpreendente a prevalência do setor de serviços, o ímpeto dessa transformação, no período recente, chama a atenção. Em 2016, o setor de serviços representou 75,9% do VAB da RGInt de São Paulo e 76,9% da RMSP. No entanto,

¹⁴ Esse, por sua vez, também apresenta, no período de retração econômica, uma taxa anual de crescimento menos negativa do que a média nacional. Assim, também é observada uma reconcentração do tipo espúria nesse caso.

é importante notar que, mesmo nesse setor mais dinâmico, no período de retração econômica, o aumento de participação relativa das duas regiões nos totais nacional e estadual também se dá de forma *espúria*: decorrente de taxas anuais de crescimento menos negativas. Ou seja, não se observou, também, no setor de serviços um aumento do VAB na crise.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO BRUTO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO INTERMEDIÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| ESCALA | VAB POR SETOR | PARTICIPAÇÃO | | | TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|-----------|
| | | 2006 | 2014 | 2016 | 2014-2006 | 2016-2014 |
| Brasil | PIB | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,5 | -3,4 |
| | VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,6 | -3,2 |
| | VAB Agropecuária | 5,1 | 5,0 | 5,7 | 3,3 | 2,7 |
| | VAB Indústria | 27,7 | 23,8 | 21,2 | 1,7 | -8,5 |
| | VAB Serviços | 50,9 | 54,8 | 55,7 | 4,6 | -2,4 |
| | VAB Administração Pública | 16,3 | 16,4 | 17,4 | 3,7 | -0,2 |
| São Paulo | PIB (participação SP/BR) | 34,2 | 32,2 | 32,5 | 2,7 | -2,9 |
| | VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,7 | -2,3 |
| | VAB Agropecuária | 2,8 | 1,8 | 2,1 | -3,3 | 6,2 |
| | VAB Indústria | 27,4 | 22,0 | 21,4 | -0,1 | -3,6 |
| | VAB Serviços | 60,2 | 66,5 | 66,8 | 4,0 | -2,0 |
| | VAB Administração Pública | 9,5 | 9,7 | 9,7 | 3,0 | -2,5 |
| Região Intermediária | PIB (participação RI/SP) | 59,3 | 57,9 | 57,5 | 2,4 | -3,2 |
| | VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,4 | -2,6 |
| | VAB Agropecuária | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 6,6 | -4,3 |
| | VAB Indústria | 22,4 | 17,0 | 15,4 | -1,1 | -7,4 |
| | VAB Serviços | 69,1 | 74,2 | 75,9 | 3,3 | -1,6 |
| | VAB Administração Pública | 8,4 | 8,6 | 8,6 | 2,7 | -2,7 |
| Região Metropolitana de São Paulo | PIB (participação RMSP/SP) | 56,2 | 55,0 | 54,4 | 2,4 | -3,5 |
| | VAB Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,4 | -3,0 |
| | VAB Agropecuária | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 8,1 | -4,8 |
| | VAB Indústria | 22,1 | 17,2 | 14,7 | -0,8 | -10,3 |
| | VAB Serviços | 69,8 | 74,5 | 76,9 | 3,2 | -1,4 |
| | VAB Administração Pública | 8,0 | 8,2 | 8,2 | 2,6 | -2,7 |

FONTE: IBGE – PIB dos Municípios. Nota: valores a preços correntes.

O documento da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2017) apresenta outros traços preocupantes dessas transformações. Além da perda de participação relativa da indústria, o trabalho salienta que, no Valor de Transformação Industrial (VTI) paulista, elevou-se a participação de setores de baixa intensidade tecnológica, com destaque para a Indústria de Alimentos, em detrimento de setores mais intensivos em tecnologia, como os de Bens Intermediários e os Bens de Capital¹⁵.

Tanto pela perspectiva da estrutura produtiva quanto pela ótica do comércio exterior, o Estado de São Paulo e, de forma ainda mais acentuada, a RGInt de São Paulo e a RMSP apresentaram um cenário de aprofundamento do processo de desindustrialização, também observado na escala nacional. Conforme aponta a Tabela 2, ao longo do período analisado, os setores menos intensivos em tecnologia elevaram a sua participação na pauta exportadora brasileira. A agropecuária e as indústrias derivadas de atividades agropecuárias expandiram a sua participação, entre 2003 e 2016, de 44,3% para 55,6%, em relação a setores com maior intensidade tecnológica. No mesmo período, as indústrias de média-alta e alta tecnologia reduziram a sua fração no total exportado de 26,9% para 21,5%. Em contrapartida, a pauta importadora manteve-se concentrada em produtos manufaturados.

Embora São Paulo, RGInt de São Paulo e RMSP apresentem uma pauta exportadora mais diversificada do que a nacional, com maior peso de produtos manufaturados, em especial de baixa e média-baixa tecnologia (B-MBT), também se verifica um cenário de aumento da participação dos setores relacionados à produção primária. Na escala estadual, entre 2006 e 2016, os setores ligados direta ou indiretamente à agropecuária e à extrativa mineral aumentaram a sua participação de 32,8% para 45,3%. Em contraste, o peso relativo dos produtos manufaturados foi reduzido. Nos setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, houve uma redução de 20,7% para 18,1% do total e

¹⁵ Entre 2003 e 2016, os setores que mais ganharam participação foram os de bens de consumo não duráveis (de 12,3% para 18,8%), com destaque para o segmento de Produtos Alimentícios (12,3% para 18,8%). Em contrapartida, os setores de Bens Intermediários perderam participação de forma expressiva (51,9% para 43,9%) e os setores de Bens de Capital apresentaram estabilidade (15,6% para 15,7%).

nos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica (A-MAT) de 46,5% para 36,5%¹⁶.

Pelo lado da demanda por importados, observa-se uma tendência de expansão da participação dos setores da Agropecuária e da Extrativa, em especial no período de crescimento econômico de 2006 a 2014, quando houve um aumento de 10,8% para 18,7%. Uma análise mais desagregada dos dados, contudo, aponta que esse incremento resultou, em grande parte, da importação de produtos relacionados à Indústria de Extração de Petróleo e Gás¹⁷. Embora o peso relativo das indústrias M-MBT e de A-MAT tenham apresentado relativa estabilidade com uma leve redução da participação no período todo, é importante salientar a tendência de aumento desses setores no momento de retração econômica (2014-2016).

Nas outras duas escalas, essas tendências também se confirmam. Tanto na RGInt de São Paulo quanto na RMSP, os setores da Agropecuária e da Extrativa aumentaram significativamente suas participações no total das exportações. Entre 2006 e 2016, essa participação ampliou-se de 21% para 33,2% na RGInt de São Paulo e de 16,1% para 24,9% na RMSP. No entanto, deve-se esclarecer que há um efeito estatístico relevante que decorre do fato de as cidades de Santos e São Paulo concentrarem parte significativa das empresas do agronegócio que registram suas exportações oriundas de todo o Estado (IEAA, 2011). Isso é corroborado pelo fato de que, conforme salientado anteriormente, essas duas regiões registraram uma participação modesta em relação ao VAB agropecuário no período analisado. Dessa forma, essa tendência parece indicar que o aumento do

¹⁶ Esse processo pode ser evidenciado pela evolução da participação na pauta exportadora paulista de alguns produtos (de acordo com os capítulos do Sistema Harmonizado): a) entre os produtos que ganharam participação estão Açúcares (8,8% a 13,8%), Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos (4% a 6,5%), Produtos Hortícolas e Frutas (2,9% a 3,6%) e Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes – no bojo do aumento das exportações da Embraer, de 6,7% a 8,4%; b) dentre os produtos que perderam participação no período: Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (13,7% a 10,1%), Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, etc. (7,9% a 3,3%) e Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (7,9% a 3,3%).

¹⁷ Segundo os dados da Comex Stat, a rubrica Combustíveis, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais ampliou a sua participação entre 2006 e 2014 de 4,7% a 13,3%.

peso relativo de bens primários na pauta exportadora das duas regiões reflete, na verdade, o aprofundamento do processo de reprimarização observado na escala estadual.

Pelo lado da pauta importadora, também se verifica uma similaridade dessas regiões com a pauta do Estado de São Paulo. Observa-se um aumento do peso relativo do setor da Agropecuária e da Indústria Extrativa, sobretudo em decorrência do aumento do peso da Indústria de Extração de Petróleo e Gás, e uma elevada concentração de produtos mais intensivos em tecnologia (MA-AT). A partir disso, destaca-se que essa característica de rigidez da pauta importadora em torno de produtos com elevado valor adicionado guarda relações com o processo de desindustrialização apontado anteriormente.

Como esclarecem Morceiro (2018), Abdal, Macedo, Rossini *et al.* (2019), Marconi e Rocha (2012) e Hiratuka e Sarti (2018), existe atualmente uma agudização do processo de esgarçamento do tecido industrial brasileiro. Morceiro (2018) define esse conceito como o aumento da participação de insumos e componentes importados pela indústria doméstica, sem contrapartida do aumento das exportações industriais. Em função de ensejar transformações na estrutura produtiva e aumentar as etapas de montagem (reduzindo a média de remuneração dos trabalhadores e o conteúdo do VA da produção industrial), esse processo pode agravar o cenário de desindustrialização. Conforme aponta o autor, tal esgarçamento das cadeias industriais domésticas foi mais acelerado nos setores intensivos em tecnologia¹⁸.

Destarte, em que pese a necessidade de pesquisas específicas sobre o avanço desse processo para as escalas analisadas, é de se esperar que vejamos impactos na estrutura produtiva das escalas trabalhadas. Como apontam Abdal, Macedo, Rossini *et al.* (2019), em consonância ao que foi salientado neste trabalho, embora a trajetória a partir do final do século XX tenha sido de desconcentração produtiva intrarregional, é importante destacar que essa tendência de agudização de perda de participação da RMSP e da RGInt de São Paulo ocorrem de forma concorrente a

¹⁸ Segundo Morceiro (2018), entre os biênios de 2003-2004 e 2013-14, a participação dos insumos e componentes comercializáveis importados nos setores de alta e média-alta intensidade tecnológica passou de 26,3% para 38,7%.

um contexto mais geral de reestruturação da economia brasileira. Embora a RMSP, como será mais detalhado na seção seguinte, tenha logrado êxito em se firmar como centro de atividades de serviços de maior intensidade tecnológica e conhecimento, é importante qualificar esse processo.

De um lado, essa especialização da RMSP não parece ter se refletido em uma dinâmica industrial mais robusta nas outras escalas dentro do Estado. Ou seja, a perda de participação do VAB industrial da RMSP, no período analisado, não significou o aumento do dinamismo do interior do Estado. Os dados parecem apontar que a desindustrialização brasileira guarda relações com a perda de competitividade da indústria paulista como um todo. Nesse sentido, esse processo de desconcentração também poderia ser qualificado como “espúrio”.

De outro lado, levando em conta os argumentos levantados por Andreoni e Gregory (2013) e Diegues e Roselino (2019) de que um setor de serviços moderno e competitivo está geralmente atrelado a uma manufatura também moderna e competitiva, parece ser preciso qualificar essa consolidação da RMSP como *locus* de atividades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento. À semelhança das atividades manufatureiras, a divisão internacional do trabalho no setor de serviços também é um campo de estudos que merece atenção. Dessa forma, é possível trazer questionamentos a respeito do dinamismo desses setores de serviços e suas imbricações com a estrutura produtiva nacional.

Em suma, os resultados explorados nesta seção aprofundam os três processos discutidos. Em primeiro lugar, porque apontam para a continuidade do processo de desconcentração regional em escala nacional, uma vez que se observa uma perda expressiva de participação da economia paulista no PIB brasileiro. Ao longo do período expansivo (2006-2014), o Estado apresentou taxas anuais de crescimento bastante inferiores à média nacional, enquanto no momento de crise econômica (2014-2016), foi apontada uma leve reconcentração impulsionada pela obtenção de taxas anuais de crescimento menos negativas do que o restante do país. Em segundo, em nível das escalas da RGInt de São Paulo e da RMSP, observa-se a continuidade da interiorização da dinâmica

econômica estadual dada a perda de participação dessas regiões em relação ao total do Estado. Cabe destacar que esse movimento corrobora os argumentos de formação de uma região articulada que engloba a parte mais dinâmica do Estado (Santos, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba etc.).

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS EXPORTAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO INTERMEDIÁRIA E REGIÃO METROPOLITANA – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| ESCALA | SETOR | EXPORTAÇÃO | | | IMPORTAÇÃO | | |
|---------------|---|------------|------|------|------------|------|------|
| | | 2006 | 2014 | 2016 | 2006 | 2014 | 2016 |
| Brasil | Agropecuária e Extrativa | 25,5 | 37,3 | 29,3 | 11,4 | 8,5 | 8,4 |
| | Indústria derivadas de atividades agrop. e extrat | 18,8 | 24,8 | 26,3 | 13,8 | 20,8 | 19,3 |
| | B-MBT | 28,8 | 20,9 | 22,9 | 36,1 | 34,4 | 36,0 |
| | MA-AT | 26,9 | 17,1 | 21,5 | 38,7 | 36,3 | 36,3 |
| SP | Agropecuária e Extrat. | 9,4 | 14,7 | 12,9 | 10,8 | 18,7 | 17,2 |
| | Indústria derivadas de atividades agrop. e extrat | 23,4 | 30,4 | 32,5 | 4,1 | 3,0 | 2,4 |
| | B-MBT | 20,7 | 18,3 | 18,1 | 24,0 | 22,0 | 23,3 |
| | MA-AT | 46,5 | 36,6 | 36,5 | 61,1 | 56,2 | 57,1 |
| RGISP | Agropecuária e Extrat. | 21,0 | 25,9 | 33,2 | 5,3 | 4,5 | 9,8 |
| | Indústria derivadas de atividades agrop. e extrat | 14,9 | 14,9 | 10,3 | 2,6 | 3,2 | 3,9 |
| | B-MBT | 53,2 | 43,5 | 46,4 | 25,8 | 24,8 | 21,4 |
| | MA-AT | 10,9 | 15,7 | 10,1 | 66,3 | 67,2 | 64,9 |
| RMSP | Agropecuária e Extrat. | 16,1 | 20,0 | 24,9 | 9,3 | 6,7 | 12,0 |
| | Indústria derivadas de atividades agrop. e extrat | 11,3 | 12,5 | 10,7 | 2,6 | 3,4 | 4,3 |
| | B-MBT | 62,3 | 52,5 | 54,6 | 24,5 | 23,9 | 20,8 |
| | MA-AT | 10,3 | 14,9 | 9,8 | 63,6 | 65,4 | 63,1 |

FONTE: MDIC – Comex Stat.

Ademais, esse processo está relacionado tanto ao aprofundamento do processo de desindustrialização (em que São Paulo perde participação no VAB industrial do Brasil e a RGInt de São Paulo e a RMSP perdem participação em relação do VAB industrial paulista) quanto em consequência desse fenômeno ao protagonismo do setor de serviços como setor de maior dinamismo em todas as escalas de análise. Finalmente, em consonância à dinâmica nacional, constatou-se que as

exportações do Estado tiveram no setor da Agropecuária e da Extrativa Mineral seu polo mais dinâmico em detrimento das exportações de produtos manufaturados, que perderam terreno. Em contrapartida, no tocante à pauta de importação, nota-se uma significativa rigidez com predominância de produtos intensivos em tecnologia.

3. Composição setorial do emprego e da massa de renda

O objetivo dessa seção é expor a forma pela qual os processos identificados anteriormente se manifestam na dimensão do mercado de trabalho, com destaque para as alterações na estrutura setorial do emprego, especialmente em seu segmento formal, além de avaliar seus desdobramentos para a composição setorial da massa salarial. Antes de avaliar tais processos, é necessário destacar que o recorte temporal, do ponto de vista do emprego, também foi definido por dois momentos distintos: o primeiro refere-se ao período de 2006 a 2014, quando o crescimento do emprego formal se deu a uma taxa média de 4,4% a.a.; e o segundo é o período que compreende a crise que atingiu a economia brasileira e que provocou uma queda acumulada de mais de 7% do PIB entre 2014 e 2016, levando a uma redução no estoque de empregos formais de -3,6% ao ano (Tabela 5). O processo de desconcentração produtiva recente se materializa, também, no mercado de trabalho. Tal constatação pode ser avaliada mediante quatro movimentos:

- 1) No período de expansão (2006-2014), a manifestação da desconcentração se verifica a partir da expansão de postos de trabalho em ritmo mais lento em São Paulo (4% a.a.) do que na média nacional (4,4% a.a.).
- 2) Na crise (2014-2016), essa desconcentração é arrefecida por uma relação “espúria” entre as dinâmicas do mercado de trabalho paulista e o brasileiro, na medida em que o movimento é de perda generalizada de postos de trabalho, cujo efeito estatístico é interromper a desconcentração por conta de uma redução do estoque de empregos formais

mais acentuada no Brasil (-3,6% a.a.) do que em São Paulo (-3,3% a.a.).

- 3) O processo de desconcentração que ocorre na escala intraestadual é similar ao verificado para o primeiro movimento, isto é, no período de expansão, tanto na RMSP quanto na RGInt de São Paulo, a criação de postos de trabalho se dá em ritmo mais lento do que a observada para o Estado e, por consequência, mais lento, também, que a média nacional.
- 4) Já na crise, esse processo não é arrefecido, como o que ocorre na relação de São Paulo com o movimento nacional, pois a desconcentração, ainda que por efeitos estatísticos espúrios, continuou avançando com a RMSP e a RGInt de São Paulo, perdendo postos de trabalho em ritmo mais acelerado (-3,7% a.a.) diante de perdas da ordem de -3,3% a.a. em São Paulo e de -3,6% a.a. na média brasileira.

Quanto à inter-relação entre os três processos anteriormente definidos, a desconcentração produtiva ocorre simultaneamente à perda de importância da indústria (desindustrialização), cujos desdobramentos materializam-se na dinâmica do emprego formal e em sua composição setorial no âmbito do mercado de trabalho. No âmbito nacional, do ponto de vista do emprego, a desindustrialização se mostrou mais intensa nos segmentos industriais de baixa e média-baixa tecnologias. O peso relativo desses dois ramos de atividade somados reduziu-se de 8,8% do total do emprego formal em 2006 para 7,3% em 2014 e para 6,7% em 2016, indicando que a crise apenas reforçou o movimento observado no período de expansão de postos de trabalho (2006-2014).

Com menor intensidade, o emprego industrial no segmento produtivo derivado de atividades agropecuárias e extrativas também perdeu participação até 2014, mantendo ligeiramente sua importância relativa na crise. Porém, essa manutenção de participação não se dá por um dinamismo relativamente maior do setor, mas, pelo contrário, decorre de uma perda relativamente menor frente à média dos outros setores.

TABELA 5: CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE VÍNCULOS ATIVOS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 2006, 2014 E 2016 (EM %)

| SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES | BRASIL | | | | | ESTADO DE SÃO PAULO | | | | | RGInt | | | | | RMSP | | | | | |
|--|--------------|------|------|-----------|-----------|---------------------|------|------|-----------|-----------|--------------|------|------|-----------|-----------|--------------|------|------|-----------|-----------|-------|
| | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | |
| Agropecuária e extrativa | 4,5 | 3,5 | 3,7 | 1,2 | | -1,4 | 3,6 | 2,4 | 2,5 | -1,2 | -2,2 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 1,0 | -1,1 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,9 | -6,1 |
| Agropecuária | 4,0 | 3,0 | 3,2 | 0,7 | | -0,4 | 3,5 | 2,3 | 2,3 | -1,5 | -2,0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | -1,4 | -2,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | -0,8 | -2,0 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 5,3 | | -5,5 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 5,3 | -8,3 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 4,1 | -1,2 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 4,4 | -5,6 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 2,2 | | -12,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,0 | 9,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 8,8 | 3,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,5 | -66,3 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 5,0 | 4,7 | 4,7 | 3,7 | | -3,5 | 4,5 | 4,2 | 4,2 | 2,9 | -3,1 | 2,0 | 1,7 | 1,6 | 1,9 | -7,4 | 2,0 | 1,7 | 1,6 | 1,8 | -7,1 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 3,7 | 3,4 | 3,5 | 3,4 | | -2,0 | 3,1 | 2,9 | 3,0 | 3,2 | -1,7 | 1,2 | 1,1 | 1,0 | 2,2 | -5,2 | 1,2 | 1,1 | 1,1 | 2,2 | -5,1 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1,3 | 1,3 | 1,2 | 4,5 | | -7,3 | 1,4 | 1,3 | 1,2 | 2,3 | -6,2 | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 1,4 | -11,3 | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 1,1 | -10,5 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 8,8 | 7,3 | 6,7 | 1,9 | | -7,6 | 9,9 | 7,9 | 7,1 | 1,1 | -8,2 | 8,5 | 6,3 | 5,6 | 0,0 | -9,4 | 8,8 | 6,5 | 5,8 | -0,0 | -9,2 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 5,7 | 4,5 | 4,2 | 1,3 | | -6,8 | 5,5 | 4,3 | 3,9 | 0,7 | -7,8 | 4,1 | 3,1 | 2,8 | 0,2 | -8,7 | 4,3 | 3,2 | 2,9 | 0,2 | -8,6 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 3,1 | 2,8 | 2,5 | 3,1 | | -8,8 | 4,4 | 3,6 | 3,2 | 1,5 | -8,7 | 4,4 | 3,2 | 2,8 | -0,1 | -10,2 | 4,5 | 3,3 | 2,9 | -0,2 | -9,8 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 3,9 | 3,6 | 3,2 | 3,3 | | -8,6 | 7,3 | 6,3 | 5,6 | 2,2 | -8,7 | 6,4 | 5,0 | 4,4 | 0,5 | -9,8 | 6,7 | 5,2 | 4,5 | 0,6 | -9,8 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 3,3 | 3,0 | 2,7 | 3,4 | | -8,6 | 6,0 | 5,2 | 4,6 | 2,2 | -9,0 | 5,3 | 4,2 | 3,6 | 0,8 | -10,6 | 5,5 | 4,3 | 3,7 | 0,8 | -10,6 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 2,3 | | -8,1 | 1,3 | 1,1 | 1,0 | 1,8 | -7,1 | 1,1 | 0,8 | 0,8 | -0,5 | -5,7 | 1,2 | 0,8 | 0,8 | -0,6 | -5,6 |
| Construção | 4,2 | 6,2 | 4,7 | 9,7 | | -16,0 | 3,7 | 5,3 | 4,5 | 8,9 | -11,0 | 4,1 | 5,9 | 4,9 | 8,7 | -13,1 | 4,0 | 5,9 | 4,8 | 8,9 | -12,9 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,2 | 0,5 | 0,4 | 18,0 | | -15,3 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 13,2 | -7,5 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 11,5 | -11,7 | 0,2 | 0,4 | 0,4 | 11,3 | -11,6 |
| Construção de edifícios | 1,7 | 2,2 | 1,7 | 8,4 | | -17,2 | 1,3 | 1,5 | 1,3 | 5,6 | -11,8 | 1,3 | 1,5 | 1,3 | 5,6 | -12,1 | 1,3 | 1,5 | 1,2 | 5,8 | -13,0 |
| Obras de infraestruturas | 1,5 | 1,8 | 1,3 | 7,1 | | -18,5 | 1,2 | 1,4 | 1,1 | 5,8 | -12,2 | 1,3 | 1,5 | 1,1 | 5,3 | -17,0 | 1,3 | 1,5 | 1,1 | 5,4 | -17,0 |
| Serviços especializados para construção | 0,8 | 1,6 | 1,4 | 13,6 | | -11,8 | 0,9 | 2,0 | 1,8 | 14,6 | -10,3 | 1,2 | 2,5 | 2,1 | 13,8 | -11,5 | 1,2 | 2,5 | 2,1 | 14,1 | -10,7 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 3,6 | | -2,5 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 3,4 | -4,1 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 3,0 | -5,7 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 3,6 | -7,7 |

Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional

| SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES | BRASIL | | | | | ESTADO DE SÃO PAULO | | | | | RGInt | | | | | RMSF | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|------------|-------------|--------------|--------------|--------------|------------|-------------|--------------|--------------|--------------|------------|-------------|
| | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | | Participação | | | % a.a. | |
| | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 |
| Serviços distributivos | 23,3 | 25,2 | 25,7 | 5,4 | -2,7 | 24,6 | 26,4 | 26,6 | 4,9 | -3,0 | 24,5 | 26,0 | 26,3 | 4,6 | -3,3 | 24,1 | 25,6 | 25,8 | 4,6 | -3,3 |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,9 | 2,1 | 2,0 | 5,5 | -4,8 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 4,2 | -4,2 | 1,6 | 1,6 | 1,5 | 3,5 | -5,2 | 1,6 | 1,6 | 1,5 | 3,5 | -5,0 |
| Comércio atacadista | 2,9 | 3,3 | 3,5 | 6,3 | -1,3 | 3,4 | 3,8 | 3,9 | 5,4 | -1,9 | 3,9 | 4,2 | 4,3 | 4,8 | -2,3 | 4,0 | 4,3 | 4,4 | 4,7 | -2,3 |
| Comércio varejista | 13,2 | 14,1 | 14,4 | 5,2 | -2,3 | 13,3 | 14,0 | 14,3 | 4,7 | -2,3 | 11,9 | 12,6 | 13,0 | 4,6 | -2,3 | 11,6 | 12,4 | 12,7 | 4,7 | -2,3 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 4,6 | 5,1 | 5,1 | 5,8 | -3,6 | 5,1 | 5,8 | 5,6 | 5,7 | -4,6 | 5,8 | 6,6 | 6,3 | 5,6 | -5,5 | 5,5 | 6,3 | 6,0 | 5,6 | -5,5 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 4,0 | -4,2 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 3,3 | -5,1 | 1,3 | 1,1 | 1,1 | 1,5 | -2,7 | 1,3 | 1,1 | 1,1 | 1,5 | -3,0 |
| Serviços produtivos | 10,0 | 11,2 | 11,2 | 5,8 | -3,7 | 13,2 | 14,4 | 14,5 | 5,2 | -3,2 | 17,0 | 18,8 | 18,8 | 5,2 | -3,7 | 17,4 | 19,2 | 19,3 | 5,1 | -3,5 |
| Serviços Financeiros | 2,0 | 1,8 | 1,9 | 3,3 | -0,9 | 2,6 | 2,5 | 2,7 | 3,5 | -0,3 | 3,3 | 3,2 | 3,4 | 3,7 | -0,8 | 3,4 | 3,3 | 3,5 | 3,7 | -0,8 |
| Administração e comércio de imóveis | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 9,1 | 1,4 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 6,1 | 2,0 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 4,7 | 0,4 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 4,6 | -0,1 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 1,6 | 2,2 | 2,2 | 8,7 | -3,8 | 2,0 | 2,6 | 2,7 | 7,7 | -1,6 | 2,5 | 3,2 | 3,2 | 6,9 | -3,5 | 2,6 | 3,3 | 3,3 | 6,9 | -3,6 |
| Serviços de TI | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 4,8 | -1,2 | 1,2 | 1,5 | 1,5 | 6,3 | -1,1 | 1,6 | 2,0 | 2,0 | 6,6 | -2,5 | 1,6 | 2,1 | 2,1 | 6,9 | -2,6 |
| Serviços de apoio à produção e serviços pessoais | 5,4 | 6,1 | 5,9 | 5,8 | -5,0 | 7,2 | 7,7 | 7,4 | 4,8 | -5,2 | 9,4 | 10,1 | 9,8 | 4,9 | -5,1 | 9,6 | 10,3 | 10,0 | 4,7 | -4,7 |
| Serviços Sociais | 9,8 | 10,0 | 11,0 | 4,7 | 1,1 | 9,9 | 10,6 | 11,6 | 4,9 | 1,0 | 9,6 | 10,8 | 11,9 | 5,4 | 1,3 | 9,3 | 10,6 | 11,8 | 5,6 | 1,4 |
| Educação | 3,7 | 4,0 | 4,3 | 5,3 | 1,0 | 3,3 | 3,7 | 4,0 | 5,5 | 0,9 | 3,1 | 3,5 | 3,9 | 5,7 | 1,3 | 3,0 | 3,5 | 3,9 | 5,7 | 1,3 |
| Serviços de saúde e assistência social | 3,8 | 4,3 | 4,9 | 6,0 | 2,5 | 4,4 | 5,2 | 5,8 | 6,2 | 1,8 | 4,4 | 5,5 | 6,2 | 6,9 | 1,7 | 4,4 | 5,6 | 6,2 | 6,9 | 1,7 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 2,3 | 1,8 | 1,8 | 1,2 | -2,5 | 2,2 | 1,7 | 1,8 | 0,7 | -1,3 | 2,1 | 1,7 | 1,9 | 1,4 | -0,1 | 1,8 | 1,6 | 1,7 | 1,8 | 0,8 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 22,0 | 19,0 | 19,3 | 2,5 | -2,9 | 14,2 | 12,1 | 12,5 | 2,0 | -1,7 | 16,9 | 13,7 | 14,1 | 1,1 | -2,3 | 17,1 | 13,7 | 14,1 | 1,0 | -2,4 |
| Serviços Pessoais | 7,4 | 8,3 | 8,7 | 5,8 | -0,8 | 8,2 | 9,5 | 10,1 | 5,9 | -0,2 | 9,7 | 10,7 | 11,5 | 5,2 | -0,2 | 9,4 | 10,5 | 11,3 | 5,3 | -0,2 |
| Alojamento e alimentação | 3,2 | 3,9 | 4,1 | 6,9 | -1,2 | 3,5 | 4,2 | 4,4 | 6,4 | -0,8 | 3,7 | 4,2 | 4,5 | 5,7 | -0,9 | 3,6 | 4,1 | 4,4 | 5,7 | -0,8 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 3,8 | -0,4 | 0,8 | 0,7 | 0,8 | 2,6 | -1,1 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | 2,2 | -1,9 | 0,8 | 0,7 | 0,8 | 2,4 | -2,3 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 3,4 | 3,6 | 3,9 | 5,2 | -0,4 | 3,9 | 4,6 | 4,9 | 6,1 | 0,6 | 5,2 | 5,8 | 6,3 | 5,3 | 0,6 | 5,0 | 5,7 | 6,2 | 5,4 | 0,6 |
| Serviços Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -8,7 | -15,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -11,9 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -9,4 | 14,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -9,5 | 18,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 4,4 | -3,6 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 4,0 | -3,3 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,9 | -3,7 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,9 | -3,7 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

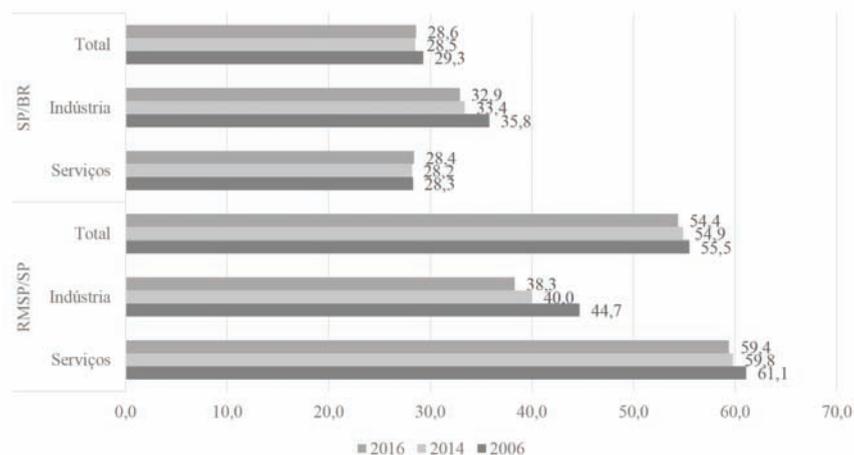
A Indústria da Construção que, no período de 2006 a 2014, ampliou consideravelmente o número de postos de trabalho formais (9,7% a.a.), na crise, foi um dos setores mais afetados, apresentando perdas da ordem de -16% a.a. entre 2014 e 2016. As indústrias extrativas (Mineral e Petróleo), apesar de sua baixa participação no total do emprego formal, apresentaram taxas médias anuais de crescimento positivas entre 2006 e 2014. Porém, com a crise, nesses segmentos, o que se observa são perdas superiores à média nacional, o que contribuiu para reforçar o processo de perda de peso relativo da indústria extrativa tanto na composição da produção agregada doméstica nacional quanto no total da ocupação.

Em escala estadual, a respeito do processo de desindustrialização nacional, vê-se que ele não apenas se faz presente na estrutura produtiva paulista, bem como é afetado por ela devido ao peso relativo da indústria paulista para a composição do VAB industrial do país. Para além disso, tal processo reflete-se de forma negativa no mercado de trabalho afetando a estrutura ocupacional nos setores e ramos industriais do Estado de São Paulo.

A indústria paulista, portanto, reduziu sua participação na composição setorial do emprego formal ao longo do período analisado. Assim como para o total do país, os segmentos da indústria paulista que mais perderam peso relativo na composição do emprego foram aqueles ligados à produção de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Quando se analisa esse mesmo movimento de perda de participação do emprego industrial para os segmentos de maior intensidade tecnológica (média-alta e alta tecnologia), percebe-se que, no Estado de São Paulo, as perdas existentes em termos de participação foram relativamente maiores do que as perdas médias observadas nesses mesmos segmentos em escala nacional (Tabela 5).

Esse é um fenômeno que pode ser entendido enquanto parte de um movimento mais amplo, que contempla os processos de desconcentração produtiva de desindustrialização. Esse último é marcado pela perda de participação da indústria paulista no total do VAB nacional, cujos reflexos para a composição setorial do emprego industrial também se materializam em escala estadual, assim como o observado em âmbito nacional (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO NO ESTOQUE DE OCUPADOS FORMAIS TOTAL E DOS SETORES DA INDÚSTRIA (EXCLUSIVAMENTE EXTRATIVA MINERAL E CONSTRUÇÃO) E DOS SERVIÇOS – 2006, 2014 E 2016 (EM %)



FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A perda de participação no total do emprego da indústria paulista está associada a dois movimentos: 1) no período de crescimento do emprego (2006-2014), a expansão da ocupação na indústria de São Paulo foi relativamente menor, não apenas frente à média da indústria brasileira, como aos demais setores produtivos do Estado; e 2) na crise, a desindustrialização avança em São Paulo porque os trabalhadores dos segmentos industriais foram relativamente mais afetados do que os de outros ramos de atividade, em que o número de desligamentos se mostrou menos intenso; ou seja, no período 2014-2016, a redução do estoque de trabalhadores com vínculos ativos mostrou-se relativamente maior na indústria.

A desconcentração produtiva que também ocorre em escala intraestadual é provocada pela redução do peso relativo da RMS/SP e da RGInt de São Paulo no total do VAB paulista em um movimento de deslocamento da produção para o interior. Seguindo uma dinâmica parecida com a que ocorreu na relação entre a indústria paulista e a brasileira, tal processo também se reflete sobre o mercado de trabalho ao alterar a composição e a distribuição espacial do emprego assalariado formal dentro do Estado.

Do ponto de vista do emprego, o que se verifica é que o crescimento de postos de trabalho na indústria da RMSP foi menos intenso do que aquele observado para o Estado como um todo no período de 2006 a 2014 e, por consequência, menos intenso do que o observado para o país. Já na crise (2014-2016), tal processo avança por conta de uma queda no estoque de ocupados relativamente maior na RMSP e na RGInt de São Paulo, reforçando o processo de desconcentração intraestadual e, também, contribuindo para a perda de participação da indústria paulista no emprego industrial nacional.

Assim, fica evidente que a desconcentração produtiva interna ao Estado de São Paulo ocorre simultaneamente a um processo de desindustrialização impulsionado pelo comportamento da indústria e do emprego industrial da RMSP e da RGInt de São Paulo, em que são verificadas perdas de postos de trabalho relativamente mais expressivas do que as para a indústria do restante do Estado e, por consequência, do país como um todo (Gráfico 1).

Não se pode deixar de mencionar que o emprego formal nos segmentos industriais de média-alta e alta intensidade tecnológica apresentou uma perda de participação relativamente maior na RMSP do que no restante do Estado, mostrando que o binômio desconcentração-desindustrialização, do ponto de vista do emprego, não apenas se confirmou como se mostrou mais intenso internamente ao Estado de São Paulo.

O entendimento desses processos não se completa sem que se avalie, ainda que de forma preliminar, um processo que, combinado aos anteriores, tem marcado as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, qual seja, o dinamismo relativamente maior do setor de serviços que permite um aumento do seu peso relativo no VAB e que possui reflexos para o mercado de trabalho, alterando a estrutura ocupacional e setorial do país¹⁹.

Como apontaram Cano e Semeghini (1991) e Squeff e Amitrano (2014), o setor terciário brasileiro tem apresentado historicamente um elevado grau de informalidade e, por conta disso, um menor

¹⁹ Não sendo o principal foco deste estudo, reconhece-se a necessidade de se avançar na direção de uma melhor qualificação, em nível nacional e quanto aos seus desdobramentos espaciais do próprio setor terciário moderno, bem como de sua evolução, dinâmica e impactos sobre a atividade produtiva, o emprego e a renda.

nível de produtividade do trabalho que, na primeira década de 2000, havia se reduzido a uma taxa 2,4% a.a. Ainda para Squeff e Amitrano (2014), o valor adicionado agregado da economia brasileira e a produtividade do trabalho poderiam ter sido significativamente maiores se todas as ocupações criadas nos anos 2000 tivessem sido no setor formal.

Com relação ao período aqui analisado, pode-se afirmar que, “puxado” pelo setor dos Serviços distributivos, o Brasil viu, entre 2006 e 2014, um aumento significativo da participação do setor terciário no total do emprego, especialmente nos ramos do comércio varejista e atacadista e no de transportes, armazenagem e distribuição. Já na crise, esse processo se reforça por conta do mesmo efeito estatístico destacado anteriormente, em que há uma perda de postos de trabalho relativamente menor por parte dos serviços frente à observada nos demais setores produtivos brasileiros.

Os serviços produtivos, que contemplam os ramos: Serviços Financeiros, Administração e Comércio de Imóveis, Serviços técnico-profissionais e científicos, Serviços de TI e Serviços de apoio à produção e serviços pessoais, também viram suas participações ampliarem-se entre 2006 e 2014. No entanto, tal movimento encerra-se com a crise de 2014-2016, quando sua participação no total do emprego se estabiliza, sendo puxada pelo crescimento do número de ocupados no ramo da Administração e Comércio de Imóveis e pelas perdas relativamente menores que a média verificadas em seus outros ramos.

Outro ponto que chama a atenção é a redução da importância dos serviços sociais prestados pela Administração Pública (Saúde, Educação e Segurança) na composição do emprego entre 2006 e 2014. No entanto, evidencia-se que essa perda decorrente de uma expansão média de postos de trabalho inferior à média foi revertida na crise, porque o setor da Administração Pública apresentou uma queda relativamente menor do número de empregos formais, ampliando sua participação no emprego no período.

Destaca-se, ainda, o aumento da participação dos Serviços Sociais relacionados à Educação, Serviços de Saúde e Assistência Social privados no total do emprego. Nesses segmentos, houve expansão do número de ocupados formais, tanto no período de

expansão (2006-2014), quanto na crise (2014-2016), uma exceção à regra de perda generalizada de postos de trabalho na crise.

Esse processo ocorreu simultaneamente e com as mesmas características na escala intraestadual. Porém, como a participação desses setores no total do emprego formal é relativamente maior no Estado do que no restante do país, seu dinamismo acaba se mostrando relativamente menos intenso. No setor de Serviços como um todo, as taxas médias de crescimento do emprego foram relativamente menores em São Paulo, no período de 2006 a 2014, do que as observadas para o país. Na crise (2014-2016), assim como o observado para a média do país, em São Paulo os Serviços Sociais privados também expandiram o número de postos de trabalho (1%a.a.), com a exceção do ramo que contempla as Organizações Associativas e os Organismos Internacionais (-1,3%a.a.).

O processo de desconcentração produtiva na escala intraestadual não é uma especificidade da Indústria. Nos Serviços, também há um movimento de expansão da representatividade do interior frente à perda de importância da metrópole (Gráfico 1). O crescimento do emprego nos Serviços da metrópole se deu em ritmo menos acelerado do que no restante do Estado, o que corrobora essa argumentação (Tabela 5).

Por fim, não se pode deixar de notar que todos os processos aqui tratados não se manifestaram no mercado de trabalho apenas por afetar o estoque de postos de trabalho em seu segmento formal. Sua lógica implica, da mesma forma, impactos para a massa de salários desses trabalhadores (Tabela 6). No entanto, deve-se ressaltar que, do ponto de vista da massa de salários, manifestam-se com intensidade relativamente maior do que aquele observado para o volume de emprego. Isso pode ser verificado tanto nos períodos de expansão, quanto no de crise: na expansão (2006 a 2014), a massa de renda avança mais rapidamente que a criação de postos de trabalho, influenciada pelo aumento do salário médio; na crise (2014 a 2016), sua queda também se mostra mais expressiva. Isso indica que, do ponto de vista da renda, os processos analisados não apenas se confirmam, como se apresentam com maior intensidade.

TABELA 6: CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA MASSA DE RENDIMENTOS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2006, 2014 E 2016

| BRASIL | | | | | ESTADO DE SÃO PAULO | | | | | RGInt SÃO PAULO | | | | | RMSF | | | | | |
|--|------|------|---------------------------|-----------|---------------------|------|------|---------------------------|-----------|-----------------|------|------|---------------------------|-----------|--------------|------|------|---------------------------|-------------|--------------|
| Participação | | | Taxa anual de Crescimento | | Participação | | | Taxa anual de Crescimento | | Participação | | | Taxa anual de Crescimento | | Participação | | | Taxa anual de Crescimento | | |
| 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | |
| Agropecuária e extrativa | 3,4 | 3,0 | 3,0 | 5,6 | -5,2 | 1,9 | 1,6 | 1,6 | 3,3 | -2,1 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 5,3 | 4,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 3,9 | -16,6 |
| Agropecuária | 2,0 | 1,8 | 2,0 | 5,5 | -0,9 | 1,7 | 1,4 | 1,4 | 2,9 | -3,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 3,4 | -14,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 4,2 | -14,9 |
| Indústria Extrativa Mineral | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 11,3 | -7,9 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 10,0 | -8,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 9,4 | -2,3 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 9,8 | -11,7 |
| Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis | 1,0 | 0,7 | 0,6 | 2,8 | -14,8 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 1,1 | 27,7 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 4,1 | 27,4 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | -8,9 | -61,3 |
| Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas | 4,2 | 4,3 | 4,3 | 7,3 | -4,6 | 4,5 | 4,3 | 4,3 | 5,5 | -4,6 | 2,3 | 2,0 | 1,8 | 4,1 | -10,3 | 2,3 | 1,9 | 1,8 | 3,7 | -9,1 |
| Indústrias ligadas à agropecuária | 2,8 | 2,7 | 2,8 | 6,3 | -3,1 | 2,9 | 2,8 | 3,0 | 5,6 | -2,9 | 1,4 | 1,2 | 1,2 | 4,0 | -7,0 | 1,4 | 1,2 | 1,2 | 4,0 | -7,0 |
| Indústrias ligadas à indústria extrativa | 1,3 | 1,6 | 1,5 | 9,2 | -7,4 | 1,6 | 1,5 | 1,4 | 5,1 | -8,2 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 4,3 | -15,2 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 3,3 | -13,0 |
| Indústria de baixa e média-baixa tecnologia | 7,1 | 6,0 | 5,5 | 4,8 | -8,8 | 8,5 | 6,8 | 6,2 | 3,2 | -9,5 | 7,2 | 5,3 | 4,6 | 1,7 | -11,4 | 7,2 | 5,3 | 4,7 | 1,7 | -10,9 |
| Indústria de baixa intensidade tecnológica | 3,8 | 3,1 | 2,9 | 4,3 | -6,8 | 4,1 | 3,2 | 3,0 | 3,0 | -8,4 | 3,1 | 2,3 | 2,1 | 2,1 | -10,2 | 3,2 | 2,4 | 2,2 | 2,1 | -10,1 |
| Indústria de média-baixa intensidade tecnológica | 3,4 | 3,0 | 2,6 | 5,3 | -11,0 | 4,4 | 3,6 | 3,2 | 3,4 | -10,5 | 4,1 | 2,9 | 2,5 | 1,4 | -12,3 | 4,0 | 2,9 | 2,5 | 1,4 | -11,6 |
| Indústria de média-alta e alta tecnologia | 6,6 | 5,4 | 4,9 | 4,3 | -9,1 | 12,6 | 10,1 | 9,1 | 3,2 | -9,4 | 10,9 | 8,0 | 7,2 | 1,7 | -10,3 | 11,2 | 8,2 | 7,4 | 1,8 | -10,3 |
| Indústria de média-alta intensidade tecnológica | 5,3 | 4,4 | 4,0 | 4,5 | -9,5 | 9,8 | 8,0 | 7,1 | 3,3 | -9,9 | 8,5 | 6,3 | 5,5 | 1,8 | -11,5 | 8,7 | 6,4 | 5,6 | 1,8 | -11,5 |
| Indústria de alta intensidade tecnológica | 1,3 | 1,0 | 1,0 | 3,3 | -7,3 | 2,8 | 2,1 | 2,0 | 2,6 | -7,3 | 2,4 | 1,7 | 1,7 | 1,5 | -6,2 | 2,5 | 1,8 | 1,8 | 1,5 | -6,2 |
| Construção | 3,0 | 5,1 | 3,7 | 14,0 | -18,9 | 2,7 | 4,5 | 3,6 | 12,8 | -14,6 | 2,9 | 4,9 | 3,8 | 12,8 | -17,0 | 2,9 | 4,9 | 3,7 | 13,0 | -16,9 |
| Incorporação e atividades imobiliárias próprias | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 21,2 | -16,3 | 0,2 | 0,5 | 0,4 | 17,7 | -14,0 | 0,2 | 0,5 | 0,4 | 16,5 | -16,6 | 0,3 | 0,5 | 0,4 | 16,4 | -16,5 |
| Construção de edifícios | 1,0 | 1,5 | 1,1 | 12,9 | -17,6 | 0,8 | 1,1 | 0,9 | 9,9 | -13,9 | 0,8 | 1,1 | 0,9 | 10,0 | -14,3 | 0,8 | 1,1 | 0,9 | 10,4 | -15,1 |
| Obras de infraestruturas | 1,3 | 1,9 | 1,2 | 12,2 | -24,4 | 1,1 | 1,4 | 1,1 | 9,8 | -17,9 | 1,1 | 1,5 | 1,0 | 9,6 | -22,9 | 1,1 | 1,5 | 1,0 | 9,9 | -22,9 |
| Serviços especializados para construção | 0,6 | 1,2 | 1,0 | 16,8 | -13,3 | 0,6 | 1,5 | 1,3 | 18,2 | -12,3 | 0,7 | 1,7 | 1,4 | 17,8 | -13,8 | 0,7 | 1,7 | 1,4 | 18,1 | -13,2 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 1,9 | 1,6 | 1,7 | 4,4 | -1,0 | 1,4 | 1,1 | 1,1 | 2,4 | -3,5 | 1,3 | 1,0 | 1,0 | 2,1 | -4,7 | 1,3 | 1,0 | 1,0 | 2,2 | -5,5 |
| Serviços distributivos | 16,9 | 18,8 | 19,0 | 8,4 | -4,0 | 19,2 | 21,7 | 22,0 | 7,6 | -4,2 | 19,8 | 21,8 | 22,2 | 7,0 | -4,5 | 19,5 | 21,5 | 21,8 | 7,0 | -4,4 |

| BRASIL | | | | | ESTADO DE SÃO PAULO | | | | | RGIInt SÃO PAULO | | | | | RMSp | | | | | |
|---|--------------|---------------------------|--------------|------------|---------------------|--------------|---------------------------|--------------|------------|------------------|--------------|---------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|------------|-------------|
| Participação | | Taxa anual de Crescimento | | | Participação | | Taxa anual de Crescimento | | | Participação | | Taxa anual de Crescimento | | | Participação | | Taxa anual de Crescimento | | | |
| 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | 2006 | 2014 | 2016 | 2006-2014 | 2014-2016 | |
| Comércio e reparação de automóveis | 1,4 | 1,6 | 1,5 | 9,1 | -8,2 | 1,4 | 1,6 | 1,5 | 7,6 | -7,8 | 1,1 | 1,3 | 1,2 | 7,1 | -9,4 | 1,1 | 1,3 | 1,2 | 7,1 | -9,2 |
| Comércio atacadista | 2,7 | 3,3 | 3,5 | 9,4 | -1,8 | 3,6 | 4,4 | 4,7 | 9,0 | -1,3 | 4,2 | 5,1 | 5,5 | 8,3 | -1,3 | 4,3 | 5,2 | 5,6 | 8,3 | -1,3 |
| Comércio varejista | 7,5 | 8,4 | 8,6 | 8,5 | -3,3 | 8,0 | 9,1 | 9,3 | 7,6 | -3,3 | 7,2 | 8,0 | 8,3 | 7,2 | -3,6 | 7,0 | 7,9 | 8,1 | 7,2 | -3,6 |
| Transporte, armazenagem e distribuição | 4,1 | 4,7 | 4,7 | 8,7 | -5,1 | 4,6 | 5,4 | 5,2 | 8,1 | -5,9 | 5,1 | 5,9 | 5,7 | 7,7 | -6,8 | 4,7 | 5,5 | 5,3 | 7,7 | -6,7 |
| Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV) | 1,2 | 0,9 | 0,8 | 2,8 | -6,8 | 1,6 | 1,3 | 1,2 | 2,8 | -8,1 | 2,2 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | -7,3 | 2,3 | 1,7 | 1,6 | 1,7 | -7,5 |
| Serviços produtivos | 12,1 | 12,9 | 13,1 | 7,8 | -4,1 | 15,4 | 17,5 | 18,0 | 7,8 | -3,4 | 18,7 | 22,0 | 22,7 | 7,9 | -3,8 | 19,2 | 22,5 | 23,3 | 7,9 | -3,7 |
| Serviços Financeiros | 4,9 | 4,2 | 4,4 | 4,9 | -2,6 | 5,8 | 5,5 | 5,8 | 5,3 | -2,3 | 6,9 | 6,9 | 7,4 | 5,7 | -2,1 | 7,1 | 7,1 | 7,6 | 5,8 | -2,0 |
| Administração e comércio de imóveis | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 12,2 | -0,5 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 9,2 | -0,0 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 8,2 | -1,0 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 8,2 | -1,4 |
| Serviços técnico-profissionais e científicos | 2,0 | 2,7 | 2,6 | 10,6 | -6,4 | 2,7 | 3,5 | 3,5 | 9,6 | -4,4 | 3,4 | 4,3 | 4,2 | 8,9 | -5,8 | 3,5 | 4,4 | 4,3 | 8,9 | -5,8 |
| Serviços de TI | 1,2 | 1,6 | 1,6 | 10,3 | -1,8 | 1,8 | 2,5 | 2,7 | 11,0 | -1,6 | 2,2 | 3,4 | 3,6 | 11,6 | -2,3 | 2,3 | 3,5 | 3,7 | 11,7 | -2,3 |
| Serviços de apoio à produção e serviços pessoais | 3,9 | 4,4 | 4,3 | 8,5 | -5,1 | 5,0 | 5,8 | 5,8 | 8,0 | -4,8 | 6,1 | 7,2 | 7,2 | 8,0 | -5,1 | 6,2 | 7,3 | 7,4 | 7,9 | -4,8 |
| Serviços Sociais | 9,8 | 11,0 | 12,2 | 8,4 | 0,5 | 10,3 | 10,6 | 11,6 | 6,5 | -0,5 | 9,8 | 10,6 | 11,8 | 6,8 | -0,0 | 9,5 | 10,6 | 11,8 | 7,2 | -0,0 |
| Educação | 4,6 | 5,6 | 6,0 | 9,5 | -0,9 | 4,4 | 4,5 | 4,8 | 6,4 | -2,0 | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 7,0 | -1,4 | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 7,1 | -1,5 |
| Serviços de saúde e assistência social | 3,4 | 4,0 | 4,7 | 9,1 | 3,2 | 4,0 | 4,7 | 5,3 | 8,5 | 1,0 | 4,1 | 5,1 | 5,8 | 8,5 | 1,1 | 4,2 | 5,2 | 5,9 | 8,6 | 1,0 |
| Organizações associativas e organismos internacionais | 1,9 | 1,4 | 1,5 | 3,4 | -1,9 | 1,9 | 1,4 | 1,5 | 1,7 | -0,9 | 2,0 | 1,5 | 1,6 | 1,9 | -0,1 | 1,6 | 1,4 | 1,5 | 3,4 | 0,3 |
| Serviços Sociais - Administração Pública | 30,9 | 27,3 | 27,7 | 5,3 | -3,9 | 18,8 | 16,6 | 16,7 | 4,4 | -4,3 | 21,6 | 18,5 | 18,6 | 3,7 | -5,1 | 21,6 | 18,5 | 18,5 | 3,6 | -5,1 |
| Serviços Pessoais | 4,1 | 4,6 | 4,9 | 8,4 | -1,1 | 4,7 | 5,2 | 5,7 | 7,3 | -0,1 | 5,3 | 5,5 | 6,1 | 6,1 | -0,1 | 5,2 | 5,3 | 5,9 | 6,2 | -0,2 |
| Alojamento e alimentação | 1,5 | 2,0 | 2,1 | 10,3 | -1,4 | 1,7 | 2,1 | 2,3 | 9,0 | -0,7 | 1,7 | 2,0 | 2,2 | 7,6 | -0,6 | 1,7 | 1,9 | 2,1 | 7,6 | -0,6 |
| Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 5,9 | -3,1 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 4,5 | -1,7 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 4,1 | -2,2 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 4,3 | -3,2 |
| Outras atividades de serviços pessoais | 1,8 | 1,9 | 2,1 | 7,6 | 0,0 | 2,2 | 2,4 | 2,7 | 6,9 | 0,8 | 2,7 | 2,7 | 3,1 | 5,7 | 0,8 | 2,6 | 2,6 | 3,0 | 5,8 | 1,0 |
| Serviços Domésticos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -4,1 | -14,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -6,5 | 3,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -3,8 | 14,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -3,8 | 16,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 6,9 | -4,6 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 6,0 | -4,7 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 5,7 | -5,2 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 5,7 | -5,2 |

FONTE: MTE – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Ficou evidente que a crise trouxe impactos expressivamente negativos para o emprego e a renda, tanto para o país quanto para o Estado de São Paulo. Um bom exemplo é a significativa queda da massa de renda, que terminou por reafirmar os efeitos da desconcentração produtiva em direção ao interior de São Paulo. Quanto a esse processo específico, a massa salarial cresceu em ritmo mais acelerado no interior de São Paulo comparativamente à RMSPP na expansão de 2006 a 2014. Já na crise, caiu com maior intensidade na metrópole – ou seja, a crise acabou por reforçar as tendências apresentadas.

Considerações finais

Este capítulo procurou mostrar alguns aspectos do desenvolvimento recente da metrópole paulista, bem como sua inter-relação com o país e com o restante do Estado de São Paulo. Trabalhou-se a partir de três fenômenos considerados centrais para o entendimento da dinâmica da atividade produtiva e seus desdobramentos para o mercado de trabalho e para renda, a saber: a desconcentração produtiva, a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora.

A respeito do primeiro processo discutido, o trabalho salientou que, ao longo do período 2006 a 2016, ampliou-se o cenário de desconcentração produtiva em escala nacional. No entanto, nos subperíodos analisados, ocorreu uma diferença importante. Entre 2006 e 2014, no período expansivo da economia, o Estado de São Paulo apresentou taxas de crescimento inferiores à média nacional, levando à desconcentração. No período de crise econômica (2014-2016), o Estado de São Paulo logrou reconcentrar parte da participação relativa perdida, mas, em função de taxas de crescimento menos negativas do que a média nacional. Defende-se que tal movimento apresenta caráter espúrio, uma vez que foi consequência de um efeito estatístico para além de um efetivo deslocamento da participação na produção.

No entanto, na análise intraestadual, a RGInt de São Paulo e a RMSPP perderam participação nos dois subperíodos analisados. Ou seja, a reconcentração “espúria” no período de crise econômica em escala estadual foi decorrente do ganho de participação do

interior em detrimento da perda de participação da RGInt de São Paulo e da RMSP. Assim, observa-se a ampliação do processo de desconcentração intrarregional tanto no setor industrial, quanto no setor de serviços.

A respeito desses resultados, no que tange ao vetor RMSP-interior, é importante ter em mente as características desse processo. Em primeiro lugar, porque a desconcentração criou centros industriais e tecnológicos integrados à metrópole e, em segundo, porque esse movimento significou uma refuncionalização da própria RMSP na direção de uma polarização pautada pela importância do seu setor financeiro, dos serviços especializados e do comércio, reforçando, por outras vias, seu papel de comando na economia nacional e de articulação com a economia mundial. Mais que isso, tal transformação significou a formação de um espaço regional que terminou por extrapolar os limites metropolitanos.

Acerca do processo de desindustrialização, os resultados apontam que, tanto São Paulo, quanto a RGInt de São Paulo e a RMSP acompanharam a tendência nacional: ou seja, um cenário de perda de participação do valor adicionado industrial no PIB. No entanto, as distintas características da dinâmica dessas escalas merecem atenção: de um lado, um dinamismo industrial inferior de SP em relação à média da indústria nacional; e, de outro, um menor dinamismo industrial, tanto da RGInt de São Paulo quanto da RMSP, em relação à média estadual.

Também foi observada, em todos os recortes espaciais analisados, uma similaridade em relação à trajetória nacional a respeito da inserção externa. Verificou-se um aumento da participação do setor Agropecuário e Extrativo em detrimento dos setores manufatureiros nas exportações e uma rigidez da pauta importadora em torno de setores de elevada intensidade tecnológica. Conforme foi aventado anteriormente, tal cenário de reprimarização da pauta exportadora, simultaneamente ao aumento da importação de produtos manufaturados, sobretudo no setor de bens intermediários, tendem a aprofundar o processo de esgarçamento do tecido industrial das regiões estudadas. Esse fenômeno faz coro aos argumentos dos autores mencionados ao longo do trabalho a respeito do tensionamento dos laços inter-regionais e dos fatores endógenos de crescimento da estrutura produtiva nacional.

O capítulo também mostrou que esses processos se revelaram por meio da análise do emprego formal. A respeito do processo de desconcentração produtiva, foi salientado que, no período expansivo (2006 a 2014), viu-se uma taxa de crescimento dos postos de trabalho inferior em São Paulo do que na média nacional. Na crise, São Paulo aumentou a sua participação no estoque de ocupados formais no país graças ao efeito estatístico (taxa de crescimento menos negativa do que a média nacional). Na escala intraestadual, contudo, a análise da estrutura produtiva, sob a ótica do mercado de trabalho, permitiu que se observasse que a RMSP e a RGInt de São Paulo perderam postos de trabalho entre 2014-2016 em um ritmo mais acelerado do que as médias nacional e estadual, acarretando uma perda de participação relativa contínua em todo o período analisado (2006-16).

Em relação ao processo de desindustrialização, a análise sob a ótica do emprego permitiu que se evidenciasse, ao mesmo tempo, a importância de São Paulo para o VAB industrial do país e o fato de que a desindustrialização paulista teve um impacto significativo para o movimento em âmbito nacional. Isso pôde ser visto tanto no período de crescimento (2006 a 2014), quanto na retração (2014-2016), quando se observou uma perda de participação no emprego industrial de São Paulo em relação ao Brasil e da RMSP em relação a São Paulo. Tal redução de participação relativa do emprego industrial teve como contrapartida em São Paulo, na RGInt de São Paulo e na RMSP o aumento do peso do setor de serviços na composição do emprego que, embora tenha elementos dinâmicos, ainda apresenta forte heterogeneidade. Em termos da evolução da massa de renda, foi defendido que os processos se repetiram com maior intensidade do que em relação ao emprego. Na expansão de 2006 a 2014, a massa de renda cresceu em velocidade maior no interior de São Paulo do que na RMSP. Já na crise, a massa salarial caiu com maior intensidade na RMSP.

Finalmente, aponta-se a necessidade de se avançar em pesquisas para a caracterização de um processo que emerge em paralelo aos três processos tratados por este capítulo, qual seja: a expansão do setor de serviços, que, conforme levantado na seção 3, em função do seu elevado nível de informalidade e heterogeneidade, pode ter um efeito depressivo sobre a produtividade do trabalho. Assim, é importante

compreender que a consolidação do setor de serviços no Brasil como o mais dinâmico não significa, necessariamente, a existência de um efeito benéfico em termos de rendimentos médios e de produtividade do trabalho de mesma intensidade. Isso quer dizer que, embora estudos recentes estejam avançando no entendimento do setor de serviços, é necessário aprofundar a relação dessas transformações com o processo de desindustrialização não apenas regional, como nacional.

Cassiano José Bezerra Marques Trovão *é professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Grupo de Estudos em Economia Política do Desenvolvimento (GEPD) e do Núcleo de Análise Econômica Multisetorial, Estratégica e Conjuntural (NEMEC) da UFRN. Graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UNICAMP, Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP na área de Economia Social e do Trabalho. Tem experiência no estudo de temas como: Desigualdades, Economia do Trabalho, Teoria Macroeconômica Keynesiana e Desenvolvimento Econômico e Regional.*

Thiago Noronha Sugimoto *é doutorando em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador no Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT). É bacharel em Ciências Econômicas (UNICAMP) e mestre em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP). Tem experiência nas áreas de comércio internacional e economia industrial, com ênfase no processo de desindustrialização brasileiro e no desenvolvimento econômico chinês.*

Beatriz Tamaso Mioto *é professora do Bacharelado em Planejamento Territorial e da Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Graduada em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Desenvolvimento Econômico e Economia e Planejamento Regional e Urbano.*

Referências

- ABDAL, A.; MACEDO, C. C. F.; ROSSINI, G. A. A.; GASPAR, R. C. Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 145-168, Jan./Abr. 2019.
- ANDREONI, A.; GREGORY, M. Why and How Does Manufacturing Still Matter: Old Rationales, New Realities. **Revue d'économie industrielle**, n. 144, pp. 21-57, 2013.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 29, pp. 7-36, Apr. 1997.
- AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: Ipe/USP, 1986.
- BERGER, S. **Making in America: From innovation to Market**. London, England: MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 2013.
- CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, pp. 139-174, Jul./Dez. 2014.
- CANO, W. C.; SEMEGHINI, U. C. "Setor terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989". In: CANO, W. **Ensaios sobre a Crise Urbana do Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1991.
- CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008.
- CANO, W. **Ensaios sobre a Crise Urbana do Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- CANO, W.; BRANDÃO, C.; MACIEL, C.; *et al.* (orgs.). **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- CHANG, H. J; ANDREONI, A. Industrial Policy in a Changing World: basic principles, neglected issues and new challenges. **Cambridge Journal of Economics 40 Years Conference**, 2016. Disponível em: http://www.cpes.org.uk/dev/wp-content/uploads/2016/06/Chang_Andreoni_2016_Industrial-Policy.pdf. Acesso em 13 dez. 2020.
- DIEGUES, A. C. Os limites da contribuição da indústria ao desenvolvimento nos períodos Lula e Dilma: a consolidação de uma nova versão do industrialismo periférico? **Texto para Discussão**, IE-UNICAMP, n. 372, Fevereiro de 2020.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, set. 1993.

DINIZ, C.; DINIZ, B. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. *Eure*, Santiago (Chile), v. 33, pp. 27-43, 2007.

DOSI, G.; RICCIO, F.; VIRGILLITO, M. E. Varieties of deindustrialization and patterns of diversification: why microchips are not potato chips. LEM Papers Series 2020/11, Laboratory of Economics and Management (LEM), Sant'Anna School of Advanced Studies, Pisa, Italy, 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Mapa da Indústria Paulista (2003-2016)**. São Paulo, abril 2019. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/MapaIndustria_abril2019.pdf. Acesso em 15 out. 2020.

GUIMARÃES NETO, L. “Nota técnica sobre o tema: “Desigualdade Regional””. In: Brasil 2003-2010: trajetórias e resultados. Brasília: CGEE; Recife: CEPLAN, 2010.

HARAGUCHI, “N. Patterns of structural change and manufacturing development”. In: WEISS, J.; TRIBE, M. (orgs.). *Routledge Handbook of Industry and Development*. London: Routledge, 2015.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. *Texto para Discussão n. 339*. Campinas: UNICAMP, maio 2018.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. “Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais”. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P; SARTI, F. (orgs.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Distribuição e Representatividade das Exportações dos Agronegócios de 2009-2010, Realizadas pelas Empresas Sediadas nas Diversas Regiões Paulistas. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, v. 6, n. 3, março 2011.

LENCIONI, S. “A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo: a particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica”. IN: Encontro Nacional da ANPUR, X., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2005.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p.133-148, jan./jun. 2011.

MACEDO, F. M. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, pp. 853-888, dez. 2012.

MORCEIRO, P. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica.** 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PACHECO, C.A. **Fragmentação da Nação.** Campinas, SP: Unicamp, 1998.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A. *et al.* A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 54, pp. 107-147, dezembro de 2019.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. **Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate.** Instituto de Economia, Unicamp, jun. 2015. (Texto para Discussão nº 255)

SEVERIAN, D. **A orientação locacional da indústria paulista no território brasileiro entre 1995 e 2015: desconcentração concentrada e reforço do polígono industrial.** Brasília e Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2020. (Texto para discussão nº 259).

SILVA, K.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrôpole**, v. 19, n. 40, pp. 721-748, 2017.

SQUEFF, G. C.; AMITRANO, C.R. “Informalidade, crescimento e produtividade do trabalho no Brasil: desempenho nos anos 2000 e cenários contrafactuais”. In: NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes.** Brasília: ABDI: IPEA, 2014.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, 33, pp. 433–466. 2008.

TREGENNA, F; ANDREONI, A. **Deindustrialisation reconsidered: Structural shifts and sectoral heterogeneity.** UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Working Paper Series (IIPP WP 2020-06).

VAINER, C. B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional – Desafios da Fragmentação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, pp. 9-23, maio de 2007.

WANG, C. H.; WEN, Y. L.; HAN, F. Study on China’s outward FDI. **Procedia Environmental Sciences**, 12(Part A), pp. 543-549, 2011.

Organizadores

Marcelo Gomes Ribeiro

É Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas (PUC-GO), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Atualmente, é Coordenador do Núcleo Rio de Janeiro Observatório das Metrôpoles, é um dos Coordenadores do projeto de pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras e do projeto de pesquisa Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: mudanças na base produtiva e no mercado de trabalho, no âmbito do Programa INCT Observatório das Metrôpoles 2017-2022.

Maria Do Livramento Miranda Clementino

É professora titular do Departamento de Políticas Públicas da UFRN. Coordenadora do Núcleo Natal do INCT/Observatório das Metrôpoles. Pesquisa em rede envolvendo estudos comparativos sobre 15 metrôpoles brasileiras. Socióloga e economista. Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na Université Lumière (Lyon2). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível B1. É autora de livros e artigos sobre estudos urbanos e regionais e economia do Rio Grande do Norte. Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN.



ISBN 978-65-87594-66-8



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia

